

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.6, n.11, jul/dez 2018

nlep  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

APOIO
PROEX / CAPES
PPGH-UFF

 CNPq

Editores

André Guimarães Augusto, UFF | Brasil

Marcela Soares UFF | Brasil

Paulo Terra, UFF | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho, University of London | Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFF | Brasil

Felipe Demier, UERJ | Brasil

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFF | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião, UFF | Brasil

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires | Argentina

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa | Portugal

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Fiocruz | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFJF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Flávio Ferreira de Miranda, UFRRJ | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Gomes Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, UFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFF | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX | Brasil

Revisão de texto

Renake Bertholdo David das Neves

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

Eva M. Maschio

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.6, n.11, jul/dez 2018

Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.6, n.11, jul/dez 2018. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

213 p.; il.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política Editorial

Marx e o Marxismo —Revista do NIEP Marx— é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP Marx, defende uma **concepção materialista** da história, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais.” Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a **historicidade** e sua compreensão como um **processo contraditório** não linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens —as classes sociais— originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

SUMÁRIO

195 Editorial

Artigos

- 200 Mais além da antropologia pós-estruturalista do desenvolvimento, de volta à teoria marxista da dependência
Alex Martins Moraes
- 224 A greve dos professores universitários de 2012 e o REUNI: uma análise da relação entre as políticas educacionais e as lutas dos professores
Matheus Castro da Silva
- 249 Uma crítica ontológica ao “estado estacionário” de Herman Daly: a Economia Ecológica como Economia Ambiental travestida
Eduardo Sá Barreto
- 264 Modernizar para não ficar para trás: Políticas de emulação neoliberal no sistema educacional italiano
Rogério Gonçalves de Freitas
Higson Rodrigues Coelho
- 279 Para além dos 20 centavos: a mobilidade urbana sob o ponto de vista da crítica da economia política
André Coutinho Augustin
- 301 Interpretar para transformar: un recorrido por el análisis materialista de Álvaro García Linera
Maria Célia Duek

326 *Alt-Right* e a classe trabalhadora branca nos EUA: a face moderna do conservadorismo contemporâneo

Tatiana Poggi

355 A atualidade de Marx em seus 200 anos: a questão das opressões

Marcelo Badaró Mattos

Notas críticas

376 Cadernos de escola: os livros didáticos de sociologia e o pensamento de Antonio Gramsci

Marcos Vinícius Pansardi

389 Resenha

“- Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil”

Filipe Prado Mencari

Luta e memória

394 Apresentação à carta de Karl Marx a Ludwig Feuerbach em 11 de agosto de 1844

André Guimarães Augusto

396 Para Ludwig Feuerbach

Editorial

O décimo primeiro número da revista Marx e o Marxismo – revista do NIEP é publicado poucos meses após as eleições gerais de 2018 que levou das urnas à presidência o candidato Jair Bolsonaro. O uso de táticas fascistas clássicas como a mentira, a calúnia, a intimidação e o uso da violência física durante a campanha eleitoral e os pronunciamentos e escolhas de ministros no governo de transição evidenciam o que está por vir – a tentativa de impor o domínio absoluto do capital e a subordinação completa da classe trabalhadora, além da perseguição por todos os meios de qualquer oposição. As declarações de completa subserviência aos interesses do imperialismo dos EUA não deixam dúvidas de que o Brasil passa a se inserir no contexto internacional como peça fundamental na ascensão da extrema direita mundial, a que busca preservar o capitalismo por meio da “ideologia do punho”.

Como um retorno ao passado, as contrarreformas efetivadas e as em curso transformam a vida social, ampliando a barbárie e a perda dos direitos sociais. Com os processos migratórios em ascendência, crescem as violações dos direitos humanos, principalmente dos imigrantes em situação irregular em nosso país, vítimas também da xenofobia, alavancada pelo discurso do presidente eleito e seus herdeiros. Como é o caso dos 10 mil venezuelanos que migraram, nos primeiros seis meses de 2018, por meio do município de Pacaraima (Roraima), que tiveram seus pertences e abrigos queimados por brasileiros, em agosto do corrente ano.

Trata-se de um ano em que pouco temos para celebrar o aniversário dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 30 anos da Constituição Federal Brasileira. Os direitos humanos evidenciam sua efetividade de acordo com os interesses das classes dominantes e da necessidade social capitalista. E na realidade brasileira reiteram as particularidades da periferia, onde as burguesias brasileiras transitam do nosso autoritário *Estado Democrático de Direito* ao fascismo.

O típico cerceamento da fala e do dissenso revela neste momento o seu maior ascenso. A liberdade de expressão e de pensamento, uma garantia constitucional e também um direito humano, sempre foi violada de forma evidente no meio rural e nas favelas de todo Brasil com a morte ou ameaças de lideranças na

defesa dos direitos das classes trabalhadoras. E, no presente momento histórico, parece um retorno ao período autocrático de ampliação da repressão aos que não se enquadram ao pensamento hegemônico.

As ações violentas no curso da disputa eleitoral estenderam-se para o ambiente acadêmico, com ataques explícitos à Universidade Pública que revelam essa volta ao passado. Com o incentivo de políticos conservadores eleitos, atrelados ao movimento “Escola com mordaza”, membros da comunidade acadêmica são intimidados e ameaçados de serem filmados caso tenham um “discurso ideológico”.

A suposta neutralidade sempre foi uma retórica da *ciência burguesa*, mas devido às conquistas do *Estado Democrático de Direito*, o pensamento que revela as contradições da sociabilidade capitalista está assegurado e respaldado no plano formal de nossa Carta Constitucional. E a resistência deve ser a nossa principal pauta para garantir esse direito e vencer o discurso e as práticas de ódio e violência contra as liberdades democráticas, a classe trabalhadora e os direitos políticos e sociais.

Em um contexto de tantos ataques à liberdade de expressão, às Universidades Públicas e ao marxismo, em particular, publicar uma revista que se dedique inteiramente a essa corrente de pensamento já constitui em si um ato de resistência. Além disso, os artigos aqui reunidos trazem importantes contribuições para a análise do conturbado momento no qual passamos, bem como a atualidade de Marx para interpretamos a nossa realidade.

O primeiro artigo publicado nesta edição é “Mais além da antropologia pós-estruturalista do desenvolvimento, de volta à teoria marxista da dependência” de Alex Martins Moraes. Partindo da premissa de que há um desencontro entre a teoria marxista da dependência e a crítica pós-estruturalista do desenvolvimento, Alex Martins Moraes procura resgatar intuições da teoria marxista da dependência que vão além da economia política e que oferecem elementos para uma crítica das estruturas de poder e dominação geradas pelo desenvolvimento capitalista.

Em seguida publicamos o texto “A greve dos professores universitários de 2012 e o REUNI: uma análise da relação entre as políticas educacionais e as lutas dos professores” de autoria de Matheus Castro da Silva. O autor analisa a relação entre a “implementação de políticas públicas da Educação Superior, especialmente o REUNI, e as ações de resistência”. Matheus toma como referência teórica a teoria marxista da dependência e como campo empírico para análise da implementação e concepção do REUNI e suas consequências para as condições de estudo e trabalho a UFF. O autor conclui que a precarização das condições de trabalho “impeliu os docentes a resistirem, fomentando um salto qualitativo em sua consciência, culminando no movimento grevista de 2012.”

Em um momento em que crescem os alertas sobre o aquecimento global, cujos efeitos que já estão sendo sentidos, e em que presidentes de extrema-direita como Donald Trump e Jair Bolsonaro insistem em negar a realidade com frases de efeito, publicamos o artigo de Eduardo Sá Barreto, “Uma crítica ontológica ao “estado estacionário” de Herman Daly: a Economia Ecológica como Economia Ambiental travestida”. O autor realiza uma crítica ontológica a Economia Ecológica. Eduardo Sá Barreto argumenta que a Economia Ecológica possui uma ontologia implícita que naturaliza o capital e supervaloriza os elementos subjetivos que a leva a um dilema entre as necessidades ambientais e a reprodução do capital.

A seguir publicamos o texto de Rogério Gonçalves de Freitas e Higson Rodrigues Coelho, “Modernizar para não ficar para trás: Políticas de emulação neoliberal no sistema educacional italiano”, que tem como objeto as políticas educacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e sua implementação no sistema educacional italiano. Os autores argumentam que as políticas da OCDE “são processadas através do mecanismo de emulação” aplicam a “lógica *modernizar para não ficar para trás*”, inseridas na concepção de mundo neoliberal. Os autores concluem que o discurso emulador legítima e antecipa “as recentes reformas privatizantes da escola pública italiana”.

André Coutinho Augustin em “Para além dos 20 centavos: a mobilidade urbana sobre o ponto de vista Economia Política” procura investigar alguns motivos que levam a burguesia brasileira “a apoiar um modelo de mobilidade urbana que gera deslocamentos caros e demorados”. Do ponto de vista da Economia política o problema se coloca uma vez que o transporte aumenta o e o desgaste to da força de trabalho, o que teoricamente deveria levar a burguesia a defender um transporte mais barato. André Coutinho Augustin aponta que o caráter de país dependente do Brasil, em que há um excedente de mão de obra como regra, e o interesse de setores da burguesia que se beneficiam diretamente do atual modelo de transporte são motivos que explicam o aparente paradoxo.

“Interpretar para transformar. Un recorrido por el análisis materialista de Álvaro García Linera”, de autoria de Celia Duek, apresenta o estudo sobre o pensamento do atual vice-presidente da Bolívia Álvaro García Linera. Expõe a interlocução do político com outros intelectuais, o seu dispositivo conceitual e a contribuição de suas análises concretas, por meio das produções acadêmicas e discursos do vice-presidente. A autora ressalta a relevância das suas produções intelectuais devido à sua análise marxista articular-se às particularidades da realidade boliviana, a exemplo das históricas lutas indígenas, explicitando que na Bolívia as classes sociais foram construídas etnicamente. Em resumo, Duek aponta que o pensamento teórico-sociológico de García Linera se articula com seu pensamento político e este com sua prática ou luta política.

O artigo de Tatiana Poggi, “Alt-Right e a classe trabalhadora branca nos EUA: a face moderna do conservadorismo contemporâneo” oferece uma contri-

buição para o entendimento das condições sociais e ideológicas para o avanço da extrema direita no mundo. A autora discute a proletarização dos estratos médios da classe trabalhadora branca americana e sua organização política no movimento da “Alt-Right”. Caracterizando o governo de Trump como neoliberal, Tatiana Poggi analisa os fundamentos ideológicos da fusão de conservadorismo com liberalismo econômico da “Alt-right”.

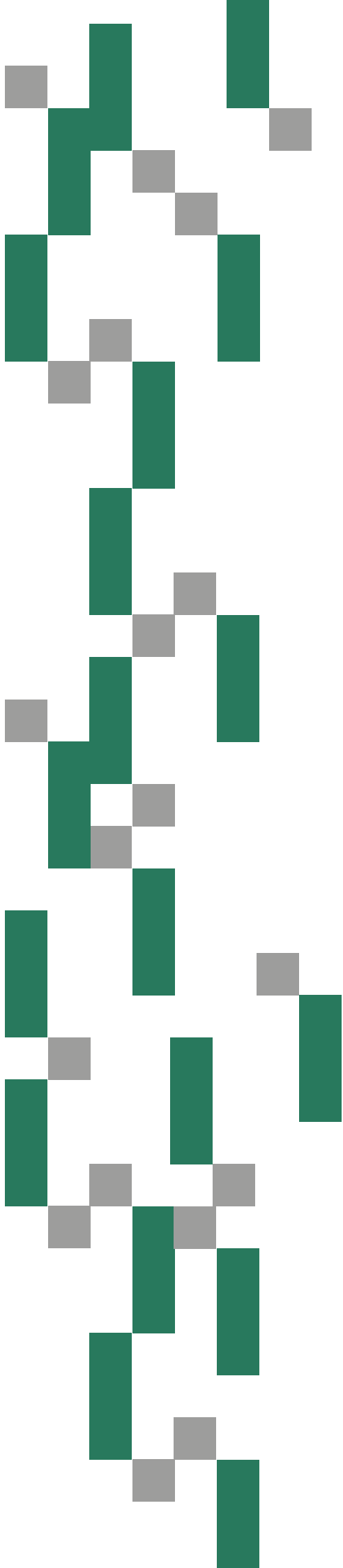
O ano de 2018 marca os 200 anos do nascimento de Marx. Lembrando desta data, publicamos o artigo de Marcelo Badaró Mattos, “A atualidade de Marx em seus 200 anos: a questão das opressões”, indicando assim a atualidade do pensamento de Marx para as questões políticas da atualidade. O autor coloca em discussão a potencialidade de algumas reflexões de Marx para o entendimento e o enfrentamento das opressões. Após localizar a crítica de quem Marx seria um pensador eurocêntrico, indiferente às questões de raça e gênero, Marcelo Badaró retoma aspectos da elaboração de Marx acerca do debate sobre as questões da opressão racial, da dominação colonial/imperial e da opressão de gênero.

Neste número publicamos também duas *notas críticas*. A primeira delas, “Cadernos de escola: os livros didáticos de sociologia e o pensamento de Antônio Gramsci” de autoria de Marcos Vinícius Pansardi, aborda a presença de Gramsci nos livros didáticos de sociologia no ensino médio de 2015. Ao contrário do que fala a propaganda dos que querem impor censura as escolas, como o projeto mal denominado de “escola sem partido”, o autor mostra que o pensamento de Gramsci é pouco utilizado nos livros didáticos de sociologia, aparecendo apenas nos capítulos sobre política e de forma subutilizada.

Também na seção notas críticas publicamos a resenha de Filipe Prado Mencari do livro “*Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*” de autoria de Felipe Demier, em que os anos do governo do PT são analisados a partir do conceito de democracia blindada e das mudanças na dinâmica da luta de classes.

Ainda lembrando os 200 anos de nascimento de Marx, publicamos a carta de Marx a Feuerbach de 11 de agosto de 1844 na seção *Luta e Memória*, com introdução de André Guimarães Augusto. A carta, escrita em Paris, revela um momento crucial na formação do pensamento e da atuação política de Marx. Seu afastamento de Bruno Bauer e a crítica ao pensamento deste, que resultariam na “Sagrada Família” escrita com Engels, seu entusiasmo com o materialismo de Feuerbach – que não era isento de críticas – e sua aproximação com a classe trabalhadora na qual descobre ‘o elemento prático para a emancipação da humanidade’ estão presentes na carta.

ARTIGOS



Mais além da antropologia pós-estruturalista do desenvolvimento, de volta à teoria marxista da dependência

Beyond poststructuralist anthropology of development and back to Marxist dependency theory

Alex Martins Moraes*

Resumo

Os estudantes brasileiros de antropologia e áreas afins costumam entrar em contato com o debate acadêmico sobre desenvolvimento através de algumas obras canônicas enraizadas no pós-estruturalismo anglo-saxão de matriz foucaultiana. Surgidas nos anos noventa, estas obras caricaturizam a reflexão marxista e negligenciam completamente uma de suas expressões mais inventivas: a teoria marxista da dependência (TMD). Na contramão desta tendência, proponho-me a reabilitar certas intuições da TMD que transcendem o terreno da economia política e convidam a um debate aprofundado sobre as condições de possibilidade de uma crítica imanente das estruturas de poder e dominação instauradas pelo desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: teoria marxista da dependência; pós-estruturalismo; antropologia.

Abstract

Brazilian students of Anthropology and of the related fields usually get in contact with the academic debates on developmental studies through canonic texts rooted in the Anglo-saxon poststructuralism of a Foucaultian matrix. Born in the nineties, these writings caricaturize the Marxist thought and completely neglect one of its most creative innovations: the Marxist Theory of Dependency (MTD). As a way of counteracting such tendencies, I suggest the rehabilitation of some MTD insights, which go beyond the political economy terrain and stimulate profound debates about the possibilities of an immanent critic of the power and domination structures that result from capitalist development.

Keywords: *Marxist Theory of Dependency; Poststructuralism; Anthropology.*

* Doutorando em Antropologia Social no Instituto de Altos Estudios Sociales da Universidad de San Martín, Argentina (IDAES-UNSAM). Bolsista do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas no Centro de Investigaciones Sociales (CIS-CONICET). Integrante do Grupo de Estudos em Antropologia Crítica.

Introdução

Quem decide abordar a teoria marxista da dependência (TMD) em diálogo com as obras basilares da antropologia do desenvolvimento de matriz pós-estruturalista, torna-se testemunha de um autêntico desencontro. Mais além de analogias pontuais, não parece haver solução de continuidade entre ambos os enfoques. No entanto, o diagnóstico das diferenças que os distanciam surge como tarefa necessária e teoricamente produtiva, principalmente nos tempos atuais, quando muitos começam a dar-se conta de que talvez tenhamos perdido um patrimônio intelectual importante na esteira da burocratização acadêmica e da internacionalização das ciências sociais brasileiras.

Em meados dos anos 90, quando alguns dos mais notórios antropólogos pós-estruturalistas do desenvolvimento fizeram sua entrada triunfal nos currículos de graduação e pós-graduação Brasil afora, a teoria marxista da dependência encontrava-se academicamente invisibilizada. De fato, a TMD nunca gozou de espaço privilegiado nas universidades brasileiras. Num primeiro momento, tal ausência pode ser atribuída à perseguição imposta pela ditadura aos seus principais expoentes. Mais tarde, a hegemonia intelectual dos neodesenvolvimentistas¹ viria a decretar a obsolescência da crítica marxista em favor de uma renovada aposta nas potencialidades redistributivas do capitalismo nacional. A queda do Muro de Berlim, em 1989, somou-se ao conjunto de evidências que testificavam a inviabilidade histórica do socialismo e referendavam a inelutabilidade do desenvolvimento capitalista como único horizonte disponível à realização material dos povos. Neste cenário pouco favorável ao pensamento radical, as análises pós-estruturalistas do desenvolvimento chegaram a representar uma possibilidade de voltar a ensaiar certa interpretação crítica daquelas ações desenvolvimentistas que, recorrendo ao incremento do poder burocrático e à ativação de dispositivos de mercado, ambicionavam mitigar a miséria do Terceiro Mundo.

Ainda que James Ferguson e Arturo Escobar, dois dos representantes mais notáveis da crítica pós-estruturalista do desenvolvimento², tenham procurado acertar as contas com o “neomarxismo”, seria difícil afirmar que tiveram sucesso nesta empreitada. Como veremos ao longo do artigo, nem Escobar nem Ferguson mencionaram, em suas respectivas revisões bibliográficas, as contribuições teóricas fundamentais de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, três nomes iniludíveis em qualquer exegese que procure dar conta da original contribuição do pensamento crítico dos anos 1960 e 1970 à problemática do de-

¹ Um dos expoentes do neodesenvolvimentismo no campo da teoria social brasileira foi Fernando Henrique Cardoso, que promoveu intensamente sua doutrina através do CEBRAP, com apoio financeiro da Fundação Ford (cf. Canedo, 2016).

² As diversas perspectivas associadas à análise pós-estruturalista do desenvolvimento foram condensadas no *Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder*, editado por Wolfgang Sachs (1996).

envolvimento. Cada época produz seus próprios regimes de lembrança e esquecimento; regimes cujos efeitos são difíceis de contornar até mesmo para os pensadores mais obstinados. Em meio ao burburinho de vozes que, à direita e à esquerda do espectro ideológico, enunciavam a falência do marxismo, é compreensível que os acadêmicos do *mainstream* estadunidense sentissem-se autorizados a fazer um uso meramente caricatural de sua herança teórica. O marxismo, então em ruínas, não representou um interlocutor autêntico para Escobar e Ferguson. Suas escassas menções a ele serviram apenas para ilustrar a insuficiência teórica da qual padecia, de modo que fosse possível justificar a necessidade de superá-lo com abordagens mais sutis e complexas das relações de poder no mundo contemporâneo.

É evidente que os livros desses dois autores não poderiam servir de referência para quem deseja ponderar sobre a real pertinência das teorias marxistas da dependência no concernente à análise crítica do desenvolvimento. Entretanto, é exatamente isto que vem ocorrendo desde os anos 1990: em determinadas áreas do conhecimento, as obras de Escobar e Ferguson tornaram-se, ao lado de tantas outras do mesmo estilo, uma espécie de salvo-conduto para pensar de forma “inovadora” sobre os problemas da atualidade, fazendo caso omissos dos esforços intelectuais pretéritos, especialmente os empreendidos no campo do marxismo. Talvez o esquecimento de certas tradições teóricas não tenha tido maiores consequências para o pensamento social estadunidense, que, há várias décadas, encontra-se quase totalmente subsumido ao imperativo de reproduzir-se a si mesmo em reciprocidade com as exigências de uma academia produtivista e ensimesmada. Contudo, passar por alto as intuições da TMD no contexto brasileiro e latino-americano significa negar aos estudantes de graduação e pós-graduação em ciências sociais – e especificamente em antropologia – um sugestivo instrumental teórico que poderia ressoar criativamente nas inclinações críticas e no inconformismo político que costuma conduzi-los às salas de aula do ensino superior.

Neste trabalho, parto da premissa de que entre a TMD e a crítica pós-estruturalista do desenvolvimento não houve senão desencontros. Mesmo quando os representantes mais visíveis desta segunda tradição acreditaram estar interpelando criticamente os postulados da primeira, eles erraram de alvo e terminaram dialogando com espantalhos. Já aqueles autores que, hoje em dia, dão continuidade ao programa da TMD, parecem pouco interessados em analisar detidamente o que propõem algumas das obras-chave da antropologia do desenvolvimento de orientação pós-estruturalista. Frequentemente, a categoria “pós-modernos” – tão imprecisa, diga-se de passagem, quanto “teorias da dependência” – termina sendo utilizada para obstruir *a priori* um debate autêntico com os paradigmas não marxistas. Isto dificulta a pluralização do próprio marxismo nos mais variados contextos de pesquisa social e debilita, por conseguinte, sua posição na

batalha de ideias colocada na universidade. Assim, apesar do “recomeço” do materialismo dialético na filosofia³ e da reemergência de Marx no campo da economia, da história e de certos estudos culturais⁴, o marxismo continua estranhamente ausente dos debates antropológicos e de áreas afins. Como resultado desta ausência, gerações de estudantes que escolhem aprofundar-se na pesquisa qualitativa e na análise localizada dos processos coletivos acabam privados de ferramentas conceituais que lhes permitiriam operar um balanço crítico das tendências culturalistas, pós-estruturalistas e, mais recentemente, “neomaterialistas” em torno das quais se organiza o consenso teórico de suas disciplinas⁵.

Nesta intervenção, proponho-me a oferecer uma pequena contribuição para mudar o cenário acima delineado. Meu objetivo é promover um desencontro autêntico entre duas razões críticas: a chamada antropologia pós-estruturalista do desenvolvimento e a teoria marxista da dependência. Tal procedimento pretende reabilitar certas intuições teóricas da TMD que transcendem o terreno da economia política e soam promissoras para a atualização de um debate mais geral sobre a natureza e as condições de possibilidade da crítica social empiricamente fundamentada. Nos primeiros três tópicos, examino, respectivamente, as propostas teóricas centrais da TMD, de Arturo Escobar e de James Ferguson. Ao revisar os argumentos destes dois últimos autores, procuro medir suas proximidades e distâncias em relação às proposições e os resultados analíticos alcançados pela TMD. Este exercício é aprofundado no quarto e último tópico, onde sinalizo aquele que, para mim, constitui o desencontro fundamental e definitivo entre as abordagens revisadas ao longo do texto, a saber: sua discrepância no tocante às condições teórico-metodológicas mais apropriadas para exercer a crítica dos regimes vigentes de poder e dominação. Como veremos, enquanto os pós-estruturalistas restringem-se a pensar as relações entre pesquisa e transformação social

³ As obras de Alain Badiou (2008 [2006]) e Slavoj Žižek (2016 [2014]) representam esforços filosóficos neste sentido. Ver, também, Bruno Bosteels (2007). Num texto recente (Moraes, 2018), reviso as contribuições destes e de outros autores no contexto de um comentário sobre a reemergência das “sensibilidades comunistas” tanto na filosofia como no terreno da pesquisa social.

⁴ Marcello Musto (2015) compila uma série de ensaios que revelam as tendências atuais do “retorno a Marx” em diversos campos do pensamento filosófico e social. O livro organizado por Boron *et alii* (2006) também é elucidativo a respeito.

⁵ Dito consenso teórico é tensionado por publicações antropológicas internacionais como *Dialectical Anthropology* e *Critique of Anthropology*, ambas disponíveis na internet. Contudo, na antropologia universitária brasileira, não são frequentes os exercícios de experimentação teórica informados pelo programa reflexivo de Karl Marx. O livro de Jean Tible (2013), intitulado *Marx Selvagem*, parece ser exceção à regra. Recentemente, um grupo de estudantes e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais começou a impulsionar a revista *Práxis Comunal*, que tem como foco viabilizar publicações na perspectiva do pensamento marxista contemplando, preferencialmente, as áreas da antropologia, da arqueologia e da história. Finalmente, o Grupo de Estudos em Antropologia Crítica (GEAC), do qual faço parte, propõe-se a “delirar a antropologia” através de uma apropriação singular do marxismo, engendrando espaços extrauniversitários de invenção teórica, pesquisa e autoformação. O GEAC difunde sua produção e suas atividades na seguinte página web: <<http://www.antropologiacritica.wordpress.com/>>

em termos relativamente tradicionais – algo surpreendente, dado o caráter pretensamente inovador de seu enfoque –, os marxistas heterodoxos da década de 1970 pareciam aventurar-se num caminho mais atrevido e promissor, que colocava sua prática investigativa em sintonia com os enunciados políticos mais radicais disponíveis na turbulenta segunda metade do século XX.

1. Teoria marxista da dependência

A teoria marxista da dependência foi resultado de um longo debate no seio do marxismo latino-americano, que, motivado sem dúvidas pela Revolução Cubana, procurou colocar em questão as teses endogenistas propagadas por certo marxismo ortodoxo. *Grosso modo*, a perspectiva endogenista tendia a analisar as relações de produção vigentes sem correlacioná-las com a participação da América Latina no mercado mundial. Estas teses aplicavam ao contexto latino-americano um suposto modelo geral de desenvolvimento das forças produtivas que, baseado numa perspectiva evolucionista, postulava a necessidade de se franquear etapas econômicas pré-determinadas até alcançar as condições de possibilidade para a superação do modo capitalista de produção. A Revolução Cubana, que dera início à construção do socialismo num dos territórios menos industrializados do continente, desafiava os pressupostos endogenistas e convidava a uma reflexão mais acurada sobre os processos que atualizavam a possibilidade revolucionária no seio do capitalismo latino-americano.

Os trabalhos de André Gunder Frank constituíram um esforço notável no sentido de definir as duradouras consequências estruturais decorrentes da incorporação dos territórios latino-americanos ao mercado mundial capitalista inaugurado com a colonização europeia. Para Gunder Frank, desde a conquista ibérica no século XV, a América Latina passara a integrar o polo dominado do sistema mundial em vias de conformação, estando seu desenvolvimento posterior amplamente determinado por essa condição geopolítica. De acordo com Gunder Frank, “a expansão econômica e política da Europa desde o século XV encerrou os países hoje subdesenvolvidos numa só corrente histórica mundial, o que fez aumentar, simultaneamente, o atual desenvolvimento de alguns países e o subdesenvolvimento de outros” (Gunder Frank, 1971, p. 38)⁶. A definição do sistema internacional – ou sistema mundial – como unidade de análise privilegiada para mapear a gestação e a particular configuração das formações econômicas latino-americanas foi uma coordenada metodológica que a TMD absorveria anos mais tarde.

⁶ Todas as citações foram traduzidas pelo autor.

Jaime Osorio (2016) considera as intuições de André Gunder Frank como o momento de trânsito da dependência⁷ em direção ao marxismo; trânsito que será completamente operado por Ruy Mauro Marini em *Dialética da dependência*. Da mesma forma que Frank, Marini propôs-se a mapear a singularidade dos processos econômicos latino-americanos tendo em vista sua inserção no circuito mundial de trocas capitalista. Contudo, a teoria de Marini esforçava-se por delimitar a especificidade contemporânea da dependência latino-americana, definindo com maior precisão as modalidades de dominação e exploração que a diferenciavam da época colonial. Neste esforço, Marini irá propor uma série de categorias para explicar como o capitalismo periférico, além de ser totalmente desenvolvido, baseia-se numa forma muito específica de articulação entre dependência externa e superexploração interna. Segundo Marini, enquanto os centros do sistema tendem, ao longo do desenvolvimento do modo de produção, a incrementar a composição técnica do capital e deslocar-se progressivamente para a mais-valia relativa (aumento da produtividade do trabalho através de investimentos em tecnologia), as periferias recorrem à superexploração do trabalho para assegurar suas taxas de lucro, uma vez que estão impossibilitadas de intervir na fixação internacional dos preços dos seus produtos. Tal tendência mantém-se constante mesmo em meio a transformações eventuais nos padrões de acumulação do capital nos países dependentes.

Uma das teses básicas de *Dialética da dependência* afirma que, no marco do intercâmbio internacional desigual, tendo em vista o decréscimo dos preços das matérias primas, as classes proprietárias dos países desfavorecidos incrementam a exploração do trabalho para ampliar a quota de mais-valia. “As nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual – escreve Marini – não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre o preço e o valor de suas mercadorias (o que implicaria um esforço redobrado por aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas sim compensar a perda de ingressos [...] recorrendo a uma maior exploração do trabalhador” (2008 [1973], p. 19). Como as economias dependentes não podem resolver a perda de lucro no plano internacional, elas procuram mitigá-la internamente, no plano da produção, através do aumento da mais-valia (*i.e.*, do tempo de trabalho não remunerado), o que redundará num incremento da exploração do trabalho vivo. A consequência deste processo é a fixação do preço da força de trabalho por abaixo do seu valor, isto é, abaixo do valor necessário para

⁷ A noção de “dependência” foi adquirindo notável polifonia desde sua instalação na teoria social latino-americana através de alguns trabalhos-chave, elaborados por cientistas sociais que orbitavam a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sediada em Santiago do Chile a partir de 1948. Neste contexto, habitado inicialmente por economistas como Celso Furtado e Juan Noyola e, mais tarde, por sociólogos como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, foram se desenvolvendo contribuições originais para uma teoria do subdesenvolvimento da América Latina. Para uma revisão recente dos debates cepalinos, ver Osorio (2016) e Svampa (2016), especialmente os capítulos 2 e 3.

sua reprodução num momento histórico dado. É possível dizer, então, que para contra-arrestar a depreciação de suas mercadorias no mercado externo, os capitalistas dependentes apropriam-se “de parte do fundo de consumo dos trabalhadores para convertê-lo em fundo de apropriação do capital (através do pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho) ou do fundo de vida (por prolongamentos da jornada de trabalho ou da sua intensidade, reduzindo a vida do trabalhador)” (Osorio, 2016, p. 143)⁸.

As primeiras críticas de peso à proposta de Marini deram o tom do que seriam as recriminações mais recorrentes endereçadas ao marxismo a partir dos anos 1960 (cf. Osorio, *op. cit.*). O argumento esboçado inicialmente em *Dialética da dependência* foi taxado de economicista por autores como Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1978), que, já naquela época, apostavam na capacidade econômica da burguesia brasileira para superar paulatinamente as carências materiais originadas pela situação de dependência. Que isto ocorresse à custa do que Marini denominava “subimperialismo”, ou que o incremento da capacidade de consumo da população não significasse, necessariamente, o fim da superexploração eram preocupações alheias ao enfoque político-teórico de Cardoso e Serra no final dos anos 1970.

Longe de qualquer economicismo, a TMD procurou evitar a dissociação entre processos econômicos e processos políticos, declinando, assim, do voluntarismo que marcou – e ainda marca – as posturas neodesenvolvimentistas. Para a TMD, não existe política legítima por fora das lutas sociais, de modo que a formulação de alternativas a uma ordem diagnosticada como insustentável precisaria ser buscada nas tensões recorrentes que esta mesma ordem gera entre os sujeitos e coletividades nela implicados. Se a dependência é “uma forma particular de reprodução do capital sustentada na superexploração” (Osorio, 2016, p. 169), então a construção de uma alternativa autêntica a dito estado de coisas deveria incluir a afirmação política de tudo o que a superexploração nega, ou seja, da dignidade de homens e mulheres cujas vidas tornam-se objeto de arbítrio para os cálculos do capital.

Sensível aos antagonismos do seu tempo, o pensamento desenvolvido pelos teóricos marxistas da dependência não parecia apontar diretamente à transformação da realidade, mas sim à geração das condições intelectuais necessárias para um engajamento crítico com os pontos nevrálgicos da própria realidade; engajamento que, em segunda instância e no seio de novas composições políticas, poderia chegar a tornar-se transformador. A TMD furtou-se, portanto, de fazer recomendações detalhadas em matéria de políticas de desenvolvimento. Em vez disso, apostou na abertura de novos horizontes imaginativos através da

⁸ Para uma interessante análise do antagonismo “capital-vida” inspirada pelas categorias da TMD, ver Osorio (2006).

irrupção política da subjetividade popular no influxo da ação revolucionária. Vânia Bambirra dava testemunho desse ânimo ao afirmar, em diálogo com Theotônio dos Santos, que “uma vez com o poder nas mãos [...], o proletariado latino-americano – ele, e não os intelectuais – saberá colocar na ordem no dia uma problemática radicalmente nova” (Bambirra, 1978, p. 58). A TMD não fez, jamais, nenhuma concessão a respeito da necessidade revolucionária e não poderia ter sido diferente, porque a revolução era o conceito-chave que definia sua concepção singular da relação entre política e economia. A única política capaz de confrontar e desfazer as determinações econômicas de natureza capitalista era a política revolucionária, isto é, a irrupção violenta, vital, transversal e afirmativa de tudo o que as abstrações econômicas tendiam a suprimir concretamente.

2. Crítica pós-estruturalista do desenvolvimento

Minha estratégia de apresentação do argumento pós-estruturalista de Arturo Escobar e James Ferguson será algo distinta da empregada no tópico anterior. Como as obras destes autores sucedem cronologicamente as teorias da dependência e procuram, em certa medida, reagir ao debate marxista sobre desenvolvimento, será possível realçar, ao longo da exposição subsequente, a postura nelas adotada em relação ao marxismo. Este procedimento permitir-me-á estabelecer algumas coordenadas para, no terceiro tópico, avaliar em que medida a crítica dos pós-estruturalistas ao enfoque marxista é pertinente e quais seriam suas eventuais insuficiências.

Na década de noventa, alguns estudos antropológicos influenciados pelo pós-estruturalismo de matriz foucaultiana concentraram seus esforços reflexivos em, por um lado, exotizar a categoria discursiva “desenvolvimento” e, por outro lado, criticar determinados projetos e políticas de desenvolvimento colocando ênfase em seus efeitos localizados de poder. O livro de Escobar intitulado *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*⁹ é um exemplo emblemático do primeiro esforço, ao passo que *The anti-politics machine*, redigido por James Ferguson, é um bom exemplo do segundo. Em linhas gerais, ambos os autores pretendiam contribuir para a dissolução da aura de neutralidade política que envolvia o “desenvolvimento”, de forma que fosse possível traçar suas consequências enquanto regime discursivo ancorado em instituições sociais concretas cuja operatória beneficiaria, em cada lugar e momento, estratégias específicas de exercício do poder. Começarei revisando o trabalho de Escobar e, em seguida, dedicar-me-ei ao livro de Ferguson.

⁹ Este livro foi originalmente publicado em inglês no ano de 1994 sob o título de *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*.

2.1 Escobar: a invenção do Terceiro Mundo

La invención del Tercer Mundo é uma análise intensamente documentada dos fundamentos da noção de desenvolvimento e das suas implicações geopolíticas. Nela, o desenvolvimento é apresentado, fundamentalmente, como um regime de representação que abrange práticas institucionais orientadas à circunscrição de lugares de poder a partir dos quais alguns sujeitos estariam em condições de enunciar legitimamente o presente e o futuro da sociedade, bem como os procedimentos necessários para transitar de um ao outro.

Arturo Escobar afirma que seu enfoque teórico está em continuidade com outras razões críticas que vicejaram no continente latino-americano, como a pedagogia do oprimido, a teologia da libertação, a sociologia de Orlando Fals Borda e a própria “teoria da dependência”, mencionada no singular e exemplificada com uma citação da versão estadunidense de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Cardoso e Faletto. Nutrindo-se de abordagens precedentes, Escobar argumenta que a análise crítica do discurso do desenvolvimento permitiria não só reconhecer os processos de dominação associados à prática desenvolvimentista, mas também explorar com mais produtividade que as primeiras análises marxistas suas condições de possibilidade e efeitos penetrantes de poder. Apesar de ter proporcionado critérios reveladores para visualizar como as pessoas e a natureza são convertidas em objeto de trabalho e incremento da produção do capital, o “materialismo histórico”, segundo Escobar, teria dificuldades em “evidenciar a mediação do discurso na forma moderna do capital” (Escobar, 2007, p. 341). Segundo Escobar, a acumulação ampliada do capital exige a crescente normalização dos discursos e das culturas, gerando resistências que, por sua vez, poderiam significar uma espécie de ponto de partida para reorientar ideologicamente o curso das situações.

Ao longo de seu livro mais conhecido, Escobar esforça-se por demonstrar que a oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento está ancorada num relato ocidental que organiza e hierarquiza a diversidade do mundo, definindo um conjunto de alteridades problemáticas que, desde o final dos anos quarenta, tornar-se-iam objeto privilegiado de intervenção e reforma. Sendo assim, a expansão do discurso do desenvolvimento só poderia ser compreendida em referência a um sistema-mundo no qual o Ocidente impõe seu domínio sobre o Terceiro Mundo. Temos, aqui, um ponto de convergência com o enfoque marxista, para o qual os países dependentes só se tornaram suscetíveis ao arbítrio político-econômico dos Estados centrais em razão da subjugação material de que foram objeto no momento de sua integração à economia mundial.

Contudo, a proposta teórica de *La invención del Tercer Mundo* faz apenas um uso bastante livre e residual dos conceitos que inspiraram a reflexão marxista sobre dependência. De modo geral, Escobar demonstra pouca familiaridade com o espaço intelectual inaugurado pelas múltiplas teorias da dependência, ora

apresentando-as como “radicalização da teoria da CEPAL”, ora reconhecendo que elas expressavam uma “prática discursiva distinta” por utilizarem, no caso das abordagens marxistas, conceitos como “capital” e “lucro”. Chamativamente, o autor sugere, numa passagem bastante confusa, que “as teorias marxistas e neomarxistas do desenvolvimento só alcançaram significativa visibilidade na década de 1960, por meio das teorias da dependência, do capitalismo periférico e do intercâmbio desigual”. Neste ponto, além de atribuir estatuto de “teoria” ao que, na verdade, são conceitos bastante polifônicos, Escobar não cita nenhum dos artífices da teoria marxista da dependência propriamente dita – que, a propósito, não data da década de 1960, mas sim de inícios e meados da década de 1970. Sua impressão geral sobre as “teorias marxistas e neomarxistas” é que elas constituíram um desafio aos esquemas teóricos dominantes, “ainda que não tenham representado uma alternativa ao desenvolvimento”, limitando-se a conformar uma visão diferente dele (*ibidem*, p. 146).

Para repensar o desenvolvimento a partir de outra perspectiva econômica, Arturo Escobar propõe que evitemos a formulação “de alternativas no nível macro e abstrato” (*ibidem*, p. 372) e coloquemos em evidência a pluralidade dos modelos econômicos locais atualmente existentes, admitindo que, apesar de sua subordinação à axiomática capitalista, eles poderiam ser portadores de novas lógicas produtivas e distributivas. Não obstante, a efetiva realização dessas lógicas alternativas precisaria passar pela interrupção dos processos de “inscrição” através dos quais as construções locais são traduzidas para uma forma textual e organizadas segundo o esquema discursivo de instituições não locais, que, por sua vez, transformam a realidade das pessoas de carne e osso em formas conceituais estandardizadas. A interrupção das dinâmicas de “inscrição” dependeria do fortalecimento material e semiótico das economias subalternas de bens e de discursos, que devem ser tomadas como ponto de partida para a definição dos objetos e das inclinações filosóficas de novas perspectivas teóricas situadas mais além do desenvolvimento: “precisamos levar em conta – constata Escobar – que é através do reordenamento das visibilidades e dos enunciados que as configurações de poder transformam-se” (*ibidem*, p. 321).

2.2 Ferguson: a máquina antipolítica

The Anti-Politics Machine (1994[1990]) analisa um projeto de desenvolvimento rural dos anos 1980 destinado a tornar mais eficiente a produção camponesa de gado numa longínqua e montanhosa região de Lesotho chamada Thaba-Tseka. Segundo Ferguson, a indústria do desenvolvimento, amparada por poderosas agências financiadoras – entre as quais se destaca o Banco Mundial –, produz consequências locais que não se resumem apenas à expansão do capitalismo ou à subordinação dos modos de vida das populações rurais. Para concebermos com clareza que consequências são estas, o autor propõe que

deixemos de lado a pergunta sobre se os projetos de desenvolvimento cumprem ou não seus objetivos declarados e, em vez disso, analisemos o que eles fazem concretamente, ou seja, que funções desempenham num lugar determinado.

O projeto de desenvolvimento analisado por Ferguson ambicionava a modernização da criação de gado na região de Thaba-Tseka através do oferecimento de assessoria técnica aos pequenos produtores e da construção de uma infraestrutura logística – estradas, mercados, etc. – que permitisse a exportação de produtos ou sua comercialização no mercado interno. Estas metas partiam do pressuposto de que Lesotho era o país menos desenvolvido do mundo e de que sua matriz produtiva reproduzia padrões ancestrais de organização do trabalho e manejo da terra. Ferguson contradiz estas premissas situando Lesotho no seu contexto regional e demonstrando que a principal fonte de renda da população alvo do “Thaba-Tseka Project” era o trabalho assalariado nas minas do vizinho território sul-africano, e não a atividade pecuária, que jogava um papel subsidiário na economia local.

A compra e a criação de animais eram custeadas com o dinheiro proveniente do trabalho assalariado na África do Sul e o gado representava uma espécie de reserva econômica sob controle masculino, que poderia complementar a renda das famílias quando as circunstâncias assim o exigissem. A criação de gado não constituía, portanto, a base de uma economia camponesa, mas sim um fundo estratégico para enfrentar a eventual escassez de postos de trabalho, a aposentadoria e o desemprego. O desconhecimento destas práticas econômicas por parte das agências financiadoras fez com que as obras proporcionadas pelo projeto de desenvolvimento não surtiram o efeito inicialmente esperado. A construção de estradas, por exemplo, não dinamizou a exportação ou a venda interna de gado, mas, pelo contrário, facilitou e incrementou sua importação e subsequente retenção como parte do patrimônio das famílias de trabalhadores. Entretanto, os efeitos inesperados do desenvolvimento também se multiplicaram noutras instâncias, respondendo, desta vez, aos interesses do próprio governo de Lesotho, que haviam sido amplamente ignorados na formulação do projeto de intervenção do Banco Mundial.

Menos interessadas em promover as reformas necessárias para a criação de um mercado agropecuário sustentável e eficiente, as autoridades governamentais pretendiam gerar condições para a manutenção do seu poder e para o esmagamento da oposição. A extensão das infraestruturas estatais para a região de Thaba-Tseka coadunou-se com tais propósitos, permitindo que o partido governante expandisse sua burocracia, seu aparelho de propaganda e uma rede de serviços públicos que tendia a favorecer aliados políticos e excluir opositores. Segundo Ferguson, a penetração burocrática nos territórios mais longínquos do país não teria sido tão exitosa sem o respaldo de um projeto de desenvolvimento que se apresentava a si mesmo como apolítico.

Baseado no estudo de caso em Lesotho, Ferguson propõe que as medidas desenvolvimentistas multiplicam efeitos secundários “não econômicos” que excedem a capacidade de previsão das agências planejadoras – neste caso, o Banco Mundial e seus parceiros locais. Tais efeitos refletir-se-iam na despolitização dos grandes debates públicos e na estatalização e governamentalização da vida social – ambas as tendências evidenciadas pelo incremento das estruturas administrativas de um Estado repressivo e militarizado. Para Ferguson, o desenvolvimento assume o aspecto de uma verdadeira máquina antipolítica, que funciona fazendo com que decisões essencialmente políticas soem como soluções técnicas para problemas técnicos. Em suas palavras:

o projeto [de desenvolvimento] não transformou as modalidades de cultivar a terra e criar animais, mas proporcionou a construção de uma estrada entre [a região de Thaba-Tseka, território alvo da intervenção] e a capital do país. Não houve “descentralização” e “participação popular”, mas se estabeleceu uma nova administração distrital que deu ao governo de Lesotho uma presença, mais forte do que nunca, na área afetada pelo projeto (Ferguson, 1994, p. 252).

O argumento de *The Anti-Politics Machine* propõe-se a suprir e corrigir as insuficiências do que seu autor denomina crítica “neomarxista” do desenvolvimento. Esta última, segundo Ferguson, postularia que, sendo o capitalismo uma força reacionária que obstaculiza o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, qualquer projeto de desenvolvimento inscrito em sua lógica consistiria numa empreitada fundamentalmente contraditória e, portanto, suscetível de ser denunciada como manobra sub-reptícia do “imperialismo”. Superar este tipo de teoria conspiratória, sempre pronta a atribuir intencionalidade aos processos observados recorrendo a entidades fantasmagóricas, implicaria mapear um conjunto de interações anônimas que somente *a posteriori* acaba tendo “algum tipo de coerência retrospectiva” (*ibidem*, p. 275). Ferguson sugere que, em vez de rotular uma estrutura com o nome daqueles a cujos interesses ela serve – por exemplo, os “capitalistas” –, seria mais produtivo depreender o sentido da estrutura através da análise das diferentes etapas do processo que a atualiza. No caso de Lesotho, isto implicou analisar o desenvolvimento rural como uma instituição social sustentada por interesses político-econômicos historicamente específicos e não como o desdobramento coerente do interesse de um ou vários atores (por exemplo, o Banco Mundial, o capital, o imperialismo). É interessante notar que, neste particular, Ferguson aproxima-se inadvertidamente da TMD. Esta última, como vimos, critica o voluntarismo político desenvolvimentista argumentando que a reprodução da dependência é contra intencional e atualiza-se estruturalmente por meio de articulações entre grupos de poder nem sempre convergentes

do ponto de vista dos seus interesses político-econômicos imediatos e declarados. O conceito de “superexploração” exemplifica bem o fenômeno, já que faz alusão a uma conseqüência estrutural da dependência cuja própria manifestação contradiz até mesmo o que se poderia esperar *a priori* do desenvolvimento capitalista “normal” – no qual se supõe que a força de trabalho não é vendida por um preço inferior ao seu valor. Neste sentido, a superexploração é um efeito propriamente sistêmico do capitalismo dependente, que não responde a nenhuma decisão individualizada ou plano conspiratório.

Não podemos, contudo, censurar Ferguson por ignorar a especificidade da teoria marxista da dependência. Sua revisão dos enfoques “neomarxistas” foi intencionalmente limitada, dado que já partia do pressuposto de que estes últimos, de forma geral, tendiam a ignorar a produção “não – e contra – intencional” das estruturas de poder (*ibidem*, p. 18). Além disso, interessavam ao autor, especialmente, os efeitos não-econômicos do desenvolvimento – ainda que seja difícil avaliar até que ponto a extensão de um aparato administrativo estatal não guarda relações com a “economia”. Este interesse levou-o a estabelecer um recorte analítico específico, que procurava evidenciar, simultaneamente, os discursos e as conseqüências decorrentes de certo arranjo institucional para, num segundo momento, inferir deles uma espécie de “coerência retrospectiva” (*ibidem*, p. 275). Sendo assim, é possível afirmar que sua crítica generalizante ao “neomarxismo” não afeta a TMD, cujas categorias explicativas destinam-se menos à análise institucional do que ao estudo dos efeitos estruturais da articulação entre dependência externa e exploração interna no capitalismo periférico. Contudo, a TMD possui uma preocupação teórico-política de fundo, que, devidamente contextualizada, ajudaria abordagens como a de Ferguson a não caírem no beco sem saída daquelas análises estruturais que são incapazes de sinalizar as inconsistências imanentes – ou, no vocabulário leninista da TMD, o “elo frágil” inerente – à reprodução da própria estrutura. Esta preocupação teórico-política com as inconsistências imanentes aos regimes de poder e dominação poderia, também, resultar interessante para dar mais concretude à já citada intuição de Escobar segundo a qual “é através do reordenamento das visibilidades e dos enunciados que as configurações de poder transformam-se”. No próximo tópico, procurarei evidenciar em que consiste essa preocupação propriamente marxista com as inconsistências e os pontos frágeis da estrutura, sinalizando sua relevância para a análise crítica do desenvolvimento.

3. (Des)encontro entre duas razões críticas

É possível dizer que, para a TMD, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina possui um caráter excessivo, dada sua tendência de explorar ao máximo a força de trabalho sem gerar condições para a adequada reposição da

mesma. Operando em outro plano de análise, Escobar e Ferguson também falam, cada um ao seu modo, de uma espécie de excesso característico da prática e do discurso do desenvolvimento. Escobar evidencia que a axiomática capitalista tende a precarizar o devir autônomo das alternativas econômicas localmente construídas ao funcionalizá-las de acordo com estratégias de desenvolvimento formuladas em outros lugares pelas agências planejadoras. Para Ferguson, as fantasias homogeneizantes e apolíticas do discurso do desenvolvimento respaldam práticas de intervenção que, fazendo caso omissivo das reais condições de existência das populações, desencadeiam efeitos de poder inesperados – como a burocratização da vida coletiva –, cuja coerência estrutural pode ser retrospectivamente inferida através da pesquisa social. Em ambos os casos, trata-se de consequências “excessivas” da aparelhagem, posto que não costumam ser negociadas com as “populações alvo” sobre as quais incidem. Segundo Ferguson, as carências – pobreza, doença, fome – que servem de ponto de partida para os projetos e políticas de desenvolvimento são resultado de um desequilíbrio inicial de poder que as próprias intervenções desenvolvimentistas acabam atualizando, na medida em que representam e enunciam, de forma unívoca e estandardizada, suas causas e soluções (Ferguson, 1994, p. 279). A interrupção desta lógica de subordinação, detectada também por Escobar, dependeria da instalação de novos lugares de poder (*cf.* Escobar, 2007, p. 321) e poderia beneficiar-se, sempre que seus protagonistas assim o desejarem, das habilidades dos especialistas acadêmicos (*cf.* Ferguson, 1994, p. 286).

Assim como Escobar e Ferguson, a TMD identifica numa assimetria inicial de poder a condição básica para a exploração econômica, que é a dimensão da subalternidade que os teóricos marxistas da dependência decidiram enfatizar por razões que discutirei mais adiante. Nas palavras de Marini, “não é porque se cometeram abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis; é porque eram débeis que se abusou delas” (Marini, 2008, p.120). A subjugação material das populações americanas à época da conquista permitiu que o colonizador europeu desse início a um processo de dominação que foi sendo paulatinamente redefinido na esteira da expansão do sistema capitalista internacional (*cf.* Bambirra, 1978, pp. 49-ss; Frank, 1971, pp. 39-40). A partir do século XIX, no mesmo período em que declaravam sua independência jurídica, os países latino-americanos tornaram-se subsidiários de matérias-primas para a Inglaterra, fator que permitiu o incremento da mão de obra industrial mobilizada por esta última e a contenção do valor da sua força de trabalho fabril, determinada pelo baixo custo dos bens primários importados de ultramar. Foi então que se configurou a dependência propriamente dita. Em *Dialética da dependência*, Marini sistematiza todo o desenvolvimento ulterior da produção capitalista latino-americana, que, nascida para atender a demanda de matérias-primas das nações industrializadas, tenderá a não depender, para sua realização,

da capacidade interna de consumo das classes trabalhadoras (Marini, 2008, p. 132). Uma das consequências desta dinâmica, como vimos no segundo tópico, é a superexploração da classe trabalhadora local: “como a circulação se separa da produção e se efetua, basicamente, no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto [...] abr[indo] passagem à compressão do consumo individual do operário e, portanto, à superexploração do trabalho” (*ibidem*, p. 134).

Mesmo que seja possível estabelecer alguma analogia entre as constatações alcançadas por pós-estruturalistas e marxistas, não podemos deixar de notar que os desdobramentos teórico-políticos de ambos os enfoques divergem em certos aspectos. Diante dos excessos do desenvolvimento e das assimetrias de poder nas quais estão fundamentados, os antropólogos pós-estruturalistas propõem alternativas políticas que consistem, por exemplo, no empoderamento dos atores locais (Escobar e Ferguson), na formulação de alternativas pontuais em vez de grandes esquemas abstratos (Escobar), na crítica dos modos ocidentais de conhecimento (Escobar), na colaboração com movimentos sociais que procuram questionar os efeitos da “máquina antipolítica” (Ferguson) e no ativismo “doméstico” em oposição às políticas imperialistas (Ferguson).

A TMD, por sua vez, seguindo uma tendência recorrente no pensamento marxista, investiu seus esforços em localizar os eixos de tensão em torno dos quais se organiza a conflitividade social decorrente da reprodução estrutural do capitalismo dependente. Este último, portanto, não foi apenas encarado como um padrão de acumulação particular, calcado em articulações *sui generis* entre o ciclo do capital e a exploração do trabalho, mas também como foco de contradições e conflitos, cuja enunciação poderia ter relevância para a configuração de uma subjetividade revolucionária. Vânia Bambirra sugere que o “marco teórico e conceitual” da TMD tem como implicação fundamental a definição do “caráter da revolução na América Latina como socialista” (Bambirra, 1978, pp. 103-104). Desde o início, os principais teóricos marxistas da dependência estiveram inscritos em articulações políticas que demandavam um tipo específico de conhecimento sobre as dinâmicas sociais do seu tempo. As análises desenvolvidas pelos artífices da TMD não estavam dirigidas, em última instância, a contemplar as agendas acadêmicas mais convencionais dos anos 1960 e 1970. Pelo contrário, elas significaram uma ruptura com o ambiente intelectual da época, principalmente porque repercutiram as inquietações das organizações políticas com as quais seus formuladores estavam comprometidos. A preocupação teórica com as origens e a especificidade da exploração do trabalho nos países latino-americanos não pode jamais ser interpretada como um capricho canônico do marxismo dependentista. Mais correto seria lê-la como necessidade intelectual iniludível para autores que procuravam entrar em sinergia e estabelecer relações construtivas

com o movimento operário de sua época¹⁰. Quero sugerir que é justamente neste aspecto da TMD, à primeira vista, “datado” e característico de uma geração, que podemos encontrar uma orientação crítica singular para enfrentar certas limitações que identifiquei nos encaminhamentos teórico-políticos das análises pós-estruturalistas.

Alguns dos principais sistematizadores da teoria marxista da dependência – Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos – interpretaram o triunfo da revolução em Cuba como um desafio prático e teórico às teses reformistas, que concebiam as burguesias nacionais como um ator progressista habilitado para capitanear esforços industrializadores autônomos (ver tópico 2). A adoção da perspectiva revolucionária implicava o esforço intelectual de viabilizar conceitualmente um discurso transformador situado mais além do desenvolvimento capitalista. Ao afirmar que a contrapartida do desenvolvimento capitalista na América Latina é a superexploração do trabalho, os teóricos marxistas da dependência estavam, por assim dizer, “orbitando” um sujeito revolucionário potencial que colocaria em questão – a partir de sua própria busca pela dignidade – o absolutismo das categorias de reprodução do capital. Este movimento teórico reflete um estilo de pensamento para o qual o exercício da crítica consiste em buscar na própria situação examinada as tensões que poderiam redundar em sua transformação. Trata-se, portanto, de apresentar uma imagem dialética do desenvolvimento capitalista, na qual este aparece, simultaneamente, como civilização e barbárie. A constatação da barbárie manifesta na superexploração do trabalho transforma-se em porta de entrada para um aspecto da realidade que só pode ser radicalmente modificado se as categorias que o determinam (valor de troca, dinheiro, preços, lucro) forem deslocadas ou, pelo menos, relativizadas. Tal aspecto da realidade é justamente a existência do trabalho vivo, indissociável dos corpos dos sujeitos trabalhadores.

A imagem dialética da realidade de um momento histórico é a coordenada básica que permite aos teóricos marxistas da dependência postularem uma relação criativa com os movimentos políticos que tentavam questionar, na prática, a suposta necessidade da mobilização do trabalho segundo os padrões observados na América Latina. A constatação empírica da superexploração como uma constante do capitalismo dependente impunha um distanciamento crítico em relação às teses industrializadoras e convidava à problematização dos supostos “males necessários” do desenvolvimento capitalista na região. Em poucas palavras: abria outro horizonte de imaginação política no campo da teoria social. A abertura desse horizonte tinha a ver com o ambiente revolucionário da época, que facilitava o questionamento radical e impiedoso de tudo aquilo que, noutros

¹⁰ Ribeiro e Fernandes (2017) analisam a produção dessa necessidade intelectual no decurso da trajetória biográfica de Ruy Mauro Marini.

momentos, talvez não aparecesse como objetivamente questionável aos olhos da maioria das pessoas.

Desde suas primeiras sistematizações, a TMD foi veículo de composição revolucionária. Seus lineamentos, portanto, não poderiam *vir a ser* úteis para a política transformadora porque nunca existiram enquanto *expertise* autônoma. Explico: no momento de sua emergência, em meio aos diálogos promovidos pela organização Política Operária, a TMD *era já* um instrumental de diálogo e articulação política a partir do qual certo grupo de intelectuais militantes pretendia entrar em interlocução com as lutas coletivas mais radicais do seu tempo. Deste modo, a TMD tornou-se parte dos agenciamentos coletivos que sustentavam, no influxo da Revolução Cubana, que as contradições do capitalismo poderiam ter desdobramentos afirmativos se enunciadas nos termos de outra razão política disponível no momento: o socialismo.

O triunfo da insurreição popular em Cuba expôs aos olhos de quem quisesse ver a possibilidade da revolução socialista no continente. Os esforços teóricos da TMD podem ser lidos como uma tentativa de reconstruir e preservar, no pensamento, as condições de existência do impulso revolucionário. Nas palavras de Marini, o desafio consistia em empreender “um esclarecimento dos interesses de classe da burguesia” e definir, “por oposição, o caráter eminentemente socialista dos interesses próprios das classes que se opõem a ela, basicamente os trabalhadores da cidade e do campo” (Marini, 1971 [1969], p. 121). Esta tarefa teórico-política e investigativa não poderia ignorar, contudo, que existe uma diferença incontornável entre a consciência possível – viabilizada pelo momento histórico e retida pela teoria – e a consciência real da sociedade. “Ambos os níveis de consciência” só podem encontrar seu ponto de convergência “na prática política” (*ibidem*). A “prática política” consiste, basicamente, no encontro criador entre as pessoas e na exploração das possibilidades de transformação subjetiva dele decorrentes através da atuação conjunta e contínua numa organização revolucionária.

Marini desenvolve a ideia de uma articulação dialética entre classe e vanguarda. Ele o faz preconizando a fusão entre estes dois segmentos, de modo que consigam exercer uma verdadeira autodeterminação recorrendo à mediação recíproca entre seus interesses e perspectivas. Neste enfoque, o lugar da teoria social crítica – e de quem pretende formulá-la – passa a ser, necessariamente, a organização política, e esta, por sua vez, precisa operar tanto o delineamento estratégico das tendências de desenvolvimento econômico como a explicitação e generalização, entre seus membros, das formas de luta que os setores sociais mais radicalizados dão a si mesmos. A coexistência, num mesmo espaço organizativo, entre produção teórica e experimentação social responde a constatação de que o desenvolvimento capitalista não leva, por si mesmo, à revolução (*cf.* Marini, 1971, p. 116). Por esta razão, o diagnóstico de suas características e tensões

intrínsecas só faz sentido se conjugado à elaboração de prescrições políticas enraizadas em formas de luta já existentes – e não na aplicação mecânica de orientações formuladas por “sistematizadores de gabinete” (*ibidem*, p. 159).

A afirmação de uma possibilidade de mediação entre consciência possível e consciência real por meio da unificação paulatina entre vanguarda e classe converte a aposta política da TMD numa “comemoração” da revolução. Em referência ao processo cubano, Marini observa, no prólogo de *Revolución Cubana, una reinterpretación*, de Vânia Bambirra, que a comemoração das verdadeiras revoluções não consiste em atos rituais sacramentalizadores, mas sim numa “renovada tomada de posição dos seus conteúdos fundamentais, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento revolucionário das massas e de convertê-los, cada vez mais, num patrimônio irrenunciável dos povos” (Marini, 1974, p. 16). Nesta passagem, Marini parece assumir a intuição de que certos “conteúdos fundamentais”, originados da ação política das coletividades humanas, podem ser retidos e atualizados em diferentes situações. Eles conformariam, então, uma espécie de reserva subjetiva comum, que, mediante sucessivas reinterpretações, poderia manter o horizonte imaginativo aberto pela “consciência possível” em tensão permanente com a “consciência real”.

A intuição de Marini dá-nos uma mostra do quanto a TMD soube cultivar aquilo que Walter Benjamin (2004) denominava “presença de espírito”, em referência ao ato de subtrair ao *continuum* da história certos “conteúdos” que podem ser instalados no presente, confrontando o desenvolvimento temporal do modo de produção com a presença desafiante daquilo que lhe escapa eternamente enquanto continuidade da descontinuidade. Feitas estas observações, proponho-me, agora, a elencar alguns desencontros fundamentais entre o enfoque pós-estruturalista sobre desenvolvimento e a orientação crítica de tipo dialético característica da TMD.

Considerações finais: mais além dos pós-estruturalismos, de volta à crítica marxista

O movimento analítico dos antropólogos pós-estruturalistas difere substancialmente das práticas reflexivas empreendidas pela TMD. Tal movimento percorre – e isto fica particularmente claro em Ferguson – um longo encadeamento de ações, discursos e atores, para terminar afirmando, no final das contas, a inelutabilidade dos efeitos atuais da estrutura. Como observa adequadamente Michael Selik, Ferguson “explica o aparato desenvolvimentista como uma máquina que não deixa de expandir repetidamente o controle burocrático através do projeto de desenvolvimento anti-político” (2009, s/p). A TMD, por sua vez, se bem reconhece os maquinismos anônimos do sistema – maquinismos que se reproduzem em escala ampliada através da mobilização não reflexiva das forças

produtivas, por meio de categorias que parecem pensar por si mesmas –, também é capaz de indicar o tremendo excesso da estrutura por sobre a corporeidade viva de quem trabalha. Indica, portanto, existência de um campo de batalha onde se joga o futuro do desenvolvimento. Na América Latina dos anos 1970, esta corporeidade subsistia no seio dos arranjos produtivos do capitalismo dependente como condição *de* produção, mas nunca como condição definitiva *da* produção, sendo tendencialmente empurrada para a exterioridade do mercado consumidor interno. Não obstante, aquilo que as abstrações capitalistas mobilizavam no plano da produção para descartar, logo em seguida, no âmbito do consumo persistia enquanto ponto nevrálgico ou “elo frágil” potencial da máquina capitalista periférica.

Quando James Ferguson declara que sua intenção de analisar a “produção estrutural não – e contra – intencional” decorre da necessidade de adotar uma postura analítica propriamente “antropológica” (Ferguson, 1994, p.18), ele está assentando a força motriz do seu pensamento na agenda investigativa da disciplina acadêmica à qual se filia. Em poucas palavras, seu compromisso é “antropológico”. Essa fidelidade ideológica com a própria disciplina acaba determinando que os resultados do seu trabalho, apesar de sugestivos, não vão mais além da definição dos efeitos estruturais de poder associados à prática do desenvolvimento. Assim, ficamos sabendo que a despolitização e a burocratização são consequências intrínsecas à reprodução da indústria do desenvolvimento em Lesotho e que ambas ocorrem em detrimento da capacidade de autoenunciação dos trabalhadores locais. No entanto, continuamos sem conhecer os limites reais – e não apenas formais – que seriam inerentes à despolitização e à burocratização. Ao não registrar a conflitividade imanente à máquina antipolítica, a crítica fergusoniana torna-se exterior ao seu objeto e, no limite, reifica-o. A TMD, em contraste, apresenta uma imagem do seu objeto – o capitalismo dependente – saturada de conflitividades reais e definitivamente maculada pela “consciência possível” da revolução. Mais do que isso: esforça-se por insinuar os caminhos de uma crítica imanente à realidade da produção capitalista, sinalizando seu excesso objetivo sobre os corpos dos trabalhadores. É nestes corpos, tornados úteis à produção e inúteis ao consumo – e, por isso mesmo, precarizados –, que a promessa de abundância do capitalismo soa vazia e traiçoeira. Nas palavras de Jaime Osorio, o “salto teórico” proporcionado pelo enfoque marxista foi considerável porque “permiti[u] articular a particularidade do capitalismo dependente com uma formulação concreta em relação ao porquê da recorrente irrupção social dos explorados e oprimidos, evidenciando a condição de elo frágil da região [latino-americana]” (Osorio, 2016, p. 184). As irrupções sociais que desgarravam o tecido social latino-americano significaram, para a TMD, um convite à releitura do desenvolvimento capitalista regional, na qual importava enunciar seus pontos de tensão e fissura: sua inconsistência imanente. Voltarei em breve sobre esta questão.

A fidelidade ao jargão e ao cânone metodológico da antropologia também introduz consequências problemáticas no enfoque de Arturo Escobar, principalmente quando ele faz apologia das virtudes do “distanciamento” e da “exotização” sem discutir com maior profundidade epistemológica suas possibilidades e limites. “Precisamos antropologizar o Ocidente – diz Paul Rabinow, endossado por Escobar –: mostrar o quão exótica é a sua construção da realidade [...]” (Rabinow, 1986 *apud* Escobar, 2007, p. 32). Diante desta tarefa, a análise de discurso seria uma ferramenta útil, na medida em que “cria a possibilidade de ‘nos mantermos desligados [do discurso do desenvolvimento], suspendendo sua proximidade, para analisar o contexto teórico e prático com que esteve associado’” (*ibidem*, p. 23). Apesar das declarações de intenção, nunca fica claro como, exatamente, operar a “exotização” e o “desligamento” e em que medida estas posturas levar-nos-iam a pensar “mais além do desenvolvimento”. O procedimento genealógico permite, é verdade, constatar a historicidade singular do discurso do desenvolvimento. Por sua vez, o enfoque comparativo preconizado pela antropologia permite expor as múltiplas formas atualmente existentes de realização e organização da vida social humana, tornando factível sustentar, ainda que seja no plano da teoria, sua eventual dignidade política. Já a análise de discurso conduz-nos ao diagnóstico dos pressupostos que orientam a mobilização de certas categorias no marco de uma dada estratégia de poder. Contudo, nada nestes procedimentos indica que estejamos realmente indo mais além do discurso e da prática do desenvolvimento ou concretizando sua efetiva exotização.

Que as antropologias *mainstream* reivindicuem para si a tarefa de “exotizar o familiar e familiarizar o exótico” talvez nos diga menos sobre o que elas realmente fazem do que sobre sua vontade de demarcar certa especificidade metodológica num mercado acadêmico disciplinarista e vaidoso. Seja como for, para os não conversos ao dogma disciplinar, é difícil assimilar a ideia de que, mediante operações basicamente analíticas, alguém estaria em condições de se desligar das categorias de pensamento inerentes a sua própria formação social. Não quero dizer que o estranhamento de nosso mundo seja impossível; gostaria, apenas, de sugerir que sua efetivação é uma tarefa árdua que não depende apenas de vontades individuais – por mais metódicas que sejam – e está condicionada, em certa medida, pelo azar das circunstâncias e pelo materialismo dos encontros. Louis Althusser oferece algumas asserções que ajudam a elucidar este ponto e merecem ser citadas um pouco mais extensamente:

no final das contas, toda a *verdadeira crítica é imanente e primeiro real e material antes de ser consciente* [...]. Se avançarmos na análise desta condição, encontraremos facilmente este princípio, fundamental para Marx, de que não é possível que nenhuma forma de consciência ideológica contenha nela mesma os meios para sair de si através de

sua própria dialética interna. [...] a consciência acessa o real não por seu próprio desenvolvimento interno, mas sim pela descoberta radical de “outro” diferente de si mesma (Althusser, 2004 [1965], p. 118; grifos meus).

Num registro marxista, a palavra “crítica” refere-se ao estranhamento possível das categorias que organizam um modo de vida e subsidiam sua reprodução. Sob o capitalismo, o estranhamento possível é imanente às operações do capital – como também o são as contradições sistêmicas –, e seu momento privilegiado, para utilizar uma evocativa imagem de Jacques Rancière, ocorre quando “o mundo real vacila na aparência” e nos é dada a oportunidade fugaz de formular um juízo ao seu respeito com as palavras que encontramos a nosso alcance (Rancière, 2010 [1981], p. 47). Atenta a estes momentos, que irrompem vez que outra no devir histórico das coletividades humanas, a crítica marxista foi tornando-se, de fato, “a sabedoria acumulada das revoluções populares, da razão que elas engendram e da fixação e especificação do seu objeto” (Badiou, 1982, p. 16 *apud* Bosteels, 2007, p. 184). Em consonância com esta tradição, a TMD demonstrou enorme interesse pelas situações revolucionárias de sua época, especialmente pela Revolução Cubana, que, ao desafiar na prática as razões reformistas, parecia inscrever a conflitividade social latino-americana noutro horizonte de possibilidades: “a gestação da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana [...] não é, como se pretende, efeito da Revolução cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela” (Marini, 1992, p. 63).

Desde o início dos anos 1960, a Revolução Cubana tornara-se a experiência mais radical de “estranhamento” do capitalismo latino-americano. A razão desta revolução – o socialismo – fora percebida pela TMD como operadora potencial de uma síntese das resistências populares mais além dos quadros institucionais existentes. O socialismo era o ponto de partida das análises propostas pela TMD e constituía, simultaneamente, a superação prática das constatações alcançadas por essa corrente teórica. Explico: se poderia haver revolução socialista, era porque, em determinada época, certas capacidades humanas apareciam como ir-realizáveis do ponto de vista da ordem social existente, denominada capitalismo. A coerção estrutural destas capacidades humanas – entre as quais incluía-se a possibilidade de afirmar o valor da própria vida independentemente do preço atribuído a ela nos cálculos do sistema – tornou-se objeto de pesquisa para a TMD. Por sua vez, a negação desta estrutura coerciva identificada por Marini e outros invocava o horizonte político anunciado pela “consciência possível” mais radical de seu tempo. Tratava-se de um horizonte no qual os próprios trabalhadores poderiam tornar-se protagonistas diretos da formulação de alternativas à subordinação de seus modos de vida, sem se submeterem a ditames pré-fabricados sobre desenvolvimento e industrialização. Depois da tomada de Havana, em

1959, era necessário reconhecer que a luta anti-imperialista, calcada na aliança com setores supostamente “progressistas” da burguesia local, havia sido concretamente ultrapassada pela perspectiva da autodeterminação popular, de modo que todas as formas de exploração tornavam-se, a partir de então, necessariamente discutíveis e possivelmente superáveis, sem qualquer reparo.

Finalizo este artigo sublinhando um aspecto muito particular da TMD que a aproxima de outras expressões do marxismo, ao passo que denota seu desencontro decisivo com as demais razões críticas apresentadas ao longo do texto. Os teóricos marxistas da dependência desenvolveram um procedimento crítico que conjugava descrição, análise e prescrição. A enunciação teoricamente informada daquilo que “é” estava orientada pelo vislumbre de como as coisas poderiam, objetivamente, ser diferentes do que são. Este procedimento crítico, ao mesmo tempo descritivo e prescritivo, era fruto da criativa relação estabelecida entre os teóricos marxistas da dependência e os movimentos políticos que tentavam questionar, na prática, a suposta necessidade de mobilização do trabalho segundo os padrões observados na América Latina. Não seria um exagero dizer, então, que a TMD respondeu teoricamente a uma objetividade política colocada pela onda revolucionária latino-americana da segunda metade do século XX. Referida objetividade política poderia ser sintetizada assim: aqueles cuja própria existência é negligenciada pelo devir histórico do modo de produção são capazes, não obstante, de impugná-lo de cabo a rabo, sem concessões. Nas décadas de 1960 e 1970, os nomes dessa impugnação eram “revolução” e “socialismo”. Hoje em dia, a retomada do impulso crítico materializado na TMD talvez passe por descrever e estranhar as realidades do poder à luz de enunciados políticos concretos¹¹; enunciados que sinalizem, em cada situação, as inconsistências da ordem vigente e que nomeiem capacidades coletivas inéditas, radicalmente indóceis ao *status quo*.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *La revolución teórica de Marx*. México: Siglo XXI, 2004 [1965].
- BADIOU, Alain. *Lógicas de los mundos*. El ser y el acontecimiento 2. Buenos Aires: Manantial, 2008 [2006].
- BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anti-crítica*. México: Ediciones Era, 1978.
- BENJAMIN, Walter. *El libro de los pasajes*. Madri: Akal, 2004.

¹¹ Procuo colocar em prática este tipo de procedimento, que denomino “crítica imanente”, num artigo recente (Moraes, 2017) sobre as experiências de trabalho, deslocamento e indocumentação de uma família de trabalhadores informais na fronteira brasileiro-uruguaia. Aprofundo a reflexão sobre as condições de possibilidade da crítica imanente em Moraes, 2018.

- BORON, Atilio et al. (orgs.). *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- BOSTEELS, Bruno. *Badiou o el recomienzo del materialismo dialéctico*. Santiago do Chile: Palinodia, 2007.
- CANEDO, Leticia Bicalho. *A Fundação Ford e as Ciências Sociais no Brasil: o papel dos programofficers e dos beneficiários brasileiros para a construção de novos modelos científicos*. 2016. Disponível em: <<https://leticiabcanelo.wordpress.com/2016/04/25/a-fundacao-ford-e-as-ciencias-sociais-no-brasil-o-papel-dos-program-officers-e-dos-beneficiarios-brasileiros-para-a-construcao-de-novos-modelos-cientificos/>>. Acesso em 22 jul. 2017.
- CARDOSO, Fernando H.& SERRA, José. “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia.”, *Revista Mexicana de Sociología*. Cidade do México, v. 40, Número extraordinário, pp. 9-55, 1978.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007 [1995].
- FERGUSON, James. *The Anti-Politics Machine: “Development,” Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994 [1990].
- FRANK, André Gunder. *Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología*. Barcelona: Anagrama, 1971.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI, 1971 [1969].
- _____. “Prólogo.” In: BAMBIRRA, Vânia. *La revolución cubana: una reinterpretación*. México: Editorial NuestroTiempo, 1974 [1973], pp. 9-16.
- _____. *América Latina - integração e dependência*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.
- _____. “Dialéctica de la dependencia.” In: MARTINS, Carlos E. (org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre-CLACSO, 2008, pp. 107-149.
- MORAES, Alex. “Antropologia crítica e cartografias do poder soberano nas fronteiras do Cone Sul”, *Revista Mundaú*. Maceió, v. 2, n. 1, pp. 146-165, 2017.
- _____. *Pesquisa social contemporânea e sensibilidades comunistas*. 2018. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2018/01/16/pesquisa-social-contemporanea-e-sensibilidades-comunistas/>>. Acesso em: 10 jun. 2018
- MUSTO, Marcello (org.). *De regreso a Marx*. Nuevas lecturas y vigencia en el mundo actual. Buenos Aires: Octubre, 2015.
- OSORIO, Jaime. “Biopoder y biocapital. El trabajador como moderno homo sacer.”, *Herramienta*. Buenos Aires, n. 33, s/p, 2006.
- _____. *Teoría marxista de la dependencia*. Historia, fundamentos, debates y contribuciones. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2016.

- RANCIÈRE, Jacques. *La noche de los proletarios*. Archivos del sueño obrero. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010 [1981].
- RIBEIRO, Adelia & FERNANDES, Vinícius. “Trajetória intelectual de Ruy Mauro Marini. Notas sobre estruturas de sentimentos e o pensamento crítico latino-americano”, *REALIS Revista de Estudos Anti-utilitaristas e Pós-coloniais*. Recife, v. 7, n. 1, pp. 100-124, 2017.
- SACHS, Wolfgang. *Diccionario del desarrollo*. Una guía del conocimiento como poder. Lima: PRATEC, 1996 [1992].
- SELIK, Michael. *The Anti-Politics Machine (Review)*. 2009. Disponível em: <<http://selik.org/2009/10/25/the-anti-politics-machine-review/>>. Acesso em: 22 jul. 2017
- SVAMPA, Maristella. *Debates latinoamericanos*. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo. Buenos Aires: EDHASA, 2016.
- TIBLE, Jean. *Marx selvagem*. São Paulo: Annablume, 2013.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Contragolpe absoluto*. Para una refundación del materialismo dialéctico. Madri: Akal, 2016 [2014].

Recebido em 28 de setembro de 2017

Aprovado em 13 de abril de 2018

A greve dos professores universitários de 2012 e o REUNI: uma análise da relação entre as políticas educacionais e as lutas dos professores

The 2012 professors' strike and REUNI: an analysis of the relationship between educational policies and professors's fights

Matheus Castro da Silva*

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar a relação entre os impactos da implementação das políticas públicas de Educação Superior, especialmente o REUNI, e as ações de resistência dos docentes, a partir da perspectiva da consciência de classe. Para tanto, utilizaremos o materialismo histórico e dialético como método, em uma perspectiva para além da compreensão, mas de ação para a superação dessa realidade. Ao passo que o REUNI precarizou as condições de trabalho, estimulou uma cultura institucional egoísta e heterônoma, contraditoriamente, também impeliu os docentes a resistirem, fomentando um salto qualitativo em sua consciência, culminando no movimento grevista de 2012.

Palavras-chave: educação superior; greve; REUNI.

Abstract

This study aims to analyze the relationship between the impacts of implementation of public politics for higher education, especially the REUNI, and the professors' resistance actions, from the perspective of class conscious. Therefore, we use the dialectical and historical materialism as our method, in a perspective beyond of the understanding, seeking also for action to overcome this reality. While have REUNI deteriorate the work conditions, it also have stimulated a selfish and heteronomous institutional culture, contradictorily, had impelled the professors to resist, fomenting a qualitative jump on their conscious, culminating at the 2012 strike.

Keywords: Higher Education; strike; REUNI.

* Professor de Educação Física do Colégio Pedro II/Doutorando em Educação pela UERJ.

Introdução

Na atual conjuntura de crise do capital, intensificação da luta de classes a partir do recrudescimento do conservadorismo e uma grande ofensiva sobre os direitos arduamente adquiridos pela classe trabalhadora, é importante analisarmos as nossas lutas passadas como forma de reflexão e aprendizagem para as lutas seguintes. Nos últimos anos, durante o governo PT e também no período pós-golpe, a educação tornou-se vanguarda dos movimentos da classe trabalhadora, realizando os maiores e principais movimentos de enfrentamento, principalmente entre os servidores públicos. A greve de 2012 dos professores universitários, a maior registrada até hoje, foi um grande marco nesse processo de mobilização e organização da classe e dá-nos muitos elementos indicativos sobre os limites e potencialidades das lutas desse segmento da classe trabalhadora e de suas relações com o conjunto dessa classe.

Em 2015, as universidades públicas federais passaram por uma greve que englobou os três setores que compõem a comunidade universitária: docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Esse cenário tem como principal causa os cortes orçamentários promovidos pelo governo federal, que chegaram a R\$ 12 bilhões somente naquele ano, apenas na área da educação, totalizando cerca de R\$ 80 bilhões se somadas as demais áreas sociais como saúde, segurança, habitação etc.¹. Esses cortes ocorreram em um contexto de manutenção da política de superávit primário, no qual as receitas do Estado são destinadas prioritariamente para o pagamento da dívida pública e seus serviços: os juros da dívida atualmente estão na casa 334,6 bilhões de reais, sendo que, em 2014, eram 251,1 bilhões de reais, e, ainda em 2015, foram destinados 45% das riquezas do país para o pagamento da dívida pública².

No entanto, apenas três anos antes, em 2012, houve uma grande greve que também mobilizou a comunidade universitária e tornou-se a mais longa da história até então, e já apontava como reivindicações a falta de condições de trabalho e estudo, fruto da ausência de investimentos do governo federal. Neste contexto, este estudo almeja investigar o processo de luta dos docentes das universidades públicas federais que desembocou na greve de 2012 e a sua relação com as políticas públicas do Governo Federal, especialmente a última Contrarreforma Universitária (Decreto 6096/2007). Tendo em vista a manutenção das políticas de aprofundamento sistemático da precarização dos serviços públicos por meio de sua asfixia financeira, estudar a greve docente de 2012 torna-se importante não apenas para compreender a situação da educação no Brasil, em especial a Educação Superior, mas também as configurações atuais da luta de classes, suas potencialidades e dificuldades.

¹ Dados retirados de: <<http://grevedauff2015.blogspot.com.br/>>.

² Dados retirados de: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552.html>>.

Buscamos compreender a realidade brasileira e de suas instituições a partir das premissas da Teoria Marxista da Dependência, que

é o termo pelo qual ficou conhecida a versão que interpreta, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial (Carvalho, 2013, p. 192).

A partir da compreensão da realidade brasileira, tendo em conta a sua inserção periférica e dependente na ordem capitalista mundial como o eixo condutor de nossa pesquisa, estudamos as reconfigurações da Educação Superior pública brasileira e a sua relação com as ações do Movimento Docente (MD). Em um primeiro momento, averiguamos as relações estabelecidas entre a condição de país periférico e o papel da universidade pública, seus limites e potencialidades dentro dessa ordem e de suas condições objetivas de atuação e a natureza e organização do trabalho docente nesse âmbito.

Posteriormente, analisamos a concepção e a implementação do REUNI tomando como campo empírico a Universidade Federal Fluminense (UFF). Atentamos ao processo de reestruturação e expansão levado a cabo via REUNI e suas consequências para as condições de trabalho e estudo nas universidades federais, neste caso a UFF, ressaltando os movimentos de resistência ao projeto no interior da universidade.

Por fim, investigamos a greve ocorrida em 2012, as ações do Movimento Docente (MD) e de seu principal interlocutor, o Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), e, no caso da UFF, a Associação dos Docentes da UFF – Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFF-SSind). Essa análise foi realizada a partir das publicações da ADUFF-SSind, como o blog criado para divulgar e acompanhar a greve, e das atas das assembleias promovidas pela ADUFF durante o período da greve. Assim, buscamos compreender as relações entre o MD e as mudanças em suas condições de trabalho promovidas pelas políticas públicas, a sua ação enquanto classe trabalhadora, a dialeticidade da consciência de classe, e as perspectivas para novos movimentos, suas potencialidades e dificuldades.

O trabalho docente na universidade periférica

Como instituição partícipe da estrutura societária capitalista, a educação formal adquire um importante papel na conformação da mesma, integrando o processo de luta de classes, as disputas por hegemonia, e os movimentos de

resistência da classe trabalhadora, ainda que, em última instância, seja determinada pela burguesia, classe dominante econômica e politicamente, material e espiritualmente (SILVA, 2015).

No caso brasileiro, estudar a relação entre educação e sociedade deve considerar que “do solo material composto pelo MPC na particularidade não ‘decorre’, pura e simplesmente, a educação brasileira, como mera ‘superestrutura’ que se ergue sobre uma base. Ela é resultado de processos históricos complexos, constituídos de lutas e conflitos determinados” (Minto, 2011, p. 100). De acordo com a Teoria Marxista da Dependência, a “inserção débil” do Brasil na ordem econômica mundial não se materializa apenas em questões comerciais, financeiras, mas também na qualidade de suas relações, instituições, que são frutos do processo de desenvolvimento próprio da lógica universal de expansão capitalista, materializando-se em “uma ordem social caracterizada por um afastamento extremo cultural e material, com um acesso reduzido ao mínimo possível a grande parte da população” (SILVA, 2015, p. 61).

O suposto “atraso educacional” dos países periféricos, antes de obstáculos para o desenvolvimento do capitalismo nesses países, é uma condição, uma exigência dessa estrutura societária. Nesse sentido, a produção de um conhecimento técnico-científico mais avançado e de um conhecimento crítico da ordem existente torna-se mais difícil em função de um processo de transplantação de ideias e conhecimentos advindos do centro do capitalismo; esse processo é preponderante para a produção e reprodução do *status quo*, configurando-se uma dependência social, econômica, política, cultural e educacional, que são a objetividade da condição periférica brasileira.

Com a modernização da situação de dependência, em vez de diluir as relações de subordinação entre países centrais e periféricos, há a sua complexificação. “Os países hegemônicos não possuem interesse e não podem fomentar atividades que possibilitem uma maior autonomia nos países da periferia, logo, ao passo que há o surgimento de novos centros de educação, pesquisa, as influências externas se tornam mais alienadoras, atrofiantes” (*ibidem*, p. 62). É importante ressaltar o interesse da classe dominante local, que também atua para direcionar o desenvolvimento nessa direção, a fim de garantir a manutenção de seus privilégios de classe, porquanto são sócios no processo de exploração da dependência.

A situação de dependência materializa-se por diversos mecanismos, sendo o principal deles, atualmente, a dívida pública. Por meio de seu incrível aumento, cresce a subordinação dos Estados periféricos aos capitalistas, sobretudo das nações centrais.

Nesses países, há a consolidação de uma posição de valorização dos capitais forâneos, aumentando a sua dependência para com eles, e,

constituindo um ciclo vicioso, com o estímulo à entrada de capitais estrangeiros, a remessa do mais-valor por eles obtidos no Brasil para o exterior e a dependência desses capitais para a continuidade das atividades econômicas, o que faz com que a ação estatal se volte para atrair cada vez mais os investimentos estrangeiros (*ibidem*, p. 63).

Todavia, esse processo ocorre mediante muitas resistências da classe trabalhadora, em especial de um segmento diretamente envolvido no processo educacional, responsável por materializar as relações educacionais: os professores. O docente é um assalariado que deve vender sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência, logo, um trabalhador como qualquer outro. Contudo, por não se encontrar “no chão da fábrica”, os docentes não se consideravam e nem eram considerados como os demais trabalhadores, pois, a partir da materialidade de suas relações de trabalho, o docente constituía em sua subjetividade a visão de que não seria um trabalhador como os demais.

Os trabalhadores da educação são trabalhadores assalariados em sua totalidade, sem a propriedade dos meios de produção, submetidos a um crescente processo de perda do controle do processo de trabalho e de flexibilização nas suas formas de contratação, conforme apontado [...] nas lutas dos docentes contra as políticas educacionais (Miranda, 2011, p. 318).

No caso da educação pública, as mudanças ocorrem sobretudo por meio das políticas educacionais. No caso da Educação Superior pública federal, iremos analisar a última Contrarreforma Universitária, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, cujo processo de implantação foi bastante conturbado, contando com muita resistência por parte de segmentos da comunidade universitária, como alunos, técnicos e docentes. Destarte, analisaremos a seguir o processo de implementação do REUNI e suas consequências para as condições de trabalho e estudo na UFF e os movimentos de resistência do período.

A Contrarreforma Universitária: a implementação do REUNI e os seus impactos no trabalho docente

A Contrarreforma Universitária denominada de REUNI está no bojo de uma ampla Contrarreforma em todo o âmbito do Estado promovida pelo Governo presidido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O cerne desse movimento mais amplo foi aumentar os espaços lucrativos dentro do espaço público, um processo de privatização por dentro, capitaneado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na educação, ocorreu a consolidação de um marco jurídi-

co-político que possibilitou o crescimento da inserção da iniciativa privada na Educação Superior pública, tanto pela venda direta dos “produtos educacionais”, como pela apropriação privada dos espaços públicos para aumentar a taxa de extração de mais-valor.

Porém, como vimos anteriormente, uma das mediações fundamentais da sociedade capitalista é a luta de classes, presente em todas as suas instâncias, em especial no Estado, e, conseqüentemente, no âmbito das políticas públicas. Assim, a implementação do REUNI foi acompanhada por uma intensa mobilização dos diversos segmentos da comunidade universitária. Desde a sua concepção, ele foi duramente combatido, o que é justificado, por exemplo, pela apresentação do *Anteprojeto de Lei: versão preliminar* da Reforma Universitária, elaborado pelo governo em 6 de dezembro de 2004, de uma segunda versão em 30 de maio de 2005, e de outra em 29 de julho – “por ocasião da passagem do cargo de ministro de Educação, Tarso Genro torna pública a então chamada ‘versão definitiva’ do anteprojeto de lei da reforma da educação superior”, sempre com algumas concessões, mas prevalecendo os interesses da classe dominante (Rodrigues, 2007, p. 71).

O REUNI foi implementado pelo governo PT, um partido que nasceu no seio da classe trabalhadora, e com apoio de entidades que seguiram o mesmo caminho, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), e utilizou-se de bandeiras históricas dos movimentos sociais, sobretudo a defesa da ampliação do acesso à ES para implementar um projeto, em essência, contrário aos seus interesses. Dessa forma, a Contrarreforma veio como resposta a uma série de “problemas” mapeados pelo governo federal na Educação Superior pública, como observamos nas “Diretrizes Gerais para a Reforma do Ensino Superior” (Brasil, 2007a): currículos rígidos voltados basicamente para a formação profissional, número reduzido de estudantes, espaços ociosos (principalmente à noite), baixa relação aluno-professor (RAP), altos índices de evasão.

Como um contrato de gestão a ser assinado entre o Ministério da Educação (MEC) e as universidades federais, o discurso governamental era de respeito à autonomia universitária, contudo, a alocação de verbas para as instituições estavam condicionadas à assinatura desse contrato. Destarte, as universidades deveriam cumprir as metas supracitadas estabelecidas pelo MEC com relação à conclusão de curso e ao aumento da RAP em 5 anos, prazo de vigência do contrato, para então continuar recebendo os recursos federais. No entanto, a esse grande processo de expansão e reestruturação, o aumento dos recursos de custeio das instituições seria de apenas 20% de seus recursos na data de assinatura do contrato.

Art. 3o O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na

medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a: I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa; II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação. § 1o O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1o, [...] § 3o O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação (Brasil, 2007b).

Esses recursos poderiam ser aumentados ou diminuídos em função do cumprimento de metas, e, quanto maior fosse a expansão das vagas, maior seria a alocação de verbas, ou seja, o projeto constituiu-se em uma grande “chantagem” por parte dos governos para com as universidades.

Assim, a lógica central da Contrarreforma era a expansão da oferta da Educação Superior pública, por meio da sua massificação: flexibilização dos currículos possibilitando um aligeiramento da formação, aumento a RAP para 18/1 a fim de “otimizar” os recursos materiais e humanos, utilização maciça de tecnologia, sobretudo via EAD (Educação à Distância) para substituir as aulas presenciais, para ampliar as vagas sem aumentar as verbas destinadas às universidades. “O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos” (Brasil, 2007b).

Essas medidas aprioristicamente coerentes, são, na verdade, extremamente problemáticas. O aumento da RAP para 18/1 no prazo de duração do contrato pode parecer pouco, mas se é levado em consideração que um docente de Educação Superior não se dedica apenas a ministrar aulas, como também realiza atividades de pesquisa, extensão, orientação de trabalhos, e muitas vezes, acumula funções administrativas e burocráticas, esse número passa a ser bastante considerável, pois, o objetivo passa a ser “salas de aulas com 45 alunos de graduação e uma carga horária discente de aproximadamente vinte horas semanais” (Brasil, 2007a, p. 4). Com 45 alunos por turma, já fica bastante precária a relação ensino-aprendizagem, mas o que se vê na maioria das salas de aula são turmas com 60, 70 e até 80 alunos.

Todavia, mesmo sendo um projeto de alcance nacional, com metas fixas para o conjunto da Educação Superior pública federal, ele se materializou em

cada instituição de maneira distinta. Isso ocorreu por alguns fatores: 1 – a contabilização das vagas a serem expandidas dava um peso maior aos discentes de pós-graduação, logo, as universidades que possuíam cursos de pós-graduação consolidados precisariam expandir menos vagas de graduação que as demais; 2 – outro fator importante foi a capacidade de mobilização e luta interna da comunidade universitária, que conseguiu amenizar alguns fatores negativos do acordo.

Dessa feita, a dialeticidade entre o universal – no caso do alcance nacional da política do REUNI – e o particular – a forma como ele se materializa em cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) – só é possível de ser compreendida se observarmos as suas mediações. Neste caso, uma mediação fundamental é a luta de classes. O nosso objeto de estudo, a UFF, foi uma das últimas IFES a assinar o acordo com o MEC, e com uma série de concessões, mas que não mudaram a natureza precarizante do contrato de gestão.

O processo de implementação do REUNI na UFF foi bastante conturbado, contando com grande resistência da comunidade universitária, destacando-se a atuação da ADUFF-SSind na representatividade dos docentes. Não obstante, a reunião final da aprovação do REUNI no Conselho Universitário ocorreu no Palácio da Justiça de Niterói sob escolta das polícias militar e federal: “Para tal, a reunião do Conselho Universitário realizou-se no Palácio da Justiça de Niterói, sob forte escolta policial, onde estudantes, sindicalistas e conselheiros tiveram barrada a sua entrada. Os policiais militares usaram spray de pimenta e ameaçaram estudantes e professores de prisão” (GTPE-ADUFF/SSind, 2013, p. 26).

Os tópicos do REUNI referentes à democratização da universidade pública e ao respeito à autonomia presentes no corpo do projeto não chegaram à via da prática. Contudo, é importante lembrar que os setores ligados ao campo majoritário da UNE e os setores da CUT apoiaram a implementação do REUNI nas Universidades federais, fazendo a defesa do governo federal, demonstrando o seu atrelamento ao mesmo.

Como já vimos anteriormente, o projeto do governo materializar-se-ia por meio da assinatura de um contrato de gestão entre o MEC e as IFES; no caso da UFF, o **Acordo nº 044**. Neste acordo, a UFF teria “autonomia” para atingir as metas impostas pelo governo federal: aumentar a RAP para 18/1 e também a taxa de conclusão de curso para 90%. O acordo partia do mapeamento de problemas na universidade, que seriam os mesmos diagnosticados no conjunto da Educação Superior pública federal:

que há necessidade de reduzir as taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de ingresso, especialmente no período noturno; que há necessidade de mobilidade estudantil, com implantação de regimes curriculares e sistemas de título que possibilitem a construção

de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; [...]; que há necessidade da diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada (Brasil, 2008a, p. 01).

O Acordo foi assinado em 2007 para entrar em vigor em 2008, com prazo de validade de 5 anos, até 2012, e teve, ao longo desses anos, os seguintes indicadores de expansão: de 2007 até 2010, a dotação orçamentária aumentou 55%; de 2007 até 2012, o número de cursos de graduação aumentou 58% e o número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* cresceu 66%; no mesmo período, o número de matrículas na graduação foi ampliado em 98%, a RAP passou de 61,1% para 18,3%, acima do previsto no acordo; enquanto, de 2007 até 2011, o número de docentes havia sido aumentado em apenas 30% (SILVA, 2015).

Apesar de a relação entre aumento do número de cursos e aumento na dotação orçamentária indicar um equilíbrio no crescimento, a disparidade entre o crescimento das matrículas e o aumento do quantitativo de professores mostramos claramente o processo de precarização. A ampliação do quadro docente foi menos de 3 vezes inferior ao crescimento das matrículas de graduação, demonstrando um quadro grave de sucateamento das condições de trabalho e estudo na UFF. Além disso, o discurso de democratização do acesso à universidade pública cai por terra quando, de acordo com dados da própria UFF (2012), a taxa de sucesso na graduação cai de 0,76 em 2007 para 0,64 em 2011. “Com o aumento do número de alunos em sala de aula, a comunicação entre professores e alunos é mais obstaculizada, o que é altamente prejudicial para a aprendizagem, sobretudo no que tange à criação de vínculos e identificação entre docente e discente, já que as relações se tornam cada vez mais impessoais” (SILVA, 2015, p. 160).

Configura-se, então, o papel do “docente terciário”, que, sobrecarregado pelo crescimento das aulas a serem ministradas, pelo número de alunos por turma, assim como pela quantidade de orientações a serem realizadas, tem a realização de atividades de pesquisa e extensão deveras obstaculizadas.

Com isso, há a conformação daquilo que o Banco Mundial denomina como “Ensino Terciário”, a sua proposta de Educação Superior para os países periféricos, que se constitui em um processo de formação da mão de obra bastante superficial, aligeirado, flexível, descolado da realidade, sem qualquer perspectiva crítica do conhecimento e afastado dos processos de pesquisa e produção do conhecimento – estes são reservados aos países do centro do capitalismo. Ocorre o aprofundamento da condição periférica da universidade brasileira. “Por meio desse importante deslocamento da concepção de *educação superior* para *educação terciária*, o BM reivindica o aprofundamento da diversificação das

instituições de ensino superior, dos seus cursos e das suas fontes de financiamento” (GTPE-ADUFF/ SSind, 2013, p. 17).

Outro elemento que ajuda a aprofundar essa lógica de “terciarização” da Educação Superior é o fato de a expansão preconizada pelo governo federal ocorrer sobretudo a partir da contratação de professores temporários, ou “professores REUNI”. Diferente dos professores substitutos, os “professores REUNI” não surgem para cobrir alguma vacância de vaga já suprida por um docente efetivo, mas, sim, surgem para “tapar buracos” da expansão de vagas promovida pelo REUNI, as quais não possuíam concursos correspondentes. Os “professores REUNI” padecem das mesmas limitações que os docentes substitutos: não podem exercer atividades burocráticas, de pesquisas, extensão, ou seja, apenas realizam atividades de ensino. “Dessa forma, o trabalho institucional e acadêmico fica comprometido: os poucos professores efetivos ficam com toda a responsabilidade de orientações, realização de atividades de pesquisa e extensão, além da assunção dos cargos de chefia administrativa.” (SILVA, 2015, p. 162).

Essa foi a forma de “otimizar” os recursos materiais, financeiros e humanos por parte do governo federal: precarizar ainda mais a Educação Superior pública federal.

A contratação de professores temporários foi a forma de expansão, em especial nos cursos e *campi* do interior. A interiorização foi outra marca do REUNI, sobretudo na UFF, que tem na expansão para o interior uma característica histórica. Contudo, a expansão de vagas e cursos para o interior, desacompanhada dos investimentos necessários, só pode acarretar em uma situação bastante problemática.

Os alunos chegaram – e foram bem vindos! –, porém as salas de aula, as bibliotecas, a moradia estudantil, o transporte, o restaurante universitário, os laboratórios, os técnicos e os professores ainda estão em falta. As debilidades estruturais dos Polos são grandes e dificultam a plena atividade de ensino, pesquisa e extensão (GTPE-ADUFF/SSind, 2013, p. 28).

À exceção do Polo de Volta Redonda, os demais polos sofrem com graves problemas em sua infraestrutura, como a realização de aulas em *containers*, falta de espaços para os docentes e de espaços adequados para a realização de pesquisas, e total ausência de assistência estudantil. Ainda que haja legalmente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, “as condições materiais, objetivas, da universidade impedem que isso ocorra na prática, configurando uma graduação bastante limitada às atividades de ensino, com atividades de

pesquisa e atividades de extensão se tornando exceções nesse processo de formação” (SILVA, 2015, p. 185).

Com relação à falta de verbas, o REUNI veio a consolidar os paradigmas privatistas acima elencados, como as Fundações de Direito Privado, Parcerias Público-Privadas, pois, configura uma nova perspectiva de autonomia, em detrimento da autonomia didático-científico, uma autonomia administrativo-financeira. Esta significa que as universidades devem, por meio da venda de “serviços educacionais”, complementar as verbas governamentais quando estas forem insuficientes, consolidando um processo de privatização interna (Mancebo, 2013).

Acrescenta-se a esse panorama a consolidação do novo modelo empresarial de gestão da Educação Superior pública, no qual as verbas passam a ser distribuídas para as instituições e os professores a partir da realização de avaliações externas. Estas podem ser realizadas por avaliações diretas, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), assim como realizadas no setor de pós-graduação e pesquisa, pela mensuração quantitativa dos artigos científicos produzidos pelos docentes e pós-graduandos.

Esta ideologia do produtivismo acadêmico origina-se do Estado, com mediação da Capes e do CNPq, acrescidos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros. O produtivismo acadêmico assume sua forma mais acabada, objetivada e cultural no Currículo Lattes (CV-Lattes) (Silva Júnior & Kato, 2010, p. 66).

Essa situação configura uma cultura institucional de competição entre os sujeitos, docentes e pós-graduandos por publicações, em troca de financiamentos e disputas por editais. A busca pela alta produtividade torna-se uma consequência quase natural da política educacional e científica adotada pelo Estado, adquirindo um caráter balizado no autorreferenciamento.

Em particular, o movimento da concorrência desenfreada pela ascensão do conceito dos programas de pós-graduação, tanto a nível individual como institucional, acarreta consequências graves para a saúde de todos os envolvidos, dado o ambiente de isolamento e de hostilidade no local de trabalho causado por valores individualistas (Mancebo, 2013, p. 524).

Frente a essa situação, tende a ocorrer a consolidação de uma subjetividade cada vez mais pautada pelo individualismo, pela competição exacerbada, e pela subordinação às leis do mercado por parte dos docentes, que passam a naturalizar o fato de terem que “vender” ou submeter suas pesquisas e o resultado

delas ao crivo do mercado para obter algum financiamento. O conceito de público presente na subjetividade dos docentes torna-se mais difuso, porquanto legalmente as fronteiras entre o público e o privado rarefazem-se. Entretanto, frente a esse complexo cenário que articula a precarização das condições de trabalho com um severo arrocho salarial, o processo de consciência dos docentes também se vê em movimento. O fenômeno da consciência é visto enquanto movimento: fases que se superam, formas que se rompem, com novas formas e fases que já possuem elementos de suas futuras contradições, não havendo linearidade (Iasi, 2011).

Nesse contexto, a intensificação do trabalho, junto com a precarização de suas condições, foi acompanhada por movimentos de resistência no interior das universidades, em alguns momentos, mais fortes, em outros, mais complicados. À constituição de uma lógica individualista e mercantilista do trabalho e da cultura organizacional que possui a tendência de conformar subjetividades cada vez mais egoístas e autorreferenciadas, contrapõe-se a insatisfação de trabalhar em condições mais precárias e no estranhamento vindo dessa atividade. A contradição própria da sociedade capitalista materializa-se dentro da universidade, e a mediação de luta de classes faz-se patente, atuando na conformação da subjetividade dos trabalhadores docentes.

A greve dos docentes de 2012: uma resposta da classe trabalhadora à precarização promovida pelo governo federal

Não nos cabe discorrer sobre todo o processo de formação da consciência dos sujeitos, mas é importante pontuar como os mesmos sujeitos que estão submetidos a uma cultura institucional cada vez mais competitiva, individualista e alienante, podem resistir a esse processo e realizar a greve mais longa da história dos professores das universidades públicas, caso da greve de 2012, e, três anos depois, realizar uma nova greve de grandes proporções.

A alienação é um elemento subjetivo com bases objetivas, fruto das relações dos sujeitos em vida, a primeira forma de consciência do sujeito, enraizada na forma de cargas afetivas, também denominada senso comum. A ideologia é o que age sobre essa base, possui uma base objetiva própria das relações sociais de produção, atuando de fora para dentro, e encontra nos indivíduos a base subjetiva para o seu estabelecimento. A difusão ideológica não ocorre apenas pela disseminação de ideias e valores pelos mais diversos meios, ainda que isso seja importante; o que é fundamental é a correspondência com as relações concretas encontradas pelos indivíduos e classes. “As relações sociais determinantes, baseadas na propriedade privada capitalista e no assalariamento da força de trabalho, geram as condições para que a atividade humana aliene em vez de humanizar” (Iasi, 2011, p. 21).

Dessa feita, o local de trabalho na sociedade capitalista é o local de alienação/estranhamento, pois é lá que se realiza o trabalho estranhado, com a reificação e fragmentação da consciência, com o predomínio do encapsulamento do trabalhador, que sua coletividade ocorre pela mediação do capital. O trabalhador, um capital variável, que é afetado pelas constantes reestruturações produtivas do capital, em um processo de favorecimento do capital constante (o maquinário), tende a perder sua capacidade de lutar pelas necessidades básicas, como comer, vestir, morar.

Por isso, e não por nenhuma essência, está no ser da classe como fator muito mais marcante que o consentimento a possibilidade da resistência e da luta contra o capital. [...] pelo fato de que a condição reificada [...] pressupõe o humano, mas o humano não pressupõe a reificação, pelo mesmo motivo que o trabalho estranhado pressupõe o trabalho, mas a ação criativa dos seres humanos como mediação de primeira ordem com a natureza não pressupõe o estranhamento (Iasi, 2012, pp. 66-67).

Neste caso, o senso comum – ou primeira forma de consciência – dos docentes possui uma correspondência com a base material de sua existência, já que se vive em uma sociedade capitalista, que possui uma sociabilidade própria, historicamente produzida e reproduzida pelos sujeitos que a compõem. Quando os professores universitários, mesmo que numa instituição pública, submetem-se à iniciativa privada para obterem complemento salarial, ou, por muitas vezes, apenas conseguirem o financiamento de suas pesquisas, eles são “coerentes” com esse momento de consciência. Outrossim, isso é coerente quando os mesmos subordinam-se às avaliações de mote produtivista, quando devem produzir cada vez mais artigos para demonstrarem seu “valor” e avançarem na carreira, ou até mesmo para manter uma hierarquia. Neste caso, o seu trabalho, que ontologicamente possui o papel de humanizá-lo, passa a fazer o contrário: desumaniza-o, torna-o mais egoísta, individualista e competitivo, é a base material pela qual os sujeitos conseguem internalizar valores como a meritocracia extrema. “Em vez de o trabalho tornar-se o elo do indivíduo com a humanidade, a produção social da vida, metamorfoseia-se num meio individual de garantir a sobrevivência particular” (Iasi, 2011, p. 22).

Entretanto, o sujeito, apesar de imerso em determinadas relações sociais de produção, pode entrar em contradição com as mesmas quando estas se chocam com os valores internalizados. Um dos limites objetivos que estabelecem essa contradição é a saúde dos sujeitos. No caso dos professores, isso se torna bastante patente, porquanto um professor que se submete às exigências da CAPES concernentes à produção de artigos, dá aulas para diversas turmas –

quase sempre lotadas–, além de, muitas vezes, realizar outras tarefas de natureza burocrática, tem boas possibilidades de adoecer. Assim, ele pode entrar em contradição, pois, ao contrário da satisfação e do prazer prometidos por se submeter aos valores do capital, ele acaba adoecendo, tendo sua vida precarizada, justamente por viver de acordo com esses valores, o que tem a possibilidade de acarretar em insatisfação, ou seja, permite que se entre em choque com as regras vigentes e a sociabilidade capitalista (Iasi, 2011, 2012).

A partir de determinadas condições – no caso dos professores, a precarização de suas condições de trabalho, o arrocho salarial, as crescentes exigências da institucionalidade produtivista –, pode a contradição entre os valores internalizados e as relações vividas gerar uma superação inicial da alienação. O que é fundamental nesse sentido é o grupo, quando consegue ver em outras pessoas a sua própria contradição, o que possibilita gerar uma ação conjunta para superar essa condição.

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça (Iasi, 2011, p. 29).

A contradição entre o movimento subjetivo da incorporação de valores liberais e a objetividade das relações sociais engendra uma inquietude que implica para a ação. Nesse movimento contraditório, a presença de uma figura com quem se identificar, que simbolize a possibilidade de mudança ou resistência, é de suma importância, pois ocorre a coexistência dos valores: de um lado, a realidade é assim, mesmo que indesejável; de outro, é necessário lutar, uma vez que, posteriormente, há a possibilidade de mudar. Assim, desenvolve-se uma perspectiva de ação inicialmente de cunho local, com questões específicas. Ao buscar uma melhoria de vida dentro dos limites da ordem, por meio do trabalho, e, ao se deparar com o mesmo como um momento de negação dessa melhoria, fomenta-se uma identidade que se volta crescentemente pela negação da ordem vigente (Iasi, 2012).

Em um momento de crise da objetividade, quando ocorre “a impossibilidade de continuar vivendo uma impossibilidade”, há a sua interiorização no senso comum. Essa contradição, ao se tornar possível de ser vista nos outros, faz com que se inicie o surgimento de uma identidade coletiva que permita a ruptura da cápsula individual; o grupo possibilita a mediação do sujeito enquanto ser social. Essa vivência em grupo possibilita um salto de consciência que resulte

em uma negação do senso comum. Esse salto de consciência depende de até que ponto a ameaça externa seja, de fato, uma impossibilidade no processo de produção social da vida, podendo ela ser mais focalizada ou mais abrangente (Iasi, 2011, 2012).

Essa “impossibilidade de se viver uma impossibilidade” pode se materializar na situação dos docentes da Educação Superior pública, que, submetidos a uma lógica produtivista, vendo suas condições de trabalho deteriorarem-se cada vez mais, acabam por ter em seu trabalho a sua negação. A resposta para toda essa deterioração, por parte das políticas públicas, é a intensificação do trabalho em condições gradativamente piores, logo, é possível denotar a contradição que emerge na consciência: se a situação atual não está boa, é porque se deve trabalhar mais, mas quanto mais se trabalha, vê-se a situação piorar (o adoecimento, entre outros problemas). Esse é o espaço de fissura da sociabilidade capitalista.

Parte dos professores, estudantes e técnicos já havia se chocado e lutado contra o REUNI desde a sua concepção, e, por conta dessa luta, seus impactos foram mais amenos do que o projeto inicial, ainda que tenha mantido a essência de favorecimento do capital, não obstante a greve tenha ocorrido no último ano do acordo. Contudo, as grandes proporções do movimento grevista só podem ser explicadas pela adesão de mais pessoas, mais insatisfeitos, que vislumbraram na ação coletiva a única possibilidade de sair da situação em que se encontravam.

Escolhemos como interlocutores para a análise o ANDES-SN e a ADUFF-SSind, por representarem um segmento combativo do Movimento Docente e, sobretudo, independente do governo. Desde 2010, o ANDES-SN busca negociar com o governo acerca das perdas salariais dos docentes, da deterioração de suas condições de trabalho e da carreira, da lógica meritocrática e produtivista das avaliações externas nos níveis de graduação e pós-graduação. São itens de reivindicação do ANDES-SN junto ao governo federal:

garantir recursos públicos para a realização imediata de concursos para docentes em regime de DE por meio do Regime Jurídico Único/Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, Decreto 94.644/1987 (RJU/PUCRCE), com a contratação de substitutos configurando um quadro de exceção, apenas para cobrir vacâncias contidas na lei 8.112 do RJU, e não na forma de uma política de Estado; rejeitar a criação do cargo de professor temporário por meio da Medida Provisória (MP) 525/2011; lutar contra o PLP nº 92/2007, responsável pela criação das Fundações Estatais de Direito Privado, contra a venda de serviços que fazem parte dos direitos à cidadania e responsabilidade do Estado (SILVA, 2015, p. 193).

Além disso, lutou-se pela questão salarial, contra a composição salarial por meio das gratificações, pela isonomia salarial e por uma política de recuperação salarial.

Em virtude do processo de mobilizações ocorrido em 2011, o governo sinalizou com um acordo junto ao MD federal, de nível superior e básico, de reajuste salarial e finalização das negociações de reestruturação da carreira.

Para o Magistério de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (MEBTT), há a incorporação da Gratificação Específica de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (GEDBT), e com o aumento de 4% em cima do vencimento já com essa incorporação e também das Retribuições por Titulação (RT). Para o Magistério Superior (MS), há a incorporação da Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS), com o aumento de 4% correspondendo ao vencimento com a incorporação e também da RT. Dessa feita, o governo tomaria as medidas cabíveis para que isso ocorresse até março de 2012 (*ibidem*, p. 196).

Entretanto, o governo federal não cumpriu os compromissos assumidos junto ao MD, as condições de trabalho foram se deteriorando e o GT proposto pelo governo tornou-se um engodo, sem quaisquer tipos de avanços. Nesse processo, a dinâmica de luta de classes tornou-se ainda mais explícita. A “impossibilidade de se viver uma impossibilidade” tornava-se cada vez mais patente: além de ter sua carreira desestruturada e péssimas condições de trabalho, o governo sinalizou que não poderia oferecer reajuste salarial para os docentes e o conjunto dos Servidores Públicos Federais (SPF). “Com a participação do MD, o conjunto do funcionalismo público federal programou uma série de atos, protestos e manifestações para o mês de março de 2012. A ação se deu em diversas frentes: desde a pressão via parlamentar, até mesmo o fortalecimento dos atos de rua, além de atentar à via jurídico-burocrática” (*ibidem*, p. 206).

As poucas concessões do governo federal eram consequência da embrionária resistência do MD, mas que não era o suficiente para vencer a intransigência governamental. A intransigência governamental, ao invés de enfraquecer o movimento, somente o fortaleceu, e a presença do ANDES-SN no Fórum dos SPFs serviu para coesionar e conferir um caráter mais classista às ações do sindicato. Já o governo, além de postergar as negociações, estabeleceu a data limite de 31 de agosto para as estas, quando se encerraria o prazo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano seguinte.

O maior antagonismo entre o ANDES-SN e o governo federal dava-se com relação aos princípios defendidos para a carreira: enquanto o sindicato possuía um caráter classista, de defesa da educação pública e gratuita, prezando pela autonomia universitária, isonomia salarial e o fim das gratificações, o governo buscava

a divisão da carreira em MS e MEBTT, resultando em diferenciações remuneratórias para docentes que exercem basicamente as mesmas atividades; uma divisão maior da carreira em níveis e classes, o que engendrava uma maior dificuldade para os docentes alcançarem o topo da carreira, em especial com a criação de um abismo salarial a partir da classe de professor associado; também há a defesa de uma progressão na carreira a partir dos paradigmas mercantis da produtividade, em um sistema de avaliação que desrespeita a autonomia universitária, baseado na hierarquização entre os docentes e a competição entre os mesmos (*ibidem*, p. 279).

Assim, em abril de 2012, o ANDES-SN tira o indicativo de greve para o dia 17 de maio, a ser discutido nas Assembleias Gerais (AG) nas universidades federais, como forma de abrir os canais de negociação com o governo. Na UFF, após a decisão do ANDES-SN, ocorreu uma AG no dia 10 de maio, com a aprovação do indicativo de greve para o dia 22 do mesmo mês, a fim de aumentar a mobilização. “A votação da data do indicativo resultou em 14 votos a favor do dia 17 de maio próximo, 25 votos a favor do dia 22 de maio próximo e uma abstenção.” (Ata da 398ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 2). O processo de mobilização na UFF foi marcado pelo caráter democrático e classista, contando sempre com a participação de técnicos e alunos e a presença de outros sindicatos. Centralmente, a pauta dos professores chocava-se com o REUNI por conta da luta por condições de trabalho: “A pauta de reivindicações da greve dos docentes [...] Segundo informe, a pauta tem como itens a reestruturação da carreira com valorização salarial, prevista no acordo 04 de 2012, e melhoria das condições de trabalho” (*ibidem*, p. 1).

A luta contra as políticas de Educação Superior do governo federal mobilizou toda comunidade universitária, com os estudantes deflagrando greve também no dia 22 de maio, inclusive com a construção de pautas conjuntas de professores, alunos e técnicos (Ata da 399ª AG da ADUFF-SSind, 2012; Ata da 400ª AG da ADUFF-SSind, 2012). Como pauta específica do MD, foram apresentadas “a reestruturação da carreira docente com valorização salarial, a partir da fixação do piso e de uma malha salarial, e a melhoria das condições de trabalho” (Ata da 399ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 1) Já no dia 17 de maio, 33 das 59 seções sindicais aderiram à greve; e o governo foi pressionado, mas insistiu em protelar as negociações, inclusive desmarcando reunião com o ANDES-SN.

A intransigência do governo teve como resultado aumentar a força da greve e, no dia 28 de maio, já eram 44 seções sindicais em greve, inclusive nas bases do PROIFES. “A greve também se amplia na base do sindicato governista, como no RS, base PROIFES [...]” (Ata da 405ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 1). Outra tática de pressão foi a realização de atos de rua, como o ato na Praça XV, no Rio de Ja-

neiro, com milhares de pessoas, para abrir também um canal de diálogo com a sociedade.

O ato “Educação e saúde pública: namore essa idéia” reuniu nesta terça-feira, dia 12, cerca de cinco mil manifestantes pelas ruas do centro do Rio. Com a participação de estudantes, técnicos e professores da UFF, UFRJ, UniRio, Rural e Cefet, o ato começou com uma passeata, que teve concentração na Candelária. Já ali, milhares de manifestantes portavam cartazes, faixas e bandeiras defendendo investimento de 10% do PIB na educação pública, novos concursos para professores e técnicos, melhores instalações, e muitas outras coisas (ADUFF-SSind, 2012a, s/p).

A luta interna nas IFES também foi fundamental, como as ações no Conselho Universitário e a suspensão oficial do calendário acadêmico na UFF (Ata da 401ª AG da ADUFF-SSind, 2012; ADUFF-SSind, 2012b). O caráter formativo das atividades de greve foi também um destaque do movimento, sobretudo por conta do assédio moral de direções e reitoria.

Outro elemento importante utilizado como tática de formação política e crescimento da mobilização dos docentes pela ADUFF-SSind foi a realização de seminários de esclarecimento sobre a situação da UFF, os direitos dos grevistas, em especial aqueles que são mais assediados durante o movimento: os temporários, substitutos e os docentes em estágio probatório (SILVA, 2015, p. 283).

A interiorização foi um grande mote para o movimento grevista, pois o processo de precarização nos novos cursos, *campi* e universidades foi ainda mais perverso do que nas IFES já consolidadas. Na UFF, as ações desenvolvidas nos polos do interior foram fundamentais, já que grande parte de seus professores era nova – efetivos ou temporários –, o que explicou o engajamento e o protagonismo desses docentes, em virtude do grau de precarização a que estavam sujeitos, tornando a sua “impossibilidade” ainda mais impossível de ser vivida. “Um terço dos professores da UFF é substituto, temporário, ou está em estágio probatório” (ADUFF-SSind, 2012c). As atividades do interior foram o grande destaque da greve: “têm ocorrido várias atividades com os estudantes, como pipoca e cinema na praça, atividades em frente à maior fábrica deste município. Na próxima semana vai ocorrer uma atividade de *Arraiá* na Praça, como atividade da greve da categoria” (Ata da 406ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 1).

Como fruto das mobilizações, o governo cedeu em apresentar propostas alternativas, e a preocupação nas AGs passa a ser o cuidado com o que seria ofe-

recido e também com o papel do PROIFES nessas negociações, que era crescentemente desmascarado em sua posição pelega, com o a desfiliação de seções sindicais sob o seu controle (Ata da 405ª AG da ADUFF-SSind, 2012). A dialética do Estado burguês entre consenso e coerção também ficou bem clara, pois, ao mesmo passo que o governo sinalizou com a negociação com os servidores, também sinalizou para as reitorias o corte de ponto dos grevistas, por meio dos Comunicados Gerais NR 552047 e NR 552048, o que foi duramente enfrentando pelo movimento na UFF, fazendo com que o vice-reitor Sidney Lobo garantisse que não haveria corte de ponto (ADUFF-SSind, 2012d, 2012e).

As propostas do governo, com avanços e retrocessos, sempre mantiveram o caráter produtivista da carreira, o seu caráter de hierarquização vertical, com uma série de obstáculos para a progressão na carreira. Houve vitórias, como no caso da retirada da proposta da implementação de mais um nível na carreira – o “sênior” –, mas também derrotas, como a limitação das vagas para professor titular, e, sobretudo, o caráter de heteronomia das avaliações da carreira. Um dos motes do movimento paredista era combater também o “produtivismo na pós-graduação nas publicações; não podemos esquecer o produtivismo gerencial: aumento de alunos e implicação de maiores tarefas técnico-administrativas delegadas aos professores; imposto, paulatinamente, nas avaliações para progressão de carreira” (Ata da 404ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 2). Nesse ínterim, o governo ainda sinalizou com reajustes abaixo da inflação, beneficiando apenas aqueles no topo da carreira, minoria entre os docentes, concedendo somente um aumento de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 4,2 bilhões de reais no que tange aos gastos com o pessoal docente. A recomposição salarial ocorreria de forma escalonada, com previsão até março de 2015.

As falas de avaliação foram no sentido de que já temos ganhos reais com a força do movimento. Foi ressaltada a necessidade de continuidade da luta, seja ou não em estado de greve, e que provavelmente teremos que reiterar os princípios de nossa pauta ainda que alguns itens possam ser flexibilizados. Houve também avaliação no sentido de que a proposta do governo não contempla nossa pauta e também que não se pode ignorar o movimento dos demais servidores, apontando para a manutenção do enfrentamento. [...] Encerraram-se as avaliações com a proposição de que haja uma maior unificação do movimento docente com os demais servidores em greve (Ata da 409ª AG da ADUFF-SSind, 2012, pp. 1-2).

Dessa feita, com apoio do PROIFES, o governo encerra as negociações unilateralmente e assina o acordo junto à entidade pelega. Foi um momento crítico para a greve, em virtude do desgaste dos militantes, assim como em virtude da

proximidade com o dia 31 de agosto. As AGs passaram a ser mais divididas entre os que aprovavam e recusavam o acordo.

passamos os últimos 15 anos desestruturando a carreira, os aposentados perderam muito, uma distância muito grande dos docentes que são adjuntos sem titulação que não podem progredir para associado. Não dá para termos uma carreira sem princípios, não dá para abrir mão do montante, não estamos abrindo mão do escalonamento (Ata da 410ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 2).

Contudo, até mesmo a direção do ANDES-SN sinalizava como limite o dia 31 de agosto, o que exercia bastante influência sobre a categoria, e serviu para enfraquecer o movimento, fortalecendo o governo em sua posição de encerrar as negociações e assinar o acordo com o PROIFES. Assim sendo, realizam-se denúncias às práticas do PROIFES: “Com um sindicato pelego como o PROIFES, nós temos problema, um sindicato sem base, que precisa lançar mão de consulta eletrônica. Não temos problema com outros sindicatos, mas sim com sindicato governista” (Ata da 411ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 5).

O autoritarismo do governo serviu para os militantes fortalecerem a mobilização e buscarem outros meios de radicalizar a greve e reabrir as negociações. Não obstante, buscou-se também o apoio de parlamentares no Congresso e no Senado para abrir uma interlocução com o governo federal. “Os nossos dois pontos de pauta não foram atendidos. Fortalecer a greve para forçar o governo para reabrir negociação e desmistificar a data de 31 de agosto. Temos espaço sim para continuarmos nossa greve.” (*ibidem*, p. 2).

A luta interna também se acirrou quando dois professores da UFF foram ao espaço da AG criticá-lo como antidemocrático, ilegítimo, apontando a falta de pessoas, defendendo AGs virtuais e o direito de “não fazer greve”, posição que foi rechaçada pelos professores presentes – “porque os professores não vêm a AG. Não pode ver (sic) forma melhor do que a AG, onde nos vemos. A consulta eletrônica não permite isso. Nós precisamos deste espaço.” (*ibidem*, p. 1). Os setores contrários à greve cresciam sobretudo pelo desgaste do movimento, que já completava três meses. Contudo, houve também a defesa da AG como um espaço amplamente democrático, sobretudo por todos terem direito à sua opinião e pelo fomento ao saudável debate, em contraposição à reificação tecnológica defendida por aqueles docentes. “Enquanto tivermos este sindicato, jamais trocaríamos a assembleia pela consulta eletrônica. Da mesma forma que primamos pela aula presencial, defendemos as assembleias. Não somos contra as tecnologias, mas temos que usá-las a nosso favor.” (*ibidem*, p. 4).

O fato de o conjunto dos SPFs ampliar o movimento paredista deu um ânimo para os docentes grevistas manterem sua mobilização. “A greve do conjunto

dos SPFs alcança o número de 350 mil servidores em greve, realizando um grande ato nacional no dia nove de agosto, o que faz com que o governo reveja sua posição e passe a negociar com o funcionalismo federal” (SILVA, 2015, p. 288).

A manutenção da greve deu-se pela realização de atos de rua e pressão com um corte cada vez mais classista para o movimento, sempre em interlocução com o Fórum dos SPFs, apesar de manter a sua pauta específica. Todavia, com a sinalização de assinar o acordo com o governo federal por parte de segmentos dos técnicos e da educação básica, o movimento leva seu último golpe, e a luta interna torna-se mais acirrada, ainda mais com a proximidade do dia 31, crescendo, a cada AG, o número de votos pela saída da greve (Ata da 413ª AD da ADUFF-SSind, 2012; Ata da 414ª AG da ADUFF-SSind, 2012).

Dessa forma, a direção do ANDES-SN e o Comando Nacional de Greve deliberaram como indicativo a saída nacional unificada da greve, com o intuito de sair com “força” da greve e manter o estado de mobilização, sendo consenso junto ao CLG da ADUFF-SSIND. No entanto, o movimento teve uma grande cisão entre os que defendiam a saída e os que queriam a permanência na greve, enquanto os setores contrários à greve defendiam a saída imediata, vencendo a proposta de saída unificada (Ata da 416ª AG da ADUFF-SSind, 2012). A saída da greve ocorreu no dia 17 de maio, junto ao que foi indicado pelo ANDES-SN, possuindo como principais indicativos a manutenção da mobilização e a ampliação da formação política dos docentes, sendo o calendário acadêmico grande ponto de discussão, aprovando-se também a reposição integral dos dias parados.

Assim, encerrou-se aquela greve que até então havia sido a maior da história dos docentes das IFES, e, como toda luta sindical, arrancou concessões do governo, mas foi incapaz de resolver os problemas crônicos do sistema capitalista. Contudo, é importante destacar o quão didáticas são essas lutas, como em muitos dos casos, e vemos neste caso, em especial, a dialética da consciência, o processo de superação do individualismo, da heteronomia e do autorreferenciamento em prol das ações coletivas e do pertencimento à instituição e ao seu órgão representativo, o sindicato. As vitórias de uma greve, para além das conquistas financeiras e objetivas, são também as conquistas subjetivas, a constituição de um senso coletivo e o avanço no processo de uma consciência de classe que desemboque na necessidade de superar o sistema capitalista.

Conclusão

Em última análise, compreendemos que, apesar de limitadas pelo próprio modo de produção capitalista, as universidades públicas possuem um grande papel transformador na sociedade, seja pela possibilidade relativa aos avanços técnico-científicos, seja pela potencialidade de produção de um conhecimento autônomo e crítico. Entretanto, dentro de uma estrutura societária capitalista,

todo esse potencial encontra-se cada vez mais subsumido à lógica mercantil do capital, servindo aos interesses utilitaristas do capital. Essa situação agrava-se em um país de capitalismo periférico, em que mesmo o potencial limitado dentro do capitalismo torna-se ainda mais cerceado pela sua subordinação aos interesses dos países centrais do capitalismo.

Esse é o contexto dos ataques que as universidades públicas vêm sofrendo ao longo de sua história pelo desenvolvimento da produção capitalista, que são intensificados pela condição periférica. Esse arranjo influencia diretamente as condições de trabalho e estudo nas universidades, e os trabalhadores que lá se encontram são impactados nesse ínterim. Como o trabalho é uma característica ontológica do homem, que garante a sua hominização, sob a égide do capitalismo, essa hominização converte-se em estranhamento, e, com a sua precarização, tende-se ao aprofundamento do estranhamento.

Com isso, a precarização, sucateamento, mercantilização e privatização interna das universidades públicas impelem que os professores tendam a tornar-se mais alienados, estranhos ao seu trabalho e aos seus colegas, pautados pelo individualismo e autorreferenciamento. Entretanto, a vida move-se dialeticamente, assim como a consciência, e, ao mesmo tempo em que se tende ao isolamento, a precarização das condições de trabalho e estudo também faz com que surja uma insatisfação com a situação em que se encontram. É o espaço de fissura da consciência com a sociabilidade do capital, abrindo espaços para vislumbrar, refletir, e buscar outro tipo de ação, cultivar outros valores, como o da ação sindical, e, mais profundamente, o da ação classista.

Entende-se, então, de que maneira foi possível, em uma conjuntura extremamente adversa, após a imposição de projetos mercantilistas, produtivistas, do estímulo da competitividade e do individualismo cada vez mais presentes em nossa sociedade e também nos ambientes de trabalho, que os docentes das IFES construíssem um movimento histórico de resistência, com a maior greve da história até aquele momento.

Referências bibliográficas

- ADUFF-SSind. *Marcha em defesa da educação pública leva cinco mil pessoas à rua*. 2012a. Disponível em: <<http://grevedosprofessoresuff2012.blogspot.com.br/2012/06/marcha-em-defesada-educacao-publica.html>>. Acesso em 20/11/2013.
- _____. *Conselho Universitário da UFF aprova suspensão do calendário acadêmico*. 2012b. Disponível em <<http://grevedosprofessoresuff2012.blogspot.com.br/2012/05/conselhouniversitario-da-uff-aprova.html>>. Acesso em 20/11/2013.

_____. *Governo dificulta que docentes cheguem ao topo da carreira*. 2012c. Disponível em: <<http://grevedosprofessoresuff2012.blogspot.com.br/2012/06/governo-dificultaque-docentes-cheguem.html>>. Acesso em 05/12/2013.

_____. *Nota pública sobre a orientação do governo para o corte de ponto dos servidores federais*. 2012d. Disponível em: <<http://grevedosprofessoresuff2012.blogspot.com.br/2012/07/nota-publica-sobreorientacao-do.html>>. Acesso em 13/12/2013.

_____. *Centenas de pessoas participam de ato contra a privatização do HUAP*. 2012e. Disponível em: <<http://grevedosprofessoresuff2012.blogspot.com.br/2012/07/centenas-depessoas-participam-de-ato.html>>. Acesso em 16/12/2013.

Ata da 398ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 10 de maio de 2012.

Ata da 399ª Assembleia Geral da ADUFF-Ssind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 17 de maio de 2012.

Ata da 400ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 22 de maio de 2012.

Ata da 404ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 21 de junho de 2012.

Ata da 405ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 27 de junho de 2012.

Ata da 406ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 5 de julho de 2012.

Ata da 409ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 25 de julho de 2012.

Ata da 410ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 30 de julho de 2012.

Ata da 411ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 7 de agosto de 2012.

Ata da 413ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 21 de agosto de 2012.

Ata da 414ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 30 de agosto de 2012.

Ata da 416ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 11 de setembro de 2012.

SILVA, M.C. da. *O REUNI na UFF: da precarização das condições de trabalho à luta nos campi*. 2015. 307f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. UFF, Niterói, 2015.

- BRASIL. Ministério da Educação. *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* – Diretrizes Gerais. Documento Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. 2007a. Acesso em 28/01/2014.
- _____. Presidência da República. *Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007*. Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais – Reuni. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.dee.ufcg.edu.br/dee/arquivos/Decreto.6096.de.24.04.2007.pdf>>. 2007b. Acesso em 10/04/2012.
- _____. Ministério da Educação. Secretária da Educação Superior. *Acordo de Metas do Reuni n. 044, de março de 2008*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, março de 2008. Disponível em: <<http://www.propipi.uff.br/posgraduacao/sites/default/files/acordo-metas.pdf>>. 2008a. Acesso em 20 jun. 2014.
- CARCANHOLO, M. D. “O atual resgate crítico da teoria da dependência.”, *Revista Trabalho, Educação, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, pp. 191-205, jan./abr. 2013.
- FERNANDES, F. “Universidade e desenvolvimento.” In: IANNI, O. (org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, pp. 272-316.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4.ed. São Paulo: Global, 2009.
- GTPE/ADUFF-SSind. *Caderno de expansão e condições de trabalho docente*. Niterói, março de 2013.
- IASI, M. L. “Reflexão sobre o processo de consciência.” In: IASI, M. L. (org.). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 11-45.
- _____. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MANCEBO, D. “Trabalho docente e produção de conhecimento.” *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte: ABPS, v. 25, pp. 519-526, 2013.
- MINTO, L. W. *A educação da “miséria”*: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. 326f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas. 2011.
- MIRANDA, K. A. *As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT*. 2011. 400f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História. UFF, Niterói, 2011.
- RODRIGUES, J. *Os Empresários e a Educação Superior*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. & KATO, F. B. G. “Mundialização do capital, reforma do Estado, pós-graduação e pesquisa no Brasil.”, *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.37, p. 59-71, mar.2010.

UFF. *Relatório de Gestão do exercício de 2011*. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B9V0Y_u5CLzNHd3Mno2a0lwWm8/edit?pli=1>. Acesso em: 15/01/2015. 2012.

Recebido em 2 de novembro de 2017

Aprovado em 8 de março de 2018

Uma crítica ontológica ao “estado estacionário” de Herman Daly: a Economia Ecológica como Economia Ambiental travestida

*An ontological critique of Herman Daly’s “steady-state”:
Ecological Economics as disguised Environmental Economics*

Eduardo Sá Barreto*

Resumo

No artigo, busca-se elaborar uma crítica ontológica à concepção de estado estacionário, tal como avançada por um dos principais expoentes da Economia Ecológica, Herman Daly. Para isso, serão confrontados também outros aspectos centrais dessa importante corrente de pensamento ambiental, como o de escala ótima, crescimento antieconômico, crescimento qualitativo e a ideia de mundo cheio. Isso permitirá demonstrar que, a despeito de seus pontos de partida razoavelmente distintos, Economia Ecológica e Economia Ambiental compartilham uma mesma ontologia e, por isso, projetam uma imagem em quase tudo semelhante do que seria, ou deveria ser, uma sociedade sustentável.

Palavras-chave: Economia Ecológica; estado estacionário; Herman Daly; crítica ontológica.

Abstract

In the article, we seek to elaborate an ontological critique of the concept of steady-state, as advanced by one of the main exponents of the Ecological Economy, Herman Daly. For this, other central aspects of this important current of environmental thought will also be confronted, such as optimal scale, uneconomic growth, qualitative growth and the idea of a full world. This will demonstrate that, despite their reasonably distinct starting points, Ecological Economics and Environmental Economics share a common ontology and therefore project an image of what a sustainable society would or should be that is similar in almost everything.

Keywords: Ecological Economics; steady-state; Herman Daly; ontological critique.

* Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do NIEP-Marx.

1. Conceitos básicos

É bem conhecido o caráter de ruptura que marca o surgimento da Economia Ecológica no debate ambiental. Articulando os principais conceitos lançados neste contraponto seminal, podemos revelar como tal projeto crítico esboça uma imagem (de partida, ao menos) da interação entre sociedade e natureza radicalmente distinta daquela oferecida pela Economia Ambiental.

O contraponto da Economia Ecológica à perspectiva da Economia Ambiental pode ser reconstruído apoiando-se em três conceitos fundamentais: sistema aberto, metabolismo, entropia. Desses, ademais, deriva-se uma noção de limite (ausente nas concepções tradicionais), dentro da qual é dado novo sentido ao crescimento econômico e às possibilidades trazidas pelo avanço tecnológico.

Quanto ao primeiro desses conceitos, o crucial é o reconhecimento da existência de fluxos energéticos e materiais regulares entre o sistema econômico e o natural. Assim, rompe-se com a ideia tradicional de um fluxo circular da riqueza, dependente, por seu turno, de uma figuração do sistema econômico como um grande sistema isolado, dentro do qual existiria uma série de sistemas ecológicos subsidiários.

No fluxo circular, a despeito de suas possíveis variantes, ilustra-se dois circuitos básicos: um que mostra um movimento material, originado a partir de famílias e firmas, e outro que mostra um movimento monetário, originado a partir dos mercados de bens e serviços. Nesta representação sintética da atividade humana, não há entrada e saída de matéria do sistema. Além disso, a dimensão energética sequer é considerada explicitamente. A noção circular é incapaz de incorporar, portanto, o consumo de recursos potencialmente finitos e a geração de resíduos à medida que esses recursos atravessam o sistema.

Na perspectiva crítica, a relação inverte-se: cabe ao mundo natural a função de sistema fechado e, ao econômico, a de subsistema aberto. Assim, torna-se possível oferecer uma efetiva noção de metabolismo socioambiental. Neste registro, o sistema econômico consome sistemática e periodicamente recursos materiais e energéticos extraídos do sistema natural e, como resultado deste processo (tenha sido tal consumo produtivo ou não), gera, também sistematicamente, resíduos.

A forma como, na Economia Ecológica, a noção de metabolismo estabelece relação com a termodinâmica tem origem nas contribuições de Georgescu-Roegen (Cechin & Veiga, 2010). De acordo com a segunda lei da termodinâmica, a energia não pode jamais ser integralmente convertida em trabalho útil. Uma fração sempre se dissipa como calor no processo de transformação. Georgescu-Roegen – e depois a própria Economia Ecológica – incorpora em sua reflexão esta lei natural para afirmar que toda a vida econômica alimenta-se de energia e matéria de baixa entropia e gera, como subprodutos, resíduos de alta entropia. É

precisamente esse fluxo de transformação de matéria-energia de baixa entropia em matéria-energia de alta entropia que pode ser entendido como um fluxo metabólico.

Deriva daí a noção de um fluxo metabólico socioambiental, que procura contemplar as múltiplas relações que as sociedades humanas estabelecem com a natureza, assimilando a existência dos seres humanos não simplesmente como seres econômicos, mas também como seres naturais e físicos. Segundo essa interpretação, o metabolismo é, então, regulado por leis naturais que governam os processos físicos, por um lado, e normas institucionalizadas que governariam a divisão do trabalho, a distribuição de riqueza etc., por outro.

A posição central da termodinâmica assumida pela Economia Ecológica coloca-se em oposição à centralidade da lógica inspirada na física mecânica, abraçada pela Economia Ambiental. Conforme a crítica dirigida pela vertente Ecológica, a Economia Ambiental importaria três ideias fundamentais da mecânica: o caráter constante da energia total aproveitável, a previsibilidade dos eventos e a reversibilidade dos processos.

Tal visão mecanicista, por assim dizer, também encontra respaldo na termodinâmica, se lembrarmos que a Economia Ambiental toma a economia como um sistema isolado. Segundo a primeira lei da termodinâmica (também conhecida como lei da conservação), em um sistema isolado, a quantidade de energia permanece constante; i.e., não há criação ou destruição de energia, apenas transformação.

Quando passamos à segunda lei, entretanto, saímos definitivamente do campo da Economia Ambiental e entramos em território exclusivo da Economia Ecológica. Conforme a segunda lei, em um sistema isolado, a qualidade da energia tende a se degradar ao longo do tempo. Degradar-se, nesse caso, significa tornar-se indisponível para realizar trabalho. As transformações na energia tornam-na progressivamente inutilizável. Em termos concretos, toda transformação de energia envolve a utilização de uma parcela para realizar trabalho e a dissipação da parcela restante na forma de calor.

Este movimento unidirecional da energia – degradação, dissipação na forma de calor – não é apreendido pelo aparato conceitual mecanicista. A noção de reversibilidade de processos naturais é, apenas para citar um exemplo, incompatível com o reconhecimento de que energia e matéria tendem a níveis crescentes de desorganização. O que a segunda lei permitir-nos-ia afirmar, além disso, é que os processos econômicos, por serem irremediavelmente tributários de processos naturais, trazem em si uma boa dose de irreversibilidade. Em termos mais práticos, a atividade econômica *sempre* gera resíduos mais ou menos inaproveitáveis, sejam eles materiais ou energéticos.

2. Dimensões normativa e descritiva em conflito

E como esse quadro conceitual confronta o quadro típico da Economia Ambiental? Entre as diversas lições que podem ser dele extraídas, a que talvez seja a principal é a existência de limites. Um sistema aberto, aninhado em um sistema fechado e produzindo níveis crescentes de entropia, não pode expandir-se indefinidamente ou perpetuamente.

As diferenças mais marcantes podem ser ilustradas recorrendo a três tipos distintos de visões sobre o crescimento econômico, que Daly chama de imperialismo econômico, reducionismo ecológico e estado estacionário.

O imperialismo econômico congrega as concepções mais tradicionais da Economia, inclusive (mas não exclusivamente) as da vertente Ambiental. Neste tipo de perspectiva, os problemas ambientais que desafiam as sociedades seriam originados pela operação imperfeita ou inexistente dos mercados. Por isso, alega-se, a eficiência alocativa que caracteriza os mecanismos automáticos do mercado não seria capaz de estender-se ao âmbito ecológico, pois embora os benefícios da atividade estejam contemplados no cálculo racional dos agentes, os custos não-econômicos, em geral, não estão. O desafio passa a ser, então, o de criar incentivos para que os agentes incorporem os impactos ambientais em seus cálculos. Isto feito, entraria em ação a eficiência alocativa, regulando eventuais casos de escassez (de recursos) ou de excessos (de resíduos/poluição). Assim, no jargão da área, externalidades ambientais negativas seriam internalizadas (ou, em uma palavra, solucionadas)¹.

O que pode ter passado despercebido é que esta abordagem propõe, como saída para equacionar os problemas ambientais, a expansão das fronteiras de mercados já existentes e/ou a criação de mercados, quando inexistentes. Interpretando isso segundo a ideia de sistema aberto e fechado, ela equivaleria a propor a progressiva incorporação da realidade ecológica no interior da realidade econômica (e ulterior substituição da primeira pela última). Mais que isso, como não há entropia neste quadro conceitual, tal incorporação é inteiramente não-problemática. Em outros termos, ao “fagocitar” o mundo natural, o mundo econômico submete-o integralmente à sua própria lógica e, com isso, cria as condições para a perpetuação de seu movimento expansivo. Não há presente, portanto, uma ideia de limite como algo absoluto, mas simplesmente como algo a ser relativizado, flexibilizado e, eventualmente (mas certamente), superado.

O reducionismo ecológico reúne posicionamentos que, no juízo de Daly, abstraem indevidamente a realidade econômica, posto que apontam para limites ecológicos dentro dos quais as sociedades modernas encontrariam pouco ou nenhum espaço para se mover. O representante possivelmente mais relevante desse

¹ Para uma crítica detalhada e esse tipo de concepção, cf. Sá Barreto (2015).

tipo de perspectiva – ao menos se imaginarmos aquelas concepções ainda capazes de sustentar algum diálogo com o pensamento econômico – é o livro *Limites para o crescimento*, publicado originalmente em 1972 (Meadows *et alii*, 2005).

A visão sistêmica que sustenta a análise empreendida no livro é, a julgar pelas explicações oferecidas pelos próprios autores, não muito distante do tipo de abordagem que a Economia Ecológica busca privilegiar. A grande diferença, contudo, é que ali é oferecida (ainda que de maneira extremamente simplificada e a-histórica) uma ontologia da realidade social que cria uma tensão, em boa medida incontornável, com a ontologia da realidade natural, também oferecida.

De um lado, temos um grande sistema de sistemas naturais, suas múltiplas inter-relações e “intrarrelações”, seus múltiplos mecanismos de *feedbacks* positivos e negativos, os vários ciclos operando dentro de parâmetros mais ou menos estreitos, a imensa variedade de elementos e suas possibilidades úteis às finalidades humanas, os variados graus de resiliência a perturbações (contínuas e paulatinas ou choques) etc. Todas essas dimensões conformam um entendimento do mundo natural como algo incrivelmente complexo, razoavelmente flexível, porém também tremendamente povoado de finitudes. Em uma frase, um entendimento que reconhece a ubiquidade de limites do mundo em que vivemos. Para que fique ainda mais claro, não se trata apenas de limites em termos de disponibilidade de recursos. Trata-se, além desses, de limites sistêmicos.

De outro lado, temos a realidade social, aninhada e circunscrita a esse “mundo” de limites, porém caracterizada por uma dinâmica expansiva composta por dois tipos de crescimento exponencial: imanente e derivado. Neste registro, a produção industrial e a população apresentariam crescimento exponencial imanente e produção de alimentos, consumo de recursos e poluição apresentariam crescimento exponencial derivado (i.e., seguiriam as trajetórias exponenciais exigidas pelo crescimento industrial e populacional).

Não é difícil perceber que a equação não fecha. Crescimento exponencial no interior de um sistema com limites eventualmente conduz ao colapso. É precisamente para este ponto que os autores do livro chamam a atenção. As alternativas, em seu juízo, resumem-se a duas: ou desarma-se, de maneira controlada e consciente, os mecanismos de crescimento exponencial, ou submetemo-nos inevitavelmente ao colapso. Colapso não em um sentido puramente econômico, mas em um sentido mais amplo, das próprias condições materiais de nossa existência.

Fica evidente que tal análise subordina completamente a dinâmica social à dinâmica natural, seja no caso em que conseguimos alcançar um equilíbrio sistêmico² via várias trajetórias de decrescimento, seja no caso em que um conjunto

² É basicamente esta a noção de sustentabilidade presente em *Limites para o Crescimento*.

de colapsos restaura espontaneamente esse equilíbrio. Em outros termos, não há aí qualquer meio de contornar os limites, não há alternativa que não envolva uma reconfiguração extraordinária (voluntária ou involuntária) da maneira como vivemos. O ecológico não somente figura como uma fronteira insuperável, mas também (e principalmente) como algo que impõe, mais cedo ou mais tarde, que seja sacrificado o crescimento.

Não parece ser por nenhuma outra razão que Daly denomina esse tipo de perspectiva de reducionismo ecológico. Em sua interpretação, o resultado de reflexões como a realizada por Meadows *et alii* (2005) é a completa negação de um espaço para a vida econômica, pois elas apontam para um limite *absoluto* ao crescimento.

É claro que todo leitor minimamente familiarizado com o pensamento da Economia Ecológica sabe que existe ali também uma crítica ao crescimento econômico. A diferença fundamental, contudo, é que em nenhum momento se aventura a possibilidade de que os limites ao crescimento sejam *absolutos*. A crítica e os limites apontados são de outra natureza, conforme veremos abaixo. Trata-se de limites *relativos* e de uma crítica ao crescimento *desenfreado*, ou meramente *quantitativo*, orientado “monetariamente”. Daí desdobra-se a posição que Daly chama de estado estacionário³.

Conforme afirmam Daly e Farley (2010), a perspectiva do estado estacionário não rejeita a existência de uma fronteira entre o sistema econômico e o natural, como fazem as demais (a imperialista, em detrimento do natural, e a reducionista, do econômico). Segundo os autores,

ela afirma a necessidade fundamental da fronteira e a importância de posicioná-la no lugar correto. Diz que a escala do subsistema humano definida pela fronteira possui um ótimo e que os fluxos pelos quais o ecossistema mantém e restabelece o subsistema econômico devem ser ecologicamente sustentáveis (Daly & Farley, 2010, p. 55).

Dessa postura, desdobram-se duas tarefas para o pensamento econômico da vertente Ecológica: determinar as condições em que o crescimento torna-se antieconômico e divisar as políticas necessárias para conter o sistema econômico no interior do que seria sua fronteira ótima.

A ideia de crescimento antieconômico é simples de apreender. Trata-se do crescimento que traz consigo um conjunto de impactos ambientais cuja variedade, intensidade e/ou escala produz prejuízos socioeconômicos que superam os eventuais benefícios por ele gerados.

³ Que não guarda relação com o conceito de estado estacionário de Ricardo e outros clássicos ou de vertentes contemporâneas da macroeconomia.

Quanto às políticas, a ideia crucial é a alegação de que seria possível garantir desenvolvimento econômico sem a contrapartida de um crescimento do consumo material. A vertente Ambiental “resolve” essa mesma questão de maneira muito direta, via desmaterialização da produção possibilitada pelo avanço tecnológico (estimulado por políticas ou não). A vertente Ecológica, por outro lado, oferece a noção de crescimento qualitativo.

Segundo Daly (2007, p. 117), “O estado estacionário é tanto necessário quanto desejável, mas não é nem estático nem eterno – é um sistema em equilíbrio dinâmico com sua biosfera contida, sustentada e entrópica. O caminho do progresso deslocar-se-ia do maior e mais em direção ao melhor e mais durável”.

Uma metáfora frequentemente oferecida por autores que convergem para essa ideia de crescimento qualitativo é a da “biblioteca cheia”. O que se pretende veicular com tal metáfora é a possibilidade de um contínuo processo de melhora que prescindir de expansão quantitativa, por assim dizer. Tal como uma biblioteca que tem sua capacidade de armazenamento completamente preenchida permite a adição de novos volumes mediante a exclusão de volumes velhos ou não mais necessários, a sociedade em estado estacionário permitiria a contínua incorporação de novos bens, novos serviços, enfim, novos itens às condições materiais do cotidiano, *pari passu* uma também contínua exclusão de outros itens.

A imagem da biblioteca cheia⁴ não somente nos ajuda a compreender a intuição por trás da proposta de um crescimento qualitativo, capaz de processar-se em uma situação de estado estacionário, mas também nos é útil para entender a raiz do impasse entre as dimensões normativa e descritiva na Economia Ecológica. O que procurei descrever até aqui é, digamos, o quadro normativo proporcionado pela ideia do estado estacionário. Vejamos porque o título da presente seção anuncia um conflito entre esse quadro e a descrição oferecida do estado de coisas atual.

Em diversos pontos de sua vasta produção⁵, Daly defende consistentemente a ideia de que vivemos em um “mundo cheio”. Mostra em detalhes como os usos que a humanidade vem fazendo de recursos energéticos, minerais, pesqueiros, florestais, hídricos etc. aproximam-se rapidamente dos limites conhecidos, tanto em termos estáticos quanto em termos sistêmicos. Do outro lado da mesma moeda, o mesmo poderia ser dito a respeito das pressões impostas pelos resíduos de nossa atividade sobre os sistemas sorvedouros da Terra.

⁴ “Outra ilustração para o estado estacionário vem dos modelos demográficos de uma população estacionária, na qual as taxas de nascimento e as taxas de mortalidade são iguais e tanto o tamanho total da população quanto sua estrutura etária são constantes” (Daly, 2007, p. 118).

⁵ Cf., p. ex., Daly (1996; 2007) e Daly e Farley (2010).

Em suma, Daly procura demonstrar, criteriosamente, que caminhamos perigosamente próximos dos limites planetários. Meadows *et alii* (2005) sustentam uma conclusão apenas aparentemente mais incisiva, afirmando que já estaríamos vivendo além dos limites desde meados dos anos 80 do século XX. Nesse caso, contudo, a ideia de limite diz respeito a uma fronteira além da qual a sociedade encontra-se em território não-sustentável. Na formulação de Daly, por outro lado, *limite* diz respeito a fronteiras do mundo natural, que não podem ser ultrapassadas; diz respeito, para usar os termos do próprio Daly, a uma circunstância em que a fronteira do sistema econômico encontra-se em vias de sobrepor-se à do sistema natural. Se recuperarmos a crítica dirigida pelo autor àquilo que chama de imperialismo econômico, portanto, podemos reunir sua visão de mundo cheio àquela existente em *Limites para o Crescimento*, i.e., podemos afirmar que a imagem de mundo cheio veicula um estágio de nosso desenvolvimento claramente insustentável.

O problema é que o rigor com que Daly procura descrever esse estado de coisas e demonstrar seu caráter sistemicamente insustentável produz uma tensão insanável com sua proposta de estado estacionário. Ora, se estamos já tão avançados sobre território insustentável, uma proposta de estado estacionário, venha ela acompanhada de uma noção de crescimento qualitativo ou não, pode apenas se sustentar sobre uma perspectiva otimista quanto aos poderes desmaterializadores da tecnologia semelhante à defendida pela Economia Ambiental.

Esse é um dos resultados centrais (entre outros que não são objeto deste trabalho) que nos permite afirmar que, a despeito de suas origens críticas, a Economia Ecológica converge, em alguns de seus momentos mais decisivos, para as posições típicas do pensamento econômico tradicional.

Outro impasse para a postura pretensamente crítica da Economia Ecológica, que pode ser apontado a partir de sua discussão de mundo cheio, é que ela inviabiliza um posicionamento minimamente reticente em relação aos supostos poderes do mercado. Note o que dizem Daly e Farley (2010, p. 54):

Não há, então, nenhuma dúvida de que uma vez que a escala da economia tenha crescido ao ponto em que bens outrora formalmente livres tornam-se escassos, é melhor que esses bens tenham um preço positivo, refletindo sua escassez, do que continuem a ser não-precificados. Permanece, porém, a questão anterior: estamos em melhor situação na nova escala, com bens anteriormente livres corretamente precificados, ou na antiga escala, com bens livres também corretamente precificados em zero?

Bem, se de fato não há dúvida, podemos apenas concluir que a concepção de estado estacionário, por estar sobreposta a uma noção de mundo cheio, deve

estar fortemente apoiada em uma confiança (admitida ou não) nas virtudes moderadoras do mecanismo alocativo dos mercados. Nesse contexto, a pergunta que encerra o trecho citado acima se torna irrelevante.

Mesmo que admitíssemos momentaneamente, a título de argumentação, que o futuro projetado pela perspectiva Ecológica não implica estacionar a humanidade em um padrão insustentável, ainda restaria a questão de como operacionalizar o abandono dos padrões de crescimento vigentes. A maneira como tal questão é geralmente respondida é elucidativa. O crescimento puramente quantitativamente orientado seria fruto de uma espécie de objetivo último coletivo, resultado, por sua vez, de um entendimento equivocado a respeito de quais seriam, de fato, as verdadeiras finalidades da atividade humana⁶. O desafio operacional, então, reduz-se a corrigir essa falsa concepção, substituindo-a por finalidades conducentes ao crescimento qualitativo e à sua contraparte indissociável, o consumo consciente.

Por todo o exposto, não há outra conclusão a não ser apontar o caráter inconciliável entre a crítica seminal da Economia Ecológica, aspectos normativos de sua reflexão e o quadro descritivo que oferece do estágio atingido pelo metabolismo socioambiental. Feito isso, a pergunta que se impõe é: o que pode explicar que pensadores sérios, cientificamente comprometidos, armem uma armadilha tão elementar para si mesmos? Isso é o que buscamos esclarecer na próxima seção.

3. O incontornável caráter “oncológico” do capital

A proposta de estado estacionário ou de crescimento qualitativo da Economia Ecológica baseia-se em quatro expectativas básicas, necessariamente articuladas, mais postuladas do que sustentadas via demonstração rigorosa: que o crescimento econômico, os usos da tecnologia, o consumo e os mercados podem ser domados e submetidos a uma lógica de reprodução sustentável da humanidade. Assim, o crescimento poderia ser “qualitativo”, o consumo, “consciente”, a tecnologia, geradora de “economias absolutas” e os mercados, mecanismos eficientes de alocação, também segundo critérios ecológicos.

Em uma primeira aproximação, poderíamos apontar que tais expectativas decorrem de duas posturas teóricas básicas. Em primeiro lugar, um esforço de investigação ontológica irregular. Por um lado, busca-se conscientemente ancorar o entendimento acerca do metabolismo socioambiental em determinações objetivas da realidade natural, abordadas com grau de rigor e profundidade mui-

⁶ “Nossa figuração corrente do objetivo final parece ser, infelizmente, o crescimento econômico, e parte da crítica do crescimento econômico é que nossa devoção a ele tornou-se idólatra, de veneração de um falso deus, por assim dizer, posto que ele não é realmente final” (Daly & Farley, 2010, p. 49).

to mais elevados que o pensamento econômico (em geral) costuma dedicar às questões ecológicas. Por outro lado, no entanto, é pronunciada a negligência com o mesmo tipo de esforço para as determinações específicas da realidade social. Conforme indicado ao fim da seção anterior, subjacente à proposta de um crescimento qualitativo encontra-se uma noção de que a prevalência de um certo conjunto de crenças coletivas esgota a explicação dos padrões de crescimento perdulários observados. Em segundo lugar, dirige-se à sociedade capitalista uma crítica estritamente positiva, tomando-a como estágio último e não-ultrapassável da história humana ou, simplesmente, de modo a-histórico.

Essas duas posturas necessariamente se combinam para enclausurar a reflexão Ecológica dentro dos limites mínimos dos parâmetros próprios de reprodução dessa sociedade. Como a descrição sombria que a Economia Ecológica faz do estágio atual e das tendências discerníveis do metabolismo socioambiental contrapõe-se violentamente a esses parâmetros, as formulações de caráter mais normativo devem necessariamente perder o seu vigor crítico inicial e podem apenas encontrar resolução prática na defesa de uma espécie de giro ético universal.

Para conferir mais clareza e consistência a essa primeira aproximação, precisamos explorar mais detidamente aquilo que a tradição Ecológica negligencia. Nesta tarefa, procuro demonstrar que os padrões ecologicamente perdulários são resultados de leis imanentes objetivas constitutivas do ser social tal como ele se conforma na história interna do modo de produção capitalista. Em outros termos, embora a dimensão subjetiva seja um momento indissociável na reprodução desses padrões, o argumento a seguir reconhece-a como tendo um caráter subordinado⁷.

Não é possível no espaço de um artigo oferecer um contraponto exaustivo a cada uma das expectativas mencionadas⁸. Identificadas, porém, a raiz de sua inconsistência e a direção que a demonstração da crítica deve tomar, seremos capazes de reconstruir, de modo sintético, o caráter imanente dos padrões insustentáveis da sociedade capitalista.

A natureza irremediavelmente expansiva do capital é facilmente demonstrável pela análise de sua fórmula simples, D-M-D'. Tal circuito, cujo início e fim não se diferenciam qualitativamente, em que o dinheiro percorre um movimento de transformações mais ou menos longo para se reverter em dinheiro, pode apenas fazer sentido se for produzida uma diferença quantitativa ao final.

⁷ A título de ilustração, cf. o que diz Marx: “Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas” (Marx, 2013[1867], p. 80).

⁸ Para uma elaboração mais detalhada do argumento mobilizado a seguir, cf. Sá Barreto (2018).

Esse raciocínio traz duas implicações para a crítica ao estado estacionário. Por um lado, ilumina de imediato a fragilidade da concepção que acredita ser uma alternativa real, disponível ao capital, optar por trajetórias não expansivas. Por outro lado, exige exploração adicional. Isso porque a fórmula refere-se estritamente à dimensão de valor, e não devemos simplesmente saltar à conclusão de que o movimento expressa-se materialmente no mesmo sentido.

No interior da Economia Ecológica, mesmo quando se reconhece, em alguma medida, o ímpeto expansionista do capital, é frequente a alegação de que o potencial poupador das novas tecnologias poderia ser efetivado a favor de uma produção que, mesmo quando crescente em termos monetários, não precisaria ser crescente em termos materiais. Isso corresponde, a rigor, à ideia de desmaterialização. A grande diferença em relação à versão oferecida pela Economia Ambiental é que, enquanto naquela, a desmaterialização é um resultado direto da combinação de avanço tecnológico e mercados concorrenciais livres, nesta, a desmaterialização decorre de uma opção coletiva por concretizar a economia de recursos possibilitada por novas tecnologias. Ou seja, trata-se mais uma vez de uma manifestação das debilidades ontológicas apontadas no início da seção, pois a escolha seria, supostamente, perfeitamente compatível com os parâmetros reprodutivos da sociedade capitalista.

Duas coisas devem ser apontadas de imediato. Primeiramente, quanto às *possibilidades* trazidas pelo avanço tecnológico. Em Sá Barreto (2016), procurei demonstrar que o processo mais amplo de avanço das forças produtivas, do qual a dimensão tecnológica é parte constituinte, pode ser abordado a partir dos ganhos de produtividade, intensidade e eficiência. No caso dos ganhos de produtividade, o resultado técnico proporcionado pela nova tecnologia é que se produza o mesmo conjunto de valores de uso em menos tempo ou um conjunto maior em um mesmo período. Como a relação entre matérias-primas e produto não se altera nesse caso, o melhor cenário possível, em termos de consumo de recursos, é a não expansão, caso todo o potencial de economia de tempo fosse aproveitado. No caso do aumento da intensidade, como se trata de comprimir uma jornada de trabalho mais extensa em uma jornada menor, o resultado material pode apenas ser a expansão do consumo de recursos. Parte de tudo aquilo que se pode considerar “avanço tecnológico”, portanto, sequer traz consigo a *possibilidade* técnica de economia de recursos. Apenas o ganho de eficiência, por reduzir a razão entre matérias-primas e produto, é portador de *potencial* poupador.

Em segundo lugar, quanto às condições em que tais possibilidades técnicas efetivam-se ou não. Conforme se demonstra a partir de Marx, o avanço das forças produtivas tem como contrapartida a queda do valor unitário das mercadorias produzidas, o que, por seu turno, exige a expansão do conjunto de valores de uso produzidos para garantir que o capital empregado possa valorizar-se. Sendo

assim, o ganho de produtividade, enquanto submetido à valorização do capital, pode apenas se traduzir, para cada nível dado de eficiência, em consumo material produtivo crescente. O que se costuma alegar, com razão, é que o nível de eficiência não é dado, mas tende, assim como o da produtividade, a elevar-se. Desse reconhecimento, contudo, conclui-se que o ganho de eficiência é capaz de atuar como um contraponto ao efeito mencionado acima; ou seja, capaz de desvincular as trajetórias de produção de valores de uso e os requerimentos materiais dessa produção, efetivando, no limite, uma produção qualitativamente expansiva e materialmente contrativa. Tal conclusão, como se pode notar, é extraída diretamente da possibilidade técnica de economia de recursos que o ganho de eficiência traz consigo.

O passo em falso desse raciocínio está em não se questionar o que afinal origina esse impulso tão decisivo ao ganho de eficiência. Há pelo menos três determinantes centrais que podem ser apontados. Em primeiro lugar, a eliminação de desperdício de capital. A determinação da magnitude do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho socialmente necessário implica que o trabalho despendido além daquilo exigido pelas condições médias de produção não entra no circuito de valorização do valor e, por ser trabalho superfluamente despendido, configura-se como destruição de parte do capital adiantado. Isso vale, é importante frisar, para o trabalho morto tanto quanto vale para o trabalho vivo. Por isso, consumo de recursos produtivos além desses níveis médios corresponde a desperdício de capital e, assim, precisa ser eliminado de qualquer forma. Em segundo lugar, o ganho de eficiência, quando faculta um consumo de recursos produtivos abaixo dessa média, proporciona uma vantagem competitiva ao capital individual enquanto o modo mais eficiente de produzir não for generalizado. A economia de recursos que dá origem a essa vantagem, porém, ao mesmo tempo, libera capital. Esse capital liberado não pode efetivar-se como economia de recurso de fato, pois deve ele também encontrar espaços de valorização, seja no seu ramo de origem, em outro ramo ainda não completamente explorado ou em um completamente novo. Em todos os casos, deve estar claro, o capital liberado deve converter-se nos elementos materiais (objetivos e subjetivos) da produção. A economia inicial (relativa) de recursos, caso se traduzisse em economia em termos absolutos, implicaria suspender o caráter de capital do valor poupado. Finalmente, o ganho de eficiência atua como viabilizador material do aumento de intensidade. O desgaste mais acelerado dos elementos fixos do capital envolveria também dispêndio supérfluo de capital, via mecanismo de transferência de valor. O ganho de eficiência, neste caso, permitiria evitar, ao menos em alguma medida, esse desgaste mais acelerado que a média social, evitando, assim, o desperdício de capital.

O que se desprende desses três determinantes é que a lógica que rege o movimento do capital precisa, sistematicamente, converter as economias geradas

pontualmente em expansões da escala e/ou do escopo da atividade produtiva. Enquanto submetida à lógica do capital, portanto, a dinâmica tecnológica é determinante *intensificador* do consumo material.

Temos, então, que não apenas o capital deve crescer como valor, mas também que esse crescimento processa-se necessariamente como expansão do universo de valores de uso. E não apenas uma expansão meramente numérica ou qualitativa, mas também física. Se recuperarmos a fórmula simples D-M-D', não é difícil perceber que todo esse universo material precisa reassumir a forma dinheiro, o que impõe, diretamente, uma série de exigências sobre a esfera do consumo. Por um lado, se a produção cresce em escala e escopo, deve o consumo também aumentar quantitativa e qualitativamente. Por outro, se o avanço tecnológico abrevia os tempos de produção, deve a necessidade de consumo ser renovada cada vez mais frequentemente, o que conduz a padrões de consumo cada vez mais caracterizados pelo descarte prematuro⁹.

Por último, podemos voltar o conjunto do argumento elaborado nessa seção contra a expectativa de que algum tipo de controle social para a sustentabilidade possa ser imposto sobre os mercados. A história oferece-nos múltiplos exemplos de mercados que foram regulados com sucesso, segundo diversos objetivos. A questão crucial aqui é que o objetivo da sustentabilidade, talvez mais do que qualquer outro, só faz sentido em referência à categoria da totalidade. Em outros termos, não é suficiente que se atinja, por quaisquer meios concebíveis, a dita eficiência alocativa para o capital individual ou para mercados pontuais se, do ponto de vista sistêmico, tal racionalidade individual necessariamente se desdobra em uma prodigalidade geral. O ponto a ser enfatizado aqui permanece sendo basicamente mesmo: se a finalidade que move os capitais nos mercados é a valorização, tudo aquilo que é poupado em um ponto do sistema – inclusive se a poupança tiver origem em algum tipo de limitação imposta por regulação – precisa encontrar outros espaços para dar vazão ao ímpeto expansivo.

4. Conclusão

Como vimos, a Economia Ecológica funda-se sobre ambições críticas, pretendendo oferecer uma perspectiva mais abrangente dos mecanismos que regem os processos naturais e da interação das sociedades humanas com eles, e, ao mesmo tempo, sustentar, nesse maior poder explanatório, uma visão normativa supostamente capaz de antecipar uma sociedade realmente sustentável.

Buscamos demonstrar que, a despeito de seus pontos de partida razoavelmente distintos, Economia Ecológica e Economia Ambiental compartilham uma

⁹ Creio que tais conclusões sustentam-se apenas com a discussão imediatamente anterior. Para um desenvolvimento mais detido do raciocínio e dos argumentos, cf. Sá Barreto (2014).

mesma ontologia e, por isso, projetam uma imagem em quase tudo semelhante do que seriam, ou deveriam ser, os principais contornos dessa sociedade.

Por um lado, a alternativa do estado estacionário proposta por Daly, quando combinada ao seu diagnóstico de “mundo cheio”, esvazia o conteúdo crítico de seu entendimento de metabolismo socioambiental baseado na ideia de entropia e torna-se incompatível com noções de sustentabilidade mais ambiciosas que as da Economia Ambiental.

Por outro lado, a ontologia subjacente, que ao mesmo tempo naturaliza a sociedade do capital e supervaloriza as determinações subjetivas no movimento do ser social, não encontra outra resolução prática a não ser exortar novos valores para a produção e o consumo, novas formas de gerir a tecnologia e o desenvolvimento tecnológico, e novas alternativas para mobilizar os poderes alocativos do mercado. A análise realizada na terceira seção, contudo, indica que todas as “iniciativas” assim concebidas, ainda que admitíssemos momentaneamente a validade de sua ênfase em um giro ético abstrato, não podem escapar ao seguinte dilema: quando convergem para aquilo que seria necessário do ponto de vista ambiental, entram em franco antagonismo com os requerimentos reprodutivos do capital; quando, contudo, colocam-se em alguma sintonia mínima com esses requerimentos, rendem-se necessariamente ao ímpeto expansivo multidimensional do capital e põem-se, portanto, em conflito com objetivos de sustentabilidade ambiental.

Referências bibliográficas

- DALY, Herman. *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development*. Boston: Beacon Press, 1996.
- _____. *Ecological Economics and Sustainable Development: Selected Essays*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2007.
- DALY, Herman & FARLEY, Joshua. *Ecological economics: principles and applications*. Washington: Island Press, 2010.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011[1857-58].
- _____. *O Capital: livro II*. São Paulo: Boitempo, 2015[1885].
- _____. *O Capital: livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013[1867].
- MEADOWS, Donella; RANDERS, Jorgen & MEADOWS, Dennis. *Limits to growth: the 30-year update*. Londres: Earthscan, 2005.
- MEDEIROS, João Leonardo & SÁ BARRETO, Eduardo. “Lukács e Marx contra o ‘ecologismo acríptico’: por uma ética ambiental materialista.”, *Economia e Sociedade*, v. 22, n. 2, pp. 317-333, ago. 2013..
- SÁ BARRETO, Eduardo. As Múltiplas Dimensões da Exigência imposta à esfera do consumo pela dinâmica do capital: elementos para o debate ambiental. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 37, p. 143-168, 2014.

- _____. “Marx contra a fantasia ‘coaseana’: uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono.”, *Marx e o Marxismo*, v. 3, n. 5, pp. 263-278, 2015 .
- _____. “Marx contra o otimismo tecnológico: economia ‘imaterial’ desmistificada e desdobramentos para as questões ambientais.”, *Nova Economia*, v. 26, n. 1, pp. 97-122, abr. 2016.
- _____. *O Capital na Estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

Recebido em 26 de novembro 2017

Aprovado em 28 de maio de 2018

Modernizar para não ficar para trás: Políticas de emulação neoliberal no sistema educacional italiano

*Modernizing not to be left behind: Neoliberal emulation policies
in the Italian educational system*

Rogério Gonçalves de Freitas*

Higson Rodrigues Coelho**

Resumo

Este elaborado reflete sobre políticas educacionais difundidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – à luz das recentes transformações globais que estimularam modificações expressivas na organização e no funcionamento do sistema escolar italiano. Sustenta que essas políticas são processadas através do mecanismo de emulação. Tal conceito consiste em aplicar a lógica *modernizar para não ficar para trás*, produzida e inserida na concepção da Nova Razão do Mundo, o neoliberalismo. O estudo destaca a importância de compreender a adaptação, o funcionamento e a organização da escola quando submetida a mecanismos ideológicos de *soft power* e de *soft governance*.

Palavras-chave: Emulação; OCDE; políticas educacionais.

Abstract

This article reflects on educational policies disseminated by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) in the light of the recent global transformations that stimulated significant modifications in the organization and functioning of the Italian school system. It considers that such OECD policies are processed through the emulation mechanism between the various education systems. The basic concept of this mechanism is to apply the logic of “modernizing not to be left behind”. This logic is produced and inserted in the conception of the New Reason of the World, that is, in the neoliberal rationality. It highlights the importance of understanding the adaptation, functioning and organization of the school, when subjected to ideological mechanisms of soft power and soft governance.

Keywords: Emulation; OECD; Educational policies.

* Doutor em Sociologia pela Università di Napoli Federico II – UNINA. Contato: rogeriogf@ufpa.br

** Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Contato: higsonr@yahoo.com.br

1. A OCDE como instituição global é um verdadeiro Think Tank para a construção do consenso

A OCDE é, sem dúvida, um dos principais organismos internacionais de grande expressão em vários âmbitos de interesse da sociedade. Periodicamente, publica estudos em diversas áreas do conhecimento, recomenda ações que visam ao desenvolvimento e à estabilidade dos países membros da União Europeia e de alguns parceiros; todavia, essa organização ainda é pouco estudada ou conhecida como uma verdadeira instituição que tem papel significativo na *governance* global (Mahon & McBride, 2008). Esse papel teve raízes históricas no pronunciamento de George Catlett Marshal, em 5 de junho de 1947, na Universidade de Harvard, na então criação do *European Recovery Program*, sustentado pela Organização para Cooperação Econômica Europeia, a OEECE, responsável pela primeira fase de desenvolvimento do que veio a se chamar depois OCDE.

O desenvolvimento do processo de *global governance* da OCDE passou por três importantes fases históricas segundo Leimgruber e Schmelzer (2017). A primeira corresponde à responsabilidade pela reconstrução europeia, anteriormente destacada como iniciativa do Plano Marshall: reconstrução da produtividade para o crescimento econômico e monitoramento desse crescimento, através do mecanismo de ajuda econômica. O período entre 1948 e o final dos anos 1960 instituiu a paz social e o alcance da plena ocupação. Essa época, caracterizou-se pela expansão do keynesianismo, pelo desenvolvimento industrial e pela integração europeia. Pode-se caracterizar também esse período por ter sido um laboratório de incubação da globalização contemporânea.

Ainda que possa parecer um fórum consultivo e um canal para a ajuda de *países em dificuldades* – como frequentemente é declarado e observado nos relatórios oficiais da organização –, isso não captura a verdadeira essência e os significados da *global governance* da OCDE, a qual age como uma autoridade burocrática estreitamente articulada na cena global (Woodward, 2009; Barnett & Finnemore, 2004; Cox & Jacobson, 1973).

A segunda fase compreende o período em que a perspectiva de crescimento foi questionada, sobretudo a partir do Clube de Roma, com o trabalho *Os limites do crescimento* (Meadows *et alii*, 1972). Tratava-se de um período de transição de monitoramento do crescimento à gestão da crise. Os elementos que impulsionaram tal transição foram o fim do Bretton Woods, a crise do petróleo e o advento de uma profunda recessão econômica. Tais situações geraram um ciclo de turbulências que redefiniram e mudaram a sociedade industrial no período entre 1969 e 1984, intensificando, de um lado, a crise do keynesianismo, e reforçando, de outro, a economia neoliberal (Leimgruber & Schmelzer, 2017).

A terceira fase refere-se à reconstrução do paradigma do crescimento. O período de 1984 em diante abre uma cena de nova ortodoxia econômica, e a OCDE entra no período mais significativo da globalização neoliberal. Um período de

extensão global do capitalismo e de sucessivas crises. Esse cenário força, constantemente, a OCDE a reinventar-se. Segundo Angel Gurría, atual secretário geral da OCDE, a organização deveria responder melhor à crise nascida nos países avançados. Martine Durand, diretora de estatística, afirmou em um pronunciamento que, a partir do novo cenário de mudanças políticas econômicas, a crise econômica mundial conduziu a OCDE a interrogar seus próprios erros (Durand, 2015).

As três fases históricas pelas quais passou a OCDE fizeram-na consolidar-se como uma importante instituição para a governança mundial. Nesse sentido, a OCDE transformou-se em um dos principais *Think Tanks* globais para a construção do consenso mundial. Os *Think Tanks* são organizações que atuam a partir de interesses privados ou públicos, com o objetivo de influenciar, através da produção de conhecimentos, a sociedade civil, os mercados e a política de uma determinada região do planeta. A questão da coordenação da economia mundial foi sempre um pressuposto de grande preocupação, a fim de gerir melhor a reprodutibilidade do capitalismo histórico.

As formas de controle na contemporaneidade não podem ser o produto de forças totalmente coercitivas, porque deve corresponder à capacidade de persuasão – em termos ideais, uma forma de liderança que possa representar o modelo mais avançado da cultura de uma época, como um modelo que deve ser emulado (Anderson, 2002). Trata-se da histórica definição de hegemonia, do italiano Antonio Gramsci, contida nos *Quaderni del carcere*: a hegemonia é a síntese peculiar de dominação e direção, um equilíbrio dinâmico entre a força e o consenso (Gramsci, 1975). Outro conceito que expressa o entendimento da gestão global é o de *governance*, isto é, um sistema de ordenação que depende dos modos intersubjetivos. Conforme Rosenau e Czempiel (2000, p. 98) declaram, é “[...] um sistema de ordenamentos que funciona somente se aceitam a maioria ou pelo menos atores com mais poderes [...] deste modo, a *governance* é sempre eficaz quando se trata de funções necessárias à persistência sistêmica, ou concebida para existir efetivamente”.

Com mais de 50 anos de história, a OCDE procurou criar uma rede internacional de *network* em vários setores políticos – assim, ajudou a formação de uma elite internacional. Além disso, a OCDE, em todos esses anos, caracterizou-se como um organismo criador de verdades, porque, como um criador de consenso neoliberal através de formas de hegemonização da sociedade, a OCDE é como um *Think Tank* global de construção de consenso (OCDE, 2014). A função da OCDE na economia global e a sua legitimação nas instituições são muito eficazes em relação a outras organizações, porque as suas recomendações políticas são passíveis de serem seguidas, dado que a organização representa todos os principais países industrializados do mundo.

A OCDE não é somente um simples *Think Tank*, mas uma organização

intergovernativa. E essa distinção é o seu *segredo* fundamental. Isso porque as análises e as estatísticas obtidas são realizadas em colaboração com os seus parceiros. E esses dados são mais legitimados do que parecem, pois a OCDE caracteriza-se como uma organização exploradora de políticas, e as análises realizadas são feitas por revisão de pares (*peer review*) e obtidas a partir do amplo envolvimento de membros de governos.

Até os anos 1970, a OCDE era conhecida como um lugar em que se concentravam vários economistas, entre os quais, os britânicos que tinham princípios keynesianos. Com a cooperação entre a Organização Mundial do Comércio e a OCDE no final dos anos 1990, novas formas de desenvolvimento das economias no cenário desafiador da globalização fizeram a OCDE ter muito mais frentes de intervenção. Por isso, a OCDE pode ser considerada como grupo *expert*, porque não desenvolve simplesmente novas ideias no campo da economia, da política ou da educação, mas o conhecimento de como funciona o mundo (Wolfe, 2008). As áreas de influências da OCDE referem-se, sobretudo, à da política, através da individualização de normas e princípios que utilizam as ideias da organização e incluem a presença do G8 e da OMC.

A OCDE é um importante *Think Tank* da governança global porque a sua atuação perpassa o âmbito da governança por números. A estatística (saber do Estado) teve, nas últimas décadas, uma função central no domínio do saber. O seu domínio é exigência indispensável para um bom governo na Nova Razão do Mundo, emprestando a expressão dos filósofos franceses Pierre Dardot e Christian Laval. A estatística entendida como tecnologia de governo é um instrumento metodológico que age na governabilidade e nos sistemas de governo. O foco da estatística como tecnologia de governo é sobre as coletividades e não sobre as individualidades.

Os resultados que emergem dos estudos e das investigações transformam hábitos e formas de pensar sobre um determinado tema, objetos da estatística. Isto gera o nascimento de impulsos reativos de mudanças, provocando o surgimento de novos modelos de interação social, submissão e controle de tomadas de decisão. É para produzir um contexto de risco que se coloca o funcionamento do saber estatístico como tecnologia, porque os números permitem uma planificação administrativa, de modo que fenômenos irregulares e incomensuráveis possam ser transformados em coisas calculáveis e medidas. Nas palavras de Popkewitz e Lindblad (2001, p. 118): “esta situação comporta a contenção ocasional de teorias da probabilidade”.

Nesse sentido, os governos nacionais não podem criticar facilmente os dados expressos nas análises da OCDE, porque são documentos públicos, destinados a uma determinada coletividade com o especial ingrediente da moderna tecnologia de *governance*: os dados estatísticos.

2. Emulação *virtuosa* por meio da avaliação dos sistemas educacionais

O primeiro projeto de avaliação internacional da educação no pós-guerra teve início em 1958 com Benjamin S. Bloom, diretor do departamento de Educação da Universidade de Chicago e fundador da *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA). Bloom foi um dos mais atuantes pedagogistas dos Estados Unidos no século XX e influenciou vários sistemas educacionais no mundo (Guskey, 2012). A questão principal que norteou a necessidade de mecanismos de avaliação educacional nos EUA envolvia a existência, ou não, de algum sistema de educação melhor do que os outros e, caso existisse, o modo como esse sistema poderia ser emulado, como referência global e permanente.

A primeira pesquisa piloto da IEA ocorreu na década de 1960 com 12 países, avaliando estudantes que pertenciam ao ensino integral, (13 anos de idade) sobre competências relacionadas à compreensão da matemática, das ciências, da leitura e da geografia. A ênfase do estudo foi sobre o conhecimento da matemática, porque, além de revelar e acentuar posteriormente as diferenças entre os países, a linguagem lógico-matemática seria o requisito fundamental para o domínio dos códigos e modelos da, assim dita, sociedade do conhecimento e da informação nas décadas sucessivas.

No início dos anos 1990, o governo dos EUA já tinha total ingerência dentro da IEA, por isso, a instituição realizou quatro grandes avaliações em larga escala (Bottani, 2006). Essas avaliações tiveram como objetivo saber o impacto da linguagem computacional na educação escolar e os custos nos investimentos dos países em promover o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

No final da mesma década, os ministros da Educação dos países da OCDE decidiram lançar um ciclo de avaliações. Por um lado, eles buscavam promover o uso das TIC's na região, por outro, procuravam saber qual retorno econômico a educação poderia trazer para a economia mundial (Schleicher, 2011). Na primavera do ano 2000, pelo menos 30 países europeus já tinham aderido ao teste internacional. O *Programme for International Student Assessment* (PISA) nasceu no terreno daquilo que se conhece no âmbito acadêmico como economia do conhecimento e conhecimento capitalizado. O programa avalia estudantes de 15 anos a cada 3 anos e permitiu ampliar, em nível internacional, o debate sobre a performance dos estudantes sobre a matemática, as ciências e a leitura.

Participaram do PISA, além dos países da OCDE, alguns países *partners* da América Latina e do Leste europeu. O objetivo estratégico do programa nesse período foi avaliar o conceito de *Lifelong Learning*. Se, na estrutura teórica, esse conceito refere-se e é aplicado a todas as disciplinas e todos os âmbitos da cultura e da educação, o teste realizado em 2012 revelou, todavia, que o setor principal em que se concentrou a avaliação PISA foi, decisivamente, o científico. Ou seja, a avaliação priorizou a competência no âmbito matemático e técnico – necessária,

segundo o programa, para a aplicação e a resolução dos problemas e tarefas da vida cotidiana.

A estrutura intergovernamental da OCDE em que está inserido o programa PISA é importante instrumento que permite compreender a capacidade de exercício de *Soft Power* da OCDE, seja nos países membros, seja nos não membros. Desde a metade dos anos 1990, a OCDE favoreceu a atuação do PISA como ator político na educação global, o que contribuiu para a revitalização de seu papel desde o fim da Guerra Fria.

Além disso, a OCDE estabeleceu, por meio da *governance* infraestrutural, uma relação de rede internacional com diversos países através da comparação de dados estatísticos na educação e na *governance* epistemológica efetuada pelo PISA. Dessa forma, a OCDE refletiu sobre a própria capacidade de formar a visão dos atores centrais na educação em escala local, nacional e global.

A OCDE desenvolveu e ampliou a ação do PISA. A ampliação deu-se a partir da intensificação da relação entre a OCDE e a Comissão Europeia. Tal relação justifica-se porque 60% dos dados da União Europeia referentes à estratégia de Lisboa de 2000 foram fornecidos a partir dos arquivos de dados da OCDE (Schleicher, 2011).

Tal forma de dependência da Comissão em relação aos dados do PISA é evidente de acordo com Grek. A autora afirma que a ligação entre as organizações existe “em primeiro lugar porque pagam muito para eles (OCDE) e em segundo porque a colaboração na pesquisa dos dados entre as duas organizações aumentou notavelmente nos últimos anos” (Grek, 2009, p. 32).

Além disso, a OCDE e a União Europeia convergem no aspecto político e colaboram no espaço de competitividade e nas pesquisas sobre coesão social na Europa. Considerando o PISA como uma política de avaliação das performances dos sistemas de educação, que procura, através de seus resultados, reforçar o seu papel de *governance* epistemológica da OCDE na educação global, esta reflexão partiu de uma investigação internacional e procurou indagar, através de pesquisa documental, como tal projeto conseguiu legitimar-se no interior dos países membros e não membros da OCDE por meio das mediações do processo de emulação dos sistemas de educação mais eficientes.

Para tal propósito, foi importante destacar também a existência de um *framework* teórico sobre o tema da convergência em *Education Policy*¹. O quadro teórico teve como objetivo compreender como as recomendações da OCDE produziram mecanismos de *soft power* e contribuíram, assim, para a confluência do funcionamento regular dos sistemas educacionais do mundo.

¹ Algumas referências sobre a temática da *Education Policy* em nível internacional: Knill, C.; Tosun, K.; Bauer, M. W., 2009; Bieber, T.; Martens, K., 2011.

A convergência descrita foi possível devido a uma eficiente comunicação existente de redes de especialistas transnacionais, que conceberam e difundiram ideias e crenças que permitiram mudanças de atitudes dos atores institucionais e transformaram a lógica dos sistemas de valores em conceitos de qualidade de educação, sendo os mecanismos de convergência caracterizados como *Lesson-drawing*, *Transnational Problem-solving*, *International Policy promotion* e *Policy Emulation*. (Knill & Lehmkuhl, 1999).

Para os autores, *Lesson-drawing* refere-se às circunstâncias em que os decisores políticos nacionais procuram conhecer as experiências de outros países ou a história de um determinado país para resolver os problemas de ordem nacional. Esse tipo de *soft power* de convergência é o resultado de um transferência bilateral de informações que tem como objetivo o incentivo à mudança e adota como método o *problem pressure*. A resposta a isso, então, traduz-se na construção de um processo de transferência de modelos que se aplicam a todos e em qualquer lugar (Yebra, 2003). Um outro tipo de dispositivo de convergência é o *Transnational Problem-solving*, que se caracteriza a partir das mesmas comunicações existentes das redes de especialistas transnacionais e da política de transferência multilateral de ideias e de crenças que provocam discursos de mudanças necessárias à qualidade dos sistemas.

Nesse sentido, as elites políticas e econômicas são responsáveis pela produção de saberes para a comunidade epistêmica, com o objetivo de desenvolver ações de reformas dos sistemas educacionais no mundo (*ibidem*). A *International Policy promotion* refere-se às organizações internacionais ou aos países que agem na difusão de modelos de *best practices* através de *benchmarking* de avaliação e de políticas educacionais (Bieber & Martens, 2011).

Em tal caso, os países que não têm uma boa performance nos *rankings* internacionais e não chegam a um nível eficiente nos resultados das avaliações sofrem frequentemente pressões normativas e são convidados pelos seus governos, através dos *Think Tanks* da educação – locais e internacionais –, a seguir modelos de gestão neoliberalizantes pré-estabelecidos pelas organizações internacionais.

Pode-se notar que a *International Policy promotion* desenvolve-se no interior de um circuito caracterizado como avaliação-recomendação-normalização. Tal circuito político, manifestado no âmbito da educação, determina com eficiência uma nova configuração do sistema de funcionamento e de organização dos sistemas educacionais no mundo.

As iniciativas internacionais podem favorecer a adoção nacional de políticas baseadas na concessão de que o único meio para se chegar à qualidade da educação seja através da concorrência. Tal elaboração atribui um papel preponderante sobre o discurso e a adaptação dos sistemas educacionais a lógicas neoliberalizantes porque produz um ulterior tipo de preceito, isto é, aquele da

preocupação, o qual prevê que o Estado deva resolver, com atitudes firmes, o problema do atraso educacional por meio da modernização e da competitividade internacional dos sistemas educacionais.

A *policy emulation* emerge como política a partir do momento em que existe uma situação sistêmica de incerteza e de crise de governo (*ibidem*). Tal política procura o restabelecimento da legitimidade dos agentes políticos mediante a emulação de políticas educativas em outros contextos, com o objetivo de percorrer rapidamente o caminho que leve ao sucesso performativo de um determinado sistema educacional. A política de emulação, nessa perspectiva, tem como objetivo ganhar a confiança e a estima dos organismos internacionais a partir do momento em que um determinado país implemente, com responsabilidade, o modelo *ideal* de educação. Pode-se dizer, além disso, que os *Think Tanks* da educação nacional desenvolvem também um papel decisivo quando estimulam a emulação por meio do discurso de *modernizar para não ficar para trás*.

É nesse quadro de arranjo teórico e institucional que elementos como a crise econômica em nível mundial e a crise de legitimidade dos governos nacionais geram o avanço desses mecanismos de *governance* supranacional. Nos últimos quarenta anos, eles têm crescido através da tríade *avaliar, recomendar e regulamentar*. A lógica de convergência afirma-se, em tal modo, sempre mais interdependente, e a sua coexistência contribui para o refinamento da razão neoliberal no âmbito educacional. Nesse sentido, a *nouvelle ordre éducatif mondiale* que se estabelece procura apresentar a política de convergência em uma só razão: como emulação *virtuosa*.

No contexto do PISA, isso se evidencia quando o relatório *Education at a Glance* (Um Olhar sobre a Educação), compreendido como um instrumento que compara, de maneira eficaz, os dados relativos às políticas educacionais, vem sendo utilizado pelos sistemas nacionais de educação para avaliar a própria política educativa em países que têm uma situação econômica mais elevada, com o objetivo de verificar em que medida eles têm necessidade de recuperar um eventual atraso no sistema educacional em relação ao cenário mundial.

Participar do PISA traduz-se em um desejo a ser comparado com os melhores (Grek, 2009). Desse modo, pode-se notar a dimensão internacional, que vai além dos confins da Europa, a fim de confrontar as atividades dos estudantes de países diferentes uns dos outros, como, por exemplo, os Estados Unidos, a Grécia, a Indonésia, dando um peso expressivo ao PISA, compreendido como um indicador de sucesso ou falência da política educacional.

Portanto, o PISA torna-se a plataforma da OCDE para a construção, a mediação e as políticas de difusão de uma nova organização da escola e dos atores que a ela pertencem. Os mecanismos de comparação e internacionalização dão ao PISA o mérito de ter uma forte legitimidade, como ocorre nos confrontos dos resultados sobre a educação em todo o mundo, em que os gestores políticos e os

responsáveis pelas elaborações das políticas educacionais podem achar respostas para os seus problemas (Sellar & Lingard, 2013).

Os fatores mais relevantes que contribuíram para o sucesso do PISA mostram-se na descontextualização, na comensuração e nas orientações políticas. Todavia, chama a atenção a questão sobre a sua verdadeira finalidade e sobre os seus efeitos, como, por exemplo, a importância do PISA como vitrine para a OCDE. Através de uma intensa publicidade realizada pela OCDE, o PISA transformou-se em um instrumento avaliador por excelência em âmbito mundial.

O efeito quase imediato do PISA é a conclusão de que existem sistemas de ensino que podem ser emulados e, também, sistemas de ensino que, sendo mais fracos, representam um exemplo de fracasso. Outra característica do programa PISA vem sendo definida através da própria orientação política e dos seus métodos, que, de um lado, produzem necessidades de novidades, em termos de performance da escola, e, de outro, estabelecem e facilitam, por meio de um aparato de novos conceitos, um suporte aos atores políticos na realização de planos de reformas educacionais (*ibidem*). Perante tudo isso, conclui-se que a ingerência da OCDE-PISA intensifica a concorrência dos sistemas de educação em escala global, além de aumentar o abismo entre sistemas educacionais eficientes e prestigiosos e aqueles que precisam de mais assistência econômica e estrutural para um bom funcionamento.

Por fim, se o programa PISA produz, por um lado, através dos seus resultados, a regulação de políticas educacionais neoliberalizantes nos *policy makers* nacionais, prevendo que o próximo passo da ação de governo seja a implementação de reformas; por outro lado, a publicização e a propaganda dos resultados da avaliação jogam a favor da produção de culpas nos sujeitos que compõem o mundo da escola: professores e estudantes.

3. O sistema educacional italiano e a nova ordem educativa neoliberal

O sistema educacional italiano é bastante representativo quando se fala em nova ordem educativa neoliberal, seja pelos números, seja pelas avaliações. O país participou da avaliação PISA desde a sua primeira versão em 2000. Interessante observar que a performance da Itália nas avaliações PISA 2000, 2003, 2006, 2009, 2012 e 2015 revela-se sempre abaixo da média da OCDE, particularmente nos resultados de matemática e ciências.

A localização da Itália abaixo da expectativa da OCDE e dos países com sistema de educação eficaz representou, como foi observado anteriormente, uma oportunidade de fazer pressão no país para que fossem adotadas medidas a fim de resolver as *preocupações* conjunturais do setor da educação nacional. Além disso, destaca-se uma questão importante: o conceito de resiliência, que aparece a partir do PISA de 2009. Esse conceito revelou que, na Itália, 6,5% da

população estudantil é resiliente (OCDE, 2014). Tal percentagem consegue superar emotivamente a desvantagem socioeconômica e cultural, causada pela situação de crise e de desvantagem social. O conceito de resiliência emerge no âmbito ideológico, no interior dos mecanismos de *soft power*, em contraposição à categoria da resistência.

Destaca-se, também, que a motivação dos jovens italianos em relação à educação diminuiu, assim como as matrículas nas universidades nos anos mais recentes. A taxa de jovens entre 15 e 29 anos sem trabalho e que saíram do sistema de educação, os chamados Nem-Nem (nem trabalham e nem estudam), aumentou 5% entre 2008 e 2012, de 19,2% a 24,6% conforme os dados da OCDE (2014). O programa PISA incidiu suas análises sobre a diminuição da despesa pública, traduzindo tal tema no relatório *Education at a Glance*. Nesse sentido, a Itália registrou uma diminuição significativa da despesa pública nas instituições de ensino básico entre 2000 e 2011. Os relatórios da OCDE afirmam que a Itália está em última posição na classificação dos países membros no que diz respeito à despesa de investimentos públicos para a educação e que a escola parece viver uma longa fase de resignação.

Um exemplo claro dos processos de transformação da escola refere-se ao Programa Valoriza. No ano de letivo de 2010, o Ministério da Educação (*Ministero dell'Istruzione* – MIUR) lançou uma pesquisa experimental denominada *Valorizza*, com cerca de 33 escolas das regiões da Campania, Lombardia e Piemonte. Tratava-se de uma pesquisa financiada pelo Ministério da Educação e conduzida pela Fundação *Treille*. Esta última, fundada em 2001, é o principal *Think Tank* da educação na Itália, denominada por Renzetti de Trilateral da educação (Renzetti, 2011).

A Fundação *Treille* define-se como uma organização que desenvolve a ideia da aprendizagem permanente (*Life Long Learning*). Esse conceito está representado no nome *Treille*, que se refere aos três “L” da expressão, que se traduz por *aprendizado ao longo da vida*. Nesse aspecto é que o projeto *Valorizza* foi desenvolvido pela *Treille* juntamente com a Fundação *Scuola Compagnia di San Paolo*. O projeto *Valorizza* tinha como objetivo, através de avaliação e seleção interna de estudantes, individualizar e preparar os professores que se destacavam por terem uma comprovada contribuição profissional para o desenvolvimento da escola.

O Projeto nasceu da necessidade do Ministério da Educação italiano de refletir sobre a organização do sistema de avaliação nacional dos alunos, já que o único aspecto na Itália a ser avaliado abordava somente a avaliação dos estudantes pelo Instituto Nacional de Avaliação do Sistema Educativo de Instrução e Formação (*Istituto Nazionale per la Valutazione del Sistema Educativo di Istruzione e di Formazione* – INVALSI).

O objetivo do *Valorizza* era claro: reconhecer os professores considerados

mais competentes através do mérito e do aumento de sua retribuição, com o intuito de gerar aquilo que o Ministério da Educação denominava *aprezzamento* (valorização), com o objetivo de criar, no interior da escola, práticas emulativas em outros professores.

Todavia, permanece suspensa uma questão: a proposta do projeto referente a premiações por mérito seria suficiente para sustentar, no interior do Ministério da Educação e da Trellle, um ambiente que melhorasse a atuação profissional dos professores? Esse mecanismo, porém, mais que incrementar a competição entre os docentes em um sentido construtivo e estimulante, não estaria resultando em um processo totalmente diferente, gerando um sentimento de responsabilização (*accountability*) e culpabilização entre eles? Em todo caso, a tentativa do governo de instaurar uma cultura de avaliação, produzida por um Estado contemporâneo avaliador (Benadusi & Consoli, 2004), parece não ser outra coisa do que impor, de fora da escola, um hábito avaliativo, baseado em atitudes de culpabilização dos professores que não são capazes de alcançar a performance desejada.

A tentativa de introduzir a avaliação, baseada em um modelo produtivista do saber, como uma espécie de infraestrutura que responsabiliza os professores pelo sucesso ou pelo fracasso da escola, termina por produzir o seu oposto, a cultura do terror, da desconfiança e do medo no ambiente escolar.

É nessa perspectiva que a Trellle justifica a importância do Valorizza como um projeto piloto para a avaliação, pois: a) não era possível estruturar uma progressão dos professores que não fosse baseada, como agora, somente no tempo de serviço; b) não era possível individualizar, de maneira clara e sistemática, os professores dotados de capacidades pessoais relacionadas à competência didática, aos quais pudessem confiar o cargo de coordenação, gestão e formação – as chamadas figuras intermediárias; c) não era possível motivar os melhores para que se empenhassem ainda mais, nem suscitar a emulação entre aqueles que poderiam fazer melhor e se empenhavam pouco, porque, de qualquer forma, não haveria reconhecimento nem ao menos simbólico ou de *status*; d) não era possível tratar, de maneira eficaz, os casos críticos de professores não idôneos à profissão, que não são muito numerosos, mas existem em todos os sistemas e podem causar danos significativos (Trellle Assoziation, 2011).

A Razão Neoliberal não leva em consideração, mesmo se a perspectiva for a de criar efetivamente um novo *habitus* organizativo didático e de autoavaliação, o caminho a ser percorrido para a realização dessa cultura. Isso porque ignora uma verdadeira formação dos professores, não lhes oferecendo recursos e não oferecendo, com periodicidade e organização, um sistema de formação inicial, que, ao contrário, é interrompido em cada ação ministerial de cortes nas despesas públicas.

A própria OCDE, no relatório *Education at a Glance 2014*, declara que, em

termos reais, os salários dos professores na Itália são inferiores em relação à maior parte dos países da organização (OCDE, 2013). A eficácia, a importância e a utilidade do projeto foram apoiadas pelo Diretor do CERI (*Centre pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement*) da OCDE, Dirk van Damme, que foi convidado como um consultor.

Em uma carta enviada ao MIUR, Van Damme declarava que muitos países estavam procurando individualizar estratégias mais eficazes para melhorar a qualidade e os resultados de seus sistemas educacionais. Dizia que a maior parte dos países em que os professores excelentes têm melhor possibilidade de desenvolvimento profissional pode representar um elemento chave para uma eficaz reforma do sistema educativo.

Para o consultor, a melhor forma de impulsionar o sistema educativo seria premiar os professores mais eficazes e estimular, no interior da escola, métodos de emulação a partir das *best practices* educativas (Treille Assoziation, 2011). Em uma outra entrevista, um *expert* da Treille, uma docente e um diretor expressam claramente uma desconfiança do entrevistado em relação ao projeto:

Fala uma docente: “para além do prêmio, gostaria de saber qual é o benefício pessoal ou profissional para os docentes que participam deste projeto”. Pede a palavra um diretor e comenta ao *expert* sobre a pergunta da professora: “elas estavam interessadas em entender, para além da experimentação, se estão fazendo bem seu trabalho e onde estão errando”. Intervém uma docente com uma pergunta polêmica: “Me desculpe, daquilo que eu entendi, o resultado de tudo isso é que são elucidados os nomes dos mais inteligentes e capazes!”. O *expert* precisa: “não, os mais valorizados”. A docente desabafa: “Sim, mas não se perde um pouco o sentido da avaliação? A que serve? Porque a finalidade não deveria ser a de dizer ou saber quem são os mais capazes, mas sim por que estes são mais capazes... o discurso de melhoramento não existe”. (*ibidem*, p. 9)

Todavia, não tendo o projeto resultados significativos, a comissão técnica expressou que, pelos motivos do não sucesso, necessitava-se de uma nova versão do Valorizza nos próximos anos. Dessa vez, que comportasse um maior número de colaboradores. Em outras palavras, a nova versão contaria com pessoas de confiança do diretor, o que facilitaria a escolha dos docentes que deveriam merecer a participação e a possibilidade de serem premiados. O exemplo do projeto Valorizza foi emblemático para demonstrar que, de maneira geral, os *Think Tanks* da educação representam e contribuem para o processo de reformas performáticas da escola pública italiana.

Conclusões

Neste artigo, procurou-se delinear uma função da OCDE como uma verdadeira instituição que tem um papel significativo na *governance* global. Concluiu-se que o processo de europeização submeteu o sistema escolar italiano à ingerência dos organismos internacionais através do discurso emulador e que a atuação dos *Think Tanks* da educação, os quais são os principais produtores do discurso emulador, legitima e antecipa as recentes reformas privatizantes da escola pública italiana.

A reflexão também procurou mostrar como o sucesso do PISA e a sua expressiva legitimidade no contexto internacional jogam a favor do estabelecimento e da difusão de aparatos conceituais – em primeiro lugar, o discurso da emulação, que constrói uma fonte de suporte aos decisores políticos, com a finalidade de construir reformas que utilizam a retórica da modernização do sistema educacional em âmbito mundial.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. “Force and Consent.”, *New Left Review* 17, set/out. pp. 5-30, 2002.
- BARNETT, Michael & FINNEMORE, Martha. *Rules for the World: International Organizations in Global Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
- BENADUSI, Luciano & CONSOLI, Francesco. La scuola italiana alla prova dell’autonomia. In: BENADUSI, Luciano & CONSOLI, Francesco (orgs.). *La governance della scuola: istituzioni e soggetti alla prova dell’autonomia*. Mulino, 2004.
- BIEBER, Tonia & MARTENS, Kertin. “The OECD PISA Study as a Soft Power in Education? Lessons from Switzerland and the US.”, *European Journal of Education*, v. 46, n. 1, Part I, 2011.
- BOTTANI, Norberto. La màs bella del reino: El mundo de la educación en alerta con la llegada de un príncipe encantador. *Revista educación*. Madrid: Ministerio de la Educación y Ciencia, 2006.
- COX, Robert W. & JACOBSON, Harold K. *et alii The Anatomy of Influence: decision making in international organizations*. New Haven and London: Yale University Press, 1973.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DURAND, Martine. “Quand la crise force l’OCDE à se réinventer.”. *Le Monde*, 2015. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/economie/article/2015/01/13/quand-la-crise-force-l-ocde-a-se-reinventer_4555058_3234.html>. Acesso em 19 jan. 2015.

- GRAMSCI, Antônio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci, a cura di V. Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.
- GREK, Sotiria. "Governing by numbers: the PISA "effect" in Europe.", *Journal of Education Policy*, v. 24, n. 1, pp. 23-37, 2009.
- GUSKEY, Tomas. *Benjamin S. Bloom: Portrait of an educator*. Rowman & Littlefield Education. 2. ed., 2012.
- KNILL, Christoph & LEHMKUHL, Dirk. "How Europe matters: different mechanisms of Europeanization.", *European Integration online Papers*, n. 3, pp. 1-19. 1999.
- KNILL, Christoph; TOSUN, Jale & BAUER, Michael. "Neglected faces of Europeanization: the differential impact of the EU on the dismantling and expansion of domestic policies.", *Public Administration*, n. 87, pp. 519-537, 2009.
- LEIMGRUBER, Matthieu & SCHMELZER, Matthias (orgs.). *The OECD and the International political Economy Since 1948*. Palgrave Macmillan, 2017.
- MAHON, R. & MCBRIDE, S. "Introduction: The OECD and Transnational Governance." In: MAHON, R. & MCBRIDE, S. (orgs.) *The OECD and Transnational Governance*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2008.
- MEADOWS, Donella et alii. *Limites do Crescimento*. Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- OCDE. Centre for Educational Research and innovation (CERI). International Conference "Learning in the 21st Century: Research, Innovation and Policy". *OECD's Centre for Educational Research and Innovation – 1968 to 2008*. Parigi, 2008.
- _____. "Critical Maths for Innovatives Societies. The Role of Metacognitive Pedagogies." In: Series: *Educational Research and Innovation*, 2004.
- _____. *Education and Social Progress*. Social and Emocional Skills, 2014.
- _____. *Education at a Glance 2011: OECD Indicators*, 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/skills-beyond-school/48669804.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2018.
- _____. *Education at a Glance 2013: OECD Indicators*. Italia – Scheda Paese, 2013.
- _____. *Measuring Improvements in Learning Outcomes: Best Practices to Assess the Value – Added of Schools*, 2008.
- POPKEWITZ, Tom & LINDBLAD, Sverker. "Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais.", *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 75, pp. 111-148, ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jan. 2018.
- RENZETTI, Roberto. *Treelle, la trilaterale dell'istruzione*. Disponível em: <<http://www.fisicamente.net/SCUOLA/index-1895.htm>>. Acesso em 19 jan. 2018.

- ROSENAU, James N. & CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). *Governança sem Governo: ordem e transformação na política Mundial*. Brasília, São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Imprensa oficial, 2000.
- SCHLEICHER, Andreas. “Comparare per apprendere: La sfida di PISA ai sistemi educativi nazionali.”, *Revista Scuola Democratica*. Learning for Democracy, n. 2, 2011.
- SELLAR, Sam & LINGARD, Bobby. “The OECD and global governance in education.”, *Journal of Education Policy*, v. 28, n. 5, p. 710-725, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02680939.2013.779791>>. Acesso em 19 jan. 2018.
- TREELLE ASSOZIAZIONE. *Valorizza: un approccio reputazionale per la valutazione degli insegnanti*. 2011. Disponível em: <http://www.treelle.org/files/III/Valorizza_italiano.pdf>. Acesso em 19 jan. 2018.
- VAN DAMME, Dirk. *What have we learned? What to do now? What to do next?* CERI-OECD, 2009.
- WOLFE, Robert. From Reconstructing Europe to constructing Globalization: the OECD in Historical Perspective. In: MAHON, R. & MCBRIDE, S. (orgs.). *The OECD and Transnational Governance*. Vancouver: UBC Press, 2008.
- WOODWARD, Richard. *The Organization for Economic Development and Cooperation*. Londres: Routledge, 2009.
- YEBRA, Covadonga Meseguer. “Learning and economic policy choices: a Bayesian approach.”, *EUI Working Paper RSC*. n. 5, San Domenico: European University Institute, 2003.

Recebido em 22 de janeiro de 2018

Aprovado em 7 de junho de 2018

Para além dos 20 centavos: a mobilidade urbana sob o ponto de vista da crítica da economia política

Beyond 20 cents: urban mobility from the point of view of the critique of political economy

André Coutinho Augustin*

Resumo

Este artigo discute a mobilidade urbana sob o ponto de vista da crítica da economia política. O transporte faz parte das necessidades básicas do trabalhador e, portanto, os custos do transporte compõem o valor da força de trabalho. Mudanças nesse custo influenciam, assim, a taxa de mais-valor e, portanto, seria esperado que os capitalistas defendessem um transporte urbano barato, o que não costuma acontecer. São apresentados, então, alguns motivos que podem levar setores da burguesia a apoiar um modelo de mobilidade urbana que gera deslocamentos caros e demorados.

Palavras-Chave: Mobilidade urbana; urbanismo; marxismo.

Abstract

This paper discusses urban mobility from the point of view of the critique of political economy. Transportation is part of the basic needs of workers, so the costs of transportation are part of the value of the labor power. Changes in this cost influence the rate of surplus value, and therefore we should expect that capitalists defend cheap urban transport, which doesn't occur. There are presented then some motives that can lead sectors of the bourgeoisie to support a model of urban mobility that generates expensive and time-consuming transportation.

Keywords: Urban mobility; urbanism; Marxism.

* Mestre em Economia pela UFRJ. Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e do INCT Observatório das Metrôpoles.

1. Introdução

A mobilidade urbana ganhou espaço no debate brasileiro nos últimos anos. Os crescentes congestionamentos causados pelo aumento no número de carros nas ruas incentivaram discussões sobre o incentivo ao uso de outros modais de transporte. Não faltaram polêmicas sobre a limitação de velocidade nas vias e a construção de corredores de ônibus e de ciclovias. Outro tema que agitou o país, principalmente no ano de 2013, foi a passagem de ônibus: depois das manifestações que levaram à revogação do aumento da tarifa em Porto Alegre em abril daquele ano, os protestos espalharam-se pelo país dois meses depois, no que ficou conhecido como “Jornadas de Junho”. Milhares de pessoas foram às ruas contra o aumento de 20 centavos e, embora outras pautas tenham entrado nos protestos ao longo de junho, a questão das tarifas permaneceu como uma das bandeiras principais e uma das poucas que trouxe resultados concretos: em mais de 100 cidades houve a revogação do aumento (MPL, 2013, p. 18).

O intenso debate público sobre as tarifas do transporte público, entretanto, não foi acompanhada de um debate teórico sobre o tema, pelo menos não na Economia. Este artigo busca iniciar uma discussão que cubra essa lacuna, analisando o transporte urbano sob o ponto de vista da crítica da economia política e tentando entender como a mobilidade urbana relaciona-se com o valor da força de trabalho, a exploração, a renda da terra e outros conceitos marxistas. Este artigo não tem como objetivo dar uma resposta final sobre o tema, mas iniciar um debate teórico sobre um assunto de grande relevância política, com a consciência de que é uma pesquisa ainda em fase inicial.

O artigo é formado, além desta introdução, por quatro seções e mais as considerações finais. Na primeira seção, é apresentada, brevemente, a teoria do valor de Marx e sua relação com o transporte de mercadorias. Depois, é discutido o transporte de passageiros e sua contribuição para a formação do valor da força de trabalho. Há ainda uma seção sobre os preços de transporte coletivo no Brasil e, por fim, algumas hipóteses sobre o apoio dos capitalistas ao modelo vigente de mobilidade urbana.

2. Transporte e valor

Para Marx, o valor de uma mercadoria é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, pelo tempo “requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau médio de destreza e intensidade do trabalho” (Marx, 2013, p. 117). Isso não significa que todo trabalho no capitalismo gera valor. Enquanto alguns trabalhos são produtivos, isto é, produzem valor (e, conseqüentemente, mais-valor, valorizando o capital), outros são improdutivos. Para fazer essa diferenciação, precisamos apresentar brevemente o ciclo do capital.

Resumindo, podemos dizer que o capitalista inicia o processo possuindo uma determinada quantidade de capital na sua forma monetária. Esse dinheiro é usado para comprar mercadorias, mais especificamente meios de produção e força de trabalho. Ocorre então um processo produtivo em que é criada uma nova mercadoria, que é vendida por um valor maior do que o capital investido inicialmente. Esse ciclo pode ser simbolizado por $D - M \{MP; FT\} \dots P \dots M' - D'$. A diferença entre D e D' é o mais-valor.

A grande questão é de onde surge essa diferença. Pode-se imaginar que ela surge da troca, o que é um equívoco. Se supormos troca de equivalentes, ou seja, se as mercadorias forem compradas e vendidas pelo seu valor, as etapas $D - M$ e $M' - D'$ representam apenas uma mudança formal: o capital passa da forma dinheiro para a forma mercadoria e vice-versa, sem, entretanto, mudar de magnitude. Não surge um novo valor dessa transação. Mesmo se considerarmos que as mercadorias são vendidas abaixo ou acima do seu valor, essa situação mantém-se: aquele que vendeu acima do valor ganhou nessa troca exatamente o que o comprador perdeu. Embora individualmente possa haver um ganho ou uma perda, globalmente a quantidade de valor continua a mesma. Se não é possível criar valor na troca, o valor só pode vir da produção. É por isso que é considerado produtivo o trabalho empregado pelo capital na fase de produção, enquanto o trabalho realizado na circulação é improdutivo¹.

Dessa forma, o trabalho realizado nos transportes poderia ser considerado improdutivo, já que o transporte faz parte da circulação das mercadorias. No entanto, não é isso que ocorre, já que a função do transporte não é propriamente de circulação. A função circulação do capital “consiste apenas em transferir o direito de propriedade sobre um produto de uma pessoa para outra, é apenas uma transformação do valor sob a forma-mercadoria para a forma-dinheiro, ou, inversamente, apenas uma realização do valor produzido. É uma transição ideal ou formal, não real” (Rubin, 1980, p. 288). Já no caso do transporte, o que ocorre não é uma mera transferência de direitos de propriedade. É por isso que, ao contrário dos gastos de compra e venda e de contabilidade, o transporte e a armazenagem são considerados um processo de produção dentro do processo de circulação. Eles não possuem uma função formal, mas real. Isso fica claro na seção sobre *custos de transportes* do capítulo 6 do livro II de *O Capital*:

As massas de produtos não aumentam pelo fato de serem transportadas. E tampouco a alteração de suas propriedades naturais provocada

¹ “A lei geral dita que todos os custos de circulação que derivam apenas da transmutação de forma da mercadoria não acrescentam valor algum a esta última. Eles são meros custos para a realização do valor ou para sua transição de uma forma a outra” (Marx, 2014, p. 228). É importante ressaltar que, apesar de improdutivo, o trabalho empregado na circulação não é menos necessário. O capital necessita tanto da produção quanto da circulação para se reproduzir.

pelo transporte constitui, com algumas exceções, um efeito útil deliberado, mas um mal inevitável. Porém, o valor de uso das coisas só se realiza em seu consumo, o qual pode exigir seu deslocamento espacial e, portanto, o processo adicional de produção da indústria do transporte. Assim, o capital produtivo investido nessa indústria adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transporte, em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte. Esta última adição de valor se decompõe, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e mais-valor. [...] A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação (Marx, 2014, pp. 229-31).

Em outro trecho do mesmo livro, Marx reafirma a ideia de que o transporte pode ser considerado um processo de produção e, portanto, produtivo. Citando inclusive o transporte de passageiros, ele diz, mais uma vez, que o valor do serviço de transporte é determinado pelo valor dos meios de produção transferidos, pela reposição do valor dos salários e pelo mais-valor gerado:

O resultado – transportem-se homens ou mercadorias – é sua existência espacial modificada, por exemplo, que o fio se encontre agora na Índia, e não na Inglaterra, onde foi produzido.

Mas o que a indústria dos transportes vende é o próprio deslocamento de lugar. O efeito útil obtido é indissolúvelmente vinculado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria dos transportes. Homens e mercadorias viajam num meio de transporte, e sua viagem, seu movimento espacial, é justamente o processo de produção efetuado. [...] Mas o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de toda e qualquer mercadoria, pelo valor dos elementos de produção nele consumidos (força de trabalho e meios de produção) acrescido do mais-valor criado pelo mais-trabalho dos trabalhadores ocupados na indústria dos transportes (*ibidem*, pp. 133-4).

Além da geração de valor (e de mais-valor), a indústria dos transportes também é importante para o capital por outros motivos. O desenvolvimento dessa indústria e a conseqüente redução do tempo de transporte das mercadorias permitem um aumento da velocidade de rotação do capital. Assim, um mesmo capital pode passar por mais rotações em um mesmo período de tempo, aumentando a taxa de lucro anual.

Melhorar o sistema de transportes, portanto, é de interesse do capital. O problema é que os capitalistas, individualmente, dificilmente conseguem resolver esse problema, eles dependem que o sistema de transportes já exista para poderem expandir sua produção. O transporte funciona, portanto, como uma *condição geral de produção*: “a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura provocou também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transporte” (Marx, 2013, p. 457)². Esse conceito de condições gerais de produção, entretanto, não é muito desenvolvido por Marx. Ele será retomado depois por outros autores, como Castells (2014) e Lojkin (1997), para tratar da questão urbana.

3. Transporte da força de trabalho

Até aqui, foi discutido o transporte de mercadorias em geral. O foco deste trabalho, entretanto, é o transporte de uma mercadoria específica: a força de trabalho. Para poder vender sua força de trabalho, o trabalhador precisa, na grande maioria das vezes, estar presente fisicamente na empresa na qual trabalha. Isso traz a necessidade de um deslocamento entre o local de moradia e o local de trabalho, lugares que, nas cidades capitalistas, costumam estar separados geograficamente.

Nem sempre foi assim. Nas sociedades pré-capitalistas, a maioria da população vivia no campo e morava nas mesmas terras em que trabalhava. Mesmo entre a pequena parcela da população que vivia nas cidades, isso também acontecia:

na cidade medieval não há segregação entre os locais de moradia e trabalho. A oficina do artesão é sua moradia e ao mesmo tempo é a residência dos aprendizes também. Além de ser local de produção e habitação, é na oficina que se vende o produto do trabalho, de tal forma que todo o espaço do burgo é simultaneamente lugar de residência, produção, mercado e vida social (Rolnik, 1995, p. 48).

Além dos locais de trabalho e moradia serem os mesmos, nas cidades medievais diferentes classes dividiam a mesma região, o que também ocorria nas cidades do Brasil colônia:

² As condições gerais de produção são citadas novamente algumas páginas depois: “Mas assim que o sistema fabril conquista certa base existencial e determinado grau de maturidade; assim que seu próprio fundamento técnico, a própria maquinaria, passa, por sua vez, a ser produzido por máquinas; assim que se revolucionam a extração de carvão e ferro, bem como a metalurgia e os meios de transportes e, em suma, são estabelecidas as condições gerais de produção correspondentes à grande indústria, esse modo de produzir adquire uma elasticidade, uma súbita capacidade de se expandir por saltos que só encontra limites na insuficiência de matéria-prima e de mercado por onde escoar seus próprios produtos” (Marx, 2013, p. 522).

Como no burgo medieval, na cidade colonial não existem regiões/trabalho e regiões/moradia, praças da riqueza, praças da miséria. Isto evidentemente não quer dizer que não existiam nestas cidades diferenças de classe ou posição social. Pelo contrário: as distâncias que separavam nobres e plebeus, ricos de pobres eram enormes. Estas distâncias, assim como as distâncias entre senhores e escravos nas cidades brasileiras, não eram físicas. Ricos, nobres, servos, escravos e senhores poderiam estar próximos fisicamente porque as distâncias que os separavam eram expressas de outra forma: estavam no modo de vestir, na gestualidade, na atitude arrogante ou submissa e, no caso brasileiro, também na própria cor da pele. Estes eram sinais de respeito e hierarquia rigorosamente obedecidos porque tinham um fundamento moral: o negro se submetia ao senhor porque a ele pertencia seu corpo; o senhor impunha seu poder ao negro, acreditando ser ele apenas um instrumento, não um ser humano. Assim a mistura de brancos e negros nas ruas e nas casas da cidade era possível porque a distância que os separava era infinita (*ibidem*, pp. 50-51).

No Capitalismo, essa situação altera-se, já que a acumulação primitiva não separa o trabalhador dos meios de produção apenas juridicamente, mas também geograficamente. O artesão que trabalhava na casa em que morava é substituído pelo operário que trabalha na fábrica. Além disso, a cidade vai ficando cada vez mais segregada, com zonas comerciais separadas de zonas residenciais. Estas, por sua vez, tornam-se cada vez mais divididas entre áreas específicas para cada nível de renda. Engels descreve a formação das cidades industriais no seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Manchester, o grande centro da indústria e do comércio britânicos da época, é descrita como uma cidade em que é possível “residir nela durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário” (Engels, 2010, p. 88). O centro de Manchester era formado por uma zona comercial composta basicamente de escritórios e armazéns e que, devido à falta de moradias, ficava praticamente deserta à noite. Em volta desse centro, havia um anel de bairros operários. Já a burguesia morava fora desse anel, “onde corre o sadio ar do campo, em grandes e confortáveis casas, servidas, a cada quinze ou trinta minutos, por ônibus que se dirigem ao centro da cidade” (*ibidem*, p. 89). As principais ruas que ligam os bairros burgueses ao centro eram todas ocupadas por lojas da pequena e da média burguesias, tornando possível atravessar a cidade sem ver diretamente as casas dos operários.

Se no início da industrialização os operários moravam perto das fábricas, com o tempo suas moradias foram ficando cada vez mais distantes, num processo que, se por um lado, tornou a dependência do transporte cada vez maior,

por outro, foi causado pelo próprio desenvolvimento do setor de transportes: o crescimento dos bairros no subúrbio de Londres no século XIX, por exemplo, “pode ser explicado em grande parte pelo advento das ferrovias e pela oferta de tarifas especiais para operários e ainda pela redução do dia de trabalho que liberou, pelo menos parte da classe trabalhadora, de morar a uma distância de caminhada a pé do local de trabalho” (Harvey, 1982, p. 11).

Já no Brasil, assim como em outros países subdesenvolvidos, essa expansão das cidades deu-se sem a mesma estrutura de transportes. A existência de bairros afastados (enquanto áreas centrais continuam vazias) sem a contrapartida de um bom sistema de transporte público traz várias consequências. A primeira delas é um aumento do tempo de deslocamento, o que é agravado pelos congestionamentos causados pelo crescimento da frota de veículos privados, uma situação que cada vez mais atinge as cidades brasileiras. Em 2012, o tempo médio gasto no deslocamento casa/trabalho nas áreas metropolitanas do Brasil era de 40,8 minutos e 18,6% dos trabalhadores gastavam mais de uma hora nesse trajeto³ (IPEA, 2013). Além disso, esse deslocamento costuma ser feito em ônibus ou trens lotados e desconfortáveis.

Do ponto de vista do trabalhador, esse tempo de deslocamento funciona como um tempo de trabalho⁴. Ele só está gastando esse tempo porque precisa ir até a empresa, e o deslocamento acaba gerando um desgaste físico e mental. Portanto, o aumento do tempo de transporte pode ser considerado *análogo ao aumento da jornada de trabalho* ou, em outras palavras, ao *mais-valor absoluto*.

Esse tempo, entretanto, embora canse o trabalhador, não é um tempo em que este esteja gerando mais-valor para seu empregador. Pelo contrário: se somarmos esse desgaste no transporte com a grande intensidade do trabalho que costuma ocorrer no Brasil, podemos esperar uma deterioração do trabalhador que tende a reduzir a sua produtividade. Isso só não é uma preocupação para o capital porque o abundante exército industrial de reserva que costuma existir nos países dependentes permite manter uma alta taxa de exploração, com a substituição dos trabalhadores assim que eles não têm mais condições de conti-

³ Esses números foram calculados pelo IPEA com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

⁴ Embora possa parecer estranho considerar o tempo de deslocamento como trabalho, em alguns países esse tempo já é contabilizado na jornada. Em 2015, o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu que as horas de trabalho de algumas profissões deveriam ser contadas a partir do momento em que o trabalhador sai de casa (Deslocações..., 2015). Lefebvre (1991, p. 61) classifica esse tempo como “tempo imposto”, não sendo considerado tempo de trabalho nem de lazer: “Classificando as horas (do dia, da semana, do mês, do ano) em três categorias, a saber: o tempo obrigatório (o do trabalho profissional), o tempo livre (o dos lazeres), o tempo imposto (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades, etc.), verifica-se que o tempo imposto ganha terreno. Ele aumenta mais rápido que o tempo dos lazeres. O tempo imposto se inscreve na cotidianidade e tende a definir o cotidiano pela soma das imposições (pelo conjunto delas)”.

nuar realizando satisfatoriamente seu trabalho⁵. Kowarick, em seu livro *A espoliação urbana*, cita essa questão:

Filas, superlotação, atrasos, perdas do dia de trabalho e às vezes a fúria das depredações não constituem apenas simples problemas de trânsito. As horas de espera e de percurso antes e depois do trabalho, via de regra extremamente longo, expressam o desgaste a que estão submetidos aqueles que necessitam do transporte de massa para chegar a seus empregos. Em outras palavras, submetido à engrenagem econômica da qual não pode escapar, o trabalhador, para reproduzir sua condição de assalariado e de morador urbano, deve sujeitar-se a um tempo de fadiga que constitui um fator adicional no esgotamento daquilo que tem a oferecer: sua força de trabalho. E como esta, pelo menos nos níveis de qualificação mais baixos, é abundante, a engrenagem econômica pode facilmente substituí-la tão logo o desgaste a que está sujeita faça decair sua produtividade (Kowarick, 1979, p. 36).

Se a primeira consequência do modelo brasileiro de mobilidade urbana é o tempo de deslocamento, a segunda é o custo: o transporte não só é demorado, como também é caro e isso influencia diretamente o valor da força de trabalho.

Assim como acontece com as demais mercadorias, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a sua reprodução. Mais especificamente, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência que permitem manter o trabalhador “em sua condição normal de vida” e, além disso, sustentar os filhos que o substituirão no futuro. É importante ressaltar que não se trata apenas de uma subsistência física ou biológica, mas de uma necessidade que, “assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país” (Marx, 2013, pp. 245-246).

Se, como dito anteriormente, na cidade capitalista há uma separação entre os locais de moradia e de trabalho (além dos outros lugares que o trabalhador frequenta para fins de consumo, lazer, educação, etc.) e isso exige deslocamentos que possuem um custo, esse custo entrará na cesta de consumo da classe trabalhadora e, conseqüentemente, fará parte do *valor da força de trabalho*⁶. E normalmente o peso desse gasto no valor da força de trabalho é alto.

⁵ Segundo Marini (2005), uma das marcas das economias dependentes é justamente a superexploração do trabalho, que só é possível em um país onde a reposição da mão-de-obra seja fácil.

⁶ Muitas vezes, inclusive, esse custo é pago ao trabalhador de forma separada do salário, através do vale-transporte ou algum outro auxílio do tipo. Em 2012, 42,2% dos trabalhadores urbanos brasileiros recebiam algum tipo de auxílio transporte. Nas regiões metropolitanas, esse número era de 64,4% (IPEA, 2013, pp. 15-16).

Os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE mostram que, em 2009, as famílias brasileiras⁷ gastavam, em média, 15,8% da sua renda com transporte urbano⁸. Essa média, entretanto, é rebaixada pelas famílias de renda mais alta. Entre os 10% mais pobres, o comprometimento da renda com transporte é de 21,8% e na maioria das faixas de renda fica em torno de 17%.

Tabela 1 – Renda e gastos com transporte urbano das famílias brasileiras, segundo decil de renda (2009)

Intervalos de renda familiar <i>per capita</i>	Renda familiar média	Gastos com transporte urbano	Comprometimento da renda com transporte
1º decil	R\$ 532,03	R\$ 116,16	21,8%
2º decil	R\$ 917,20	R\$ 161,90	17,7%
3º decil	R\$ 1.165,42	R\$ 189,77	16,3%
4º decil	R\$ 1.490,95	R\$ 248,54	16,7%
5º decil	R\$ 1.730,79	R\$ 296,63	17,1%
6º decil	R\$ 2.102,56	R\$ 350,30	16,7%
7º decil	R\$ 2.573,93	R\$ 439,92	17,1%
8º decil	R\$ 3.237,67	R\$ 541,14	16,7%
9º decil	R\$ 4.669,59	R\$ 810,59	17,4%
10º decil	R\$ 10.872,28	R\$ 1.503,45	13,8%
Total	R\$ 3.211,25	R\$ 506,33	15,8%

Fonte: Carvalho & Pereira (2012, p. 12), com dados da POF 2009 (IBGE).

Como o valor dos serviços de transporte é determinado pelo trabalho socialmente necessário para produzi-los, um aumento na produtividade deste setor (ou em algum setor que produza meios de produção usados pela indústria do transporte) irá reduzir o valor da mercadoria transporte. Isso pode permitir uma redução no valor da força de trabalho e, conseqüentemente, um aumento do tempo não pago da jornada de trabalho. É o que Marx (2013, p. 390) chama de

⁷ Essa sistematização da POF feita por Carvalho e Pereira (2012) separa a população em níveis de renda e não em classes (embora exista certa correlação entre essas duas categorias). Como não estamos preocupados com o valor exato gasto pelos trabalhadores em transporte, mas apenas em dar um panorama aproximado para mostrar que esse tipo de gasto é relevante, o dado tal como está apresentado já é suficiente.

⁸ Até então estávamos falando em valor dos serviços de transporte e valor da força de trabalho e agora apresentamos dados sobre gastos com transportes e salários. Ou seja, houve um salto no nível de abstração, passando de valores para preços de mercado, sem que tenham sido feitas as devidas mediações. Sabemos que as mercadorias nem sempre são trocadas pelo seu valor. Pelo contrário, as diferenças de composição orgânica do capital fazem com que os preços de produção sejam diferentes dos valores (Marx, 2017, cap. 9). Além disso, as condições de oferta e demanda fazem com que os preços de mercado possam divergir dos preços de produção. Para não perder o foco do artigo, optou-se por não entrar no debate sobre o “problema da transformação”, mesmo que isso signifique uma perda de rigor. No entanto, como o objetivo aqui não é medir qual é a participação exata do transporte no valor da força de trabalho, mas apenas ilustrar que é um item relevante nesse valor, tal opção não nos parece trazer grandes prejuízos.

mais-valor relativo. Portanto, mudanças que deixem o transporte urbano mais barato interessam também ao capital e não apenas aos trabalhadores.

Uma alternativa é passar esse serviço para o Estado. Embora o custo continue existindo, ele pode ser reduzido, num resultado próximo àquele de geração de mais-valor relativo que ocorre quando há aumentos de produtividade na produção privada:

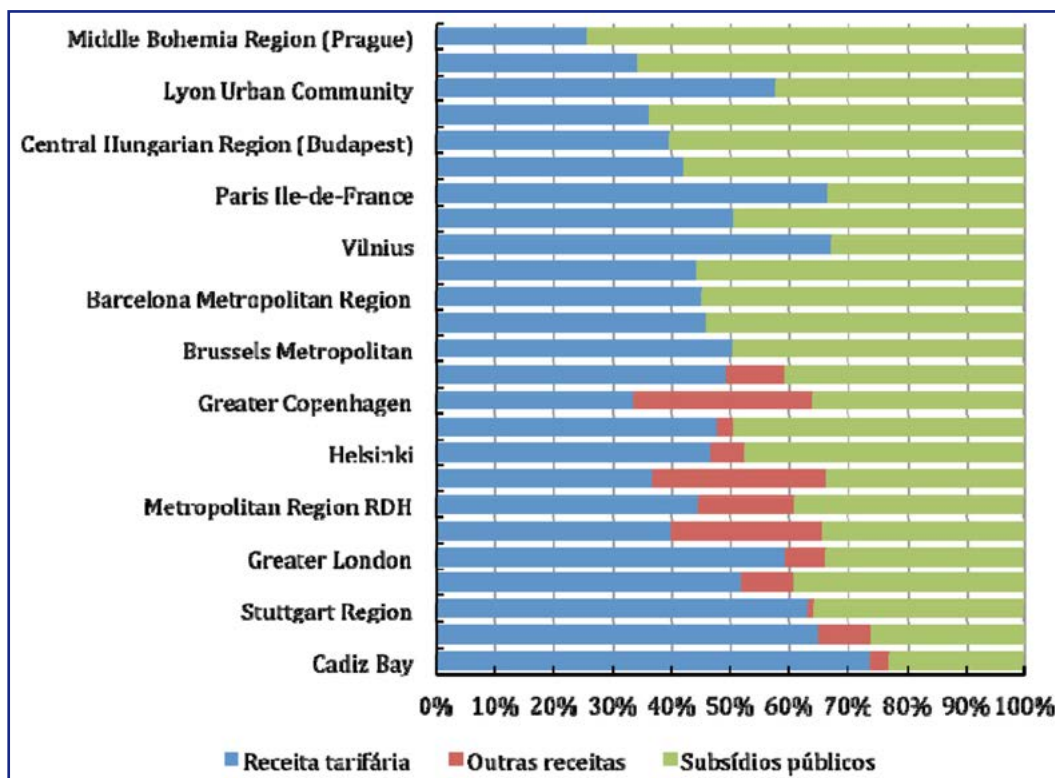
Deveríamos mencionar a questão dos dispêndios sociais do Estado, que na época de Marx não eram muito grandes, mas que assumiram proporções gigantescas nos países capitalistas desenvolvidos. Muitos desses dispêndios são feitos para financiar os serviços públicos que poderiam, em princípio, ser proporcionados pelo capital privado e adquiridos diretamente pelos operários e suas famílias. Contudo, é muitas vezes mais barato e eficaz proporcionar serviços coletivamente, e os impostos necessários para financiar os serviços em questão podem ser consideravelmente menores que os salários adicionais necessários para que sejam adquiridos de modo privado. [...] Essa transferência de produção do setor privado para o estatal é nitidamente análoga à geração de mais-valia relativa que ocorre quando a produção é reorganizada dentro do próprio setor privado. Em ambos os casos, o montante de trabalho necessário ao fornecimento de determinado padrão de vida estará reduzido (Rowthorn, 1982, pp. 193-194).

É o que muitos países fazem. Na Europa, por exemplo, os sistemas de transporte público são altamente subsidiados. Em média, apenas 48,2% do custo operacional do transporte público nas áreas metropolitanas europeias é coberto pela tarifa cobrada (EMTA, 2013, p. 5). Mesmo nos Estados Unidos, país com tradição liberal, os subsídios também são importantes⁹. Esses subsídios são importantes não só para reduzir o preço médio pago pelo uso do transporte público, mas também para ampliar a rede deste tipo de transporte, reduzindo a necessidade do uso do transporte individual, que costuma ser mais caro e, consequentemente, aumenta o valor da força de trabalho¹⁰.

⁹ “Across the 20 largest transit systems in the United States (ranked by passenger miles), the subsidy, as measured by the difference between operating costs and passenger fare revenues, ranges from 29 to 89 percent of operating costs for rail and from 57 to 89 percent for bus” (Parry & Small, 2009, p. 700).

¹⁰ “Num país onde não existe transporte público ou partilhado, um carro particular ou uma motocicleta poderá ser uma exigência indispensável, sem a qual é impossível ir ao trabalho. Os salários, portanto, devem ser em média suficientes para cobrir o custo do funcionamento de um carro ou motocicleta, caso contrário, a quantidade de força de trabalho disponível declinará” (Rowthorn, 1982, p. 189).

Gráfico 1 – Cobertura dos custos operacionais do transporte público em áreas metropolitanas da Europa (2012)



Fonte: European Metropolitan Transport Authorities (2013, p. 5).

Outra forma de tratar dessa questão é através do conceito de *meios de consumo coletivo*, desenvolvido por Jean Lojkin e usado por grande parte da literatura marxista sobre urbanismo. O autor amplia a ideia de *condições gerais de produção* de Marx, incluindo nestas o transporte público, a saúde, a educação e outros serviços. Esses meios de consumo coletivo diferenciar-se-iam do consumo individual da seguinte forma:

Do ponto de vista da medida capitalista, as atividades de ensino, de saúde, ou de pesquisa científica *permanecem improdutivas* (de mais-valia), mesmo se elas são cada vez mais *necessárias* à própria produção material como meios de formação ampliada das forças produtivas humanas. Os meios de consumo coletivos entram então na esfera de consumo final, da mesma maneira que os meios de consumo individual? De modo nenhum, na medida em que justamente sua especificidade é de não serem consumidos *diretamente* pela força de trabalho individual, isto é, de não serem objeto de transformação direta do capital variável em salário, logo, em gasto de renda que serve para comprar mercadorias necessárias à reprodução *individual* da força de trabalho. A produção de meios de consumo coletivos como a escola ou o

hospital – pouco importa, no caso, que sejam privados ou públicos – oferece a particularidade de ser a metamorfose de uma fração do *capital* variável em *compra de forças de trabalho e de meios de trabalho* que só funcionam no processo de consumo. São portanto *despesas indispensáveis* para transformar o resto do capital variável em salário, e, depois, em compra de mercadorias destinadas ao consumo final (Lojkine, 1997, p. 151; grifos no original).

Embora Lojkine dê importantes contribuições para esse debate, sua formulação tem alguns problemas. O principal deles é que sua argumentação baseia-se na suposição que tais atividades seriam intrinsecamente improdutivas¹¹, o que é um erro. Um mesmo trabalho por ser produtivo ou improdutivo¹², ou seja, pode produzir mais-valor ou não. Isso vai depender das relações sociais de produção envolvidas. Marx deixa isso claro e inclusive cita o exemplo da educação, dizendo que um professor pode ser produtivo se estiver “enriquecendo um patrão”¹³, ou seja, se trabalhar em uma escola particular. Já o trabalho de um professor de uma escola pública é improdutivo: ele não está gerando mais-valor diretamente para nenhum capitalista. Pelo contrário, seu salário é pago com uma parcela do mais-valor arrecadado pelo Estado na forma de tributos. Portanto, dizer que “pouco importa que [a escola e o hospital] sejam privados ou públicos” é um equívoco.

¹¹ Essa ideia é afirmada em outros momentos do texto, como por exemplo: “Se, ao contrário, se tratar de transporte de passageiros, de atividades de saúde ou de educação, ou de atividades bancárias e comerciais, esses serviços, esses efeitos úteis, não se cristalizam em nenhum objeto material e não acrescentam mais valor a mercadorias produzidas em outros setores. Não criam portanto nenhum valor adicional e são totalmente improdutivos (de mais-valia)” (Lojkine, 1997, p. 177).

¹² “A *mesma espécie* de trabalho pode ser *produtiva* ou *improdutiva*. Milton, por exemplo, que escreveu o *Paraíso Perdido* por 5 libras esterlinas, era um *trabalhador improdutivo*. Ao revés, o escritor que fornece à editora trabalho como produto industrial é um *trabalhador produtivo*. Milton produziu o *Paraíso Perdido* pelo mesmo motivo por que o bicho-da-seda produz seda. Era uma atividade própria de sua natureza. Depois vendeu o produto por 5 libras. Mas o proletário intelectual de Leipzig, que sob a direção da editora produz livros (por exemplo, compêndios de economia), é um *trabalhador produtivo*; pois, desde o começo, seu produto se subsume ao capital e só para acrescer o valor deste vem à luz. Uma cantora que vende seu canto por conta própria é um *trabalhador improdutivo*. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um *trabalhador produtivo*, pois produz capital.” (Marx, 1980, p. 396).

¹³ “Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital” (Marx, 2013, p. 578).

4. O custo do transporte público no Brasil

Já foi dito que as cidades europeias possuem subsídios ao transporte público, mas isso não é exclusividade de países desenvolvidos. Acontece o mesmo em países da América Latina, como a Argentina. Na área metropolitana de Buenos Aires, em 2013, os subsídios cobriam 76% do custo do transporte público automotor de passageiros (ASAP, 2014, p. 18), fazendo com que as tarifas fossem muito mais baixas que as brasileiras. Nesse mesmo ano, o preço médio da tarifa de ônibus nas grandes cidades brasileiras era cerca de três vezes maior do que nas grandes cidades dos demais países latino-americanos. Nem toda essa diferença, entretanto, é explicada pela existência de subsídios, já que o sistema de ônibus brasileiro tem qualidade superior aos de vários desses países (Vasconcellos, 2013, p. 152).

É importante deixar claro que, no Brasil, existem sim subsídios ao transporte, mas que eles estão concentrados no transporte individual. Um estudo do IPEA estimou que, em 2004, os subsídios públicos para a operação e aquisição de automóveis privados no Brasil estavam entre R\$ 8,5 e R\$ 14,1 bilhões por ano, enquanto o transporte público recebia apenas entre R\$ 0,98 e R\$ 1,2 bilhão (Vasconcellos; Carvalho & Pereira, 2011). Já um relatório da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) estima que, de 2003 a 2014, os recursos gastos pelo poder público para a manutenção do sistema viário usado pelo transporte individual foram de R\$ 139,5 bilhões, enquanto os recursos gastos pelo poder público para a manutenção do sistema viário usado pelo transporte público foram de apenas R\$ 29,3 bilhões¹⁴ (ANTP, 2016).

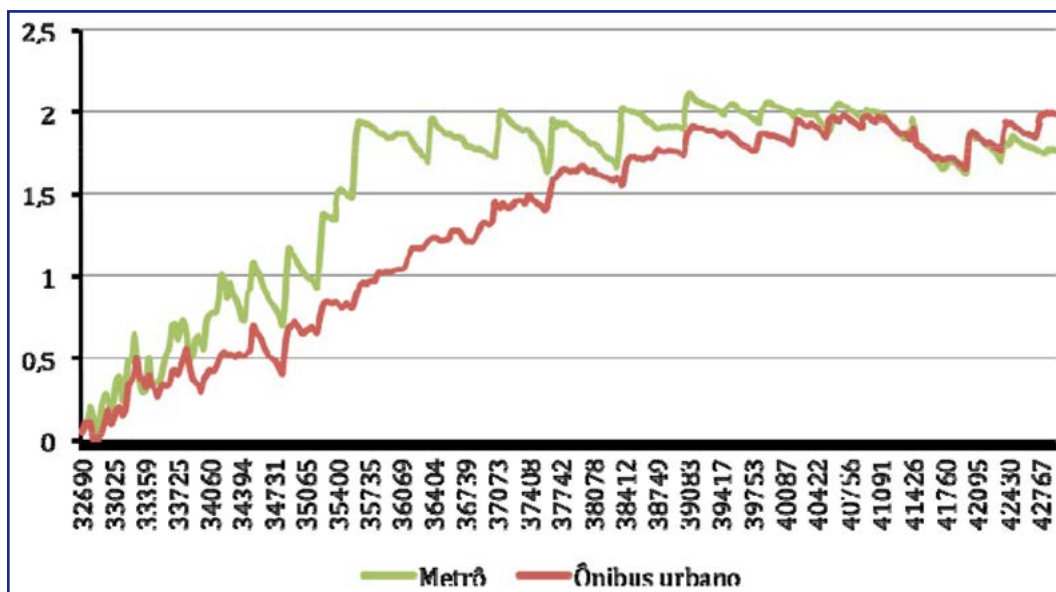
Essa falta de prioridade do transporte coletivo nas políticas públicas ajuda a explicar porque as tarifas são tão altas no Brasil. E além de serem altas, estão crescendo constantemente. De julho de 1989 a julho de 2017, a passagem de ônibus nas principais capitais brasileiras subiu 199% acima da inflação. O aumento até 2012 foi praticamente contínuo e apenas em 2013 e 2014, após as Jornadas de Junho, houve uma redução real (e, em muitas cidades, nominal) das tarifas, embora, desde então, elas já tenham aumentado de novo. A tarifa de metrô teve um comportamento semelhante¹⁵, com um aumento real de 177% no mesmo período¹⁶.

¹⁴ Em R\$ de 2014, corrigido pelo IPCA.

¹⁵ O gráfico 2 mostra que, em 1997, a tarifa de metrô teve um grande aumento, mas depois convergiu com a de ônibus. Esse salto no preço em 1997 foi influenciado, principalmente, pelos reajustes do metrô do Rio de Janeiro, que foi privatizado nesse ano.

¹⁶ Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE. Antes de julho de 1989, o IBGE não divulgava o IPCA desagregado.

Gráfico 2 – Variação real acumulada da tarifa do ônibus urbano e do metrô no Brasil (jul. 1989 – jul. 2017)



Fonte: Elaboração própria, com dados do IPCA (IBGE).

Se o esperado era que, no longo prazo, houvesse algum ganho de produtividade e uma conseqüente redução nos valores, o que permitiria um aumento na produção de mais-valor relativo, o que aconteceu foi o contrário. É claro que o preço não mostra, diretamente, mudanças na produtividade, mas há motivos para acreditar que a produtividade realmente caiu nesses anos, principalmente devido à queda do número de passageiros. Segundo a Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU)¹⁷, o custo médio por quilômetro do sistema de ônibus urbano das maiores cidades do Brasil¹⁸ caiu de R\$ 6,27 em outubro de 1994 para R\$ 6,17 em outubro de 2016¹⁹. A variação foi pequena, mas, no mesmo período, o número de passageiros por quilômetro caiu de 2,43 para 1,46 – uma redução de quase 40%. Como o serviço que está sendo vendido não é o deslocamento do ônibus, mas dos passageiros, o que nos interessa saber é a quantidade de trabalho socialmente necessária para transportar cada passageiro, que aumenta quando o número de passageiros é reduzido. Portanto, essa grande queda no número de passageiros significa uma queda na produtividade

¹⁷ Informações disponíveis em <<http://www.ntu.org.br/novo/ListaDadosPorRegiao.aspx?idArea=7&idSegundoNivel=17>>.

¹⁸ Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

¹⁹ Valores corrigidos pelo IGP-DI.

do trabalho no transporte público e, conseqüentemente, um aumento no valor desse serviço, o que ajuda a explicar o crescimento do preço²⁰.

A principal explicação para essa queda no número de passageiros é o aumento do uso do automóvel e da motocicleta. Isso leva a um duplo aumento do gasto com transportes: como o carro é um meio de transporte mais caro (apesar de ter reduzido o seu custo nos últimos anos), aqueles que deixam de andar de ônibus para comprar um carro aumentam os seus gastos; ao mesmo tempo, ao reduzir o número de passageiros (o que eleva a tarifa), esse processo também aumenta o gasto daqueles que ainda andam de transporte coletivo. Isso explica em parte o motivo do transporte representar uma parcela tão grande do orçamento das famílias brasileiras. Para piorar, o aumento no número de carros também contribui para os engarrafamentos, fazendo com que os deslocamentos na cidade sejam não apenas mais lentos, como também mais caros, já que isso aumenta o consumo de combustível.

Ainda sobre a tarifa do transporte coletivo, é bom lembrar que esse não é um mercado concorrencial, o que ajuda a explicar o preço alto. As prefeituras geralmente criam monopólios para cada linha (ou bacias que reúnem várias linhas) e uma empresa que opera com monopólio pode manter permanentemente o preço acima do preço de produção. A regulação estatal oficialmente serviria para que isso não ocorresse e geralmente a tarifa é calculada de forma a cobrir os custos da empresa e dar mais uma taxa de lucro “normal”. Portanto, é um preço que deveria estar de acordo com o preço de produção. Mas as planilhas de custos costumam ser superfaturadas²¹, aumentando o preço e fazendo com que a empresa de ônibus receba, além da taxa de lucro, uma renda de monopólio.

5. Para que(m) serve o atual modelo de transporte urbano?

Resumindo, temos um modelo de cidade e de mobilidade urbana que faz com que os trabalhadores gastem cada vez mais tempo e mais dinheiro nos seus deslocamentos diários. É fácil perceber que o trabalhador é o mais prejudicado por esse modelo. No entanto, foi mostrado que tal modelo pode ser prejudicial também ao capital, já que ele aumenta não só o valor da força de trabalho, mas também o seu desgaste físico e mental, o que pode levar a uma queda de produtividade e/ou a uma necessidade de substituição dos trabalhadores.

Por que então os capitalistas não se opõem a este modelo? Nossa hipótese é que há dois motivos econômicos que ajudam a explicar isso, o que não significa que não haja outros motivos não econômicos tão importantes quanto. Não dá para

²⁰ Na maioria das cidades brasileiras, a tarifa do ônibus é calculada pela divisão do custo por quilômetro (já incluído o lucro) pelo índice de passageiros pagantes por quilômetro.

²¹ Ver, por exemplo, Augustin (2015, 2017) e Augustin & Veiga (2016).

ignorar, por exemplo, todos os aspectos culturais que fazem o automóvel ocupar o lugar que ocupa na nossa sociedade. Contudo, esse não é o foco deste artigo²².

O *primeiro motivo* econômico seria o já citado excedente estrutural de mão-de-obra existente na nossa economia. Historicamente, o Brasil (assim como outros países dependentes) possui um grande exército industrial de reserva, que ajuda a manter os salários baixos. Em alguns períodos até pode haver certa redução do desemprego e um aumento de salários, mas esses períodos duram pouco e logo o desemprego volta a aumentar, forçando os salários para baixo. Isso permite aos capitalistas não aumentarem os salários quando há aumento no preço de algum bem de consumo dos trabalhadores (como o transporte), pois o medo do desemprego faz com que muitos trabalhadores aceitem a queda real do salário e tenham que cortar em outras despesas para compensar o aumento de uma delas. Se essa combinação de baixos salários, altas taxas de exploração e desgaste causado pelo transporte fizerem com que uma parcela da classe trabalhadora esgote sua força de trabalho, não há problema: há outros para substituírem estes²³.

O *segundo motivo* é que, apesar de um transporte mais barato e mais rápido poder ser do interesse do capital em geral, vários setores da burguesia beneficiam-se do modelo atual. Para começar, as próprias empresas de ônibus, que ganham rendas de monopólio. Os outros capitalistas poderiam posicionar-se contra isso e exigir um transporte público que realmente seja público e não privado, o que poderia reduzir o valor desse transporte. No entanto, dificilmente isso aconteceria, já que “o ataque a uma forma de propriedade – uma forma de propriedade privada das condições de trabalho – seria muito perigoso para a outra forma” (Marx, 1983, p. 477). Além disso, as relações das empresas de ônibus com o poder político não costumam ser muito republicanas e muitas vezes incluem práticas como financiamentos de campanha não declarados em troca da manutenção dos contratos e das altas tarifas. Dentre outros casos, podemos citar a recente operação da Polícia Federal que prendeu alguns dos maiores empresários de ônibus do Rio de Janeiro. Eles são acusados de pagar R\$ 260 milhões em propinas ao ex-governador Sérgio Cabral e a outras autoridades “em troca de vantagens como reajustes injustificados de tarifas, retenção irregular de créditos do Riocard e prevaricação dos agentes encarregados de fiscalizar o setor” (Otavio & Biasetto, 2017).

Outro setor que tem bastante influência sobre as decisões políticas é a in-

²² Sobre este tema, ver Gorz (2005).

²³ A facilidade de substituição de trabalhadores não é escondida nem pelos próprios empresários. Em 2017, a prefeitura de Porto Alegre anunciou o fim da segunda passagem gratuita para quem usa a integração do sistema de ônibus. Em entrevista ao jornal *Zero Hora*, representantes de entidades patronais da cidade admitiram que isso levaria as empresas a escolherem trabalhadores “mais baratos”, que só precisassem pegar um ônibus de casa para o trabalho (Fim da gratuidade..., 2017).

dústria automobilística. Como diz Francisco de Oliveira (1978, p. 75): “Não pode o Estado solucionar o chamado problema de transporte urbano? Pelo tamanho do excedente que maneja, pode; mas se esse excedente provém em parte da produção automobilística, então não pode”. Além da produção de automóveis por si só já ter um peso significativo na nossa economia, ela tem efeitos sobre outros ramos, como a indústria petrolífera, siderúrgica e de borracha, o que faz com que incentivar a venda de carros seja historicamente uma das formas preferidas dos governos de aquecer a economia. O automóvel costuma estar presente tanto nos planos econômicos de longo prazo, pois é visto como um sinal de desenvolvimento do país, como nas medidas econômicas conjunturais, com incentivos à indústria automobilística para evitar demissões em tempos de crise. Pelo grande volume de recursos que movimenta, a produção de carros e dos demais produtos relacionados tem o apoio não só de uma grande parcela da burguesia, que atua nessas áreas, mas também de setores da classe trabalhadora, que veem nesses ramos uma oportunidade de emprego.

Por fim, outra parcela da classe dominante que sempre influenciou o nosso modelo de mobilidade urbana é aquela ligada à propriedade da terra e à construção civil. A prioridade ao transporte individual faz com que a necessidade de construção de ruas, pontes e viadutos seja muito maior, beneficiando as construtoras²⁴. Além disso, os investimentos em transportes têm grande influência sobre o preço da terra e aqueles que organizam esses investimentos costumam tentar apropriar-se da valorização dos terrenos (Harvey, 2013, p. 484). Inclusive é comum que as mesmas pessoas ou empresas atuem no transporte e na especulação imobiliária. Em Porto Alegre, por exemplo, a maior empresa de loteamentos no início de século XX era a Companhia Territorial Porto-Alegrense, que tinha entre seus sócios o tenente-coronel Manoel Py (que também era acionista majoritário das companhias Carris Porto-Alegrense, Hidráulica Porto-Alegrense e do Banco Comercial Franco-Brasileiro, além de ter sido deputado estadual e federal) e o empresário José Luiz Moura Azevedo (presidente da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense e diretor do Banco Nacional do Comércio e da Companhia Carris Porto-Alegrense). A Carris era a empresa responsável pelos bondes da cidade²⁵ e muitas de suas novas linhas eram justamente nas áreas em que seus sócios possuíam terras, com o objetivo de valorizar os loteamentos que estavam sendo lançados (Strohaecker, 1995, p. 103). Já Caldeira (2000, pp. 219-220) diz que, em São Paulo, “o principal agente de expansão dos serviços de ônibus não foi o governo,

²⁴ Assim como as empresas de ônibus, as construtoras também costumam ter relações próximas com políticos e são um dos setores que mais participam do financiamento de campanhas eleitorais.

²⁵ Mais tarde, a Carris foi estatizada e passou a operar linhas de ônibus, sendo até hoje uma das principais empresas públicas de transporte coletivo do Brasil. O atual prefeito de Porto Alegre, entretanto, anunciou recentemente que está estudando a privatização da empresa.

mas empresários particulares, a maioria dos quais também eram especuladores imobiliários. Como consequência, o sistema era irregular e aleatório, projetado para servir aos interesses imobiliários”. Portanto, a formação da nossa rede de transporte coletivo não foi feita com o objetivo de melhorar a circulação de pessoas, mas para valorizar terras.

Essa relação entre bancos, indústria do transporte e especulação imobiliária aconteceu também em outras cidades brasileiras e não foi exclusividade do nosso país. Lenin, em seu livro sobre o imperialismo, comenta:

Uma das operações particularmente lucrativas do capital financeiro é também a especulação com terrenos situados nos subúrbios das grandes cidades que crescem rapidamente. O monopólio dos bancos funde-se neste caso com o monopólio da renda da terra e com o monopólio das vias de comunicação, pois o aumento dos preços dos terrenos, a possibilidade de os vender vantajosamente por parcelas, etc., dependem principalmente das boas vias de comunicação com a parte central da cidade, as quais se encontram nas mãos de grandes companhias, ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e de distribuição dos cargos diretivos (Lenin, 1979, p. 617).

Somando os capitalistas que atuam no transporte coletivo, na indústria automobilística e nas outras a ela ligadas (petróleo, aço, etc.), na especulação imobiliária, na construção civil e nos bancos que financiam todos esses setores, temos uma parcela considerável dentro da burguesia a quem pode interessar um modelo de transporte com preços altos.

6. Considerações finais

Este artigo tentou mostrar um pouco das relações econômicas que estão por trás da mobilidade urbana, discutindo algumas das causas e consequências de um modelo de alto custo e que privilegia o transporte individual motorizado. É um estudo preliminar, que ainda precisa ser desenvolvido, mas que tenta trazer alguns elementos que ajudam a entender a relação do transporte com variáveis econômicas importantes, como o valor da força de trabalho.

O trabalhador é o mais prejudicado com o atual modelo, pois gasta uma grande parte de seu salário e do seu tempo com transporte. Além do cansaço gerado, isso acaba dificultando outros deslocamentos que não aquele da casa pra o trabalho, como saídas para lazer ou para uso de serviços públicos, afetando o direito do trabalhador à cidade²⁶.

²⁶ O conceito de direito à cidade foi desenvolvido inicialmente por Lefebvre (2001) e é retomado atualmente por vários autores, como Harvey (2014).

A burguesia poderia estar interessada em melhorar as condições de transporte, uma vez que isso poderia possibilitar uma redução no desgaste e no valor da força de trabalho. No entanto, em países dependentes, onde o excedente de mão-de-obra costuma ser regra, esta não costuma ser uma grande preocupação para o capital. Além disso, diversos setores da burguesia beneficiam-se diretamente do atual modelo de transportes e, portanto, têm interesse em mantê-lo.

Por fim, é preciso reforçar que esses elementos, sozinhos, não conseguem explicar a realidade concreta do desenvolvimento do transporte urbano no país. Eles mostram que, por trás dos diferentes modelos de mobilidade urbana, existe uma disputa entre classes e também entre diferentes frações de cada classe. A forma como essa disputa desenrola-se em cada local e em cada período e como ela é resolvida, gerando diferentes modelos de transporte, é assunto para outras pesquisas, que, além desses elementos, precisam considerar diversos fatores políticos, sociais e culturais que afetam tal disputa.

Referências bibliográficas

- ASOCIACIÓN ARGENTINA DE PRESUPUESTO (ASAP). *Subsidios y Compensaciones Tarifarias en Transporte*. Outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.asap.org.ar/wordpress/wp-content/uploads/2014/10/Infosubtransporte.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2016.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS (ANTP). *Sistema de Informações da Mobilidade Urbana. Relatório Comparativo 2003-2014*. Julho de 2016. Disponível em: <http://files.antp.org.br/2016/9/3/sistemasinformacao-mobilidade-comparativo-2003_2014.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- AUGUSTIN, André Coutinho & VEIGA, Leonardo Amaral da. “Sim, é possível reduzir a tarifa de ônibus no Rio”. *Enquanto se luta se samba também*. 23 out. 2016. Disponível em: <<https://enquantoseluta.wordpress.com/2016/10/23/sim-e-possivel-reduzir-a-tarifa-de-onibus-no-rio>>. Acesso em 11 mar. 2017.
- AUGUSTIN, André Coutinho. “Fortunati muda as regras de cálculo para justificar aumento da passagem.”. *Enquanto se luta se samba também*. 21 fev. 2015. Disponível em: <<https://enquantoseluta.wordpress.com/2015/02/21/fortunati-muda-as-regras-de-calculo-para-justificar-aumento-da-passage>>. Acesso em 11 mar. 2017.
- _____. Novo decreto mantém erros de cálculo na tarifa de ônibus em Porto Alegre. 01 fev. 2017. *Enquanto se luta se samba também*. Disponível em: <<https://enquantoseluta.wordpress.com/2017/02/01/novo-decreto-mantem-erros-de-calculo-na-tarifa-de-onibus-em-porto-alegre>>. Acesso em 11 mar. 2017.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CARVALHO, Carlos Henrique & PEREIRA, Rafael Henrique. *Gastos das famílias brasileiras com transporte urbano público e privado no Brasil: Uma análise da POF 2003 e 2009*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão nº 1803. Brasília, dezembro de 2012. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1803.pdf>. Acesso em 4 abr. 2016.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

DESLOCAÇÕES para o emprego passam a contar como horas de trabalho. *Diário de Notícias*. 11 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.dn.pt/globo/interior/deslocacoes-para-o-emprego-passam-a-contar-como-horas-de-trabalho-4773057.html>>. Acesso em 10 mar. 2017.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

EUROPEAN METROPOLITAN TRANSPORT AUTHORITIES (EMTA). *Barometer of public transport in European metropolitan areas 2012*. Paris, 2013. Disponível em: <http://www.emta.com/IMG/pdf/emta_barometer_2012.pdf>. Acesso em 22 mar. 2016.

FIM DA GRATUIDADE em segunda passagem pode prejudicar contratação de pessoas que fazem baldeação, admitem lojistas. *Zero Hora*. Porto Alegre, 28 de julho de 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/07/fim-da-gratuidade-em-segunda-passagem-pode-prejudicar-contratacao-de-pessoas-que-fazem-baldeacao-admitem-lojistas-9855557.html>>. Acesso em 2 ago. 2017.

GORZ, André. “A ideologia social do automóvel”. In: LUDD, Ned (org.). *Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído*. 2.ed. São Paulo: Conrad, 2005.

HARVEY, David. “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”, *Espaço & Debates*, n. 6, ano 2, São Paulo, pp. 06-35, 1982.

_____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Indicadores de mobilidade urbana da Pnad 2012*. Brasília, DF, 24 out. 2013. (Comunicado do IPEA; n. 161). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131024_comunicadoipea161.pdf>. Acesso em 05 abr. 2016.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

- LENIN, Vladimir Ilitch. “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. In: _____. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. *O capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O capital: Crítica da economia política*. Livro II: O processo de circulação do Capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *O capital: Crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO (MPL). “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”. In: MARICATO, Ermínia *et alii*. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes”. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, pp. 65-76.
- OTAVIO, Chico & BIASETTO, Daniel. “Lava-Jato no Rio abre ‘caixinha preta’ da Fetranspor”. *O Globo*. 3 jul. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-no-rio-abre-caixinha-preta-da-fetranspor-21546386>>. Acesso em 10 jul. 2017.
- PARRY, Ian W. H. & SMALL, Kenneth A. “Should Urban Transit Subsidies Be Reduced?”, *The American Economic Review*, v. 99, n. 3, pp. 700-724, June 2009.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ROWTHORN, Bob. “A teoria marxista dos salários”. In: _____. *Capitalismo, conflito e inflação: ensaios de economia política*. Zahar: Rio de Janeiro, 1982, pp. 168-210.
- RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- STROHAECKER, Tânia Marques. “O mercado de terras de Porto Alegre: Atuação das companhias de loteamento (1890-1945)”, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 57, n. 2, pp. 101-123, abril/junho 1995.
- VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de; CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de & PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. *Transporte e mobilidade urbana*.

Para além dos 20 centavos: a mobilidade urbana sob o ponto de vista...

Brasília: CEPAL/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 34). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1552.pdf>. Acesso em 15 mar. 2016.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. *Políticas de transporte no Brasil: A construção da mobilidade excludente*. Barueri: Manole, 2013.

Recebido em 30 de janeiro de 2018

Aprovado em 18 de abril de 2018

Interpretar para transformar: un recorrido por el análisis materialista de Álvaro García Linera

Interpret to transform: a journey through the materialistic analysis of Álvaro García Linera

Maria Célia Duek*

Resumen

El objetivo del presente artículo es analizar los trabajos (escritos y discursos) de Álvaro García Linera, vicepresidente de Bolivia y uno de los más destacados representantes del pensamiento crítico actual. Buscamos dar cuenta de su posición teórica, su relación con otros intelectuales, su dispositivo conceptual (el uso que hace de los conceptos de clase y de lucha de clases, de correlación de fuerzas en la dimensión política, de bloque en el poder, de hegemonía, de movimientos sociales) y el aporte de sus análisis concretos. Finalmente tratamos de identificar cuál es el valor o el mérito específico de la reflexión sociológica de este intelectual y político boliviano.

Palabras clave: clases sociales; multitud; bloque en el poder

Abstract

The objective of this article is to analyze the works (writings and speeches) of Álvaro García Linera, vice president of Bolivia and one of the most outstanding representatives of current critical thinking. We seek to account for his theoretical position, his relationship with other intellectuals, his conceptual device (the use of concepts of class and class struggle, of correlation of forces in the political dimension, of power bloc, of hegemony, of social movements) and the contribution of his concrete analyzes. Finally, we try to identify what is the value or the specific merit of the sociological reflection of this Bolivian intellectual and politician.

Keywords: social classes; multitude; power bloc

* Socióloga. Magister en Ciencia Política y Sociología. Doctora en Ciencias Políticas y Sociales. Profesora Titular de "Teoría Sociológica Clásica" de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina.

Si por pensamiento crítico contemporáneo entendemos las diversas lecturas críticas del orden capitalista que se interrogan hoy sobre las condiciones de posibilidad de otro mundo, es innegable que Álvaro García Linera es uno de los más importantes exponentes de este pensamiento en Latinoamérica. En este artículo nos proponemos examinar su producción intelectual tratando de precisar las coordenadas teóricas en que se sitúa su discurso, sus diferencias con otros pensadores, al tiempo que identificar las herramientas conceptuales que utiliza o que aporta para el análisis de la región, y en particular de Bolivia.

A diferencia del posmarxismo, que insta a deconstruir la noción de clase social en virtud de la emergencia de identidades colectivas no clasistas, García Linera realiza análisis de coyuntura de la formación social boliviana en términos de clases y de lucha de clases, de correlación de fuerzas en la dimensión política, de bloque en el poder, de hegemonía en sentido gramsciano, incorporando además la problemática de los movimientos sociales y nuevos sujetos, pero sin perder de vista la estructura de clase de las sociedades.

Reflexión y acción

Este autor tiene la particularidad, no muy frecuente, de ser, al tiempo que un intelectual de fuste, un militante y un político en ejercicio del poder, ya que es en el presente vicepresidente del Estado plurinacional de Bolivia.

Matemático de formación, en su juventud fue miembro de organizaciones revolucionarias que promovían la sublevación indígena y obrera para la toma del poder (Ejército Guerrillero Túpac Katari). Estuvo preso sin sentencia entre 1992 y 1997, años que aprovechó para estudiar sociología y criticar duramente el pensamiento liberal. Participó luego de manera activa en levantamientos y revueltas populares contra medidas liberales como la privatización del agua y la guerra del gas, apoyando políticamente a movimientos indígenas como el MAS (Movimiento al Socialismo) de Evo Morales y el MIP (Movimiento Indígena Pachacuti) de Felipe Quispe. Además, al salir de la cárcel se insertó en la Academia: se convirtió en profesor en la carrera de Sociología de la Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), donde formó el grupo académico Comuna y realizó investigaciones sobre la condición de la clase obrera en Bolivia, pero evitando el repliegue en el encierro académico. Desde diciembre de 2005 integró el primer gobierno indígena de Bolivia, al ser elegido como vicepresidente junto a Evo Morales.

Rara avis, hablamos de un académico, intelectual orgánico de los movimientos sociales, y dirigente político de primera línea. En esa doble condición, es “[...] uno de los principales referentes ideológicos y teóricos de los procesos de cambio en América Latina y de dirigentes de nuevas formaciones políticas europeas, como Podemos” (Gil, 2017).

Aunque incorpora algunas categorías nuevas o de otras corrientes teóricas – lo que ha llevado a Razmig Keucheyan (2013, p. 313) a caracterizar su pensamiento como híbrido y de cierto eclecticismo –, en lo esencial, veremos, sus análisis se realizan desde el dispositivo conceptual marxista. Es decir, la problemática marxista – la problemática marxista clásica – configura la dirección dominante y determinante de su discurso, sus coordenadas fundamentales. Esto lo distancia de muchos otros exponentes del pensamiento crítico contemporáneo que se esfuerzan por superar o sustituir al marxismo. Lejos de estos intentos, él mismo se autoidentifica como un “marxista clásico”.

Dada su militancia histórica y las particularidades de la estructura social boliviana, puede leerse su esfuerzo como un intento por conjugar marxismo e indianismo. Desde su punto de vista, la teoría de Marx puede dar cuenta de la fuerza de la dimensión indígena, del potencial de la demanda étnico-nacional de los pueblos indígenas (Stefanoni, 2009, p. 13). Por eso discute con la izquierda boliviana o con el marxismo primitivo de ese país, que no concibe ninguna identidad social que no sea la estrictamente económica, es decir, que no concibe que haya indios, sino campesinos, obreros o clase media. Izquierda que además piensa que es un retroceso respecto de la “modernidad” aspirar a un proyecto emancipatorio que se centre en las potencialidades comunitarias de la sociedad agraria.

A partir del nuevo siglo – celebra García Linera – se destacan, en cambio, grupos de marxismo crítico que acompañan el proyecto indianista, “[...] inaugurando así la posibilidad de un espacio de comunicación y enriquecimiento mutuo entre indianismos y marxismos, que serán, probablemente, las concepciones emancipativas de la sociedad más importantes en Bolivia en el siglo XXI” (García Linera, 2007, p. 167). Este acercamiento entre marxismo e indianismo en el pensamiento del intelectual y político boliviano se fundamenta en el hecho de que, desde su perspectiva, clases y comunidades étnico nacionales no son dimensiones independientes: en Bolivia – afirma – las clases sociales han sido construidas étnicamente, o lo que es lo mismo, hay una dimensión étnica de la clase social (2010c, p. 32).

En sus intervenciones públicas, sus exposiciones en distintas universidades, sus escritos, este matemático devenido sociólogo toma posición en los debates en los que participó el marxismo y la izquierda en general durante décadas, pero a la luz de la experiencia latinoamericana de los últimos 15 o 20 años y los aprendizajes que esta proporciona. Los procesos latinoamericanos sacan a la luz algunas contradicciones que son la sustancia de estos debates: partido / movimientos sociales; movimientos sociales / Estado; toma del poder / construcción del poder; democracia / lucha armada; fortalecimiento de la propia base social / irradiación a otros sectores; economía / política; conciencia / sentido común; satisfacción de necesidades sociales / protección del medioambiente; universa-

lismo / corporativismo social. Retomaremos oportunamente algunas de estas tensiones, abordadas por el sociólogo boliviano en el congreso de la UNAM de octubre de 2017.

La complejización clasista de la sociedad contemporánea

El concepto de clase tiene en los trabajos de García Linera una centralidad que está ausente, en cambio, en muchos de los pensadores sociales contemporáneos. Como buen materialista, tiene una concepción objetivista de las clases, entendiendo que la existencia de éstas depende de condiciones objetivas y no de la propia autopercepción de los sujetos. Según su perspectiva, todos los hombres pertenecen a alguna clase social, sean o no conscientes de ello.

Si bien cada persona es un universo diferente a otra en su trayectoria de vida; sin embargo, cuando las estrategias económicas que despliegan, las oportunidades laborales que se les presentan, las maneras generales de enfrentar el porvenir y la forma de apreciar y valorar las cosas del mundo son relativamente convergentes a un espacio común, significa que pertenecen a una misma clase social. Normalmente todos los seres humanos forman parte de una clase social, sin necesidad de saberlo ni de interesarse por ello. Pero cuando esta similitud de condiciones económicas, culturales y simbólicas son asumidas como una identidad con capacidad de representación, de organización o de convocatoria, estamos ante una clase social movilizadora (García Linera, 2018).

Ahora bien, Álvaro García Linera parte de la idea de que la estructura de clases de las sociedades del siglo XXI se ha redefinido, dando lugar a un mundo más proletarizado, pero con formas diversas de proletariado, formas distintas a las que prevalecieron a fines del siglo XIX y principios del XX. La clase obrera no ha desaparecido – dice –, pero tiene nuevas condiciones materiales, se modifica su identidad obrera y su composición política y cultural. Hay “nuevas formas de obrerización social”.

Con este argumento, discrepa del discurso del “*adiós al proletariado*”¹, de la muerte de la clase obrera, que en los 80 y 90 aducía que la introducción de nuevas tecnologías en el capitalismo conducía a la pérdida de centralidad del trabajo y a la extinción del proletariado.

El investigador boliviano caracteriza los tiempos actuales señalando que el

¹ Esta expresión remite al libro que André Gorz publicó en 1981: *Adiós al proletariado. (Más allá del socialismo)*.

capitalismo ha adquirido una escala planetaria absoluta: el mundo entero deviene en un gran taller mundial, las mercancías ya no tienen un origen particular de creación. Además, observa una especie de regreso de la acumulación primitiva, que reorganiza la división del trabajo. Esto determina que exista, junto a la acumulación propiamente capitalista de los países centrales, una acumulación por expropiación en algunos países periféricos, o “acumulación por desposesión” (Harvey, 2004) basada en la apropiación de bienes comunes que devienen en riqueza privada: agua, bosques, etc. Esta expansión de la acumulación originaria a nuevos territorios la denomina “acumulación primitiva perpetua” (García Linera, 2015a, p. 19).

Estas y otras características de la economía moderna redefinen la composición de clases en el planeta. Según su visión, estamos ante profundas transformaciones en la estructura clasista y material de las sociedades, tanto en el continente como a nivel mundial. ¿Cuáles son, desde su perspectiva, esas grandes transformaciones? Puntualicemos algunas de las que señala en diversos trabajos (2015a; 2015b; 2010c):

- Modificación territorial del proletariado planetario: traslado de grandes fábricas del norte al sur (México, Brasil, Filipinas, India, China, Corea del Sur y Sudáfrica); externalización de la clase obrera tradicional a zonas periféricas.

- Creación de un proletariado difuso y disperso territorialmente en sociedades no estrictamente capitalistas pero subsumidas a la acumulación capitalista (en Asia, África y América Latina).

- Modificación en el propio ser de la clase obrera: en sus saberes productivos, formas de cohesión, cambios en el género y edad (más mujeres y mayor cantidad de jóvenes), nuevas ramas obreras que desplazan a las ramas clásicas.

- Nuevo tipo de proletariado o clase trabajadora en las sociedades desarrolladas (trabajadores de cuello blanco, profesores, científicos).

- Escisión de la clase obrera mundial en dos tipos de agentes según pertenezcan a las metrópolis del sistema capitalista o a las extremidades del cuerpo capitalista planetario: los primeros vinculados más a las ciencias, al conocimiento y a la tecnología, y los segundos ligados más al esfuerzo rutinario.

- Atravesamiento de las otras clases sociales por el proletariado difuso, modificación de las otras identidades, identidades híbridas o solapamiento de la propia identidad en otras más visibles (ej: el obrero de Cochabamba que aparece como vecino en las movilizaciones para recuperar los recursos públicos privatizados), ocupaciones anfibia. Hibridización de la actividad laboral: los obreros pueden ser estudiantes, luego campesinos de manera temporal, luego asalariados, luego pequeños empresarios.

“Estamos entonces ante el surgimiento de una nueva condición obrera planetaria expandida en todo el mundo, difusa y distinta a la que dio lugar al

Estado de bienestar, la vida sindical y los partidos del siglo XX” (García Linera, 2015b, p. 10).

A partir de dicha enumeración de transformaciones sostiene que asistimos a un momento formativo de las clases sociales planetarias, regionales, continentales y locales nacionales. Prevalen proletarios difusos de cuello blanco que no se organizan bajo la forma de un sindicato. Junto a la forma sindical aparecen formas inéditas de organización de la sociedad y, a partir de ello, formas de unificación más flexibles, quizás más territoriales.

En el contexto del auge del ciclo progresista en América Latina (posneoliberalismo) y de la presencia simultánea de gobiernos de este signo en los principales países de la región que se abocaron a desmontar estructuras conservadoras, García Linera veía en el año 2009 “una complejidad clasista que es nueva”, un nuevo momento de la construcción de las clases en América Latina, que cuentan con capacidad de efecto político estatal (2010a, p. 304).

Como dijimos al comienzo, García Linera habilita el análisis de la estructura social en clave clasista, que fue por mucho tiempo un gran olvidado en las ciencias sociales. Es un exponente de cierto retorno del análisis marxista de la sociedad. Sin embargo, según sus reflexiones, la estructura de clases de las actuales formaciones sociales capitalistas ha sufrido serias transformaciones.

Nos permitimos preguntarnos si, en este punto en particular, García Linera no sobredimensiona el grado en que se ha redefinido esta estructura de clases en el siglo XXI, ya que las transformaciones mencionadas (por ejemplo, cambios en la localización o formas de cohesión de una clase, predominio de unas ramas de actividad sobre otras, protagonismo político mayor o menor) no necesariamente son suficientes para dar cuenta de una estructura social completamente novedosa. La estructura de clases de cualquier formación social no es nunca algo estático, por el contrario, permanentemente sufre modificaciones en la composición, tamaño de las clases, relaciones entre ellas, etc. La cuestión, o lo que cabe cuestionarse, es si esas transformaciones – o cuándo esas transformaciones – admiten que se piense ese momento como un “momento formativo de las clases sociales planetarias”. Si, como decía Marx en su famosa carta a Weydemeyer, las clases están ligadas a “fases particulares, históricas, del desarrollo de la producción” (Marx & Engels, 1957, p. 57), es decir que las clases son indisociables del modo de producción, o que cada modo de producción tiene sus propias clases, y si una formación social concreta comporta varias clases en virtud de que en ella coexisten varios modos y formas de producción, un cambio *radical* de la estructura de clases de una formación social debería ser concomitante a una modificación de igual magnitud en la articulación de modos y formas de producción existentes (por ejemplo, aparición de un nuevo modo de producción).

Por otra parte, al conceptualizar a los trabajadores o proletarios de cuello blanco, científicos, profesores, como un “nuevo tipo de proletariado” o “clase

trabajadora” en las sociedades desarrolladas, pasa por alto o soslaya el debate por el que atravesó el marxismo, sobre todo en la década del 1970, en torno al problema de los límites de la clase obrera, de la definición amplia o estrecha de la misma, de la existencia de fracciones en su interior, de la “nueva pequeña burguesía”, etc. Nicos Poulantzas, por ejemplo, sociólogo marxista griego al que García Linera considera brillante y audaz, y cuya concepción del Estado hace suya, incluye a esos sectores asalariados en lo que llama “nueva pequeña burguesía”, y niega que formen parte de la clase obrera, que se define por el trabajo productivo, es decir, por la producción de plusvalía (Poulantzas, 1981). Lo cual no quiere decir, para Poulantzas, que no sean también parte de las clases explotadas.

Pero retornemos al razonamiento del autor de *La potencia plebeya*. Si las clases, y en particular las clases explotadas, sufren esta metamorfosis, también las luchas de clases se estructuran en torno a nuevos y variados ejes.

Se despliegan luchas indígenas y campesinas resistiendo la expoliación y luchas en defensa de la Madre Tierra, que suponen una “complejización” de la lucha de clases, según su mirada. Ésta no gira solamente en torno a la cuestión salarial, sino que hay otras fuentes de movilización. En sus palabras:

[...] Es posible advertir que los ejes movilizados de las clases en antagonismo revolucionario tienden a estar vinculados a las temáticas de: el control y uso del excedente económico (salario, seguridad social, salud, educación), la defensa o ampliación de las necesidades vitales (agua, tierra), la preservación de los recursos comunes estatales y no estatales, la preservación de las identidades nacionales indígenas y la defensa de la Madre Tierra y de la ecología (García Linera, 2015b, p. 13).

En el caso de Bolivia, las movilizaciones que prepararon el terreno para el ascenso de Evo Morales al poder no estuvieron motorizadas por reclamos propiamente obreros, sino ligadas a necesidades vitales como el agua y la tierra, a los bienes comunes y a las identidades indígenas.

Así las cosas, este pensador crítico entiende que la realidad del siglo XXI ha debilitado la certeza que tenía la izquierda de que existe un actor privilegiado de la transformación, una clase revolucionaria por excelencia capaz de motorizar al resto de los sectores sociales: el proletariado industrial clásico. Según su visión, estamos ante profundas transformaciones en la estructura clasista de las sociedades y ante grandes cambios que no han sido encabezados, como se esperaba, por la clase obrera tradicional. “En los últimos veinte o treinta años quien asume el protagonismo no es una sola clase, son más bien conglomerados flexibles y variables de articulaciones sociales, plebeyas, urbanas, indígenas y campesinas” (García Linera, 2010a, p. 302).

Es decir, hay nuevas formas de movilización y visibilización clasistas de las clases subalternas. Retomaremos esto más adelante, al referirnos a la “forma comunidad” y a la “forma multitud” que reemplazan, o mejor, coexisten con la tradicional “forma sindicato”.

Política y Economía

En contraposición al enfoque posmarxista, García Linera tiene una concepción de la política en la que esta práctica no está desligada o *no es autónoma* respecto de la economía. De esta manera, retoma de Lenin la idea de la política como un concentrado de economía²:

Lenin, el gran revolucionario ruso, argumentaba con mayor sabiduría que la política es economía concentrada, es decir que detrás de toda decisión política, incluida la más extrema que es una guerra, lo que está en juego son proyectos, intereses y recursos económicos de tal o cual clase social, tal o cual país, tal o cual sector (García Linera, 2016, p. 9).

La autonomización de la política es un error del liberalismo, que estudia las prácticas políticas en sí, como si dependieran sencillamente del engaño o las “argucias de la voluntad”, pero también –dice– del posmarxismo de Laclau y Mouffe, que no comprende la relación entre economía y política. En el célebre *Hegemonía y estrategia socialista* (1987), las construcciones discursivas, los relatos, los significados están dotados de una capacidad mágica de inventar el mundo y los sujetos políticos.

Como hemos sostenido en un trabajo previo, en el planteo posmarxista la determinación está dada por el discurso, pues lo social se constituye discursivamente. Las identidades sociales o colectivas son en dicha problemática construcciones discursivas, definidas relacionamente, por eso tienen un carácter precario, no fijo, un sentido transitorio o contingente (Duek, 2018).

A esa omnipotencia discursiva García Linera opone la siguiente reflexión de corte claramente materialista:

Evidentemente, el discurso, la voluntad, el marketing y la narrativa tienen un carácter performativo, es decir, son creadoras de realidad social. Pero las palabras, ideas y narraciones adquieren ese carácter ‘creador’ si y solo si existen condiciones materiales de disponibilidad

² Idea que en cierto modo remite, a su vez, a la exclamación de Engels: “¡La violencia (es decir, el poder del Estado) es también una potencia económica!” (Carta de Engels a Conrado Schmidt del 27 de octubre de 1890. En: MARX, C. & ENGELS, F., 1957).

social, de eficacia simbólica, de eficacia asociativa y condiciones sociales de acción colectiva. Todas estas condiciones de posibilidad se sostienen y emergen a partir de la manera en que las personas acceden o están impedidas de acceder a determinados bienes materiales socialmente disponibles (García Linera, 2016, p. 9).

Por lo tanto, estudiar el Estado sin estudiar la economía es, para esta figura intelectual y política, “no entender lo que es el Estado”, ya que es sesgado reducirlo a lo político o a lo discursivo. Esto expresó en la UNAM, en el marco del preALAS 2017.

Aunque por cuestiones de espacio no lo abordaremos, vale decir que el Estado y su conceptualización es una preocupación muy reiterada del pensamiento del revolucionario boliviano, estratégico-política al tiempo que teórica.

Análisis a nivel de formación social y de coyuntura

América Latina

Álvaro García Linera encuadra el proceso político y económico de la formación boliviana actual en la fase de predominio de gobiernos progresistas o revolucionarios (Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguay, Bolivia, Ecuador, El Salvador) y experiencias de emancipación, unas más radicales y otras más moderadas, que han tenido lugar en Latinoamérica desde el inicio del siglo XXI. En palabras del autor, esta etapa, en la que América Latina encabeza a nivel mundial la construcción de sociedades posneoliberales, representa “la mayor concentración de gobiernos progresistas y revolucionarios de nuestra historia” (García Linera, 2015c, p. 67).

En esta larga “década virtuosa”, que marca el período de mayor autonomía y ruptura de tutelajes, se constituyeron en dichos países nuevas coaliciones socio-políticas con carácter estatal. La coalición neoliberal formada por una alianza de la burguesía mundializada, las burguesías locales y las clases medias, fue rota y reemplazada por una coalición progresista de las clases populares en alianza con las clases medias y parte de las burguesías locales afectadas por el neoliberalismo.

Se asistió al ascenso político de clases populares y fuerzas de izquierda (“plebeyización de las instituciones”), que asumieron el control del poder del Estado, a través de los sindicatos, movimientos sociales o partidos que las representan. Significó el paso de una “democracia de derechos” a una participación decisional en el Estado por parte de las clases menesterosas (García Linera, 2016, p. 4).

A su entender, estas experiencias simultáneas en distintos países superan (desmienten) “de manera práctica” la discusión abierta por Holloway (2005)

sobre la pretendida “nueva forma de la revolución”, que no recurriría al poder de Estado y se resumiría en la fórmula: “cambiar el mundo sin tomar el poder”.

Además, la experiencia latinoamericana de este período marca un punto de inflexión en la trayectoria del neoliberalismo, al poner en evidencia que no es ni será, como se creía, el único mundo posible o el fin de la historia. En una entrevista de 2017 afirma:

Lo que ha hecho América Latina es mostrar que el orden puede resquebrajarse, que el orden dominante no es todo poderoso, que tiene grietas, y que hay otras opciones, que el destino de la humanidad no es lo que nos dicen: el orden neoliberal, la globalización; los ricos más ricos y los pobres más pobres. Ese no es el destino natural de la humanidad que parecía serlo hace 10-15 años: hay alternativa (García Linera En: Gil, 2017).

Independientemente de la adhesión explícita de García Linera al marxismo (decimos independientemente porque, como nos recuerdan Marx y Engels (1973), nunca hay que juzgar a una persona por lo que esta dice acerca sí misma), pensamos que su examen a nivel continental y a nivel de una formación social concreta (Bolivia) es marxista, entre otras cosas, porque se realiza en términos de correlación de fuerzas entre las clases. Los procesos nacionales y de la región son entendidos a partir de las categorías de lucha de clases, proceso de emancipación de los pueblos, ofensiva imperial, batalla cultural, intereses de clase, procesos revolucionarios, lucha ideológica, bloque en el poder, Estado como campo de lucha, economía como base material, etc. Esto lo diferencia de muchos otros representantes del pensamiento crítico contemporáneo, que abandonan dicha problemática y dicha terminología en favor de categorías más “novedosas”.

En el momento actual – reconoce – se observa un repliegue de estos procesos emancipatorios: una derrota de los gobiernos de signo progresista en varios países de la región y el regreso de la derecha o de las fuerzas conservadoras al control del Estado. En *¿Fin de ciclo progresista o proceso por oleadas revolucionarias?*, su autor explora inteligentemente algunos de los límites o contradicciones propias que han favorecido el ataque a esos proyectos revolucionarios: el descuido por parte de algunos gobiernos progresistas de la necesidad de lograr mejoras económicas para el pueblo trabajador; el bajar la guardia en la batalla cultural después de la toma del poder; la corrupción; la débil integración continental a nivel económico y el problema de la continuidad de liderazgos históricos (2016).

El avance de las fuerzas reaccionarias en la segunda década del siglo XXI, que encarna la restauración del neoliberalismo, no tiene por qué ser pensado como algo definitivo. Para evitar el desplome en el pesimismo, el mandatario del país andino aclara – recordando las consideraciones de Marx respecto de las re-

voluciones de 1848 – que la revolución no es una ofensiva que triunfa de una vez y para siempre, sino que se da “por oleadas”, con avances y retrocesos.

Es así que a la primera oleada de desborde social, como la que vivimos los diez años anteriores, le está sucediendo un repliegue temporal. Pero más temprano que tarde habrá de sucederle una segunda oleada, que avanzará más allá de lo que lo hizo la primera, y a esta le sucederá una tercera, que la superará (García Linera, 2016, p. 23).

En la conferencia en la UNAM en octubre de 2017, su planteo es más sobrio, menos evolucionista si se quiere, o menos ligado a la idea de un “sentido de la historia”, reconociendo la imposibilidad de conocer qué sucederá en el futuro del continente. Los que pregonan el “fin de ciclo” tienen una lectura fatalista teleológica porque se adelantan a la historia, como si la historia no estuviera abierta, como si no hubiera nada por hacer, como si no fueran los hombres los que hacen la historia, como si estuviera ya escrita. Esta lectura – revela – es una “réplica izquierdosa de Fukuyama” cuando nos aleccionó sobre el “fin de la historia”. América Latina demostró que la historia se movía otra vez, que no se había acabado, y lo mismo pasará con el fin de ciclo: nada está definido para siempre –subraya –, están abiertas las posibilidades de que continúe el retroceso del progresismo o no, pues ello dependerá de los sectores sociales, de los intelectuales, en definitiva de las luchas.

Bolivia

Pero veamos un poco el estudio que hace García Linera de su país en particular. Según su análisis (2008b), en el siglo XX, Bolivia pasó por tres modelos económicos (y respectivamente, tres tipos de Estado). Uno de economía liberalizada a principios del siglo XX, otro estatista o nacionalista-revolucionario, entre 1952 y 1980, y otro neoliberal, de 1984/86 a 2000/2005. Este último habría sido sustituido por un nuevo modelo económico nacional productivo con la llegada de Evo Morales a la presidencia en las elecciones de fines de 2005.

No se trata simplemente de “recetas” económicas diferentes: para la mirada materialista del autor, cada una de estas “épocas históricas” se distingue porque supone un cambio en la correlación de fuerzas entre las clases (2009b).

Con el fin del capitalismo estatista, el concomitante avance de políticas neoliberales a fines de los 80, y la derrota de la marcha que encabezaron los mineros en 1986 contra el abandono productivo de los centros mineros estatales, se produjo una retracción del movimiento obrero. Se reconfiguró la estructura de clases sociales en Bolivia y las identidades colectivas. En diversos escritos, discursos, entrevistas, García Linera da cuenta de esta situación.

La condición obrera de clase y la identidad de clase del proletariado boliviano han desaparecido con el cierre de las grandes concentraciones obreras y, con ello, ha muerto una forma organizativa, con capacidad de efecto estatal, en torno a la cual se aglutinaron durante treinta y cinco años otros sectores menesterosos de la ciudad y el campo (García Linera, 2009c, p. 350).

Pero así expresado puede ser confuso: aclaremos que García Linera tampoco comparte el supuesto neoliberal de la extinción de la clase obrera, como hemos subrayado más arriba. En una entrevista lo explica claramente:

Frente a la idea de que ya no hay clase obrera, porque ya no están los centros mineros de Catavi, Siglo XX, Colquiri, ni la fábrica textil Volcán, ni Said, ni Soligno, cuyos sindicatos llenaban las marchas con sus pancartas y sus discursos de socialismo, entonces ¿ya no hay clase obrera? No, lo que hay es una nueva clase obrera, fragmentada, desindicalizada, precarizada, muy joven y con varios oficios. ¿Obreros? Plenamente, pero son obreros de otro tipo, tienen otra composición social y material, su condición de vida es distinta. Y eso es lo que va a encontrar la emergencia de lo indígena popular: va a encontrar a este tipo de obrerización difusa y de proletariado nómada, porque son obreros-estudiantes, obreros-vendedores, tienen varios oficios y no se sienten obreros [...] (Klachko, 2016).

Al no tener una concepción reduccionista de la relación clase (dada por la posición en la estructura) / acción política³, García Linera puede concebir esta persistencia de la clase a pesar de la retracción de su protagonismo político-sindical.

La antigua estructura obrera, su organización, se ha extinguido en Bolivia, pero no se redujo el número de obreros:

Ahora hay muchos más obreros en el sentido clásico del término [...] Hay un proceso creciente de obrerización de la fuerza del trabajo en un sentido amplio del término, no meramente industrial clásico-fordista, digámoslo así. Pero también resulta claro que afirmar que hay obreros no significa que hay movimiento obrero, y menos aún que haya una continuidad en el movimiento obrero. Hay un número cre-

³ Para la visión reduccionista, las clases tienen una presencia inmediata y necesaria en la política, es decir, que son necesarias y directamente agentes políticos movilizados, de tal modo que, en momentos en que las luchas son menos visibles o se dan menos abiertamente, queda cuestionada la existencia misma de las clases.

ciente de obreros en el país, pero lo que no hay es un movimiento obrero, ni mucho menos una continuidad del antiguo movimiento obrero organizado de grandes entes industriales (García Linera, 2010c, p. 24).

La COB (Central Obrera Boliviana), que había logrado aglutinar en un bloque a campesinos, clases medias, trabajadores urbanos y otros, en torno a un núcleo de trabajadores de las grandes minas y de las grandes fábricas urbanas, dejó de funcionar como movimiento social unificador, a pesar de que la cantidad de obreros se mantuvo o incluso aumentó. Se disolvió como sujeto productivo y como sujeto político aquel sector de la clase obrera que fue “el alma virtuosa de la Nación nacida en 1952”: el de los mineros (García Linera, 2009b, p. 215). Es “la muerte del proletariado minero”, su deceso cultural, el fin de su protagonismo político.

Las marchas y ocupación de la calle al mediar la década del 1980 daban cuenta de una sociedad sindicalmente organizada. Había un cuerpo de clase movilizadísimo – explica –, un movimiento obrero que buscaba reconstituir los pactos inclusivos que primaban en el Estado nacionalista. Se interpelaba al Estado desde una asociación y movilización por identidad laboral; era una manera de filiación y de práctica política obrera. La lucha por la democratización y la capacidad de contestación frente al Estado pasaba hasta esa década por el movimiento obrero.

¿Qué es lo que cambia con el modelo económico neoliberal? Junto a la renovación del ejercicio del poder por las viejas clases dominantes, 1986 marca el fin de un “tipo de identidad obrera” y de “estructura material y simbólica del trabajo asalariado” (*ibidem*, p. 245). La nueva clase obrera – sostiene García Linera – es más numerosa pero más diversificada y fragmentada en distintos centros laborales industriales. En lugar de grandes fábricas, hay numerosa cantidad de pequeñas fábricas, que concentran poca fuerza de trabajo, y lo mismo con las minas. Además, prevalecen formas de contratación temporaria; rotación de un oficio a otro; se combina trabajo en relación de dependencia con trabajo por cuenta propia; los jóvenes son educados en el individualismo urbano y no en un espíritu de cuerpo sindical.

Está surgiendo, entonces, una nueva forma de vasta proletarianización social, pero sin arraigo organizativo, desterritorializada, atravesada por una profunda desconfianza interna, con mentalidad precarizada, y a corto plazo, por el nomadismo de los jóvenes obreros, que tienen que combinar el pequeño comercio, el contrabando, el trabajo asalariado o el trabajo agrícola, según las temporadas y las necesidades (García Linera, 2009c, p. 350).

El mundo obrero no ha desaparecido, numéricamente crece incluso, pero sí ha cambiado su condición *política*: se han perdido sus mecanismos de politización, autoorganización interna, movilización. En cambio, a partir de los años 70 y a instancias de una intelectualidad aymara urbana, se da en Bolivia una reivindicación del indio, de sus prácticas y su historia, que se expresa en la construcción de la indianidad como “sujeto de emancipación” y como proyecto político (García Linera, 2007, p. 155).

Entre 1940 y 1990 prevaleció en el territorio boliviano la “forma sindicato” como modo de construcción de identidad colectiva, red organizativa de la identidad de clase, órgano de expresión del proletariado minero y fabril. Otras formas de organización, como los partidos, fueron transitorias y menos representativas. Las luchas, la revolución, la conquista de derechos, la protección familiar, fueron a través del sindicato. Teniendo como punto de partida el lugar de trabajo, el sindicato fue la base estructural del “movimiento obrero” (García Linera, 2009c). Fue la única estructura de unificación nacional con efecto estatal que produjeron las clases trabajadoras en Bolivia.

Con los cambios en el modelo de acumulación y en la gestión empresarial, vino de la mano el ocaso de la forma de organización sindical. Se pasó de la acumulación extensiva basada en la creación de grandes factorías que reunían amplios contingentes de trabajadores – observa el vicepresidente – a la fragmentación de los procesos productivos en pequeños núcleos de inversión intensiva de capital y reducido trabajo asalariado. La precarización ganó terreno: la subcontratación, la eventualidad, el contrato por obra, el nomadismo laboral, se impusieron por sobre el contrato fijo, antes mayoritario. Según el análisis de *La potencia plebeya*, esto da lugar:

[...] por una parte, a una “hibridación” (Bajtín) de la condición de clase, y a la emergencia de “identidades contingentes” de los trabajadores según la actividad, los oficios laborales, los entornos culturales donde se encuentren transitoriamente, y la dinámica de “contornos difusos” entre el espacio de trabajo y del no trabajo (García Linera, 2009c, pp. 375-376).

Desorganizados o debilitados los sindicatos, emergerán nuevas y poderosas estructuras de autoorganización social, que van a cuestionar la legitimidad neoliberal y cerrar su corto ciclo. Una de estas nuevas formas de unificación y de acción colectiva que García Linera considera que emerge en su país a partir de 2000 es la *multitud*. Toma este término de Hardt y Negri, pero le da un significado propio, más concreto. Entiende por multitud a un “[...] bloque de acción colectiva, que articula estructuras organizadas autónomas de las clases subalternas en torno a construcciones discursivas y simbólicas de hegemonía, que tienen la

particularidad de variar en su origen entre distintos segmentos de clases subalternas” (García Linera, 2009c, p. 378).

Una particularidad de la “multitud”, que la diferencia de la “muchedumbre”, es que no reúne individuos sin filiación, sino que es en gran parte una agregación de colectivos, una asociación de asociaciones. O sea, no es un “arremolinamiento de desorganizados”, sino que es una acción organizada de personas organizadas previamente. Pero a la vez, es una forma de organización flexible, que no distingue entre afiliados y no afiliados y permite la participación de cualquiera, ya sea que pertenezca o no a otra forma organizativa.

Una de las manifestaciones de esta forma multitud en Bolivia, con demandas vinculadas a bienes vitales y primarios (agua, tierra, tarifas de los servicios básicos), es la Coordinadora del Agua y de la Vida⁴. Como estos bienes y servicios constituyen necesidades comunes a las personas, independientemente de sus ocupaciones y prácticas (obreros, campesinos, comerciantes, desocupados, amas de casa, etc.), su reivindicación hace posible una unidad de las fuerzas del trabajo fragmentado. Sin embargo, pese a su heterogeneidad, algo tienen en común estos sectores: en general, no viven del trabajo ajeno.

Con un modo de organización territorial (barriales, vecinales, etc.) y formas internas de democracia directa (asamblearias, deliberativas, representativas), la multitud se diferencia para García Linera de los “nuevos movimientos sociales” de Touraine (que no buscan cambiar radicalmente el campo político) en que comporta una politización extrema de la sociedad, capaz de cuestionar el régimen de democracia liberal y proponer sistemas alternativos de poder.

Otro aspecto interesante a destacar del uso que hace García Linera de la noción de multitud como forma de acción colectiva es que no viene a desplazar al concepto de clase ni es parte de una problemática teórica que se pretende superadora del clásico análisis clasista de lo social, como sucede con muchas de las nuevas nociones de las ciencias sociales, incluso las provenientes del llamado pensamiento crítico. La multitud no es un agrupamiento ajeno o extraño a la clase: supone una articulación específica de clases y fracciones de clase, distinta sí a la articulación sindical por centro laboral, en la que se converge además con otros sectores sociales en torno a una demanda particular (servicios básicos, reivindicaciones ligadas a la reproducción vital, derechos de ciudadanía, etc.).

Lo que García Linera identifica y quiere describir son nuevas formas de movilización y organización de las clases dominadas. Incluso su discurso de 2013 en el Foro de la Izquierda realizado en New York es más cuidadoso respecto del “oca-

⁴ En 2000 tiene lugar en Cochabamba la “Guerra del agua”, un levantamiento popular contra el aumento de las tarifas del agua que culminó con la expulsión de la empresa transnacional que proveía el servicio. Este acontecimiento marcó un punto de inflexión, acabando con 15 años de derrotas populares, expresando un nuevo sentido común popular y revalorizando la acción directa como forma de lucha (Stefanoni, 2009, p. 18).

so” de la forma sindicato, admitiendo la posibilidad de que estos persistan y se complementen con otras formas de acción colectiva:

La antigua forma sindicato, anclada en el centro del trabajo, es y será fuerte en aquellos territorios laborales en los que se haya podido sedimentar un espacio de acumulación de experiencias de clase; pero allí donde la flexibilidad laboral, el nomadismo obrero y la fragmentación de la condición obrera prevalecen, esta forma organizativa es débil y tiende a ser complementada o sustituida por otras dos formas de acción colectiva: la forma comunidad, en el caso de las sociedades con amplia base agraria comunitaria, y la forma multitud. La forma comunidad es el modo político en el que la propiedad común de la tierra y la cultura organizativa indígena se movilizan como autodeterminación. La forma multitud es una manera flexible de articulación de varias clases sociales donde el núcleo dirigente no está establecido de antemano, sino es contingente y depende del curso de la propia movilización (García Linera, 2015b, p. 14).

Esto último significa que la conducción de esa movilización no recae necesariamente en una dirigencia obrera: puede ser obrera, campesina, vecinal, intelectual e incluso pasar de un sector a otro, pues dependerá de la propia lucha.

En el proceso de crisis estatal (crisis del Estado neoliberal) que se da en Bolivia entre los años 2000 y 2005, es significativa también la “muchedumbre”, como forma de acción colectiva vinculada al desplome de la autoridad estatal – siempre según el análisis de García Linera –. Es decir, en las distintas etapas de la crisis predominan distintas formas de autoagregación social.

Si en un primer momento – advierte – fue la multitud el sujeto colectivo organizado, articulando en una estructura flexible a organizaciones locales en torno a una política de necesidades vitales, en el amotinamiento civil que tiene lugar en 2003 en La Paz, Cochabamba y, en menor medida, Santa Cruz, el sujeto colectivo que se movilizó, quemando oficinas públicas y edificios de empresas de servicios privatizadas, fue la muchedumbre. Esta muchedumbre es la manifestación de un desarraigo: está formada por personas provenientes de diversos oficios o excluidas, con condiciones precarias y sin perspectivas de ascenso social. Este sujeto urbano se constituye de individuos que no tienen una filiación organizativa primordial y que actúan sin rendir cuentas a nadie (García Linera, 2003, p. 58).

Este nuevo sujeto social disconforme propio del movimiento urbano, tiene la particularidad de que posee capacidad de resistencia (es fuerza de choque), pero no capacidad propositiva:

La fuerza de la muchedumbre radica en su capacidad de decir *no*, esto es, de resistir, de oponerse, de destruir; pero a la vez, acabada su tarea, se repliega, se disuelve en el anonimato de sus intereses. Expresa un malestar pero, a diferencia de la forma multitud, de la forma comunidad y la forma sindicato, no abraza vías de resolución de la indignación ni las formas organizativas para alcanzarlas (García Linera, 2003, p. 59).

Con el inicio del siglo XXI se asiste entonces a un nuevo punto de inflexión en el país: una recuperación de la capacidad de acción de sectores populares plebeyos; un ciclo de movilizaciones que tendrá efectos electorales primero en 2002 y después decididamente en 2005, con la llegada al poder de Evo Morales.

En *Del Estado neoliberal al Estado plurinacional autonómico productivo* (2008a), el vicepresidente analiza lo que llama la “crisis del Estado” en Bolivia, este proceso de transformación o de tránsito de un Estado a otro. Periodiza la crisis identificando sus momentos: el de develamiento en el año 2000, el de empate catastrófico entre 2003 a 2005, el de cambio de bloque en el poder en 2005 y el del punto de bifurcación en 2008.

La crisis del Estado neoliberal se da cuando se resquebrajan o debilitan la correlación de fuerzas, el sistema de instituciones y el sistema de creencias que habían primado entre 1985 y 2000. Este sistema de creencias se estructuraba en torno a tres ideas fundamentales: privatización, globalización y democracia como régimen de pactos políticos de élite. Había que “sustituir la presencia del Estado en la economía por la del mercado”, esa era la máxima del discurso neoliberal para países pobres. Además, se partía de la creencia de que el ingreso de inversión extranjera generaría riqueza que iba a derramarse hacia los sectores más pobres (García Linera, 2009d, p. 9).

Pero las expectativas que se crearon respecto a la modernización y crecimiento de la economía vía privatización e inversión extranjera no se cumplieron y la gente comenzó a descreer del gobierno. Nuevas ideas surgieron como sentido común de época. Nuevas fuerzas lograron controlar el sentido común. Gradualmente las ideas dominantes comenzaron a ser corroídas:

Desde el año 2000 al 2003 surgen otras creencias movilizadoras, no dominantes pero interpeladoras, cuestionadoras y expansivas. En varios lugares del país tres ideas clave territorializadas comenzaron a surgir en ese periodo: la de la igualdad entre indígenas y mestizos, la idea de la nacionalización de los recursos naturales y la idea de la autonomía. [...] Estas ideas comenzaron a emerger desde abajo, a apoderarse crecientemente del imaginario colectivo y, con ello, a sustituir gradualmente a las ideas dominantes (García Linera, 2008a, p. 13).

Ese es resumidamente el análisis del inicio del proceso de transformación de la realidad económica, política e ideológica de Bolivia.

El evismo, movimiento de renovación de la política que encabeza Evo, tiene como un rasgo central el hecho de que su lucha por el poder se funda en los movimientos sociales y no en una vanguardia política. Los movimientos sociales – precisa García Linera – no son la base, son los *actores directos*, primero de la resistencia y luego del control mismo de puestos estatales.

Si en el nacionalismo revolucionario de la década del 1950 el núcleo promotor de la idea de nación eran las clases medias letradas, en la estrategia evista, el núcleo, en términos políticos, lo constituyen los indios, que vienen de los sindicatos agrarios y campesinos. En términos económicos, el núcleo es la pequeña producción (individual, familiar y comunitaria).

Los movimientos sociales comenzaron la construcción de un nuevo Estado, distinto al Estado boliviano de base colonial-racista, patrimonialista y subordinado a poderes externos que existió durante 180 años en Bolivia, hasta 2005.

Hablamos más arriba de una mutación del bloque en el poder. En efecto, con el gobierno de Evo Morales se asiste en Bolivia a la transformación de la forma estatal, pues a partir de las elecciones de 2005 hay una nueva coalición social que conquista el poder, una nueva correlación de fuerzas a partir de la insurgencia social, un nuevo bloque en el poder que se diferencia del anterior en términos étnicos, clasistas y regionales. Y aquí radica la gran diferencia entre este Estado plurinacional y el Estado neoliberal.

Según el análisis de García Linera, el capital extranjero, un sector empresario local ligado al mercado externo, el sector financiero y los organismos internacionales de crédito conformaban el bloque de poder entre los años 1985 y 2000 (2008a, p.11). En cambio, la base del nuevo bloque de poder “nacional-popular” – examina – es la pequeña y mediana producción mercantil, urbana y rural, incluyendo a las comunidades indígena-campesinas. Dos sectores tienen el liderazgo y control de la economía: el Estado productor y pequeños y medianos productores (García Linera, 2008b, p. 14). También forma parte del nuevo bloque de poder una nueva intelectualidad con orígenes de clases populares, más afín a organizaciones sindicales y vecinales que a partidos de izquierda. Fuerzas obreras y un sector empresarial industrial se articulan también en torno a ese núcleo (García Linera, 2010b, pp. 17-18)⁵.

El autor habla de un “nuevo” bloque de poder porque se ha transformado radicalmente su naturaleza. El lugar que ocupa el Estado y la pequeña y mediana producción en el núcleo del bloque, antes lo ocupaban las petroleras extranjeras,

⁵ Para esta composición del bloque histórico gramsciano o bloque de liderazgo social, véase también García Linera (2009a, p. 11).

la gran minería privada, la agroindustria y la banca. Estos sectores hoy siguen presentes pero subordinados a aquellos.

Dijimos que el bloque de poder se distingue no sólo en términos de su composición de clases sino también de su constitución étnica. En el núcleo nacional popular, a diferencia de bloques anteriores más homogéneos desde este punto de vista, prima la diversidad cultural (aymaras, quechuas, mestizos, guaraníes), por eso el carácter “plurinacional” del nuevo Estado (pluricultural, plurilingüístico).

Por último, el proyecto del Estado plurinacional tiene capacidad de resistir a las presiones conspirativas de fuerzas conservadoras gracias a lo que él denomina un “ensamblaje histórico” entre lo indígena-popular y lo militar. En otras palabras, el proyecto cuenta con la fidelidad de las fuerzas armadas y la policía nacional.

No se trata de una simple mutación de élites en el poder, sino una auténtica sustitución de la composición de clase del poder del Estado (García Linera, *ibídem*, p. 19). El nuevo bloque, de extracción de clase muy diferente a la de los que existieron durante el siglo XX, conlleva nuevas prácticas, nuevos hábitos, y una nueva institucionalidad: nuevas formas de entender la democracia, la justicia, el vínculo con la naturaleza, la individualidad y el desarrollo colectivo. García Linera habla de “civilizaciones distintas”, para marcar su distancia: la individual mercantil moderna y la comunal comunitaria colectivista asociativa. Las dos lógicas civilizatorias diversas se han ensamblado en la nueva institucionalidad del Estado (García Linera, 2009a, p. 14), por ejemplo, mediante el reconocimiento de la igualdad de idiomas con escuelas, colegios y universidades plurilingües.

Ahora bien, una vez en el control del Estado y teniendo como pilares ideológicos lo nacional popular, el antiimperialismo, el sindicalismo y los marxismos que persisten (subordinados al proyecto indianista), el partido liderado por Evo (MAS, Movimiento al Socialismo) ha buscado construir un modelo postneoliberal (García Linera, 2006, p. 30).

En este modelo presente en Bolivia, el Estado ha asumido un papel sustancial en la economía, se ha convertido en el principal empresario colectivo e inversor, y ha podido así redistribuir la riqueza. Una herramienta decisiva en esta estrategia ha sido la nacionalización de los hidrocarburos, primera fuente de exportaciones, porque dio al Estado un rol protagónico en el control y apropiación del excedente, modificando con ello la estructura económica de la sociedad boliviana.

Para establecer qué tarea debe cumplir el Estado en este nuevo modelo económico, García Linera analiza primero la formación social boliviana en su complejidad económica, productiva, laboral. Para la teoría marxista – entre otros, es Poulantzas quien desarrolla esto –, en una “formación social” nunca un “modo de producción” tiene exclusividad, nunca explica la totalidad de las relaciones

económicas existentes. Por el contrario, la formación social concreta es compleja, siempre supone la coexistencia de varios modos y formas de producción (Poulantzas, 1981). García Linera, lector de Althusser y Poulantzas, da cuenta de este carácter complejo de la economía boliviana, donde junto a las relaciones de producción capitalistas se encuentran formas de producción mercantil simple (artesanal, campesina), formas de explotación del trabajo no estrictamente capitalistas, economías comunitarias, etc⁶.

Coincidimos con Etienne Balibar cuando dice que García Linera:

estudió las obras de Althusser en la cárcel junto con otros aspectos del marxismo clásico para desarrollar su propia interpretación de lo que en palabras althusserianas se podría llamar la combinación compleja y contradictoria de diversos modos de producción en la misma formación social para inventar una estrategia revolucionaria, donde el problema indígena es tan importante como los problemas clásicos de la clase obrera (Balibar, 2015).

Pero volvamos al análisis que el investigador y dirigente boliviano hace de su país en esos términos:

[...] Tenemos: una economía moderna débil, una economía pre moderna, semi moderna y comunitaria campesina grande; ausencia de una burguesía emprendedora y pujante, un contexto internacional complejo, con una economía profundamente interconectada de la cual no se puede uno salir y con la cual uno tiene que convivir; una formación de la fuerza de trabajo limitada [...]; un parque tecnológico que va desde el arado egipcio que usan en las comunidades, hasta el Internet (García Linera, 2009d, p. 13).

Con esa conformación socio-económica, el que debe asumir el liderazgo de la economía para construir un horizonte de modernización, generación de riqueza y distribución – argumenta – es el Estado, como voluntad popular nacional general, ya que no pueden hacerlo ni los sectores pequeños de la burguesía local (por su carácter rentista, intermediario, comercial y débilmente productivo) ni la inversión extranjera (cuyo interés reside en ingresar capital para aumentarlo y llevarlo fuera rápidamente).

El objetivo del gobierno de Evo Morales es:

⁶ Para profundizar en esta descripción de la estructura económico-social boliviana y sus distintos tipos de relaciones de producción, consúltese García Linera (2009d).

[...] un Estado que intervenga puntual y selectivamente en los núcleos modernos de la producción del excedente estratégico del país, y a la vez, que inyecte o transfiera tecnología, recursos, infraestructura, financiamiento a los otros bolsones, ejes, espacios de economía tradicional no capitalista, semi capitalista, semi mercantil, artesanal y comunitaria (*ibídem*, 18).

En 2007, a menos de dos años de haber asumido el poder Evo Morales, el vicepresidente afirma en una entrevista que las condiciones vigentes no permiten hablar de comunismo o socialismo para caracterizar el momento presente en Bolivia, porque esto no es algo que se logra con solo desearlo, ni con la estatización de los medios de producción. Se construye por el movimiento real de la sociedad. Lo que existe en ese momento, según su conceptualización, es un “capitalismo andino amazónico” dentro de este escenario postneoliberal, que todavía no es postcapitalista. Bolivia es capitalista – apunta – aunque no es plenamente capitalista. De lo que se trata en el proceso de emancipación es de potenciar las formas no capitalistas capaces de generar procesos de mayor comunitarización (Svampa & Stefanoni, 2007).

Ocho años después, con toda la experiencia revolucionaria acumulada, hace referencia, en su discurso en la toma de posesión presidencial de 2015, a la apertura de un *horizonte de posibilidades socialista*, más democrático y más comunitario. Pero el socialismo no es un modo de producción, sino que indica el “puente” entre el capitalismo y una nueva civilización comunal:

Es el campo de batalla entre lo nuevo y lo viejo, entre el capitalismo dominante y el comunitarismo insurgente. Es la vieja economía capitalista aún mayoritaria, gradualmente, asediada por la nueva economía comunitaria naciente. Es la lucha entre el viejo Estado que monopoliza decisiones en la burocracia y un nuevo Estado que cada vez democratiza más decisiones en comunidades, en movimientos sociales, en la sociedad civil (García Linera, 2015c, p. 69).

A modo de cierre

A partir de la lectura de los escritos y discursos de García Linera, creemos que puede afirmarse – al menos esa es nuestra impresión – que su mérito es triple, y que la conjunción de esos tres elementos conforma también su particularidad.

Por un lado, le cabe el mérito de ser un enorme divulgador y revitalizador del pensamiento marxista, en tiempos en que – aún cuando se habla de un renovado interés por el marxismo a partir de la crisis de 2008– el tsunami posmoderno,

posestructuralista y postmarxista dejó poco en pie, cuestionando fuertemente el valor de esta corriente teórico-política. En este contexto, este sociólogo autodidacta presenta las ideas de autores marxistas clásicos y contemporáneos del modo más sencillo y accesible a muchos. Aunque tiene conceptos propios, y conceptos que construye rescatando aportes de autores de distintas tradiciones, su mayor valor tal vez no sea ese, el del desarrollo de la “Teoría”, sino su tarea de contribuir a la circulación o a la propagación de conceptos clave de la teoría marxista, fuera de los ámbitos académicos. Pero ni “divulgar”, ni “hacer circular” ni “propagar” son palabras que hacen justicia exactamente a lo que hace García Linera porque en su caso esa lectura y difusión de conceptos y categorías implica repensar, discutir, interpretar, debatir, contraponer, y no simplemente dar a conocer algo preexistente y acabado.

Por otro lado, una segunda gran virtud es su capacidad de explicar coyunturas concretas, con toda la complejidad que supone este nivel de análisis (el de la coyuntura política), a partir de ese andamiaje conceptual marxista abstracto. Si bien puede parecer algo que va de suyo, ya que el objetivo último del conocimiento científico social se supone que es justamente el análisis concreto (“elevarse de lo abstracto a lo concreto”, postula Marx), no son muchos los intelectuales que tienen la capacidad de nadar como pez en el agua en los distintos niveles de abstracción o de desplazarse de uno a otro sin dificultad.

Por último, García Linera tiene el enorme atractivo, y valor también, de ser un pensador, un intelectual, un estudioso de la teoría, al mismo tiempo que un militante y político en ejercicio, combinación poco frecuente que le otorga a sus trabajos una fuerza y un interés particular. Porque además, en su caso, la práctica teórica y la práctica política no son dos prácticas disociadas (a la manera de la “neutralidad de valores” weberiana por ejemplo, que establece una división de principio entre conocer y juzgar, y en consecuencia, entre la lógica de la ciencia y la de la política, entre la necesidad de “ver la verdad de los hechos” y la de “adherir a los propios ideales”⁷), sino profundamente imbricadas. Para decirlo de otra manera, el pensamiento teórico-sociológico de García Linera se entrelaza con su pensamiento político y éste con su práctica o lucha política. Hay una unidad en su figura entre la teoría y la práctica, entre su inscripción en ciertas corrientes de pensamiento y su participación histórica en las luchas populares. Para decirlo con otras palabras y usando las expresiones de la “tesis 11” de Marx, su labor no apunta sólo a “interpretar” el mundo, sino también a “transformarlo”, o si se quiere, a interpretar para transformar.

⁷ Véase Weber, 1990.

Fuentes y bibliografía

- BALIBAR, E. “El infinito adiós al marxismo”, *Revista Metapolítica*. Extraído de: <<https://www.revistametapolitica.com/single-post/2015/09/09/El-infinito-adi%C3%B3s-al-marxismo>>. Setiembre de 2015.
- DUEK, C. “La deconstrucción del concepto de clases: el posmarxismo y las identidades colectivas no clasistas”, *Estudios sociales contemporáneos*, n° 18, junio de 2018.
- GARCÍA LINERA, A. “Crisis estatal y muchedumbre”, *Observatorio Social de América Latina*, año IV, n° 10, 2003.
- _____. “El evismo: lo nacional-popular en acción”, *Observatorio Social de América Latina*, año VII, N° 19, 2006.
- _____. “Indianismo y Marxismo: el desencuentro de dos razones”. En: SVAMPA, M. & STEFANONI, P. (Comp.). *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: El Colectivo, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.
- _____. “Del Estado neoliberal al Estado plurinacional autonómico y productivo”. En: *Discursos y ponencias*, número 5, año 2. Vicepresidencia del Estado Plurinacional. La Paz, 2008a.
- _____. “El nuevo modelo económico nacional productivo”, *Revista de Análisis. Reflexiones sobre la coyuntura*, n° 2. Vicepresidencia de la República. Bolivia, 2008b.
- _____. “El Estado plurinacional”. Discurso en la Escuela de Fortalecimiento y Formación Política “Evo Morales Ayma”. *IV Seminario Taller “La Nueva Bolivia”*. La Paz, 2009a.
- _____. “La muerte de la condición obrera del siglo XX”. En: *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2009b.
- _____. “Sindicato, multitud y comunidad: movimientos sociales y formas de autonomía política en Bolivia”. En: *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2009c.
- _____. “El papel del Estado en el Modelo Nacional Productivo”. Ponencia presentada en el Seminario: “*Organización Económica en la nueva Constitución Política del Estado*”, realizado por el Viceministerio de Presupuesto y Contaduría del Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. La Paz, 2009d.
- _____. “América Latina y el futuro de las políticas emancipatorias”, *Crítica y Emancipación. Revista latinoamericana de ciencias sociales*, número 3, año 2, 2010a.
- GARCÍA LINERA, A. “El Estado en transición: bloque de poder y punto de bifurcación”. En: GARCÍA LINERA, A.; PRADA, R.; TAPIA, L. & VEGA CAMACHO,

- O. *El Estado. Campo de lucha*. La Paz: Muela del diablo editores - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2010b.
- _____. “Comentario” a Negri, T. “El movimiento de los movimientos”. En: NEGRI, DUSSEL, SPIVAK *et alii*. *Pensando el mundo desde Bolivia. I Ciclo de Seminarios Internacionales*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2010c.
- _____. “A la izquierda europea”. En: *Socialismo Comunitario. Un horizonte de época*. La Paz: Vicepresidencia del Estado, Bolivia, 2015a.
- _____. “Nueve tesis sobre el capitalismo y la comunidad universal”. En: *Socialismo Comunitario. Un horizonte de época*. La Paz: Vicepresidencia del Estado, Bolivia, 2015b.
- _____. “Socialismo comunitario del vivir bien”. En *Socialismo Comunitario. Un horizonte de época*. La Paz: Vicepresidencia del Estado, Bolivia, 2015c.
- _____. “¿Fin de ciclo progresista o proceso por oleadas revolucionarias?”. Documento elaborado en base a la ponencia presentada por el autor en el evento “*Restauración conservadora y nuevas resistencias en Latinoamérica*”, organizado por la Fundación Germán Abdala y desarrollado en la Universidad de Buenos Aires. Disponible en: <https://www.vicepresidencia.gob.bo/spip.php?page=expositor&id_expositor=10&pestanas=publicaciones>, 2016.
- _____. “Desafíos de los procesos de transformación en América latina 2017”. Conferencia presentada en el *II Congreso Internacional de Sociología y Ciencias Sociales* (Pre-ALAS México), Universidad Nacional Autónoma de México. Disponible en formato audiovisual en <<https://www.youtube.com/watch?v=vi5BjqAJPk>>, 2017.
- _____. “La asonada de la clase media decadente”. En: *La Razón*. 17 de enero de 2018. La Paz, 2018.
- GIL, A. Entrevista a Álvaro García Linera. “Si el proceso revolucionario no brinda certidumbres y mejores condiciones de vida es de una fragilidad terrible”. En: *eldiario.es*, 30 de julio de 2017
- GORZ, A. *Adiós al proletariado*. (Más allá del socialismo). Madrid: El Viejo Topo, 1981.
- HARVEY, D. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2004.
- HOLLOWAY, J. *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. Venezuela: Vadell Hermanos Editores, 2005.
- KEUCHEYAN, R. *Hemisferio izquierda: un mapa de los nuevos pensamientos críticos*. Madrid: Siglo XXI, 2013.
- KLACHKO, P. Entrevista a Álvaro García Linera. “La conformación histórica del sujeto político-popular en Bolivia”. n *Resumen latinoamericano*, 16 de noviembre de 2016.

- LACLAU, E. & MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- MARX, C. & ENGELS, F. *Correspondencia*. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1957.
- _____. *La ideología alemana*. Buenos Aires: Ediciones Pueblos Unidos, 1973.
- POULANTZAS, N. *Las clases sociales en el capitalismo actual*. México: Siglo veintiuno editores, 1981.
- STEFANONI, P. “Álvaro García Linera: pensando Bolivia entre dos siglos”. Prólogo a GARCÍA LINERA, A. *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2009.
- SVAMPA, M. & STEFANONI, P. “Entrevista a Álvaro García Linera: ‘Evo simboliza el quiebre de un imaginario restringido a la subalternidad de los indígenas’”, *OSAL*, nº 22, año VIII, 2007.
- WEBER, M. “La ‘objetividad’ cognoscitiva de la ciencia social y de la política social”. En: *Ensayos sobre metodología sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1990.

Recebido em 27 de abril de 2018
Aprovado em 5 de setembro de 2018

***Alt-Right* e a classe trabalhadora branca nos EUA: a face moderna do conservadorismo contemporâneo**

Alt-Right and the White working class in USA: the modern face of contemporary conservatism

Tatiana Poggi*

Resumo

Este artigo pretende apresentar algumas reflexões preliminares sobre a formação social e histórica do *white trash* e de setores médios recentemente proletarianizados, bem como sua articulação e organização política na rede conservadora, conhecida como *Alt-Right*. Para tal, buscaremos inicialmente apresentar uma definição teórica para a política de Trump nos contornos do neoliberalismo. Seguiremos por apresentar a variedade de propostas societárias conservadoras que compõem a constelação política da *Alt-Right*, dando contorno teórico mínimo aos principais grupos políticos presentes. Por fim, procuraremos tecer algumas considerações sobre autores, filosofias e concepções de mundo que inspiram e influenciam a *Alt-Right*, notadamente Edmund Burke, Russel Kirk e os paleoconservadores, Herbert Spencer e Julius Evola.

Palavras-chave: *Alt-Right*; Trump; Conservadorismo; Estados Unidos da América.

Abstract

This article intends to discuss the social historical formation of the white trash and middle strains of the white working class that have undergone proletarianization, providing means to understand their political organization in the conservative political cluster known as Alt-Right. We start by presenting a political definition to Trump's government as neoliberal. The Alt-Right is composed of a variety of conservative groups and media expressing a variety of societal projects. Finally, the article will examine some of the philosophers and world views that inspire and have influenced the Alt-Right, such as Edmund Burke, Russel Kirk and the paleoconservatives, Hebert Spencer, and Julius Evola.

Keywords: *Alt-Right*; Trump; Conservatism; United States of America.

* Professora do Instituto de História e do PPGH-UFE

Classe trabalhadora branca, a política da frustração e o populismo de direita

Ao longo da construção da campanha presidencial, Trump conquistou uma base larga e heterogênea. O conjunto social que o circunda é bastante plural, dotado de engajamento e organicidade política desiguais e com demandas e interesses variados. Lá se encontram amplas parcelas dos setores médios, apavoados com a perspectiva de proletarização cada vez mais real a partir do neoliberalismo; um conjunto de homens brancos de meia idade, que não vislumbram mais o sonho americano, uma geração que viu cair por terra todo um imaginário em torno do *self-made man*, de certo modo tudo o que os fazia se entenderem como americanos; uma substancial parcela da classe trabalhadora branca, ressentida e insegura com perdas históricas de *status* e privilégios; e, evidentemente, setores do empresariado como bancos, indústria de energia, setor hoteleiro e do entretenimento, construtoras e prestadores de serviços sociais variados (educação, saúde, prisão, correios)¹. Em um contexto de desencanto e crise de expectativas, setores tão diferenciados apostaram em um nome e garantiram a eleição a Trump.

Como veremos ao longo do artigo, Trump se alimenta do medo, do desespero, do orgulho ferido e da perda de lugar social de parcelas significativas da classe trabalhadora branca norte-americana. Trump é filho da crise, do esgarçamento das contradições do Capital em fins do século XX, porém é mais que isso. Como outras personalidades políticas promotoras do ódio e da intolerância na atualidade, Trump é também filho do neoliberalismo, desse projeto de esmagamento social e triturador da classe trabalhadora que se difunde mundialmente como paradigma orientador da vida e que só atende aos interesses de expansão e lucratividade de frações determinadas do empresariado. Para a classe trabalhadora, a solução neoliberal só trouxe mais crise, mais desespero, perda de direitos, endividamentos e expectativas frustradas (Holloway & Bonfeld, 1991; Mészáros, 2002; Apple, 2003; Duménil & Lévy, 2014). A alternativa trazida por Trump não visa reverter nenhum desses aspectos; em verdade, ele aprofunda ainda mais a crise, alimentando-a com ódio e intolerância, jogando os grupos sociais uns contra os outros, desviando a atenção das consequências sociais do Capital para uma caçada aos bodes expiatórios. Ele se apresenta como defensor dos diretos e interesses do trabalhador branco norte-americano, de um suposto “homem

¹ Sobre os grupos empresariais que ganharam projeção e vantagens a partir do neoliberalismo e no governo Trump ver: WOLFE (1981), APPLE (2003), WOOTEN (2009). “Senado dos EUA aprova reforma fiscal de Trump que beneficia empresas”. El País. 2/12/2017. <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/internacional/1512198998_778781.html>. “Trump Budget Proposal Cuts \$9 Billion from Department of Education”. 16/03/2017. <<https://www.wsj.com/articles/trump-budget-proposal-cuts-9-billion-from-department-of-education-1489684887>>.

comum”, provedor da família etc. A esse sujeito, massacrado pelo Capital, descrente nas instituições e alternativas políticas colocadas pela democracia liberal, Trump oferece ódio e bodes expiatórios como solução para o descontentamento social. Com uma retórica nacionalista e discriminatória, ele manipula e alimenta uma cultura do ódio, atraindo desde conservadores tradicionais, simpatizantes e membros de grupos de ódio, até sujeitos engajados oriundos de movimentos sindicais. Essa mesma retórica, a promoção da cultura de ódio e a truculência de uma parcela de sua base fez com que seu governo fosse definido através das mais diversas chaves conceituais – neoliberal, conservador, populista de direita e até mesmo fascista – causando uma enorme confusão teórica e dificultando a apreensão do fenômeno pelo que ele é na prática, para além do discurso.

Sua surpreendente ascensão política acalentou ressentimentos, medos e inseguranças de uma parcela expressiva da classe trabalhadora branca norte-americana. Para um estrato mais empobrecido e relegado à margem da sociedade, popularmente conhecido pelo codinome derogatório de *white trash* ou lixo branco, esses medos, ressentimentos e inseguranças remontam a um período mais antigo. Já os setores médios, historicamente marcados por serem um estrato da classe trabalhadora que experimentou ascensão social, podemos dizer que vivem em constante medo de proletarização, porém, uma real insegurança e ressentimento são percebidos mais recentemente, derivados dos impactos sociais da mais recente crise estrutural do Capital.

Detenhamo-nos sobre o *white trash* primeiramente. Esse peculiar conjunto de brancos pobres, com baixo nível educacional, especialmente concentrados nas zonas rurais do Sul e do meio Oeste sofreu dois grandes “golpes” no decorrer da história dos EUA, alterando sensivelmente seu status social. Esses foram: a abolição da escravidão e o fim do regime segregacionista de *Jim Crow*. Esses processos inauguraram mudanças no sentido de maior inclusão social, do respeito à diversidade e em defesa do multiculturalismo, comprometendo sensivelmente a autoestima dessa parcela empobrecida e desvalorizada da classe trabalhadora norte-americana por retirar justamente os símbolos de distinção que garantiam uma suposta superioridade e privilégios diante dos “outros”.

A reação a essas transformações que colocaram abaixo privilégios de fundo cultural e político veio de forma agressiva, sobrepondo-se, em muitos casos, mesmo ao interesse de classe que poderia ter se fortalecido com a integração econômica e posteriormente civil e política dos trabalhadores negros.

Expressões de revolta e inconformismo, grupos como a *Ku Klux Klan*, bem como a reconstrução de um regime segregacionista na forma de *Jim Crow*, cumpriram uma função social e política de suma importância, neutralizando politicamente o *white trash* e redirecionando uma possível revolta de cunho social para a questão racial. Consequentemente, acabou-se por reforçar a ideia do bode expiatório em detrimento da classe, como se o problema estivesse na inclusão e

na ascensão social do negro, e não no fato vergonhoso do *white trash* ser descrito e entendido como lixo!

Sigamos agora com os setores médios brancos. Esses constituem uma parcela da pequena burguesia branca que em diversos momentos de expansão e desenvolvimento do capital viu-se esmagada pelo processo tendencial de concentração e centralização do capital. Nos EUA, o crescimento dos monopólios impulsionados pela expansão das ferrovias levou a um esmagamento gradativo do pequeno produtor rural e do pequeno comerciante urbano, o primeiro devorado pelo trator e o segundo pelos trustes (Sweezy & Baran, 1966, pp. 224-228). Historicamente, esse setor esteve representado no campo pelo *farmer*, o pequeno produtor, e na cidade pelo pequeno comerciante. Com o desenvolvimento do capitalismo liberal, especialmente no alvorecer do século XX, tanto um como o outro, enfrentaram um gradual processo de exclusão, o que alimentou resistências e revoltas, especialmente no que foi conhecido como movimento populista, com a fundação de um partido próprio em 1891.

Há uma longa tradição historiográfica que procurou entender o populismo como um movimento de esquerda, alinhado com a defesa de reformas e políticas intervencionistas em favor dos interesses dos grupos subalternos contra o caráter elitista e predatório do grande capital, representado por banqueiros, donos de ferrovias e grandes produtores rurais (Parrington, 1930; Woodward, 1938; Pollack, 1962; Goodwin, 1976). A crítica a essa perspectiva surge com o historiador liberal Richard Hofstadter, em seu clássico, *The Age of Reform* (1960). Nesse livro, os populistas passam a ser retratados como um coletivo de pequenos proprietários revoltados, frágeis e inseguros com sua situação de declínio, contrapondo-se na mão contrária da história à América moderna e industrial. Os populistas são apresentados como criaturas provincianas, nostálgicas e, em alguma medida, tanchos, avessos ao intelectualismo, nativistas, alimentando teorias conspiratórias, ancoradas em bodes-expiatórios. Aqui sim, temos a primeira interpretação conservadora do populismo, de onde derivará o conceito do populismo de direita como chave interpretativa para movimentos nacionalistas reacionários.

Esse alargamento do conceito de populismo se popularizou entre os anos 1980 e 1990 através dos trabalhos de Margaret Canovan e Michael Kazin. O estudo de Canovan mapeia as diversas expressões de populismo, que vão desde os movimentos agraristas do final do XIX (Partido populista dos EUA, os *narodniki* russos e as revoltas camponesas na Europa do entreguerras), passando pelos casos latino-americanos dos anos 1930 e 1940, a *Ku Klux Klan* e demais supremacistas brancos contrários aos direitos civis nos EUA e lideranças carismáticas de modo geral. Tantos movimentos diferentes teriam em comum o fato de se apresentarem como antielitistas e exaltarem o povo (Canovan, 1981, pp. 294. *apud*. Berlet & Lyons, 2000, pp. 4). Kazin segue a mesma linha, argumentando que o populismo constituiria uma tradição política e ideológica plural, podendo se

manifestar por todo espectro político da esquerda à direita e sendo definido basicamente pela retórica. Esta, seria marcada por um discurso eloquente, rebelde e romantizado, exaltando a esperança e inspirando o homem comum no sentido de uma vida melhor. O populismo de direita seria, então, derivado do descontentamento em relação a uma situação de opressão e canalizado contra minorias, transformadas em bodes-expiatórios e responsabilizadas pelo infortúnio do grupo majoritário (Kazin, 1995 *apud* Berlet & Lyons, 2000).

Um conceito de populismo trabalhado nesses termos, sem maior atenção à reflexão sobre o caráter ideológico, bem como os fundamentos teóricos e filosóficos que ancoram tais projetos de sociedade, mostra-se vazio. Um conceito tal que explica uma miríade tão ampla e variada de experiências históricas perde validade explicativa. O que se tem é um conceito com pouca aplicabilidade, pouco instrumentalizável, uma vez que é desprovido de conteúdo político.

A mobilização política do desespero social

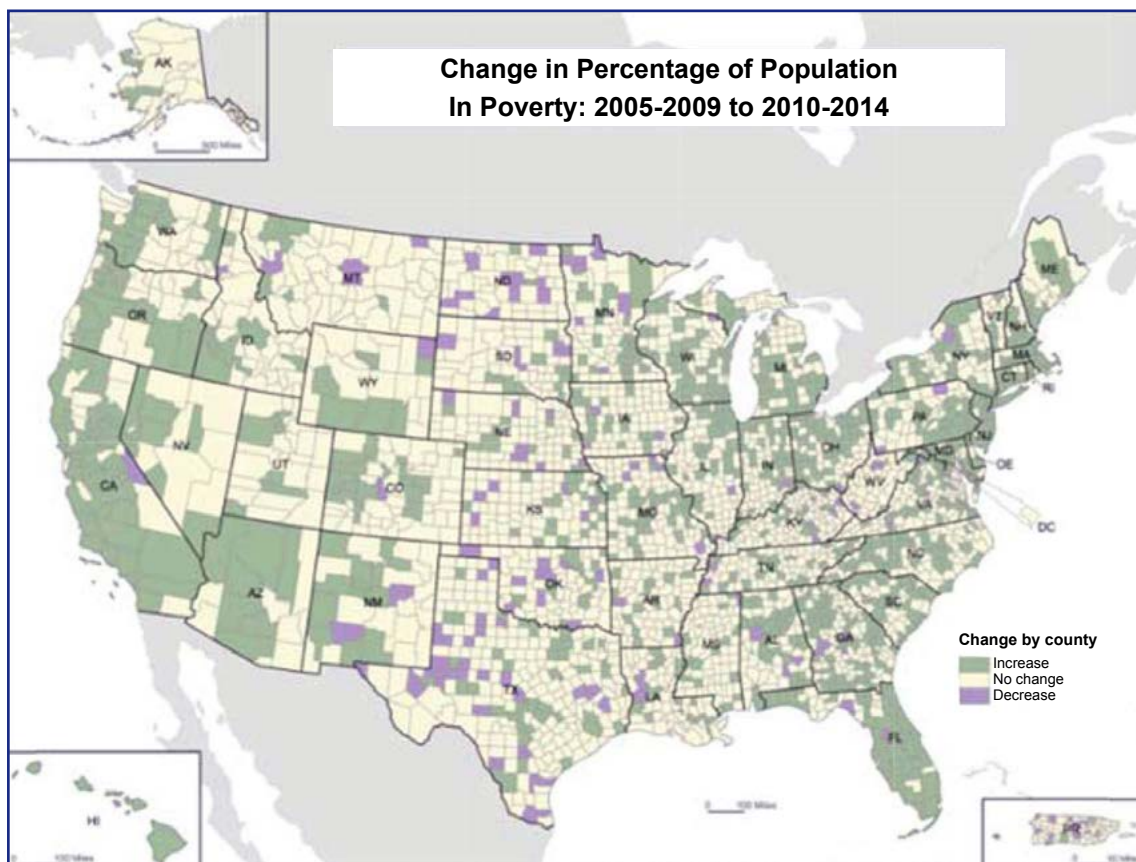
O avanço do movimento pelo direitos civis irá engrossar o caldo de revolta e essa frustração por parte dos segmentos conservadores da classe trabalhadora branca. Conquistas significativas como a lei federal que proíbe a segregação nas escolas (*Brown Vs Board of Education*) em 1954, os boicotes a ônibus iniciados por Rosa Parks, as marchas e protestos liderados por Martin Luther King e Malcolm X, as viagens combativas do Ônibus da Liberdade e os corajosos *Sit-ins* sacudiram o país, colocando o engajamento e o ativismo na ordem do dia. O movimento pelos direitos civis estimulou o ativismo não apenas de organizações de afro-americanos, mas de outros grupos subalternizados que fizeram dos anos 1960 e 1970 décadas de profunda reconstrução e reavaliação da história e do sentido de América. Essas transformações no sentido da ampliação da cidadania, bem como do respeito e apreciação da diversidade e do multiculturalismo, geraram ressentimentos, descontentamento e uma reorganização do conservadorismo nos EUA no sentido de combater o que foi entendido por muitos setores como deslocamento social e perda de privilégios.

Institucionalmente, os Democratas arregimentaram essa revolta frustração até meados dos anos 1960, ao manter oficialmente a bancada sulista do partido, declaradamente afinada com a política segregacionista, representada por políticos como George Wallace e Storm Thurmond. Essa bancada, todavia, não consegue se sustentar muito tempo mais em meio aos Democratas, migrando com o tempo, para outros partidos como o *States' Rights Democratic Party* ou para o Partido Republicano. O crescimento do ódio organizado em coletivos da sociedade civil é significativo a partir da década de 1970, fazendo com que o próprio FBI comece a monitorar grupos fascistas em franco crescimento como a *National Alliance*, a *Aryan Nations* e a *Ku Klux Klan* através do projeto COINTELPRO-WHITE

(Drabble, 2007; Poggi, 2015). Será em torno desses coletivos, alguns de caráter abertamente fascista, outros com uma conformação conservadora mais tradicional, bem como em uma bancada conservadora do Partido Republicano, que a partir dos anos 1970 irão se organizar o ódio e a intolerância em defesa de pautas voltadas para a promoção aberta da intolerância e da exclusão social (Diamond, 1995; Omi & Winant, 2015, pp. 185-209).

No campo do conservadorismo tradicional, os Republicanos, através da Direita Cristã e mais recentemente do *Tea Party*, tiveram sucesso em conquistar o “white trash” e parte significativa dos setores médios brancos aterrorizados pela proletarianização em torno de um projeto neoliberal com toques de fundamentalismo religioso, racismo e xenofobia. Porém, viver no neoliberalismo se mostrou particularmente desafiador para esses setores, que depositários de esperanças na alternativa Republicana, se viram ao fim de aproximadamente 30 anos com empregos precários, direitos e espaços de organização política corroídos, soterrados pelo endividamento e muitas vezes desalojados, com imóveis arremastados por bancos e financeiras. A austeridade neoliberal comprometeu sensivelmente a qualidade de vida dos trabalhadores. O aumento da pobreza entre 2005 e 2014 é visível como mostra o gráfico 1 abaixo.

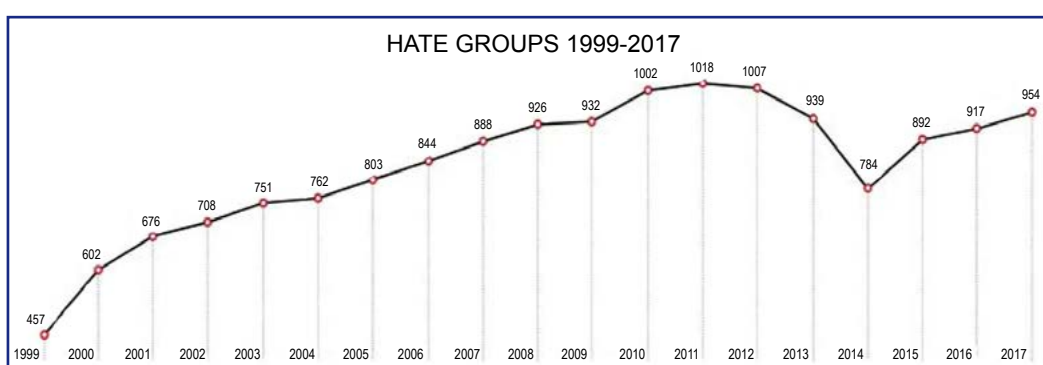
Gráfico – 1



Fonte: Us Census Bureau. 2009-2014 American Community Survey 5-year estimates.

O compromisso Republicano com essa parcela mais empobrecida ou em vias de proletarização, assentado em estratégias culpabilizadoras de minorias, estrangeiros e imigrantes, vem apresentando fissuras difíceis de sustentar. Quem irá capitalizar com isso e arregimentar essa revolta serão justamente os grupos de ódio, coletivos conservadores e fascistas que promovem abertamente o ódio, a intolerância, a violência e a exclusão, dentre os quais estão muitos coletivos e redes de mídia que integram a *Alt-Right*. Institucionalmente, apenas a bancada Republicana do *Tea Party* assume um projeto de ódio declarado e organizado. O crescimento desses coletivos é expressivo como pode-se ver no gráfico 2 e demonstrou todo seu poder elegendo Trump.

Gráfico – 2



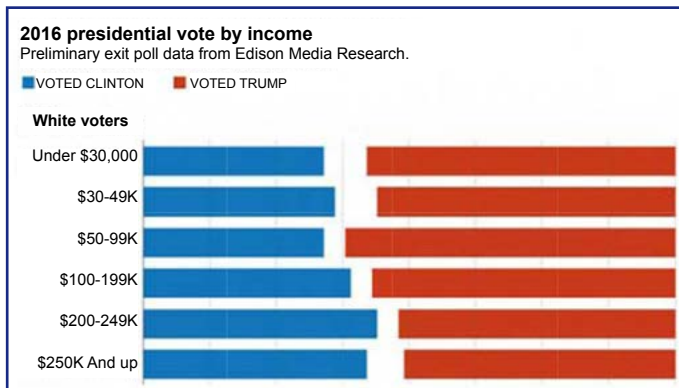
Fonte: Southern Poverty Law Center. Hate Map. <<https://www.splcenter.org/hate-map>>

Gráfico – 3

income			
	clinton	trump	other/no answer
under \$30,000 17%	53%	40%	7%
\$30k-\$49,999 19%	52%	41%	7%
\$50k-\$99,999 30%	46%	49%	5%
\$100k-\$199,999 24%	47%	48%	5%
\$200k-\$249,999 4%	49%	47%	4%
\$250,000 or more 6%	46%	46%	8%
24558 respondents			

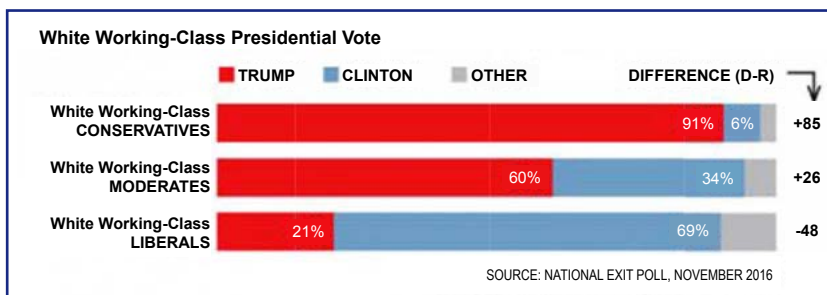
O voto em Trump, contudo, não deve ser mecanicamente atribuído à pobreza, vista de forma global e absoluta. Os dados referentes ao empobrecimento devem ser cruzados com dados étnico-raciais, uma vez que a maioria da população mais pobre é afro-americana, latina ou de origem imigrante, ou seja, não-branca. Assim, apesar de a maioria mais pobre ter votado em Hilary, os dados sobre o eleitorado branco da classe trabalhadora mostram maior inclinação por Trump.

Gráfico – 4



Fonte: Edison Research for the National Election Pool. <<https://elenemigocomun.net/2016/11/trump-neoliberal-fascism/>>.

Gráfico – 5



Grupos de ódio e o conservadorismo liberal

Os grupos de ódio compõem um arco político bastante variado. Nele encontram-se grupos de conformação política propriamente fascista e segregacionista, que não encontram maior receptividade no âmbito parlamentar, mesmo porque não investem no campo da política partidária ou em canais formais de representatividade institucional por desprezarem tais arenas de disputa política em virtude de um histórico de corrupção e pela adesão a princípios antiliberais.

Caso bem diferente ver-se-á com o conservadorismo tradicional. Essas vertentes menos agressivas do ódio organizado encontraram um espaço altamente frutífero no contexto da Guerra Fria, especialmente em coletivos tradicionais como a *John Birch Society*, *Young American for Freedom* e em periódicos supostamente intelectualizados como *National Review* e *The Freeman*. Esses grupos sedimentaram a articulação política e difusão ideológica de duas grandes tradições do pensamento político norte-americano, o conservadorismo social e o libertarianismo, alçando à notoriedade intelectuais conservadores como Russel Kirk, Robert Welch, Frank Mayer e William Buckley Jr. (Bianchi, 2015; Poggi, 2015, pp. 171-181). Esses intelectuais protagonizaram um movimento fundamental de articulação dessas duas tradições do pensamento político conservador, co-

nhecido como fusionismo, integrando num mesmo arcabouço filosófico-mental compromissos com a liberdade de mercado e uma agenda cultural conservadora e tradicional. É essa concepção de mundo, mais especificamente, que aparece no projeto político defendido pelo *Tea Party*, por parte da *Alt-Right* e por Trump.

Mas em que realmente consiste e o que defende essa vertente conservadora do liberalismo? Inspirado em Edmund Burke, Kirk propunha uma reforma ético-política com forte veio pedagógico de modo a ser capaz de pôr fim à influência comunista, preservar antigas tradições morais e resgatar um ideal de ordem ancorado em uma lógica aristocrática. Tal lógica entende a mudança social como um movimento natural e gradual, respeitando a história, instituições imemoriais, tradições e costumes, colocando-se avessa a transformações bruscas. Segundo Kirk, a influência comunista teria sido responsável pelo estabelecimento de uma “tirania das minorias”, conferindo direitos e espaços de negociação demasiados a mulheres, negros, judeus sionistas, homossexuais, ambientalistas, etc. Todos esses grupos teriam perturbado a ordem social norte-americana, imprimindo o caos social e turbulências generalizadas em favor de uma política de interesses. Tornava-se urgente um profundo processo regeneração nacional que viesse recuperar a necessidade de disciplina, a reverência à tradição, o respeito à ordem e aos lugares sociais, bem como restabelecer o propósito do trabalho e da família, fortalecendo os laços locais e dando real sentido à comunidade (Bianchi, 2015, pp.250-253).

Mayer e Buckley Jr. bebem de uma tradição mais clássica do liberalismo, menos conservadora em termos socioculturais e mais centrada na defesa do livre mercado e na crítica às intervenções do Estado, entendidas como expressões do coletivismo ou mesmo comunismo. Com eles temos uma defesa muito mais explícita do individualismo e uma concepção de sociedade e de relação social a partir dos parâmetros do mercado, onde as relações não passam de permutas entre indivíduos livres. Assim, quanto mais aberto, plural e livre o ambiente de escolhas, ou seja, o mercado, mais dinâmica e próspera seria a sociedade (*ibidem*, pp. 254-257). As reformas inauguradas desde o *New Deal*, bem como o conjunto de direitos civis conquistados nas décadas subsequentes, eram interpretadas como intervenções coletivistas, restringindo a liberdade e o ambiente de livre escolha dos indivíduos.

A grande contribuição política de Buckley Jr. foi ter justamente promovido através da revista *National Review*, a articulação entre essas duas grandes tradições, o liberalismo clássico e o conservadorismo tradicional. Ao longo das décadas seguintes, a *National Review* se consolidou como importante espaço de difusão do pensamento conservador norte-americano, inspirando diversos movimentos sociais como a Direita Cristã e a *Christian Coalition*, organizações como a *John Birch Society* e o *Young Americans for Freedom*, além de contribuir para uma reconfiguração de alas do próprio Partido Republicano, tendo Barry

Goldwater como principal figura representante dos interesses da bancada cristã e do que viria a ser o *Tea Party*.

Mais que um movimento solidamente centralizado ou mesmo orquestrado por uma ala conservadora do Partido Republicano, o *Tea Party* funciona como uma rede de organizações, que emerge no seio da crise de 2008 como uma reação às políticas adotadas pelo governo Obama para contornar a crise, especialmente a opção por salvar o grande capital (banqueiros e a indústria automobilística) e a aprovação do *American Recovery and Reinvestment Act*, aumentando gastos em um cenário de contração econômica. Suas raízes, porém, são muito mais profundas e residem, por um lado, em uma angústia social, calcada na política da frustração e no empobrecimento real discutidos acima; por outro, em uma ofensiva por parte de uma ala conservadora do Partido Republicano descontente com a eleição de Obama e o caldo multicultural supostamente inovador e transformador, representados na figura do presidente e em seu slogan de campanha “*Yes we can*” (Skocpol & Williamson, 2012, pp. 6, 7, 189).

O declínio econômico que se iniciou em 2008 foi no máximo um acelerador para a explosão do Tea Party, que em essência se configurou como uma reação política de Republicanos bastante conservadores alarmados com a presidência de Barack Obama e a ameaça de que os Democratas em Washington DC pudessem remodelar as políticas norte-americanas em longo prazo. Conservadores temiam que Obama e os Democratas usassem a crise nacional para apertar as regulamentações sobre as empresas, aumentassem impostos sobre os ricos e levassem a cabo programas sociais, beneficiando americanos mais jovens que são cada vez mais racialmente diversos (*ibidem*, pp. 189-190).

O resgate dos bancos em detrimento da população, afundada em dívidas por uma política de estímulo ao consumo através da facilitação do crédito, foi a gota d'água, o gatilho que deu origem ao *Tea Party*. Em fevereiro 2009 o repórter da CNBC, Rick Santelli, soltou a seguinte declaração no ar: “O governo está premiando mal comportamento” e convidava os verdadeiros capitalistas da América para um *Chicago Tea Party*, em protesto contra as medidas de subsídio estatal. Contra o que era entendido como uma reminiscência de tirania do governo federal, Santelli conclamava por uma atitude de autêntico patriotismo, alimentando o sentimento visceral de revolta e o ativismo no sentido de “resgatar o país perdido”. A declaração rodou as mídias e em pouquíssimo tempo se organizavam marchas, comícios, comitês de militância regionais, estaduais, encontros nacionais e *lobbys* partidários em torno de uma agenda particular: redução de impostos, corte nos gastos públicos, limitação do poder dos sindicatos, desobstrução

das regulamentações sobre empresas, controle sobre imigrantes, garantia de direito ao porte de armas, promoção da família tradicional e da agenda contra o aborto (*ibidem*, p.4). Agenda esta que remete claramente aos conservadores da Guerra Fria, Kirk, Mayer e Buckley Jr. e que finalmente encontrou terreno popular mais amplo e apelo entre as massas.

O intenso movimento de base é uma marca do *Tea Party*, mas o grande capital e a institucionalidade Republicana capitalizaram habilmente em cima da revolta popular, reforçando sua agenda liberal conservadora. A gigante *Fox News*, historicamente alinhada com o Partido Republicano, se tornou logo de início a grande porta voz, canal de divulgação das críticas e reivindicações dos *tea partiers*. A emissora cumpre também um importante papel de mobilizadora e divulgadora de eventos e protestos. Robustos organismos privados, verdadeiros aparelhos privados de hegemonia, fundados e sustentados por bilionários da petroquímica como os irmãos Koch e outras grandes famílias de empresários como Coors, Scaife e Olin também se alinham ao *Tea Party*, promovendo diversos eventos e atividades (*ibidem*, pp. 83-121).

Entidades como *FreedomWorks* e *Americans for Prosperity* viram no *Tea Party* um aliado de grande potencial e uma oportunidade para levar adiante suas pautas de redução de impostos para grandes empresas, restrição de regulamentação e controle estatal sobre o setor privado, privatização da seguridade social, particularmente do *Medicare*, e da educação pública através do sistema de vouchers. *FreedomWorks* ajudou a lançar o *Tea Party Patriots*, um grupo guarda-chuva sediado na Geórgia que trabalha fomentando o ativismo de base, organizando atividades e outros grupos locais e regionais em todo país. Dick Armey, grande liderança Republicana nos anos 1990, hoje atua como conselheiro para muitos políticos Republicanos, é diretor da *FreedomWorks* e porta-voz oficial do *Tea Party*. Tanto *FreedomWorks* como *Americans for Prosperity* estão intimamente conectadas com *think tanks* liberais tradicionais como *Cato Institute* e *Heritage Foundation*, retirando de suas pesquisas e avaliações muitas de suas propostas legislativas. As ligações com o *Tea Party* fez a lista de contato de *Americans for Prosperity* aumentar vertiginosamente, de 270 mil em 2008 para 1.5 milhão em 2011, o que possibilitou uma expansão para 32 estados (*ibidem*, pp.105).

Com movimento de base engajado, um tubarão da mídia como parceiro e robustos organismos privados patrocinando atividades políticas espetaculares, o lobby de candidatos desencadeou-se naturalmente. Muitos se aproximaram individualmente do movimento, outros chegaram através das organizações empresariais, cujos mecenas já tinham ligações com o Partido Republicano. Assim se deu o crescimento do *Tea Party* dentro do Partido Republicano. Como uma via de mão dupla, o partido arregimentou a revolta e reforçou sua base em prol de políticas neoliberais conservadoras e o movimento conseguiu um aliado fundamental para imprimir sua agenda e transformar críticas e propostas em políticas

públicas. Toda essa agenda radical de livre mercado é firmemente abraçada por Trump. Como veremos na última seção, boa parte das pautas defendidas por essas entidades foram pautas de campanha e vêm sendo efetivamente implementadas no primeiro ano de governo.

A opção pelo conceito de neoliberalismo para definir o governo de um sujeito declaradamente controverso, xenófobo e intolerante, pode gerar questionamentos quanto a um possível abrandamento do papel do discurso de ódio em seu direcionamento político. Com frequência o liberalismo é pensado no senso comum como intrinsecamente comprometido com a diversidade, com a inclusão e com a tolerância, ou seja, como intrinsecamente democrático. Em alguma medida, naturalizamos parcialmente a própria narrativa liberal, ou de uma corrente progressista do liberalismo, acerca de si mesma, entendendo a democracia como evolução natural e histórica do liberalismo (Merquior, 1991; Bobbio, 2000). Tal narrativa não apresenta qualquer sustentação histórica, haja vista que as conquistas democráticas e de inclusão social foram frutos de intensas mobilizações da classe trabalhadora a partir do século XIX, sofrendo feroz oposição do liberalismo em todo o mundo (Rudé, 1991; Hobsbawm, 1998; Losurdo, 2004). Contudo, daí deriva toda a relutância em ver Trump, sua xenofobia e intolerâncias como liberais e o impulso em buscar defini-lo como algo outro, avesso ao liberalismo, fascista, populista de direita ou mesmo, algo novo, um fenômeno político inédito.

Um olhar um pouco mais atento à experiência histórica nos revela justamente o contrário. Nesse sentido, ainda que observemos realmente traços de conservadorismo e intolerância em seu discurso e projetos, as contribuições do conservadorismo não chegam a colocar os fundamentos do liberalismo, o paradigma da busca da vantagem individual, da propriedade privada e do livre mercado em xeque. A política neoliberal, ancorada na ideia do tripé macroeconômico – caracterizado pela busca do equilíbrio fiscal, alcançado através de uma política de incentivo à exportação, da austeridade no tocante aos gastos públicos com políticas sociais e a implementação de contrarreformas e de ataques a direitos trabalhistas, políticos e sociais - continua sendo a tônica do governo Trump. O conservadorismo aparece muitas vezes na defesa de um conjunto de valores morais e da tradição, no respeito à história (do vencedor, claro) e ao legado de gerações precedentes, e no entendimento da mudança social como evolução molecular natural. Mas esses elementos não assumem a precedência sobre as relações de mercado ou sobre o indivíduo, protagonista incontestado da história.

Alt-Right: o que são e de que se alimentam?

Apesar de nossa avaliação do governo Trump como uma vertente excludente e intolerante do neoliberalismo, é de fundamental importância nos debruçarmos sobre o estudo do crescimento da cultura do ódio e suas formas de articulação

política no mundo contemporâneo e em especial no atual governo norte-americano, uma vez que pela primeira vez em muito tempo, uma variedade de supremacistas brancos - desde grupos neoconfederados a neofascistas - dizem sentir-se parcialmente representados na arena da política partidária. Para eles, Trump não representaria totalmente seus ideais, porém perceberam nele capacidade fazer americanos brancos se perceberem como brancos, legitimando uma concepção de mundo identitária e supremacista (Burley, 2017, pp. 43).

O ex-político e ex-líder da KKK, David Duke, conhecido supremacista branco e hoje radialista, encorajou seus ouvintes a votar em Trump. Uma matéria recente do NY Times trouxe declarações de outros representantes dessa vertente política. Segundo Richard Spencer, fundador do *National Policy Institute*, um *think-tank* dedicado à defesa “da herança, identidade e futuro dos descendentes de europeus nos Estados Unidos”, Trump “está trazendo a política de identidade para os brancos de volta à esfera pública de uma forma que ninguém fez. [...] Não acho que ele pense essa questão da forma que eu e algumas pessoas entendem. Acho que ele está reagindo à sensação de que ele perdeu seu país”. Andrew Anglin, editor do site neofascista *The Daily Stormer*, declarou: “Trump está disposto a dizer o que a maioria dos americanos pensa: é hora de deportar essa gente. Ele também não hesita em chamá-los de criminosos estupradores, assassinos e traficantes de drogas.” James Taylor e William Johnson, ambos ativistas do *American Freedom Party* foram categóricos: “Não precisamos de muçulmanos. Precisamos de brancos inteligentes e bem instruídos que vão assimilar nossa cultura. Votem em Trump².”

A campanha de Trump mobilizou particularmente um conjunto de coletivos e canais de mídia eletrônica articulados em uma rede descentralizada conhecida como *Alt-Right*. Criada em 2010 por Richard Spencer, a rede surgiu como uma alternativa ao conservadorismo tradicional, especialmente o encampado pelo Partido Republicano, criticado por ter se curvado vergonhosamente ao establishment, rendendo-se ao politicamente correto e às demandas das minorias.

A constelação de grupos e canais que conformam *Alt-Right* mobiliza-se fundamentalmente através da internet, em sites de postagem anônima como 4chan e 8chan, sites de notícias e comentários políticos como *Breitbart News*, *Daily Stormer* e *Info Wars*, além de *think tanks* como o *National Policy Institute*. A rede é politicamente variada, mas, de modo geral, recuperam uma tradição intelectual que remonta a Edmund Burke, Herbert Spencer, Oswald Spengler, Madison Grant, Giovanni Gentile e Julius Evola, Russel Kirk e os paleoconservadores, defendendo bandeiras como: nacionalismo branco, etnocentrismo, islamofobia,

² “For whites ensing decline, Donald Trump unleashes words of resistance”. New York Times. 13/07/2016. <http://www.nytimes.com/2016/07/14/us/politics/donald-trump-white-identity.html?_r=0>.

homofobia e antifeminismo, política externa isolacionista, nacionalismo econômico e direitos dos estados.

Em 2008, o historiador paleoconservador Paul Gottfried, em discurso na reunião anual do *H. L. Mencken Club*, resgatou as razões do gradativo rompimento dos paleoconservadores com o movimento conservador tradicional, até os anos 1980 unificado em torno da bandeira do fusionismo (liberalismo econômico + conservadorismo moral) e difundido pelos periódicos *National Review* e *Human Events*. Ao ser interrogado sobre por que não se juntar ao movimento conservador oficial que circunda o establishment Republicano, uma vez que eles controlam milhões de dólares, redes de televisão, jornais e revistas, múltiplas fundações e institutos, além de terem representantes no partido, Gottfried responde negativamente. Segundo ele, o problema central estaria no abandono das políticas públicas centradas na raça. Boa parte dos neoconservadores/neo-liberais não concentrava mais esforços significativos em questões ligadas à preservação da cultura ocidental, à exaltação da herança europeia, curvando-se às bandeiras da diversidade, imigração e do politicamente correto. Era preciso, então seguir um outro caminho, reorganizar-se, construindo novos espaços, encontrando outros interlocutores e estimulando o despontar de novos intelectuais³. Desse chamado à rearticulação e à mobilização política nasceu a ideia de uma direita alternativa, a *Alt-Right*, termo primeiramente utilizado por Gottfried nesse discurso e que inspirou rapidamente ativistas de pequenos coletivos voltados para defesa da preservação da “cultura ocidental” e do nacionalismo branco.

Pequenas organizações fascistas como *National Policy Institute* (NPI), fundado em 2005, sites de notícias sem maior expressão como *Breitbart News*, criado em 2007, e mesmo plataformas virtuais (*imageboard*) como 4Chan, criada em 2003, ganharam notoriedade e amplitude política sem precedentes, a ponto de catapultarem o surgimento de uma quantidade enorme de novos coletivos, *think tanks*, sites de notícias e comentários políticos, espaços virtuais de discussão e mobilização política. Em um espaço de poucos anos, a *Breitbart News* se tornou o principal espaço veiculador de ideias da *Alt-Right*; jovens frustrados inundaram as plataformas 4Chan e 8Chan com memes e comentários racistas, machistas e homofóbicos; o fundador do NPI, Richard Spencer, se tornou um grande articulador de *think tanks*, criando o site de informações *AlternativeRight.com* (2010), a editora *Washington Summit Publishers* e a radio online *Radix*; multiplicaram-se sites abertamente fascistas a exemplo de *The Right Stuff* (2012), *Daily Stormer* (2013) e *Fash the Nation* (2015).

³ GOTTFRIED, Paul. “The decline and rise of the Alternative Right”. Taki’s Magazine. December 01, 2008. <http://takimag.com/article/the_decline_and_rise_of_the_alternative_right/print#ixzz4iayGzNTu>.

Todos esses aparelhos contribuíram fortemente para a campanha de Donald Trump e foram fundamentais na mobilização eleitoral e constituição de uma base política diferenciada das habituais campanhas do Partido Republicano. Como enunciado acima, Trump não irá atender a todas as suas reivindicações, uma vez que sua base é bem mais variada e seus compromissos com setores mais tradicionais impõem-lhe amarras. Porém, eles estão parcialmente representados em seu governo. Trump trouxe para sua equipe indivíduos ligados a *Alt-Right*, alguns recentemente afastados. Steve Bannon, ex-presidente da *Breitbart*, foi chefe de campanha e nomeado estrategista da Casa Branca; Julia Hahn, também editora da *Breitbart*, foi indicada como assistente especial; Sebastian Gorka, analista militar ligado à Guarda Húngara e à Ordem de Vitéz, foi nomeado subsecretário de governo (Burley, 2017, pp. 80-81).

Concentremo-nos agora nas influências filosóficas e teóricas que embasam as ideias e concepções de mundo construídas e difundidas pela *Alt-Right*. Uma matéria publicada pela *Breitbart* em março de 2016 elucidando a origem e o caráter político da *Alt-Right* revela explicitamente algumas dessas referências.

As origens da direita alternativa pode ser encontrada em pensadores diversos como Oswald Spengler, H.L. Mencken, Julius Evola, Sam Francis e o movimento paleoconservador que se concentrou nas campanhas presidenciais de Pat Buchanan. A nova direita francesa também serve como fonte de inspiração para muitos líderes da *Alt-Right*⁴.

Aqui são citadas importantes referências do movimento revolucionário conservador alemão como Oswald Spengler, filósofo e historiador conhecido por seu pessimismo no tocante ao futuro da civilização ocidental e defensor de um regime cazarista ao fim da derradeira decadência do Ocidente. Outras referências mencionadas dentro do campo do conservadorismo tradicional são os paleoconservadores. Nomes mais recentes como o político Patrick Buchanan e o historiador Paul Gottfried se juntam à clássicos dessa corrente como Russel Kirk. Além deles, a matéria da *Breitbart* cita ainda intelectuais afinados com o fascismo como Julius Evola, filósofo apoiador de Mussolini e Hitler, ícone dos neofascistas italianos, e Samuel Francis, jornalista ligado a *American Renaissance*. Pelos nomes trazidos, podemos inferir rapidamente que os coletivos e espaços virtuais que compõem a rede da *Alt-Right* navegam por ideologias sensivelmente distintas, alguns mais marcados pelo conservadorismo tradicional, outros mais próximos do fascismo. Todavia, podemos encontrar indivíduos nesses espaços

⁴ "An Establishment Conservative's Guide To The Alt-Right". *Breitbart News*. 29/03/2016; tradução nossa. <<http://www.breitbart.com/tech/2016/03/29/an-establishment-conservatives-guide-to-the-alt-right/>>.

que expressem ou transitem por ambas ideologias, radicalizando suas posições em algum momento. É o caso de Steve Bannon, presidente-executivo da *Breitbart* e indicado a estrategista-chefe da Casa Branca, que faz referência com frequência às ideias de Edmund Burke e Julius Evola.

De modo geral a *Breitbart News* representa um desses espaços mais afinados com o conservadorismo tradicional. O teor dos artigos e comentários políticos apresentados no site remetem diretamente ao conservadorismo, com fortes críticas ao princípio de igualdade e justiça social, além da defesa do respeito às tradições e aos costumes. Autores como Edmund Burke e diversos paleocons como Russel Kirk, Pat Buchanan e Paul Gottfried são frequentemente citados. Há ainda diversos elogios à ala republicana conhecida como *Tea Party* e sua musa Sarah Palin, o que demonstra alguma afinidade e trânsito com espaços institucionais da sociedade política.

A base de tudo isso é a filosofia de Edmund Burke, influente pensador político irlandês do século XVIII, a quem Steve Bannon ocasionalmente faz referência. Em “Reflexões sobre a revolução na França”, Burke apresenta sua visão na qual a base de uma sociedade próspera não deve se assentar em noções abstratas como direitos humanos, justiça social ou igualdade. Preferencialmente, sociedades funcionam melhor quando tradições que se mostraram eficazes são passadas de geração em geração⁵.

Mas, em que consistira a proposta paleocon propriamente dita? Os paleoconservadores resgatam uma tradição clássica do conservadorismo, com origem em Edmund Burke e suas críticas ao princípio de igualdade e mudança via rupturas abruptas. A concepção conservadora preza pela continuidade e mesmo a mudança é vista como um processo evolutivo lento e gradual no sentido da transformação, respeitando as tradições, as hierarquias, os costumes e a história. Na concepção conservadora, diferente do liberalismo, o indivíduo é antes parte do todo social, está submetido a um universo de relações e instituições que o precedem e as quais deve respeitar, não se insurgir contra elas (BURKE, 2001). Segundo os paleoconservadores, os EUA seriam herdeiros de um conjunto de instituições e de uma história de origem europeia, representada pela cultura judaico-cristã, pela civilização ocidental e pela ideia de liberdade ordenada e garantida por uma estrutura constitucional, o Estado moderno.

No artigo “*The American Cause’ and the American Economy*”, de dezembro de 2017, a *Breitbart* recupera o legado e as contribuições de Kirk para pensar o

⁵ “What Steve Bannon really wants”. *Breitbart News*. 05/02/2017; tradução nossa. <<http://www.breitbart.com/big-government/2017/02/05/quartz-steve-bannon-really-wants/>>.

mundo atual. O trabalho mais conhecido de Kirk foi notadamente o livro *The Conservative Mind* (1953), no qual o autor tece longos comentários sobre Burke e elenca um conjunto de princípios que caracterizariam mentalidade conservadora (Kirk, 1960). Porém é em *The American Cause* (1957) que Kirk se dedica a analisar os elementos que conformam o conservadorismo norte-americano mais particularmente, ou seja a quintessência do que constituiria o conservador norte-americano. Ele destaca três princípios: um de fundo moral, centrado na natureza humana e sua relação com Deus; o segundo seria político, ancorado na ideia da liberdade federativa; e um terceiro de caráter econômico, que ele caracteriza como “economia livre”, que de modo algum se equivale a livre mercado. A economia livre não deveria se basear somente em critérios de produtividade, mas contribuir para construção de uma sociedade decente, trabalho gerador de frutos (*fruitfull work*), lazer suficiente (*sufficient leisure*) e ambiente de competição saudável (*hopeful competition*). Como destaca o artigo da *Breitbart*, a opção pelo livre mercado, a abertura dos mercados americanos ao comércio chinês altamente competitivos, devastaram a economia norte-americana, tornando insustentável o princípio da economia livre.

Em muitas partes do país “trabalho frutífero” e “competição saudável” são uma legenda mais que realidade, algo que pode ter existido para nossos ancestrais, mas que não é visto há gerações. Em nome do “livre comércio” matamos a economia livre. Ao invés de mudar de trabalho e de empregadores ao sabor do desejo, se acham transitando entre trabalhos mal pagos e trabalhando jornadas determinadas pelos empregadores. Não podem comprar o que querem, mas são forçados a comprar seguro-saúde. Não foi difícil para aqueles de mente aberta ouvir essas ideias nas palavras do presidente Trump no dia de seu discurso inaugural. Kirk estava descrevendo a economia da grande América dos anos 1950 enquanto Trump prometia “fazer a América grande novamente”, restaurando as instituições e ideias que têm sido abandonadas nas últimas décadas⁶.

Este pequeno trecho dá margem a duas grandes polêmicas, uma de fundo econômico, outra de fundo político. Referente à questão econômica temos aqui uma crítica tipicamente conservadora ao livre mercado. Notem, não é uma crítica à economia de mercado em si ou às relações de mercado, nem sequer uma crítica à busca individual pelo lucro, ou seja, o princípio da competitividade. É

⁶ “The American Cause’ and the American Economy”. *Breitbart News*. 29/12/ 2017; tradução nossa. <<http://www.breitbart.com/big-government/2017/12/29/american-cause-american-economy/>>.

uma crítica a um mercado totalmente desregulamentado, livre de quaisquer restrições ou regulações do Estado, um mercado completamente alheio à função social e voltado unicamente para reprodução ampliada do lucro.

Eis aqui um elemento-chave definidor do conservadorismo, que o distancia fundamentalmente das correntes do liberalismo. Das correntes mais clássicas do liberalismo, passando pelas sofisticadas discussões dos ordoliberalistas às mais radicais fantasias dos anarco-capitalistas, todas convergem para a sacralidade da liberdade de mercado, atrelada inclusive à noção de liberdade política e direitos individuais. O indivíduo livre para trocar no mercado - e aí reside todo o tipo de relações, posto que estas são basicamente pensadas como troca dentro de uma lógica utilitarista de vida - é o grande protagonista da aventura liberal. Diferente da concepção conservadora, que entende o indivíduo, suas relações de troca (mercado), seus anseios e projetos, como parte de um todo maior e anterior. O indivíduo no conservadorismo nasce, vive e se reproduz em um contexto determinado, ele tem uma história, tem passado e um legado, nunca é pensado descolado deles. Isso impõe limites à ação individual, algo inconcebível à lógica liberal.

Fica clara e compreensível, portanto, a crítica ferrenha de Gottfried aos anarco-capitalistas e sua proposta de fim do Estado através da privatização de todas as instâncias públicas de organização da vida social. Segundo as lentes conservadoras, a organização do governo no Estado cumpre um papel político e cultural-pedagógico, garantindo não somente as instituições administradoras do jogo político (senado, câmaras, parlamentos e ministérios), mas também a manutenção e legitimidade de instituições culturais tradicionais, como determinados conceitos de família, educação, cidadão, comportamentos corretos etc.

No meu entendimento, não há nada intrinsecamente de direita em negar as pautas da família e da sociedade ao indivíduo supostamente autônomo. Uma coisa é deplorar o moderno Estado de bem-estar como um veículo de mudança social grotesca ou sua violação da Constituição dos EUA. Outra coisa é crer que todas as estruturas de autoridade podem ser reduzidas a companhias de seguros surgidas para proteger a propriedade e a vida dos anarco-capitalistas. Essa crenças vão de encontro a tudo que conhecemos sobre natureza humana, e mesmo um desesperado crítico do bem-estar como H.L. Mencken nunca ansiou por destruir toda forma de governo⁷.

⁷ GOTTFRIED, Paul. "The decline and rise of the Alternative Right". Taki's Magazine. 01/12/2008; tradução nossa. <http://takimag.com/article/the_decline_and_rise_of_the_alternative_right/print#ixzz4iayGzNTu>.

Outro ponto central, profundamente caro aos paleocons e aos conservadores em geral refere-se à preservação da cultura e do modo de vida ocidental. Essa cultura de raiz declaradamente europeia, branca, patriarcal e cristã encontrar-se-ia em risco de extinção, ameaçada não somente por elementos externos, mas pelas próprias ambições do grande empresariado e de políticos neoliberais, coniventes com políticas de inclusão e a entrada de imigrantes. Em sua ótica, os olhos dos conservadores deveriam estar sempre voltados para preservação e defesa das “apoteoses da cultura ocidental europeia”, configurando-se como tarefa urgente, ainda que isso leve a sensíveis perdas financeiras.

Para conservadores, a cultura, não a eficiência econômica, é o valor determinante. Especificamente, eles valorizam as grandes expressões culturais de seus grupos. Sua sociedade perfeita não necessariamente produz um PNB estrondoso, mas sinfonias, basílicas e velhos senhores. A tendência do conservador dentro da Alt-Right aponta para essas apoteoses da cultura ocidental europeia e as declara dignas de valor, de preservação e proteção. [...] Os que se identificam com a Alt-Right descrevem conservadores do establishment que se importam mais com o livre mercado do que com a preservação da cultura ocidental, e que estão satisfeitos em colocar essa cultura em perigo com imigração em massa que serve ao propósito dos grandes empreendedores como cuckservatives⁸. [...] Os intelectuais da Alt-Right também argumentariam que cultura é inseparável de raça. Os Alt-Right acreditam que algum grau de separação entre os povos é necessário para que uma cultura seja preservada⁹.

Esse ponto da preservação da cultura ocidental europeia em especial é bastante delicado e muitas vezes entendido como expressão declarada de fascismo. É certo que esta pauta se fundamente em um princípio hierarquizante de culturas, mostrando-se claramente racista. Porém, a defesa da desigualdade, bem como a manutenção e o respeito a hierarquias e mesmo o racismo não configuram fascismo por si só. O conservadorismo tradicional não detém necessariamente um veio eliminacionista, nem precisa de um movimento de massa engajado e estrondoso. O conservadorismo admite conviver com a diferença,

⁸ Cuckservative é um termo pejorativo formado a partir da junção das palavras cuckold (corno, traído) e conservative (conservador). Refere-se a um conservador que covardemente se vende ao establishment e ao politicamente correto, abandonando os princípios do seu povo, sua cultura e o interesse nacional em troca de votos.

⁹ “An establishment conservative’s guide to the Alt-Right”. Breitbart News. 29/03/2016; tradução nossa. <<http://www.breitbart.com/tech/2016/03/29/an-establishment-conservatives-guide-to-the-alt-right/>>.

conquanto subalternizada social e politicamente, devidamente controlada por algum sistema segregacionista, que indique claramente o lugar social ocupado e permitido a cada um. Os subalternizados cumprem, assim, em alguma medida, um papel essencial nesse tipo de sociedade, marcando desigualdades não apenas em nível socioeconômico, mas no tocante à distinções sociais mais complexas, como status e outros estratos de cidadania. Soma-se a isso, o fato da prática conservadora, o modo de pensar e articular a política, ser também distinto do fascismo. O conservador é um elemento discreto, sóbrio, comedido e moderado em suas manifestações e celebrações, não apela à espetacularização da política.

Os membros realmente interessantes do pensamento Alt-Right, porém, e os mais numerosos, são os conservadores. Eles talvez estejam mais inclinados psicologicamente a se sentir desconfortáveis por ameaças à cultura ocidental pela imigração e por relações não-heterossexuais. Ainda assim, ao contrário dos 1488ers [adoradores de Hitler], a presença desses elementos não causa explosões de raiva. Eles desejam construir suas comunidades homogêneas, claro, mas não desejam incorrer em pogrons no meio do caminho. Na verdade, eles prefeririam soluções não violentas¹⁰.

As alas propriamente fascistas que integram a *Alt-Right* estariam representadas em outros coletivos e espaços virtuais como: o *National Policy Institute* e a editora *Washington Summit Publishers*; páginas eletrônicas divulgadoras de notícias como *Daily Stormer* e *AlternativeRight*; produtores e divulgadores virtuais de *podcasts* como *Radix*, *The Right Stuff* e *Fash the Nation*. Aqui sim nos deparamos com um conservadorismo de corte propriamente fascista. Seus fundadores, produtores e contribuidores não têm pudor em explicitar um conteúdo racista, machista, antissemita, islamofóbico e lgbtfóbico virulento, apelam para violência direta e com frequência manifestam-se de forma chocante, apelativa, provocativa e sensacionalista, buscando sempre cobertura da imprensa. Em seus comícios e passeatas, como o “*Unite the Right*”, ocorrido em agosto de 2017 na cidade Charlottesville, podemos observar tais práticas de mobilização e manifestação política, conclamando as pessoas a saírem de casa para se manifestar, mostrarem a cara e irem às ruas com espírito claramente intimidador. Comumente os vemos queimando cruzeiros, alguns usando capuzes da Klan, portando bandeiras confederadas ou com símbolos nacional-socialistas como suásticas, águia imperial nazi ou ícones da SS.

¹⁰ “An establishment conservative’s guide to the Alt-Right”. Breitbart News. 29/03/2016; tradução nossa. <<http://www.breitbart.com/tech/2016/03/29/an-establishment-conservatives-guide-to-the-alt-right/>>.

Esses coletivos, ainda que não se sentissem plenamente representados, foram alimentados ao longo da campanha de Trump, pois ele fazia questão de defender não exatamente suas pautas, mas sua validade enquanto expressão política legítima. Eles, em contrapartida, reconheceram em Trump um aliado na luta em defesa da validade e legitimidade das pautas raciais de identidade branca e do nacionalismo branco, ainda que não haja condições de implementá-las propriamente. Como vimos no início dessa sessão, esse flerte pode ser interpretado como artifício de discurso, chamariz de votos, porém surtiu efeito não só eleitoral, sendo capaz de mobilizar para eleição uma parcela do movimento social já há algumas décadas descrente da aposta na prática política institucional, e fomentando a cultura do ódio através de inúmeras manifestações públicas, como o comício de Charlottesville, o aumento exponencial de crimes de ódio e os conflitos nas escolas¹¹.

As referências filosóficas aqui não excluem o conservadorismo tradicionalista, muitas ideias e autores paleoconservadores encontram espaço nas alas mais radicais da *Alt-Right*, mas esses aparelhos vão além. São recuperados pensamentos de autores como Julius Evola e concepções darwinistas sociais como de Herbert Spencer. Evola é uma das principais referências de Steve Bannon, é usualmente citado em matérias do *National Policy Institute* e do *The Daily Stormer*. A página eletrônica fascista *The Daily Stormer*, criada por Andrew Anglin em 2013, contém ao menos 6 *podcasts* e matérias que se remetem a Evola diretamente, dedicados à melhor compreensão das ideias e obras do autor¹². Nesses autores, o sentimento de ameaça diante da mera existência do outro, da mera convivência com o outro, é muito explícito. Por isso, suas propostas de solução ao problema são conseqüentemente mais virulentas, chegando à defesa do eliminacionismo.

¹¹ “Unite the Right, the violent white supremacist rally in Charlottesville, explained”. Vox. 14/08/2017. <<https://www.vox.com/2017/8/12/16138246/charlottesville-nazi-rally-right-uva>>. “Unrest in Virginia”. Time. <<http://time.com/charlottesville-white-nationalist-rally-clashes/>>. “Inside the Trump Effect: How One District Is Fighting Hate at School”. Rolling Stone. 23/03/2017. <<https://www.rollingstone.com/culture/features/trump-effect-how-one-district-is-fighting-hate-at-school-w465998>>. “School bullies are quoting President Trump to harass their classmates”. Metro. 28/06/2017. <<https://www.metro.us/president-trump/trump-racism-inspiring-bullying>>. “Understanding the Two-Part Trump Effect on America’s Schools”. ThoughtCo. 16/04/ 2018. <<https://www.thoughtco.com/trump-affect-on-american-education-system-4118208>>. “The Trump Effect: An Update”. Psychology Today. 30/01/2018. <<https://www.psychologytoday.com/us/blog/the-time-cure/201801/the-trump-effect-update>>. “Hate crime surges in America since Trump presidency”. SkyNews. 14/05/2017. <<https://news.sky.com/story/hate-crime-surges-in-america-since-trump-presidency-10876580>>. “The Scope of Hate in 2017”. NYTimes. 01/06/2017. <<https://www.nytimes.com/2017/06/01/opinion/hate-crime-lebron-james-college-park-murder.html>>.

¹² <<https://dailystormer.name/tag/julius-evola/>>.

Spencer, em *The Principles of Biology* naturaliza e estende ao comportamento humano a relação de predação, observada entre os demais animais na natureza. Assim, as relações inter-raciais e mesmo entre indivíduos seriam entendidas a partir da transposição da lógica da predação, uma luta perpétua entre superiores e inferiores, na qual invariavelmente sucumbiria o inferior. Esse processo, segundo Spencer, seria fruto da própria dinâmica da evolução, portanto natural, não devendo ser sentido ou entendido com consternação, misericórdia ou pesar pela vítima. Ao contrário, a destruição e ruína do mais fraco deveria ser entendida e sentida como sacrifício em nome da evolução, do fortalecimento e da seleção dos melhores entre os melhores do todo social.

Temos provas irrefutáveis ao longo de todo o tempo passado que houve uma predação perpétua do inferior pelo superior, um devorar incessante do fraco pelo forte (Spencer, 1864; pp. 340-341; tradução nossa).

[...] a destruição do menos poderoso pelo mais poderoso é um meio de preservar o sofrimento da decrepitude e da incapacidade, e assim funciona beneficentemente. [...] Conquanto contemplarmos apenas a predação do inferior pelo superior, algo bom parece surgir do mau – uma certa parcela da vida de ordem superior é garantida sacrificando uma grande parcela de vida de ordem inferior. Conquanto também, deixemos para trás toda moralidade, desprezando os membros menos perfeitos de cada espécie, ficamos com os membros mais perfeitos para continuar a espécie; vemos benefícios compensatórios alcançados pelo sofrimento infligido (Spencer, 1864, pp. 341-342; tradução nossa).

O que temos aqui é mais do que uma naturalização e justificativa à desigualdade e às hierarquias sociais. Spencer nos traz uma naturalização e justificativa ao extermínio e à eliminação daquele entendido como mais fraco, menos apto e, portanto, inferior. Aqui, o diferente não pode nem deve permanecer como parte do todo social; é não apenas descartável, mas indesejado, pois provoca o enfraquecimento e retardamento da evolução do coletivo. Finalmente, Spencer defende ainda que não devemos ter empatia para com o mais fraco/inferior, que esse deve ser eliminado sem dó, posto que compromete a boa saúde do corpo social. Temos então uma defesa da insensibilidade e da falta de compaixão como parte do processo de evolução e de construção do paradigma dos fortes e superiores.

Já Evola, assim como o velho Spengler, é um desses filósofos obcecados pelo mito da decadência civilizacional do Ocidente, mais propriamente a decadência da civilização europeia, entendida como ápice da sociabilidade humana.

Evola se refere ao homem moderno, seu materialismo e individualismo exacerbado, sua obsessão e fixação no lucro e no crescimento material descolados do espírito (laicismo) como doenças incubadas, que devem ser eliminadas o mais rápida e eficazmente possível para que se resgate o ideal civilizatório e humano perdido. Inspirado pelo ocultismo reacionário, Evola compartilhava com o fascismo a visão de uma raça superior, porém seus fundamentos não se limitavam a uma raiz étnico-biológica, ou seja, ele não estava a falar somente da superioridade biológica do europeu; seu conceito de superioridade abarcava elementos comportamentais como virtude, princípios e altas ideias, disciplina e comprometimento, além de desenvolvimento espiritual. “Toda civilização tradicional é caracterizada pela preferência por seres que, por virtude inata ou superioridade adquirida sobre a condição humana, encarnam na ordem temporal [tempo dos homens] a presença viva e eficaz de um poder que vem dos céus” (Evola, 1995; pp. 7; tradução nossa).

Em seus estudos sobre a nobreza e os fundamentos do poder das civilizações tradicionais e das monarquistas europeias, Evola era bastante enfático em afirmar que a origem e legitimidade do poder era sobrenatural, de uma ordem universal superior. Deste ordenamento derivaria toda a ordem social, as diferenças sociais, a desigualdade, a nobreza de alguns e a inferioridade de muitos, posto que a verdadeira grandeza está no espírito, nos valores e se exprimiria social e materialmente como riqueza material, hierarquia superior e status. Os europeus, ainda que “superiores” a princípio, resvalaram em degenerescência, dada suas ambições mesquinhas e imediatas, seu laicismo e afastamento gradativo dos ordenamentos divinos. Trocaram a grandeza e nobreza da alma por meia dúzia de tostões. Isso levou à degeneração humana, à ruína dos homens em geral, uma vez que a civilização ocidental era vista como paradigma para todas as outras.

Há doenças que se incubam por muito tempo e se manifestam apenas quando seu trabalho oculto está quase finalizado. Esse é o caso da decadência dos modos que antes eram glorificados como civilização *par excellence*. Embora o homem moderno tenha conseguido perceber recentemente o futuro sombrio do Ocidente, há causas que têm sido ativas há séculos que contribuem para a degeneração material e espiritual (Evola, 1995; pp. XXVIII e XXXIX; tradução nossa).

A civilização ocidental precisa de uma completa mudança ou vai desmoronar a qualquer momento. Realizou a mais completa perversão da ordem racional das coisas. Reinado da matéria, do ouro, da máquina, do número, não possui mais respiro ou liberdade ou luz. O Ocidente perdeu o senso de comando e obediência. Perdeu o senso da ação e contemplação. Perdeu o senso de hierarquia, de poder espiritual e homens-deuses. [...] O Ocidente não conhece mais Estado: o

valor-Estado, o *Imperium*, como síntese de espiritualidade e realeza, como caminho para um “supramundo”, conhecido pelas grandes civilizações da antiguidade da China ao Egito, da Pérsia a Roma até o império romano do Ocidente, foi engolfado pelo mistério burguês de uma força combinada de escravos e traficantes. [...] E o laço aperta todos os dias em volta daqueles que ainda são capazes de enorme aversão e rebelião (Evola, 2007, pp. 17; tradução nossa).

Evola sempre se mostrou horrorizado diante da arrogância do homem moderno, liberal, em querer transformar o mundo a seu bel prazer, colocando-se como um Deus, artífice do mundo e da história. Como típico conservador, Evola acreditava no respeito a ordens superiores e aos desígnios do criador. Esta atitude moderna de inquietação e impertinência, o ímpeto revolucionário e seu apreço a mudanças bruscas, que inspirava movimento e demandas radicais como democracia, direitos e mesmo igualdade social causava-lhe asco e profundo desencanto com a modernidade. Sua solução, diferente dos conservadores tradicionais, era uma revolta igualmente radical aos perturbadores da ordem; a regeneração do mundo só poderia vir com a extirpação definitiva desses elementos e suas ideias perturbadoras.

A ideia de que o Estado deriva do *demos* e que o princípio de sua legitimidade e seu fundamento repousa sobre isso é uma perversão ideológica típica do mundo moderno e essencialmente representa uma regressão [...] Não existe uma natureza que seja “boa” em si mesma e na qual direitos inalienáveis de um indivíduo, que devem ser igualmente gozados por todos os seres humanos, sejam vividos e estejam enraizados (Evola, 1995, pp. 24; tradução nossa).

Sua tese principal [do livro] é a ideia da natureza decadente do mundo moderno. Seu propósito é apresentar evidências que sustentem essa ideia, tendo como referência o espírito da civilização universal, sobre as ruínas da qual tudo o que é moderno se erigiu; isso servirá de base para todas as possibilidades e a legitimação categórica de uma revolta, uma vez que só então ficará claro contra o que se está reagindo, mas, também e acima de tudo, em nome de quê (Evola, 1995, pp. XXX; tradução nossa).

Vejamos como isso aparece nas mídias fascistas da *Alt-Right*. Sensivelmente diferente da postura conservadora tradicional, o conservadorismo fascista tem tamanho medo do outro, a ponto de ver na mera existência ou perpetuação do outro uma ameaça à existência de seu modo de vida. Essa visão sobre o outro os deixa propensos e inclinados a soluções muito mais radicais do que restrição

à imigração ou parâmetros internos de discriminação. Eles devem ser expulsos. Percebam que não se está a falar em campos de extermínio, câmaras de gás ou fornos crematórios, porém este não deixa de ser um viés ou uma ótica eliminacionista, posto que se destina a expulsar o outro diretamente, colocá-lo como elemento indesejável ao convívio social e comprometedor do bom desenvolvimento do corpo social. Nas matérias abaixo, publicadas na página do *National Policy Institute*, está claramente colocada a ameaça de balcanização étnica dos EUA, o medo de “apagamento racial” e o clamor por medidas urgentes e vigorosas no sentido de impedir tal processo e assegurar a preservação da raça branca e da cultura europeia.

Boa parte do debate sobre o declínio dos brancos em suas terras tradicionais está centrado na imigração, especificamente a contínua chegada no Ocidente de um grande número de imigrantes de cor vindos das regiões mais pobres do mundo. Colonos vem pra ficar e não respeitam a soberania dos povos nativos estabelecidos, ao contrário, a negam e procuram removê-los para substituí-los pela reprodução ou regeneração de sua própria sociedade. Expulsão ou êxodo em massa, em verdade, é a única forma de pôr fim à colonização do Ocidente pelo terceiro mundo.

E o único grande obstáculo no sentido de evitar a eliminação é a crença hegemônica do Ocidente na igualdade como um bem moral absoluto, porque o último garante aos colonos direitos iguais e privilégios ante os nativos (não obstante os colonos serem *hostis*) e porque essa crença arrebenta de forma eficaz a possibilidade de uma crença oposta de moral no sentido da preservação e consciência racial branca. A não ser que uma nova lei moral de diferenciação seja formulada para apoiar uma ideologia e um arcabouço legal que justifique e permita sua autopreservação como entidade biológica única em sua própria terra, os brancos serão completamente apagados da Terra¹³.

O mesmo é pensado sobre aqueles que defendem o multiculturalismo, o politicamente correto e políticas afirmativas. Vistos como “traidores da raça”, o elemento politicamente divergente, ainda que pertencente formalmente ao grupo superior, trabalha no sentido de degenerar e comprometer o todo, insuflando a discórdia e difundindo ideais que prejudicam a evolução do corpo social. Note que esse elemento não é visto apenas no campo da esquerda, mas igualmente entre os liberais e os alguns conservadores moderados, que por se esquivarem do

¹³ “The Great Erasure”. National Policy Institute. 24/03/2013; tradução nossa. <<https://nationalpolicyinstitute/2013/03/24/the-great-erasure/>>.

debate sobre a raça, não assumindo-o como um problema central, em algum nível acabam sendo coniventes e contribuindo com o avanço e proliferação dos inferiores e sua cultura.

O fracasso dos conservadores em capturar os fundamentos culturais das sociedades ocidentais contemporâneas explica apenas uma parte. O avanço do politicamente correto e do multiculturalismo também constituem fatores importantes em tornar a raça e as diferenças raciais tópicos impróprios para discussão social.

Basta um pouco de senso comum e algum brio para admitirmos que a raça é um fato das questões humanas e que diferenças raciais estão assentadas na natureza humana. [...] Isso explica porque os conservadores abandonaram o terreno de questões que um dia foram tão importantes pra eles: honestidade e verdade sobre a raça, diferenças de QI, igualitarismo, ondas de decadência social, restrições à imigração e a ameaça que a balcanização étnica coloca sobre o futuro da sociedade americana¹⁴.

Nesta outra matéria, publicada pela *AltRight*, página eletrônica criada por Richard Spencer, Collin Linddell e William Regney em 2010, podemos observar o impacto da discussão sobre raça no tocante à política educacional. Aqui o foco não são os imigrantes, mas os afro-americanos, igualmente percebidos como elemento externo, *alien*, que deve ser extirpado.

Escolas devem parar de perder tempo tentando estreitar as diferenças de aprendizado. E os brancos não apenas não têm nada do que se sentirem culpados, mas como são a melhor coisa que já aconteceu aos negros. Ainda que ignore a raça, a humanidade não vai progredir pela igualdade ou por elevar os realmente estúpidos ao nível dos ordinariamente estúpidos¹⁵ [Tradução nossa].

Considerações finais

Apesar do apoio declarado de grupos ultra nacionalistas e supremacistas brancos articulados em redes como a *Alt-Right*, o que notamos é que afora seu claro compromisso com o ataque e a perseguição às minorias, sua plataforma,

¹⁴ “Conservatives and race”. National Policy Institute. 20/10/2005; tradução nossa. <<https://nationalpolicy.institute/2005/10/20/conservatives-and-race/>>.

¹⁵ “Paleocons starts new extreme-right magazine”. Southern Poverty Law Center. 15/03/2010; tradução nossa. <<https://www.splcenter.org/hatewatch/2010/03/15/paleocon-starts-new-extreme-right-magazine>>.

contudo, tem muito pouco a oferecer ao dito americano médio. Trump rejeita abertamente a saúde pública gratuita e o aumento do salário mínimo. Apenas após sua nomeação oficial como candidato Republicano, declarou-se aberto a alguma discussão sobre o tema. Além de saúde privada e um evidente desconforto com políticas redistributivas, sua agenda social não vai muito além da defesa do direito de portar armas, da pena de morte e de programas educacionais alternativos à escola pública, como *charter school* e o *homeschooling*. Assim, sua estratégia para questões sociais se resume a transferi-las para o setor privado, transformando saúde, educação, habitação, correios e segurança pública (no caso as prisões) em serviços privados.

Suas propostas de construção de um muro eletrificado na fronteira com o México, rechaço ao Obamacare em prol de planos de saúde populares, revisão de tratados comerciais desfavoráveis ao trabalhador norte-americano (NAFTA e a China), reestruturação das forças armadas e combate ao terrorismo, proibição da entrada de imigrantes vindos do Oriente Médio, não contradizem a agenda neoliberal em sua essência, mas agregam a ela um nacionalismo típico da velha tradição conservadora americana. Declarações bombásticas, associando mexicanos a estupradores, traficantes e ladrões de empregos, objetificando e depreciando mulheres e homossexuais, atacando empresários com investimentos *off-shore* trazem à tona não a velha revolta dos *farmers* e o *US People's Party* do final do XIX contra banqueiros e plutocratas em favor de setores esmagados pela capital. Resgatam sim o mais recente ressentimento segregacionista e liberal radical representado por aquelas organizações e revistas da Guerra Fria, levadas a frente por candidatos como Wallace, Goldwater e Buchanan, posto que sua pauta não é em nenhuma medida crítica à forma de desenvolvimento do capital, seus monopólios e exclusões. Ao contrário, o cerne de seus projetos vem justamente no sentido do aguçamento dessas desigualdades e exclusões.

Consideramos mais adequado, portanto, definir a política de Trump como neoliberal. Entendemos que, em boa medida, seu discurso radical, agressivo e intolerante não são suficientes para considerá-lo como fascista, populista de direita ou representante *tout court* da extrema-direita, haja vista que suas polêmicas e controvertidas declarações não tiveram sucesso em gerar políticas públicas desse teor. Ao contrário, boa parte das políticas públicas defendidas e levadas a cabo nesse primeiro ano de governo são neoliberais.

Referências bibliográficas

- APPLE, Michael. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BERLET, Chip & LYONS, Matthew. *Right-wing populism in America: too close for comfort*. New York: Guilford Press, 2000.

- BIANCHI, Alvaro. "Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos". In: VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, Andre & CODAS, Gustavo (orgs). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BURKE, Edmund. "Reflexões sobre as causas do descontentamento atual". In: WEFFORT, Francisco (org). *Os clássicos da política 2*. São Paulo: Atica, 2001.
- BURLEY, Shane. *Fascism today: what it is and how to end it*. Chico-CA, AK Press, 2017.
- DIAMOND, Sara. *Roads to Dominion: right-wing movements and political power in United States*. New York: Guilford, 1995.
- DRABBLE, John. "From white supremacy to white power: The FBI, COINTELPRO-WHITE HATE, and the Nazification of the Ku Klux Klan in the 1970s". *American Studies*, v. 48, n. 3, p. 52, 2007.
- DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- EVOLA, Julius. *Revolt against the modern world*. Vermont: Inner Traditions International, 1995.
- EVOLA, Julius. *Heathen Imperialism*. Conway: Tompkins & Cariou, 2007.
- GOODWYN, Lawrence. *Democratic Promise: The Populist Moment in America*. New York: Oxford University Press, 1976.
- HOBBSAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e terra, 1998.
- HOSFTADTER, Richard. *The Age of Reform: from Bryan to F.D.R.* New York: Vintage Books, 1960.
- HOLLOWAY, John & BONEFELD, Werner. *Post-Fordism and Social Form: a marxist debate on the post-fordist State*. London: Palgrave Macmillan, 1991.
- KIRK, Russel. *The Conservative Mind: from Burke to Eliot*. Chicago: Gateway ed, 1960.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MÉSZAROS, Istvan. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MILLER, Worth. "A Centennial Historiography of American Populism". *Kansas History: A Journal of the Central Plains*. 16, n. 1, pp. 54-69, 1993.
- OMI, Michael & WINANT, Howard. *Racial formation in the United States*. New York: Routledge, 2015.
- PARRINGTON, Vernon Louis. *Main Currents in American Thought: The Beginning of Critical Realism in America: 1860-1920*. New York: Harcourt, Brace, and World, 1930.
- POGGI, Tatiana. *Faces do Extremo: neofascismo nos EUA 1970-2010*. Curitiba: Prismas, 2015.

POLLACK, Norman. *The Populist Response to Industrial America*. New York: W. W. Norton, 1962.

RUDÉ, Georges. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SKOCPOL, Theda & WILLIAMSON, Vanessa. *The Tea Party and the remaking of Republican conservatism*. New York: Oxford Univ Press, 2012.

SPENCER, Herbert. *The principles of Biology*. London: Williams and Norgate, 1864.

SWEEZY, Paul & BARAN, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

WOLFE, Alan. "Sociology, liberalism and the radical right", *New Left Review*. n.128, 1981.

WOODWARD, C Vann. *Tom Watson: Agrarian Rebel*. New York: Macmillan and Co., 1938.

Recebido em 14 de setembro de 2018

Aprovado em 10 de outubro de 2018

A atualidade de Marx em seus 200 anos: a questão das opressões

The actuality of Marx in his 200 years: the question of oppression

Marcelo Badaró Mattos*

Resumo

200 anos depois de seu nascimento, a atualidade da obra de Karl Marx é discutida, a partir de vários aspectos, pelo pensamento social contemporâneo, não apenas o marxista. Dos detratores mais severos, aos seguidores menos propensos à crítica, Marx continua a motivar debates acalorados. Há terrenos, porém, em que a reflexão marxiana é menos reivindicada, ou mesmo pouco explorada e nos quais parece mais difícil reivindicar sua pertinência para o debate contemporâneo. Este artigo examina, de forma muito sintética, algumas das análises de Marx (e em escala bem menor, de Engels) que podem iluminar questões importantes dos debates contemporâneos sobre as formas de “opressão” – especialmente as opressões de natureza colonial/nacional, racial e de gênero – que atravessam a sociedade capitalista.

Palavras-Chave: Marx; opressões; raça; gênero

Abstract

Two hundred years after his birth, the actuality of Karl Marx's work is discussed, from various aspects, by contemporary social thought, not just the Marxist. From the more severe detractors to the followers less prone to criticism, Marx continues to motivate heated debates. There are areas, however, where Marxian reflection is less claimed, or even little explored, and in which it seems more difficult to claim its relevance to the contemporary debate. This article examines, in a very synthetic way, some of Marx's (and, to a much lesser extent, Engels') analyzes that can illuminate important issues in contemporary debates about forms of "oppression" - especially colonial / national, racial and of gender - that cross capitalist society.

Key-words: Marx; oppression; race; gender

* Professor Titular de História do Brasil na UFF e membro do NIEP-Marx.

200 anos depois de seu nascimento, é difícil escolher apenas um aspecto do pensamento de Karl Marx para justificar sua atualidade.¹ Afinal, vivemos em tempos nos quais a humanidade se vê cada vez mais dominada pela lógica destrutiva das mercadorias. A capacidade produtiva mundial dá saltos sucessivos, mas as desigualdades sociais chegaram a um ponto tal que apenas oito capitalistas se apropriam de tanta riqueza produzida por homens e mulheres quanto metade da população mundial – e as coisas só pioram, porque de toda a riqueza gerada no mundo em 2017, 82% ficaram concentrados nas mãos do 1% mais rico. Uma época na qual as novas formas de comunicação digital, sobre as quais se depositaram grandes esperanças de democratização das informações, têm inversamente servido para ampliar a dimensões antes inimagináveis os limites ideológicos e fetichizantes contra uma compreensão plena e crítica do mundo em que vivemos. Tempos em que as máscaras democratizantes do Estado burguês parecem cada vez menos relevantes ante o crescimento das formas abertas de coerção que caracterizam a dominação de classes contemporânea. Neste nosso contexto, Marx é cada vez mais atual.

Tenho me dedicado, há alguns anos, a discutir essa atualidade especialmente por um aspecto: o da pertinência de sua discussão sobre a classe trabalhadora para o entendimento da conflituosa situação social que vivemos hoje. A classe trabalhadora, porém, está longe de ser um grupo social simples e homogêneo. Divisões e desigualdades de gênero, orientação sexual, origem étnico/nacional e preconceitos raciais atravessam a classe. Marx, por certo, é uma referência para pensarmos a classe trabalhadora. Mas, ele também “serve” para pensar opressões? Ou ao discutirmos esses temas revela-se o quanto esse senhor de 200 anos está ultrapassado?

O que me proponho a apresentar é uma defesa da pertinência, não da suficiência, das reflexões de Marx (e de Engels) para o debate sobre as opressões. Essa defesa, que só pode ser efetiva se envolver uma perspectiva crítica, que fuja da hagiografia e esteja atenta aos limites e contradições das elaborações marxianas, parece-me necessária ante uma interpretação muito generalizada de que Marx foi um pensador eurocêntrico, que muitas vezes é associada a uma denúncia de sua indiferença às questões de raça e gênero (quando não à acusação explícita de racismo e sexismo).

Mesmo alguns autores que reivindicam o marxismo compartilham, em certos momentos, com viés envergonhado, desse tipo de crítica, ou buscam no Marx da maturidade uma “evolução” em direção à superação da perspectiva eu-

¹ Este texto foi formulado originalmente para a conferência de abertura do II Encontro Nacional do Grupo de Trabalho História e Marxismo da ANPUH, que teve lugar na Universidade Federal de Alagoas, em maio de 2018. Agradeço aos organizadores pelo convite e aos participantes pelo instigante debate durante todo o evento.

rocêntrica que teria marcado a maior parte de sua obra. Partirei de uma rápida localização da crítica, para em seguida retomar os aspectos da elaboração analítica e política de Marx que me parecem pertinentes ao debate sobre as opressões, centrando-me nas questões da opressão racial, da dominação colonial/imperial e da opressão de gênero, reconhecendo que estas não são as únicas relações de opressão que se poderia discutir, mas são as que, nos limites de uma síntese de algumas páginas, encontro espaço para abordar introdutoriamente.

Marx eurocêntrico?

Cedric Robinson, um dos mais influentes pensadores negros estadunidenses, em seu importante trabalho *Black Marxism*, afirmou que:

Marx consignou raça, gênero, cultura e história à lata de lixo. Totalmente consciente do lugar constante que mulheres e crianças mantinham na força de trabalho, Marx ainda os considerava tão insignificantes como proporção do trabalho assalariado que ele os jogava, com trabalho escravo e camponeses, no abismo imaginário, representado pelas ideias de acumulação pré-capitalista, não capitalista e primitiva (Robinson, 2000, p. xxix).

A não menos influente pensadora feminista Silvia Federici, embora reconhecendo a importância que certas reflexões da crítica da Economia Política de Marx tiveram quando apropriadas pelo pensamento feminista, entende que:

enquanto nos primeiros trabalhos de Marx podem ser encontradas denúncias sobre as desigualdades de gênero e o controle patriarcal na família e na sociedade, é de acordo comum que ‘Marx não tinha muito a dizer sobre gênero e família’² e que, mesmo em *O capital*, seu olhar a este respeito deve ser reconstruído a partir de observações dispersas (Federici, 2017, p. 85).

No Brasil, há referências ainda mais críticas, como a de Carlos Moore, em *O marxismo e a questão racial*, que associa Marx e Engels não apenas a um pensamento eurocêntrico, como também ao racismo e à defesa da superioridade da raça ariana. Na conclusão de seu livro, Moore afirma:

² Silvia Federici cita aqui Heather A. Brown (2012). Registre-se, porém, que faz um recorte muito próprio da afirmação original da autora citada, da qual recuperaremos a passagem completa adiante, na seção sobre gênero deste artigo.

As análises políticas de Karl Marx e Friedrich Engels, suas conclusões teóricas e ponderações filosóficas a respeito das mais diversas questões, foram naturalmente condicionadas por serem ocidentais, e não africanos ou asiáticos; brancos, e não negros ou orientais; homens livres do século XIX, e não escravos ou súditos coloniais. Fica evidente, então, que sua avaliação política, ideológica, cultural e histórica da humanidade não europeia deve ser contestada categoricamente. Devemos, também, nos opor às pretensões ‘universalistas’ dessas ‘leis gerais’, surgidas a partir de um molde socioeconômico e cultural estritamente ariano.

O mais importante de tudo é que devemos questionar, com veemência, a própria utilidade do Marxismo-leninismo em resolver problemas para os quais, na verdade, ele não tem resposta nenhuma (Moore, 2010, p. 105).

No entanto, não é preciso listar apenas autores não marxistas, ou mesmo antimarxistas, para encontrar generalizações sobre o caráter eurocêntrico das reflexões de Marx. Numa apresentação que escreveu para a mais recente edição em português dos hoje já bastante conhecidos textos (especialmente correspondências) de Marx e Engels sobre a Rússia, Michael Löwy afirma que aqueles textos significaram uma ruptura de Marx com uma concepção “unilinear, evolucionista, etapista e eurocêntrica”, que teria caracterizado seus escritos sobre a periferia capitalista até aquela fase final de sua trajetória. Segundo Löwy, tratando daqueles textos:

a partir de 1877, eles sugerem, ainda que não de forma desenvolvida, uma perspectiva dialética, policêntrica, que admite a multiplicidade de formas de transformação histórica, e, sobretudo, a possibilidade de que as revoluções sociais modernas comecem na periferia do sistema capitalista e não, como afirmavam alguns de seus escritos anteriores, no centro (Löwy, 2013, p. 9).

Não vou aqui retomar o debate sobre os textos acerca da Rússia, escritos nos últimos anos da vida de Marx, que correspondem de fato à caracterização positiva feita por Löwy, mas gostaria de acompanhar outros autores que entendem que, já quando publicou o Livro I de *O capital*, Marx estava distante havia bastante tempo de qualquer concepção “unilinear, evolucionista, etapista e eurocêntrica”. Por isso mesmo, a análise que se segue parte, principalmente, de textos dos anos 1850 e 1860.

A questão racial e a guerra civil em Marx

As posições de Marx a respeito da Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865) são um bom ponto de partida para a compreensão de diversos aspectos da análise que Marx fazia de sua época: as relações centro-periferia no mercado mundial capitalista; o papel dos movimentos “periféricos” na luta pela revolução proletária; a relação entre escravidão e capitalismo, o racismo e a “agência” de outras classes exploradas que não o proletariado.

Podemos começar recordando que no Prefácio da primeira edição de *O capital*, em 1867, Marx explicita a ideia de que a revolução na periferia poderia “soar o alarme” para a revolução proletária no Ocidente. De qual revolução estava tratando Marx?

Assim como a guerra de independência americana do século XVIII fez soar o alarme para a classe média europeia, a guerra civil americana do século XIX fez soar o alarme para a classe trabalhadora europeia (Marx, 2013, p. 79).

No texto do livro, Marx aborda a escravidão no Sul dos Estados Unidos em algumas passagens. A importância da exploração da plantation escravista colonial e do próprio tráfico africano de escravos para a acumulação primitiva de capital recebe destaque. Mas Marx também se refere às mudanças ocorridas no próprio sistema escravista de produção no Sul dos Estados Unidos à medida que a cultura de algodão da ex-colônia ajustava-se à demanda da nova forma industrial de produção de tecidos na Inglaterra.

Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo (*ibidem*, p. 829).

O fim da escravidão nos Estados Unidos era, portanto, uma questão determinante para a dinâmica da acumulação capitalista na Inglaterra, economia nacional que à época começava a desenhar um mercado mundial capitalista. Por isso mesmo, para entender o tratamento que Marx dedica à Guerra Civil seria preciso contextualizar as respostas ao processo por parte do movimento da classe trabalhadora europeia, inglesa em especial, ao qual ele estava ligado.

Quando tratamos da questão da opressão racial e de sua base material originária na escravidão moderna, a década de 1860, quando a Guerra Civil colocou em xeque a escravidão no Sul dos Estados Unidos, foi um momento-chave para

o entrelaçamento mais completo do movimento abolicionista com o movimento dos trabalhadores europeus. Esse encontro não havia sido tão simples nas décadas anteriores. Após algumas oscilações iniciais, quando a guerra era noticiada como resultante de conflitos comerciais, a classe trabalhadora britânica – mesmo diante do desemprego nas fábricas de tecido inglesas, privadas do suprimento de algodão do Sul estadunidense – posicionou-se claramente a favor do exército da União e da abolição da escravidão.³

Face à explícita defesa da abolição pela classe trabalhadora britânica, não é de se estranhar uma menção ao fim da Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em Londres em outubro de 1864. Diante da Guerra Civil estadunidense e da disjuntiva Sul escravista x Norte abolicionista, os fundadores da AIT não tiveram dúvida em defender sua posição e em registrar a responsabilidade da classe trabalhadora por ter pressionado os governos da Europa Ocidental para renunciarem a qualquer neutralidade a respeito de questões como a da escravidão nas Américas e a servidão no Leste Europeu:

Se a emancipação das classes trabalhadoras requer sua confluência fraternal, como eles poderão cumprir essa grande missão com uma política externa pautada por desígnios criminosos, exercida com base em preconceitos nacionais e que desperdiça o sangue e as riquezas do povo em guerras piratas? Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas sim a resistência heroica que as classes trabalhadoras da Inglaterra impuseram à sua loucura criminosa o que salvou o oeste da Europa de mergulhar numa infame cruzada pela perpetuação e propagação da escravatura do outro lado do Atlântico (AIT *apud* Musto, 2014, p. 99).

O “Regulamento Geral” adotado no mesmo momento pela Internacional definia-se pela igualdade entre os homens ao dispor: “Que todas as sociedades e os indivíduos que a ela aderem reconhecerão a verdade, a justiça e a moralidade como a base de sua conduta uns para com os outros e para com cada homem, sem distinção de cor, credo ou nacionalidade.” (*ibidem.*, 292)

Também significativa foi a troca de correspondências entre a AIT e o presidente Lincoln, por ocasião de sua reeleição. Em novembro de 1864, com a assinatura de diversos dos seus dirigentes, a Internacional encaminhou, através do embaixador estadunidense em Londres, uma carta felicitando Lincoln pela

³ Sobre os encontros e desencontros entre o movimento dos trabalhadores assalariados no plano político e sindical na Inglaterra e o abolicionismo, cf. Fladeland (1984); Mattos (2014); Harrison, (1961) e Foner (1981).

reeleição, com ampla margem de votos. Segundo a carta, “Se ‘resistência ao poder escravocrata’ foi a discreta palavra de ordem de sua primeira eleição, o triunfante grito de guerra de sua reeleição é ‘morte à escravidão’”.⁴ (ibidem, p. 281) O mote central da carta era não apenas o da solidariedade do proletariado europeu à luta contra a escravidão, mas o da valorização do fim da escravidão como parte do processo maior de emancipação da humanidade.

O principal redator daqueles documentos da Internacional foi Karl Marx. Marx acompanhou como articulista de jornal os acontecimentos da guerra desde o início e posicionou-se de forma incisiva, desde o primeiro momento, a favor do governo da União, apontando que o conflito decorria fundamentalmente da questão da escravidão. Não estava sozinho entre os socialistas alemães exilados, pois vários de seus companheiros de luta revolucionária em 1848-1849 haviam migrado para a América do Norte. Muitos não apenas defenderam o Norte, como se engajaram no Exército da União e ocuparam posições de destaque na campanha militar contra a sedição confederada.

Marx registraria a importância do fim da escravidão para o movimento da classe trabalhadora nos Estados Unidos, em *O capital*. Destacando como a abolição destravou a luta pelas conquistas da classe trabalhadora estadunidense, exemplificada pela deliberação do congresso realizado em Baltimore, em 1866, que decidiu por nacionalizar a demanda pela jornada de 8h de trabalho, ele afirmou: “O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro.” (Marx, 2013, p. 372)

Como analisou Kevin Anderson (2010), a perspectiva de Marx sobre a Guerra Civil era, desde o início, de que seria vencida pelo Norte, justamente porque representava, ainda que Lincoln em seu primeiro mandato pudesse resistir a essa ideia, uma luta que só poderia ser vencida com a decisão da União em por fim à escravidão. Por esse caminho, Marx defendeu a necessidade de que a União não apenas proclamasse claramente seu objetivo de lutar pela liberdade dos escravizados, como também armasse batalhões de negros livres e libertos, dando sequência à guerra por um caminho revolucionário.

Numa carta a Engels, em agosto de 1862, respondendo à insistência do amigo em valorizar a superioridade militar do Sul, Marx reforça que o Norte iria partir para uma ruptura com os interesses escravistas dos estados fronteiriços representados na União e adotaria “métodos revolucionários”. Sobre a superioridade militar sulista (que Marx considerava natural, já que a classe dominante escravista era ociosa e o predomínio do trabalho escravo liberava os brancos

⁴ O episódio e seu contexto foram abordados na introdução de Blackburn (2011), que também reproduz algumas dessas fontes. Para uma nova edição, bastante ampla, de escritos de Marx e Engels sobre a guerra civil, incluindo um interessante prefácio de Andrew Zimmerman, seu organizador, Marx & Engels (2016).

sulistas para as forças militares), responde a Engels dizendo que “um único regimento negro teria um efeito formidável nos nervos sulistas” (Marx & Engels, 2016, p. 121). Se havia uma maneira revolucionária de conduzir a guerra, ela incluía aqueles que haviam sido escravizados como sujeitos históricos.

Para que a Guerra Civil pudesse de fato soar o alarme de uma nova vaga revolucionária também na Europa, Marx era consciente de que seria necessário superar preconceitos raciais arraigados em parte da classe trabalhadora de origem europeia no Norte dos EUA e também envolver decisivamente o movimento operário europeu na campanha contra o Sul e a escravidão. Marx não vacilava em apontar para os limites que a ideologia racista impunha à consciência dos trabalhadores. Adiante veremos como Marx denunciaria diretamente o efeito deletério do preconceito dos trabalhadores ingleses contra os irlandeses. No caso da situação dos Estados Unidos, ele chegou a explicar resultados eleitorais a partir do preconceito dos brancos (inclusive os irlandeses) sobre os negros, em um efeito político cumulativo do racismo sobre as fraturas de classe. Escrevendo para o jornal austríaco *Die Presse*, em artigo publicado em 23 de novembro de 1862, ele explica que:

O irlandês vê no negro um perigoso competidor. Os eficientes fazendeiros de Indiana e Ohio odeiam ao negro menos apenas que aos escravistas. Para eles, ele é o símbolo da escravidão e a decadência da classe trabalhadora e a imprensa do Partido Democrata os alimenta diariamente com a ameaça de uma inundação de seu território pelo “nigger” (*ibidem*, p. 142).

A vitória da União na Guerra Civil garantiu a libertação dos quase quatro milhões de trabalhadores e trabalhadoras escravizados que viviam nos EUA. Sabemos, entretanto, que a expectativa despertada pelos abolicionistas mais radicais de uma incorporação social e política equânime da população de origem africana ao corpo de cidadãos da nação, que chegou a se esboçar como possibilidade durante o período da “Reconstrução” (1865-1877), seria completamente frustrada após alguns anos, com a devolução das propriedades aos plantadores escravistas derrotados na guerra, a retirada das tropas federais do Sul e a tolerância do governo central para com a legislação abertamente segregacionista que vigoraria nos estados do Sul por cerca de um século.

Marx percebeu que aquela revolução fora interrompida, mas a reflexão sobre o processo seria decisiva para a finalização de *O capital* e para as intervenções políticas que faria nos anos seguintes através da Internacional, como na Comuna de Paris, ou nos debates sobre a independência da Irlanda.

Questão colonial

O contexto da Guerra Civil não foi a primeira vez em que Marx identificou lutas de populações oprimidas – fora da Europa e não submetidas ao assalariamento – como centrais para a possibilidade da revolução socialista que teria a classe trabalhadora como protagonista no continente europeu.

Todas as críticas ao alegado eurocentrismo de Marx citam sempre dois artigos por ele escritos a respeito da colonização da Índia pelos ingleses, publicados no *New York Daily Tribune* em junho e agosto de 1853. No primeiro deles, Marx situa a Índia em comparações com a Itália e a Irlanda, uma vez que o território agora colonizado pelos britânicos havia sido invadido e dominado por diferentes povos no passado e esta era uma das razões de carecer de um Estado Nacional centralizado e forte. Sua organização política era caracterizada pela autonomia das vilas e a estrutura econômica definida por uma agricultura dependente das obras públicas para irrigação e por um artesanato altamente especializado, especialmente no ramo da tecelagem. O domínio britânico, ao desprezar as obras públicas e apostar na “livre concorrência” para o desenvolvimento agrícola e ao destruir as bases da produção artesanal local, via comércio dos tecidos industrializados ingleses, teria significado a mais devastadora ocupação colonial da milenar história daquela região. Nas palavras de Marx:

Todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fomes, por mais complexa, rápida e destrutiva que pudesse parecer sua sucessiva ação sobre o Hindustão, não o haviam arranhado senão superficialmente. A Inglaterra destruiu os fundamentos do regime social da Índia, sem manifestar até o presente a menor veleidade de construir o que quer que seja. Esta perda de seu velho mundo, que não foi seguida pela obtenção de um mundo novo, confere à miséria atual dos Hindus um caráter particularmente desesperado e separa o Hindustão, governado pelos ingleses, de todas as tradições antigas, de todo o conjunto de sua história passada (Marx, 1853a).

No entanto, Marx lembra que as comunidades aldeãs do “Hindustão”, destruídas pelo domínio britânico, serviram sempre de base para o despotismo oriental, “carregaram a marca infame das castas e da escravidão” e submeteram “o homem a circunstâncias exteriores em lugar de fazê-lo rei das circunstâncias.” (*ibidem*) Daí que, na sua avaliação, a destruição das bases milenares da sociedade indiana pela colonização inglesa abria espaço para uma revolução social, criando condições para um novo patamar de participação daqueles povos asiáticos nos quadros da história mundial. Na conclusão do artigo, dizia Marx: “Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. Senão, quaisquer que fossem

os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução.” (*ibidem*)

O segundo artigo abre ainda mais espaço para a crítica ao eurocentrismo e a um viés etapista na análise de Marx, afinal ele resgata as disputas anteriores pelo território indiano por outros povos para afirmar uma suposta ausência de história, no duplo sentido de autonomia como nação e do papel de sujeito histórico de sua população:

A Índia não poderia, portanto, escapar ao destino de ser conquistada e toda sua história, se história houver, é a das conquistas sucessivas que ela sofreu. A sociedade indiana não tem qualquer história, pelo menos história conhecida (Marx, 1853b).

Na opinião de Marx, porém, todos os conquistadores anteriores teriam sido “hinduizados” pelo fato de conquistarem uma civilização superior. Os ingleses seriam os primeiros que poderiam combinar em sua dominação “uma dupla missão”, “uma destrutiva, outra regeneradora”. O treinamento de soldados locais, as escolas ocidentais para a elite, a introdução da “grande imprensa”, mas especialmente a expansão das ferrovias, atendendo aos interesses dos capitalistas britânicos em escoar a produção de algodão e outros gêneros, acabariam criando as condições para que o próprio domínio britânico fosse posto em xeque no futuro. A ênfase de Marx no avanço das forças produtivas do capitalismo através da expansão das ferrovias, que fatalmente levariam ao desenvolvimento de outros ramos industriais, levou muitos autores a lerem tais artigos como a prova de que a concepção de desenvolvimento capitalista em Marx era linear, devendo os territórios coloniais e periféricos passarem pelas mesmas etapas da industrialização e expansão capitalista que a Inglaterra já havia atravessado.

Ainda que todas essas análises possam encontrar fundamento nos dois artigos de Marx, que de fato expressam visões estereotipadas sobre os povos orientais, eles dizem mais. Marx não proclama uma superioridade europeia baseada em critérios raciais ou étnicos de qualquer tipo. Pelo contrário, seu texto de fato exala a aceitação de visões caricaturais sobre submissão e indolência de determinados povos, mas muitas das comparações que faz entre os indianos e europeus são favoráveis aos primeiros. Alguns exemplos: “gerações nativas são [...], mesmo nas classes mais inferiores, ‘mais finos e hábeis que os italianos’”; sua coragem surpreende aos oficiais britânicos; seus idiomas e religiões estiveram na base das línguas e cultos europeus etc. Marx também não abdica de denunciar a brutalidade da dominação colonial em nenhum momento, afinal “A hipocrisia profunda e a barbárie inerente à civilização burguesa se difunde sem véus diante de nossos olhos, passando da sua fornalha natal, onde ela assume formas respeitáveis, às colônias onde ela assume suas formas sem véus.” (*ibidem*)

Por fim, Marx não cede à tentação do determinismo econômico ou tecnológico absoluto, pois afirma que a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas induzido pela dominação colonial e a melhoria das condições de vida da população dominada estava longe de ser direta. A apropriação dessas “condições materiais” pelos colonizados (e, portanto, a expropriação dos colonizadores pelos colonizados, agindo como sujeitos de sua história) era a condição necessária para tanto:

Tudo o que a burguesia inglesa for obrigada a fazer na Índia não emancipará a massa do povo nem melhorará substancialmente sua condição social, conquanto esta depender não somente do desenvolvimento das forças produtivas, mas também de sua apropriação pelo povo. Mas o que não deixará de fazer é criar as condições materiais para realizar as duas (*ibidem*).

Nesse sentido, chega mesmo a afirmar que a vitória na luta pela libertação nacional dependeria da vitória do proletariado contra a burguesia na Inglaterra, ou do protagonismo dos próprios indianos ao derrotarem os colonizadores:

As Índias não recolherão os frutos dos elementos da nova sociedade semeados aqui e acolá entre eles pela burguesia inglesa, até que na própria Inglaterra as classes dominantes tenham sido suplantadas pelo proletariado industrial, ou que os próprios hindus tenham se tornado fortes o suficiente para rejeitar definitivamente o jugo inglês (*ibidem*).

Explicando os efeitos da centralização de capitais e do mercado mundial capitalista, Marx explica, na conclusão dos artigos, sua avaliação de que a expansão mundial do capital criava condições materiais para a revolução social que ele defendia, o que é significativamente diferente de uma apreciação entusiástica da dominação colonial em si, ou mesmo de uma valorização acrítica do progresso material advindo do desenvolvimento capitalista:

O período burguês da História tem por missão criar a base material do mundo novo; de uma parte, a intercomunicação universal fundada na dependência mútua da humanidade e os meios dessa intercomunicação; de outra parte, o desenvolvimento das forças produtivas da produção material a partir da dominação científica dos elementos. A indústria e o comércio burgueses criam estas condições materiais de um mundo novo do mesmo modo que as revoluções geológicas criaram a superfície da terra. Quando uma grande revolução social tiver se assenhorado dessas realizações da época burguesa, do mer-

cado mundial e das forças modernas de produção, e os tiver submetido ao controle comum dos povos mais avançados, somente então o progresso humano cessará de parecer com este horrível ídolo pagão que somente quer beber o néctar no crânio de suas vítimas (*ibidem*).

Lucia Pradella (2016) chamou a atenção para outros escritos de Marx sobre a China e a Índia, ainda nos anos 1850, quando aponta que as lutas anticoloniais eram fatores agravantes das crises capitalistas que começavam a se manifestar em escala internacional. Por isso, deveriam ser entendidas como parte importante das lutas “antissistêmicas” do século XIX, para usarmos uma expressão atual. Compreendendo a expansão imperialista como mecanismo de enfrentamento das crises, Marx teria percebido tanto a possibilidade aberta pela exploração colonial para uma progressiva elevação dos salários da classe trabalhadora nos países centrais quanto, contraditoriamente, o potencial irruptivo da agência dos povos não-europeus.

Numa passagem de um de seus artigos sobre a China, do mesmo ano de 1853 em que escreveu os textos mais conhecidos sobre a Índia, resgatada por Pradella, Marx afirma a importância das lutas dos povos colonizados para o projeto revolucionário ao qual se associava, apostando que: “o próximo levante do povo europeu [...] provavelmente irá depender do que está agora se passando no Império Celestial – o oposto extremo da Europa – mais do que de qualquer outra causa política atualmente existente.” (Pradella, 2016, p. 457) Pradella identifica também nos “Cadernos sobre a crise” de 1857, que Marx pretendia transformar em uma obra específica (projeto como tantos outros nunca levado adiante), uma associação entre levantes e revoltas coloniais – na China, na Índia, no Afeganistão – e as crises capitalistas. Uma associação que indica que, já nos anos 1850, Marx entendia que as contradições do capitalismo expressavam-se em escala mundial e que os processos revolucionários também estariam encadeados internacionalmente.

De qualquer forma, se os escritos dos anos 1850 podem levar a diversas interpretações sobre o olhar do revolucionário europeu a respeito dos povos colonizados e seu papel como sujeitos históricos, assim como sobre a dinâmica dos processos de acumulação capitalista em escala internacional, na década de 1960, além dos escritos sobre a Guerra Civil, um outro conjunto de trabalhos de Marx demonstra seu inequívoco distanciamento de qualquer avaliação unívoca e linear de um desenvolvimento capitalista levado das potências imperialistas aos territórios coloniais. Trata-se de suas reflexões sobre a situação da Irlanda. Por caminhos diferentes, é possível identificar uma tendência internacional recente de valorização desse conjunto de reflexões⁵.

⁵ Cf. Pereira (2015) e De Paula (2015).

No debate sobre a Irlanda, as posições de Marx foram alterando-se com o tempo e há pelo menos um texto em que Marx assume explicitamente essa mudança de posição. Em dezembro de 1869, numa carta a Engels, Marx afirmaria:

Durante muito tempo acreditei que seria possível derrotar o regime irlandês através da ascendência da classe trabalhadora inglesa. Sempre expressei esse ponto de vista em meus artigos para o *New York Tribune*. O estudo mais profundo agora me convenceu do contrário (Marx & Engels, 1955, p. 232).

Talvez algo mais do que apenas seu estudo mais profundo tenha incidido sobre Marx, gerando essa alteração de posição: o próprio movimento de libertação da Irlanda, que aliás era apoiado mais diretamente por Engels havia já algum tempo e envolvia cada vez mais a filha caçula de Marx, Eleanor. Naquele 1869, Eleanor, então com 14 anos, passara algum tempo com Engels e sua companheira irlandesa Lizzie Burns em Manchester e voltara tão convencida da causa irlandesa que passou a assinar sua correspondência como “Eleanor Marx (Fenian Sister)”. (cf. Holmes, 2014) De qualquer forma, Marx já vinha atuando para garantir que a AIT tomasse a questão da independência da Irlanda como central, e abordava o tema em diversas ocasiões. Em uma de suas cartas a Kugelmann, em novembro de 1869, dizia:

Tenho me convencido mais e mais – e a única questão é convencer a classe trabalhadora inglesa dessa convicção – que ela nunca poderá fazer nada decisivo aqui na Inglaterra até que separe de forma decisiva sua política a respeito da Irlanda da política das classes dominantes [...]. E isso deve ser feito não por uma questão de simpatia com a Irlanda, mas como uma causa de interesse do proletariado inglês (*ibidem*, p. 230).

Em abril de 1870, numa correspondência a Meyer e Vogt, em Nova York, Marx tratou de seus esforços para fazer avançar a posição da Internacional na questão irlandesa e foi ainda mais explícito em inverter o polo do protagonismo na luta anticolonial:

Após me ocupar com a questão irlandesa por muitos anos, eu cheguei à conclusão de que o ataque decisivo contra as classes dominantes inglesas (e ele será decisivo para o movimento dos trabalhadores no mundo todo) não pode ser empreendido na Inglaterra, mas apenas na Irlanda (*ibidem*, p. 122).

A valorização da luta de libertação nacional no processo da revolução mundial vinha acompanhada de uma tomada de posição firme contra os preconceitos nacionais/raciais que se associavam à dominação colonial. No relatório sobre a questão irlandesa que produziu para a Internacional, em 1870, Marx explicitava essa relação e seu efeito devastador para o movimento da classe trabalhadora, comparando-a com a situação do racismo nos Estados Unidos e afirmando o caráter decisivo desse tipo de fratura na classe para a dominação burguesa:

em todos os grandes centros industriais da Inglaterra há um profundo antagonismo entre os proletários irlandeses e os ingleses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que rebaixa seu salário e seu padrão de vida; também alimenta contra ele antipatias nacionais e religiosas. É exatamente o mesmo modo como os brancos pobres dos estados sulistas da América do Norte se comportam em relação aos escravos negros. Esse antagonismo entre os dois grupos de proletários no interior da própria Inglaterra é artificialmente mantido e alimentado pela burguesia, que sabe muito bem que essa cisão é o verdadeiro segredo da preservação de seu próprio poder (AIT *apud* Musto, 2014, 275-76).

O esforço de Marx teria um papel decisivo para que a Internacional assumisse a luta pela libertação nacional da Irlanda como sua, apoiando política e financeiramente o movimento feniano. Não é fortuito, portanto, que a perspectiva marxiana, desenvolvida desde os anos 1850, que associava a expansão colonial no século XIX a uma dinâmica de acumulação capitalista que tendia a se realizar plenamente apenas na escala mundial, assim como sua tomada de posição sobre a Irlanda em fins dos anos 1860, estivessem de alguma forma refletidas na redação de *O capital*. Algo que podemos perceber, por exemplo, no Livro III (cujos esboços principais datam da primeira metade da década de 1860), ao tratar da lei de tendência à queda da taxa de lucro, em sua relação com a contratendência decorrente da expansão do mercado mundial. Ou mesmo no Livro I (1867), ao destacar o caso irlandês ao longo da exposição da lei geral da acumulação capitalista (Capítulo XXIII), ou ao explicar a importância da expansão colonial para a acumulação primitiva de capital (Capítulo XXIV). (Marx, 2013; 2017)

Gênero

Em relação à opressão de gênero, a obra de Marx e Engels se inseriu em uma vertente do debate entre os socialistas, que remete às reflexões de Flora Tristan, que inclusive inspirara a famosa palavra de ordem que fecha o *Manifesto Comunista*, “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Suas análises contribuíram para a formulação de uma perspectiva nova, que não apenas condenava moral-

mente a subordinação social das mulheres, mas procurava explicar suas razões a partir das relações sociais historicamente construídas. Já no *Manifesto*, em 1848, após denunciarem a exploração econômica sobre as crianças e esclarecerem o papel opressor da família, ridicularizaram o temor burguês de que o comunismo introduzisse a “comunidade de mulheres” e explicaram esse medo:

Para o burguês, a mulher nada mais é do que um instrumento de produção. Ouvindo dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum, conclui naturalmente que o destino de propriedade coletiva caberá igualmente às mulheres (Marx & Engels, 1998, p. 55).

As frases seguintes fazem uma ironia de gosto duvidoso e ranço machista sobre a infidelidade entre a burguesia, porém Marx e Engels afirmam taxativamente o objetivo comunista de suprimir a subordinação material das mulheres, alertando que o burguês: “não imagina que se trata precisamente de arrancar a mulher de seu papel de simples instrumento de produção”. (*ibidem*, p. 55-56)

Em sua *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), Engels desenvolveu as ideias esboçadas no Manifesto, à luz dos novos estudos então disponíveis no campo em construção da Antropologia. Naquele livro, associou a emergência do domínio masculino à origem da propriedade privada e da sociedade de classes, quando os homens imporiam o casamento monogâmico sobre os casamentos de grupos e forçariam a linhagem masculina sobre a matrilinearidade para garantir o controle dos filhos homens sobre as heranças. Embora Engels esbarrasse em limites dos estudos antropológicos da época, nos quais se baseou, e com isso incorresse em algumas confusões – como a associação direta entre matrilinearidade (linhagens de descendência familiar em que os filhos pertencem ao clã/família ampliada da mãe) e matriarcado (um suposto domínio social feminino) –, sua perspectiva de inserir o patriarcado na dinâmica histórica das transformações nas relações sociais continua sendo uma referência metodológica central para o marxismo na abordagem da questão, pois permite perceber que a opressão da mulher não é “natural”, nem existiu sempre, mas surgiu como decorrência de processos histórico-sociais.⁶

Em *O capital*, Marx (2013) apresenta uma série de dados sobre a exploração da classe trabalhadora que realçam a subalternidade feminina no mercado de trabalho, assim como o fardo imposto às mulheres pela família de modelo burguês, acentuado no caso das famílias proletárias pelo acúmulo feminino de tarefas domésticas com trabalho assalariado para o mercado. A pista central para o entendimento da importância histórica do patriarcado no contexto capitalista também é ali apresentada, embora Marx não a aponte nem desenvolva. Se a ori-

⁶ Para uma análise mais detida dessa obra de Engels, ver, por exemplo, Arruzza, 2010.

gem do lucro capitalista e da acumulação de capital está no mais-valor extraído da força de trabalho e, portanto, a força de trabalho é a mercadoria “mágica”, capaz de criar valor, como se determina o valor da força de trabalho? Assumindo que a venda da força de trabalho em troca de um salário é uma troca de equivalentes, Marx define o valor dessa força de trabalho como aquele correspondente à sua reprodução (os gastos necessários para que a cada dia o trabalhador ou a trabalhadora possa voltar ao local de trabalho e despendar sua força de trabalho para o capitalista). Porém, nem tudo o que se necessita para a reprodução é comprado no mercado.

A partir dessa constatação, feministas marxistas, desde as últimas décadas do século XX, vêm buscando desenvolver uma análise em que exploração de classes e opressão de gênero se combinam numa perspectiva unitária, totalizante, da sociedade capitalista. A expressão “teoria da reprodução social” tem sido a mais empregada para definir esse campo de análise⁷.

Alimentação, asseio, cuidado, condições para o repouso e reprodução biológica (a contínua produção de uma prole proletária) dependem em grande medida de um trabalho doméstico que não é remunerado e recai esmagadoramente sobre as mulheres. O valor da força de trabalho (e, portanto, o salário pago pelo capitalista) pode ser reduzido graças a um trabalho reprodutivo assegurado pela dominação patriarcal e pela opressão da mulher na família. Os papéis de gênero estabelecidos nesse tipo de arranjo produtivo/reprodutivo, são reforçados no mercado de trabalho quando as mulheres são a maioria nos empregos relacionados a serviços mercantilizados no campo da reprodução social e vendem sua força de trabalho por salários quase sempre bem menores que os dos homens, mesmo quando se empregam nas mesmas funções e possuem as mesmas qualificações. Essa “funcionalidade” do trabalho feminino reprodutivo (especialmente, mas não apenas, o não remunerado) para o capital é a explicação central para a manutenção da subordinação patriarcal das mulheres nas famílias sob a vigência histórica do capitalismo.

Ainda que constatando a ausência desse aspecto na análise marxiana da acumulação capitalista, ou mesmo apontando o equívoco de sua aposta otimista na generalização do trabalho feminino na grande indústria como tendendo a liberar a mulher do domínio familiar patriarcal, a literatura recente não desconhece a relevância das reflexões de Marx sobre as dimensões históricas da opressão das mulheres. Conforme argumenta Brown:

A discussão de Marx sobre gênero foi muito além de simplesmente incluir as mulheres como trabalhadoras fabris. Apesar de Marx não ter

⁷ Para alguns exemplos, cf. Arruzza (2010), o livro pioneiro – primeira edição publicada em 1983 – de Vogel (2013) e a recente e abrangente coletânea organizada por Bhattacharya (2017).

escrito muito sobre gênero e família, e não ter desenvolvido uma teoria sistemática de gênero, esta foi para ele, entretanto, uma categoria essencial para entender a divisão do trabalho, da produção e da sociedade em geral. Além disso, há aberturas potenciais no interior da teoria social de Marx que podem ser úteis para uma interpretação feminista (Brown, 2012, p. 3-4).

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi colocar em discussão, a partir de uma apresentação muito sintética, a potencialidade de algumas reflexões de Marx para o entendimento e o enfrentamento das opressões. Marx foi aqui tomado como relevante, não suficiente, para o debate. Há ciência dos limites de suas reflexões e quando visões estereotipadas ou preconceituosas aparecem em seus textos, não parece correto procurar refúgio em justificativas do tipo “era um homem de seu tempo”, até porque sua importância está justamente em ter ido além do que foram outros “homens de seu tempo” em vários domínios do conhecimento social e da estratégia política. Por isso mesmo, não se procurou também apresentar as análises e propostas de Marx como *a* solução para nossos debates sobre racismo, dominação colonial, ou opressão patriarcal.

Defende-se, entretanto, que para aqueles que consideram que a atualidade de Marx, 200 anos após seu nascimento, reside tanto em seu método de análise crítica – que toma a sociedade regida pela lógica do capital como uma totalidade de relações histórico-sociais contraditórias –, quanto em seu projeto político de superação dessa ordem social, as reflexões postas por ele e Engels sobre a questão das opressões indicam caminhos de análise que não podemos desprezar. Em especial para quem assume, como o faz o autor deste artigo, que nosso desafio reside em explicar a indissociabilidade entre as chamadas opressões e as formas de exploração e alienação características da sociedade capitalista.

Vimos que nos debates sobre a Guerra Civil desenvolvidos por Marx, há um acúmulo de reflexões, sobre a relação entre escravidão e capitalismo e os nexos entre racismo e divisões no interior da classe trabalhadora. Kevin Anderson lembra que, para Marx, a Guerra Civil “constituiu uma das maiores batalhas do século [XIX] pela emancipação humana, que forçou os trabalhadores brancos nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha a tomarem uma posição contra a escravidão”. Nos muitos escritos de Marx sobre a Guerra Civil, assim como em seus posicionamentos políticos difundidos a partir da Associação Internacional dos Trabalhadores, Anderson encontra um filão pouco explorado na literatura teórica sobre Marx: “a interseção entre raça e classe”. (Anderson, 2010, p. 79)

Outras interseções estavam presentes naquele momento histórico, ainda

que Marx não as tenha destacado. Angela Davis (2016) apresenta uma obra potente, demonstrando que a Guerra Civil também foi o ponto de partida do movimento feminista estadunidense. Um feminismo que nascia do ventre da luta abolicionista, explica o porquê de algumas dentre suas personagens mais destacadas demonstrarem, conforme Davis, uma consciência profunda “da indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina”. Evitavam, com isso, deixar-se aprisionar “na armadilha ideológica de insistir que um combate era mais importante que o outro. Elas reconheciam o caráter dialético da relação entre as duas causas”. (Davis, 2016, p. 56)

Impossível dissociar a questão racial da expansão colonial europeia a partir do século XVI. A ideia moderna de raça nasce da conquista das Américas e, particularmente, do processo de escravização de milhões de homens e mulheres trazidos prisioneiros da África para serem explorados pelo colonizador europeu em terras americanas. Marx nos forneceu análises sobre o papel da escravidão na acumulação capitalista e combateu-a em seus artigos e através da ação da AIT. Mas analisou também o colonialismo do século XIX e a opressão de povos colonizados, fossem eles submetidos ou não a formas compulsórias de exploração do trabalho. Sua visão sobre o colonialismo, como se procurou demonstrar, distanciou-se de uma concepção linear do progresso econômico como decorrência da dominação colonial, além de ter valorizado a importância das lutas anticoloniais para a superação global do capitalismo, matizando uma visão unívoca do proletariado dos países centrais como único protagonista das lutas revolucionárias.

O caráter dialético da relação entre explorações, alienação e opressão sob o domínio do capital também é o ponto de partida para os esforços da chamada teoria da reprodução social, aqui valorizada por estabelecer uma base unitária de entendimento da relação entre patriarcado e capitalismo como componentes de uma mesma totalidade. O papel do trabalho reprodutivo, exercido quase sempre pelas mulheres, é central para o entendimento dessa totalidade articulada.

Há, porém, muito ainda a avançar para que tenhamos desenvolvido uma teoria unitária que envolva classe, raça e gênero no entendimento dos mecanismos de exploração capitalista, opressão patriarcal/racial/nacional e dominação burguesa. O que não é pouco importante para nós, os que defendemos que não se trata apenas de entender o mundo, mas de transformá-lo. Afinal, o sujeito social potencial da emancipação humana é um proletariado atravessado pelas contradições impostas pela forma entrelaçada através da qual essas opressões se manifestaram historicamente e continuam a se manifestar no presente, dois séculos após o nascimento de Marx.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Kevin. *Marx at the margins: on nationalism, ethnicity and non-western societies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- ARRUZZA, Cíntia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.
- BHATTACHARYA, Tithi (ed.). *Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto, 2017.
- BLACKBURN, Robin. *An unfinished revolution: Karl Marx and Abraham Lincoln*. London: Verso, 2011.
- BROWN, Heather A. *Marx on gender and family: a critical study*. Leiden: Brill, 2012.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE PAULA, P. G. “Os escritos de Marx sobre a Irlanda nos anos 1860 e sua relevância para a compreensão do subdesenvolvimento”, *Revista de Economia Política e História Econômica*, v. 33, 2015, pp. 90-122.
- FEDERICI, Silvia. “Notas sobre gênero em O capital de Marx”, *Cadernos Cemarx*, n. 10, 2017.
- FLADELAND, Betty. *Abolitionists and working-class problems in the age of industrialization*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984.
- FONER, Philip. *British labor and American Civil War.*, New York: Holmes and Meier, 1981.
- HARRISON, Royden. “British labor and American slavery”, *Science & Society*, vol. 25, no. 4, dec. 1961.
- HOLMES, Rachel. *Eleanor Marx: a life*. London: Bloomsbury. 2014.
- LÖWY, Michael. “Introdução: dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso”. In: Marx, K. & Engels, F., *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress, 1955.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *The civil war in the United States*, edited and with an Introduction by Andrew Zimmerman. New York: International Publishers, 2016.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política, Livro III, O processo global da produção capitalista* [1894]. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl, *O capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital* [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. “A dominação britânica na Índia [*The English rule in India*]”, *New York Daily Tribune*, p. 5, 25 de junho de 1853a. Tradução publicada Jason

Borba. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000035.pdf>>. Último acesso: outubro de 2018.

MARX, Karl. “Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia [*The future results of the British rule in India*]”, *New York Daily Tribune*, 8 de agosto de 1853b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000073.pdf>>. Último acesso: outubro de 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. Abolicionismo e formação da classe trabalhadora: uma abordagem para além do nacional. In: Gomes, F. e Domingues, P. (orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

MOORE, Carlos. *O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUSTO, Marcello (org.). *Trabalhadores uni-vos! Antologia política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo, Fundação Perseu Abramo, 2014.

PEREIRA, Bernardo Soares. *Mariategui em seu (terceiro) mundo*, (Dissertação de Mestrado em História), Niterói, UFF, 2015.

PRADELLA, Lucia. “Crisis, revolution and hegemonic transition: the American Civil War and emancipation in Marx’s Capital”, *Science & Society*, Vol. 80, No. 4, 2016, pp. 454–467.

ROBINSON, Cedric J. *Black Marxism: the making of the black radical tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000

VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket, 2013.

Recebido em 24 de agosto de 2018

Aprovado em 17 de setembro de 2018



NOTAS CRÍTICAS

Cadernos de escola: os livros didáticos de sociologia e o pensamento de Antonio Gramsci

Marcos Vinícius Pansardi*

Introdução

Este texto é parte de um projeto mais amplo sobre o uso do pensamento marxista nos livros didáticos no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD para o Ensino Médio)¹. Este projeto está em sua fase inicial de execução e é fruto das reflexões despertadas com a participação do autor deste texto na equipe que analisou os livros didáticos de sociologia na edição de 2015.

É importante lembrar que a formulação de uma política nacional do livro didático remonta aos últimos dias da República Velha (1929), com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), inicialmente circunscrita ao Distrito Federal (Coan, 2006). No entanto, o PNLD, alvo de nosso estudo, surge apenas em 1985, sendo que é apenas em 2010, no período final da segunda gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que este programa se estende a todo o ensino básico. Em 2012, foi elaborado o primeiro edital para a inscrição e avaliação das obras destinadas aos alunos do Ensino Médio. O PNLD de 2015 é o segundo edital destinado a este nível de ensino e as obras aprovadas no edital anterior foram novamente aprovadas para esta edição² (Tourinho Junior, 2015).

Por outro lado, também é relevante informar que o período atual, que se inicia em 2008, é apenas o segundo momento em nossa história que a sociologia faz parte, de maneira obrigatória, da grade de disciplinas do ensino médio. O período anterior se situou entre os anos de 1925 e 1942.

As características da atual política do livro didático chamam atenção, inicialmente, pelo seu gigantismo: nos dados relativos apenas ao ensino médio, são

* Instituto Federal do Paraná – campus Paranaguá. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP.

¹ Para este artigo serão analisadas todas as 6 obras aprovadas no PNLD de 2015. Os títulos são os seguintes: *Sociologia para o ensino médio*, de Nelson Tomazi; *Tempos Modernos, Tempos de sociologia*, de Helena Bomeny, Bianca Freire Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Julia O, Donnell; *Sociologia*, de Silvia Maria de Araújo, Benilde Lenzi Motim e Maria Aparecida Bridi; *Sociologia em Movimento* de vários autores; *Sociologia Hoje*, de Celso Rocha de Barros, Henrique Amorim e Igor José de Renó Machado e, *Sociologia para Jovens do Século XXI*, de Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa.

² As obras aprovadas no primeiro PNLD foram: *Sociologia para o ensino médio*, de Nelson Tomazi e *Tempos Modernos, Tempos de sociologia*, de Helena Bomeny e Bianca Freire Medeiros (posteriormente acrescentadas como co-autoras, Raquel Balmant Emerique e Julia O, Donnell), podemos observar que não há diferença significativa destas obras em relação às versões aprovadas na edição de 2015.

mais de 30 mil livros distribuídos, atendendo quase 7 milhões de estudantes³. É o segundo maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo, atrás apenas da China. Movimenta milhões de reais no mercado editorial de livros, sendo a maior fonte de receita deste mercado. Dados de 1996 apontam para um volume de cerca 61% da produção nacional voltada para a produção do livro didático (Coan, 2006).

Por outro lado, a importância de se estudar o livro didático e o PNLD deve-se à constatação da importância desmedida deste instrumento didático no direcionamento pedagógico do ensino médio brasileiro. Os graves problemas estruturais da educação brasileira, incluindo a inadequada formação docente que, além de precária, permite que professores fora de sua área atuem na disciplina de sociologia (como também das outras disciplinas do ensino médio)⁴, determinam que o livro didático acabe sendo o único livro utilizado pelo docente em suas aulas⁵.

A política nacional do ensino médio deve ser também compreendida dentro de um enfoque mais amplo, para além das políticas públicas nacionais. Pois, estas políticas consolidadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN), assim como os Editais para avaliação das obras contidas no PNLD e os guias didáticos apresentados nas escolas para a escolha dos livros a serem adotados, são documentos que desde os anos 90 centram-se em um conjunto de princípios exportados para os países do Terceiro Mundo, fruto da ação de várias instituições internacionais, como a UNESCO, o Banco Mundial, o UNICEF e o PNUD (Tourinho Júnior, 2015). Estudos já apontam, a primazia do livro didático não advém apenas das falhas estruturais da educação brasileira, ou da má formação dos docentes do ensino médio, mas é fruto de uma política deliberada destas instituições, que estabelecem que o livro didático é mais importante no processo educativo do que o próprio professor (Pansardi, 2011).

Mas a abrangência do livro didático é ainda muito maior. Para boa parte das famílias brasileiras, o livro didático é o único tipo livro existente em suas casas. Relatos informam que este livro acaba sendo a referência de leitura para toda a família (Tourinho Júnior, 2015).

³ Dados do portal FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>.

⁴ No caso do Paraná, a sociologia era a segunda disciplina com mais carência de professores, e, na região do litoral paranaense (área de atuação do nosso curso), dos 72 professores atuantes, apenas 2 eram formados na área (informação do Núcleo de Ensino, dados de 2011). Mas esta é uma constatação nacional.

⁵ Várias pesquisas já realizadas apontam que cerca de 80% dos professores entrevistados em várias áreas seguem exclusivamente o livro didático (Mohr, 1995).

O livro didático como espaço de luta hegemônica

Entre várias definições possíveis, podemos definir o livro didático, segundo João Batista Oliveira, como um “um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação” (Oliveira & Freitas, 2013).

Contudo, esta definição mais esconde do que revela seu verdadeiro significado. Pois, o livro didático é uma poderosa ferramenta política que participa vigorosamente no processo de formação de uma concepção de mundo hegemônica.

Em Gramsci, como é sabido, a escola é uma instituição central da sociedade civil para a produção da hegemonia das classes dominantes. O livro didático tem sua origem no século XIX, com a própria expansão do sistema educacional em direção às classes populares. A necessidade das classes dominantes de construir uma identidade nacional centrada em seus valores exige a doutrinação dos jovens, uma construção, ao mesmo tempo cultural e ideológica. A escola, o currículo e o livro didático desempenham a função primordial de divulgar e sedimentar os papéis sociais de cada classe social. Segundo Silva (2010, p. 148), “a formação da consciência, dominante ou dominada é determinada pela gramática social do currículo”.

Para Aranha e Martins (1995), o livro didático é a forma mais acabada para a reprodução das ideias da classe dominante no espaço escolar. Segundo as autoras, o caráter ideológico do livro didático aparece no objetivo de integrar as classes dominadas à ordem estabelecida.

Ainda lido como produto da indústria cultural, o livro didático cumpre estas funções ao:

ocupar espaços, preencher vazios, sugerir lazer e bem-estar, para impedir que os consumidores se deem conta das contradições materiais em que vivem e das relações de produção que prevalecem na sociedade de consumo, e essa também é uma das funções do livro didático (Freitag *et al.*, 1997, pp. 62-63).

A dialética Estado-sociedade civil, se reproduz como metáfora e realidade na produção e concepção do livro didático: gerado no espaço acadêmico, reapropriado pelo Estado e produzido por editoras privadas⁶.

⁶ Mercadoria, o livro precisa adaptar-se à demanda. Se a ventura sopra a favor das reivindicações democráticas, progressistas e até mesmo esquerdistas, e se isso se traduz na disciplina de História, na valorização de abordagens que presumivelmente propiciam a “reflexão”, a “crítica”, a “conscientização” e a “promoção da cidadania”, a empresa capitalista que produz livros a esse respeito prefere atender a essa demanda do que permanecer fiel à sua suposta “ideologia”. Ou melhor, o mercado é a própria ideologia dessas empresas (Munakata, 2001, p. 274).

Escola, currículo e livro didático são campos em que a luta pela hegemonia política se desenrola. Frutos de determinada correlação de forças sociais, refletindo uma conjuntura histórica dada. Efeito da vitória de um conjunto de valores sociais e a resistência, aberta ou velada, de forças contra-hegemônicas, o livro didático pode apresentar contradições teóricas e políticas que espelham o jogo político como está sendo jogado. Representa, também, estruturas mais duradouras ancoradas na história educacional nacional.

Por outro lado, as disputas teóricas e metodológicas que envolvem um determinado campo disciplinar, assim como a hegemonia de certas correntes pedagógicas nem sempre se refletem no espaço escolar. Academia e escola desenvolvem relações complexas e muitas vezes conflituosas (Bittencourt, 2008), possibilitando que determinadas tendências acadêmicas dominantes nem sempre se imponham no espaço escolar. As forças sociais e estatais nem sempre incidem com o mesmo peso nestes espaços, as resistências também têm peso variável. A escola, em geral, é um campo onde o controle estatal e de classe se faz sentir com mais profundidade.

A história da sociologia no ensino médio exemplifica bem esta história. Sua origem está ancorada em um projeto de constituição de uma nova elite dirigente: “Por isso, a presença dessa disciplina nos cursos complementares e no curso normal, pois, esses cursos constituíam uma etapa obrigatória para aqueles que almejavam ser advogados, arquitetos, engenheiros, médicos e professores” (Santos, 2002, p. 37).

Para nossa elite dirigente do período tratava-se de buscar ferramentas científicas que pudessem dotá-la de instrumentos para a construção do consenso social e do desenvolvimento econômico (Sarandy, 2004). A legitimação da ordem dominante passava pela racionalização do trabalho e a intervenção nos fatores sociais que levassem à harmonia de classes⁷.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 define o ensino médio, entre outras funções, para a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, fruto do período político posterior ao fim da ditadura militar brasileira e também do aceleramento das transformações econômicas e tecnológicas mundiais em curso naquele momento. Assim, a cada divisão de eixo temático, o Parametros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) agrega a expressão “tecnologias”, unificando todas as áreas do ensino médio, revelando uma concepção de sociedade tecnicista e não humanista, pois para os PCNEM a sociedade atual consiste em uma sociedade tecnológica:

⁷ A criação dos cursos de sociologia da USP e da ELSP (Escola Livre de Sociologia e Política) se insere em um movimento de modernização capitaneado pelas elites paulistas, desencadeado a partir da derrota do seu movimento e com a ascensão de Vargas ao poder nacional. Em relação do projeto uspiano para a sociologia, pode-se consultar o livro: *Reinterpretando o Brasil: da revolução burguesa à modernização conservadora* (Pansardi, 2009), particularmente o capítulo 8.

decorrente da revolução tecnológica e seus desdobramentos na produção e na área da informação, apresentando características possíveis de assegurar à educação uma autonomia ainda não alcançada. Isto ocorre na medida em que o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento humano passa a coincidir com o que se espera na esfera da produção (PCNEM, 2000, p. 11).

Por outro lado, no eixo específico da área das “ciências humanas e suas tecnologias” é o conceito de cidadania que unifica o discurso:

tradução do conhecimento das Ciências Humanas em consciências críticas e criativas, capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais e a situações novas. Dentre estes, destacam-se a extensão da cidadania, que implica o conhecimento, o uso e a produção histórica dos direitos e deveres do cidadão e o desenvolvimento da consciência cívica e social, que implica a consideração do outro em cada decisão e atitude de natureza pública ou particular (PCNEM, 2000).

A centralidade do conceito de cidadania revela os objetivos políticos explícitos do livro didático: a preparação dos indivíduos para sua participação no novo período democrático que se abre no Brasil. Implícitos ao conceito estão também definidos seus limites utópicos: a busca de um capitalismo sensível socialmente, em que o conceito-chave é a equidade. A própria busca da equidade nos lembra dos limites da crítica e da utopia, pois nos ideais de cidadania e de equidade, não constam a ideia de igualdade (econômica) e estes não transcendem os limites da sociedade capitalista. Falamos de uma igualdade entre indivíduos e não entre classes. Igualdade entre o sadio e o doente, entre o velho e o jovem, entre o empregado e o desempregado, não entre o rico e o pobre⁸.

Gramsci nos livros didáticos do PNLD de 2015

Passaremos agora a analisar as obras do PNLD de 2015 para compreender o espaço e a utilização das ideias de Gramsci nos livros didáticos do ensino médio brasileiro. O objetivo desta análise, então, é identificar o uso dos conceitos de Gramsci em cada uma das obras do PNLD 2015.

⁸ Invariavelmente citado nos livros didáticos quando o assunto é a cidadania, T. H. Marshall (1967) nunca é lembrado pela sua explicação das origens da cidadania contemporânea: o objetivo das classes dominantes, ao incorporar os conceitos de cidadania e direitos humanos, foi conter nos limites do razoável a revolta social que ameaçava com a destruição do capitalismo. O objetivo nunca foi a distribuição da riqueza ou o partilhamento do poder, mas uma política que legitimasse a desigualdade inerente ao capitalismo, que legitimasse seu poder, que afastasse os oprimidos da luta pelo socialismo.

A análise dos livros didáticos nos revela que o tema em que a perspectiva gramsciana é mais utilizada é o conceito de ideologia, aparecendo em três dos seis livros didáticos aprovados pelo último PNLD. Em dois livros didáticos, Gramsci aparece no uso dos conceitos de hegemonia e de intelectuais. E, finalmente, Gramsci aparece na discussão dos temas da religião e do Estado. Também é utilizado o conceito de revolução passiva quando da discussão sobre o Fordismo e o Taylorismo.

No livro *Sociologia para Jovens do século XXI*, o conceito de ideologia aparece no capítulo sobre ideologia e visões de mundo. Aqui, vemos aparecer duas definições: na primeira, ideologia é uma forma de organizar os grupos humanos, é o espaço da construção da consciência política. Para os autores Gramsci: “tinha uma concepção bastante interessante quando dizia que as ideologias ‘organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.’” (Oliveira & Costa, 2015. p. 103).

Na segunda, aparece na aceção de uma concepção de mundo: “manifestando-se implicitamente na Arte, no Direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida. E, de acordo com o pensador italiano, tal conceito tem por função conservar a unidade de toda sociedade e dos grupos” (Oliveira & Costa, 2015. p. 103).

No livro *Sociologia para o ensino médio*, o conceito de ideologia aparece junto com o conceito de cultura, pois o autor defende que os dois conceitos devem ser entendidos como indissociáveis, já que haveria uma profunda identidade entre eles no que se refere aos processos de dominação estabelecidos na sociedade capitalista (Tomazi, 2015. p. 259). Aqui vemos uma definição mais complexa do conceito, pois, ideologia aparece agregado ao conceito de hegemonia, ao conceito de Estado, e relacionado com o papel dos intelectuais. Assim, a relação mais forte que o autor estabelece é entre ideologia e hegemonia, pois, sem definir efetivamente o significado do conceito de ideologia, passa imediatamente para a definição de hegemonia (sem que haja uma clara diferenciação entre estes dois conceitos), que seria: “o processo pelo qual uma classe dominante consegue fazer que o seu projeto seja aceito pelos dominados, desarticulando a visão de mundo autônoma de cada grupo potencialmente adversário” (Tomazi, 2015. p. 259). Este processo de dominação seria realizado pelos aparelhos de hegemonia, situados no Estado ou fora dele (não se cita a sociedade civil, como local privilegiado de produção de ideologias). A ação destes é essencialmente pedagógica, buscando fundamentalmente estabelecer o consenso, processo esse de essencial importância para estabelecer a hegemonia da classe dominante. Entraria aqui a função dos intelectuais, responsáveis por transformar as ideias da classe dominante nas ideias dominantes de toda a sociedade. Assim, além do uso “legítimo” da força, as classes dominantes exerceriam uma dominação cultural, uma direção moral e intelectual, vista como legítima pelas

classes dominadas. Contudo, há um contraponto à dominação exercida pelas classes dominantes, este aparece sob o conceito de contra-hegemonia, fruto da ação de intelectuais orgânicos vinculados às classes trabalhadoras. Aqui entra o exemplo da indústria cultural. Para Tomazi, esta não se resume ao controle estabelecido pelas classes dominantes, mas também é um espaço de construção da contra-hegemonia. Assim:

Nas empresas de telecomunicação há trabalhadores que procuraram apresentar críticas ao que nelas se produz, propiciando, assim, elementos para o desenvolvimento de um pensamento divergente. Fora dessas empresas há indivíduos que criticam o que se faz na televisão, no cinema e em todas as áreas culturais. Outros procuram criar canais alternativos de informação sobre o que acontece no mundo, desenvolver produções culturais não massificadas ou manter canais de informação e crítica constantes em sites e blogs na internet. Não se pode esquecer também dos movimentos culturais de milhares de pequenos grupos no mundo que desenvolvem produções culturais específicas de seus povos e grupos de origem (Tomazi, 2015. p. 264).

No livro *Sociologia em Movimento*, o conceito de ideologia é definido como uma concepção de mundo, “formas culturais compartilhadas por grupos sociais que atribuem sentido às suas experiências de vida” (VVAA, 2015, p. 69). Nessa leitura, novamente o conceito de ideologia aparece ligado diretamente ao de hegemonia, pois compreende-se ideologia dentro dos processos de dominação cultural. Para os autores, hegemonia é definida como: “direção moral e política de uma classe sobre as concorrentes e aliadas, quer tome o poder, quer não” (VVAA, 2015, p. 69). Não há aqui a diferenciação entre dominação (sobre as classes adversárias, o que pressupõe também o uso da coerção) e propriamente hegemonia (sobre as classes aliadas).

Estas classes ao centrarem sua luta “pelos corações e as mentes” representariam a disputa pela hegemonia, pois os dominados também constroem sua visão de mundo, ou ideologia, através de seus próprios intelectuais, resistindo à imposição dos valores da classe dominante. Aqui aparece a oposição entre a dominação cultural e a dominação pela força, como uma oposição radical, não se compreendendo a relação força-consentimento como dialética e, portanto, como duas partes constituintes do mesmo processo.

O que salta aos olhos nesses textos é a quase total ausência de referência ao papel da sociedade civil como principal agente produtor da ideologia. Há esparsas e pouco explicativas afirmações sobre o papel da escola, da família e dos meios de comunicação (sem falar das igrejas) na construção dos processos hegemônicos.

Há também uma forte tendência em separar formalmente os pares consenso-força e cultura-economia, sem realizar a necessária relação complexa e dialética entre os conceitos. É sempre importante lembrar que a ideologia é também “um fato histórico real”, refletindo as práticas, as realizações artísticas, científicas e econômicas, enfim, o mundo material, e não apenas o mundo das ideias.

Isso reflete a leitura do livro *Sociologia em Movimento*, em que Gramsci é colocado em oposição a Marx em vários momentos. Aparece aqui a concepção da contraposição entre um Gramsci voltado para os aspectos culturais e políticos da luta de classes e as análises voltadas ao campo econômico, realizadas por Marx. A ideologia, então, não é apenas um fenômeno da superestrutura, mas o elo de ligação entre esta e a estrutura da sociedade.

Também aparece essa contraposição no uso do conceito de ideologia dominante, pois para os autores, ao contrário de Marx, que veria a ideologia como refletindo o conformismo dos oprimidos, Gramsci entenderia o conceito como também caracterizando uma contraposição ativa dos subalternos ao buscar a produção da sua própria leitura de mundo.

Por outro lado, os conceitos de cultura, ideologia, hegemonia, dominação aparecem praticamente como sinônimos, quando em realidade representam significados diferentes. Enquanto a ideologia pode ser vista como uma concepção de mundo, a hegemonia se caracterizaria como as lutas pela sua construção, domínio e legitimação.

O tema da religião na leitura de Gramsci é tratado no livro *Sociologia para Jovens do século XXI*. Nessa leitura, Oliveira e Costa procuram fugir da leitura tradicional que imputaria ao marxismo a máxima da religião como “ópio do povo”, buscando afirmar que Gramsci a via como uma força transformadora, como uma ferramenta poderosa para mobilizar os homens para a luta por uma sociedade mais justa. Contudo, a citação usada não permite uma leitura tão positiva, já que Gramsci em realidade mostra como o discurso religioso é subvertido pelos oprimidos, relido por eles para servir como crítica à ideologia dominante, que tem como um dos seus próprios componentes o discurso religioso.

A religião [...] afirma na verdade, que o homem em geral, enquanto criado por Deus, filho de Deus, sendo por isso irmão dos outros homens, igual aos outros homens, livre entre outros e da mesma maneira que os outros, e ele pode se conceber desta forma, espelhando-se em Deus, autoconsciência da humanidade; [...] Desta maneira, as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentam entre os homens, entre os homens que não se veem nem iguais, nem irmãos de outros homens, nem livres em face deles. Ocorreu assim que, em toda sublevação radical das multidões, de um modo ou de outro, sob for-

mas ideológicas determinadas, foram colocadas estas reivindicações (Gramsci *apud* Oliveira & Costa, 2015, p. 304).

Falta, então, explicitar as críticas de Gramsci à religião, pois para ele a religião é uma forma de ideologia e a Igreja como aparelho ideológico das classes dominantes, agindo como administradora dos bens da salvação. Seu papel é fundamental para legitimar e justificar as desigualdades sociais, estabelecendo o conformismo e resignação social⁹.

A temática da Revolução Passiva aparece no livro *Sociologia Hoje*, tendo seu uso ligado às discussões sobre o mundo do trabalho especialmente sobre o tema do Fordismo e Taylorismo. Não só o uso do conceito é limitado em sua riqueza teórica (o tema do desenvolvimentismo, do reformismo social e particularmente o processo de modernização dos países periféricos poderiam ser explorados de maneira muito proveitosa) como a apropriação deste como revolução tecnológica, sem nenhuma explicação das ligações entre os dois fenômenos, parece não ser sustentável. A citação tirada do *Americanismo e Fordismo* amplia a confusão sem permitir uma explicação adequada.

Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a 'moralidade' dos operários são necessidades do método de trabalho. [...] Taylor exprime com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em um grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (Barros, Amorim, 2015, 144).

A temática dos intelectuais aparece no livro *Sociologia*, no capítulo relacionado à metodologia das ciências sociais, com a seguinte citação: "Gramsci, dizia que todo ser humano é um intelectual, pois participa do mundo em que vive e pensa sobre ele. Assim, podemos afirmar que aquele que desenvolve consciência do espaço social que ocupa pode ser considerado um crítico da sociedade, e não apenas os cientistas" (Araújo *et al.*, 2015, p. 59). Uma definição que além de ser discutível, não explora a riqueza da concepção epistemológica de Gramsci.

Está riqueza é mais bem trabalhada no livro *Sociologia em Movimento*, no seguinte trecho:

⁹ Ver, sobre este aspecto: Ortiz (1980) e Portelli (1984).

Gramsci desenvolveu uma longa reflexão a respeito do papel dos intelectuais na sociedade. Acreditava que todas as pessoas elaboram uma visão de mundo, mesmo que de forma fragmentada e contraditória, fundamentada no senso comum, o qual não é visto como um conhecimento inferior, mas como a base a partir da qual todo conhecimento se desenvolve. Gramsci afirmou que todos são filósofos, uma vez que por meio da religião popular, do folclore e da própria linguagem alguma visão de mundo é construída, mesmo que de forma espontânea ou até inconsciente. A questão que se coloca para Gramsci é a necessidade de tornar coerente essa visão de mundo, para que possa se tornar um projeto de transformação social. As discussões propostas por Gramsci tornam possível compreender as distinções entre cultura popular, cultura erudita e cultura de massa (VVAA, 2015).

Caberia aqui certamente uma boa reflexão sobre o papel dos intelectuais na construção desta visão coerente de mundo que é a própria filosofia ou a ciência. A articulação entre o pensamento do homem comum, o processo de produção material da vida e a criação de novas formas de compreender o mundo, ou reforma intelectual-moral. Assim, mais importante do que a criação de novas ideias é difundi-las entre o povo (a educação). É importante o aprofundamento da crítica gramsciana sobre a visão do senso comum sobre a excepcionalidade dos gênios e da criação científica, em realidade da separação formal entre trabalho intelectual e trabalho manual. Gramsci sempre alertou que a diferença entre o operário e o intelectual não se deve às características do trabalho de cada um (manual x intelectual) e sim ao tipo de sistema social-produtivo em que ambos estão inseridos.

Por fim, o conceito de Estado aparece em um pequeno quadro, onde entre outros pensadores, a interpretação gramsciana aparece assim resumida: “O Estado tem papel importante nos campos cultural e ideológico, bem como na organização do consentimento – ou seja, busca legitimar-se perante a sociedade civil não apenas pela coerção, mas, sobretudo, pela aceitação da autoridade” (Araújo *et al.* 2015, p. 189).

Toda revolução gramsciana sobre a concepção do Estado contemporâneo não aparece nos livros didáticos. Não é por acaso que a concepção de “Estado ampliado” é, segundo Liguori (2003), o conceito central dos *Cadernos*.

A partir desse conceito compreendemos que a separação entre sociedade civil e Estado (central para uma ciência política nascida do pensamento liberal) poderia ter sentido na fase áurea do domínio estatal e, por conseguinte, na fase áurea da economia de mercado competitiva, que entra em crise nas primeiras décadas do século XX. Com o surgimento de uma nova fase do capitalismo, a partir do surgimento das grandes corporações privadas multinacionais e da fu-

são do capital financeiro com o capital produtivo (o chamado capitalismo monopolista) e posteriormente com a intervenção estatal que age como complemento à atividade privada, tornando cada vez mais íntima a relação entre empresa privada e Estado, devido ao papel fundamental deste para alavancar a acumulação privada, fica cada vez menos evidente que esta separação rígida devesse ser mantida. Por outro lado, o surgimento dos meios de comunicação de massa, das eleições com voto universal e da opinião pública como entidade no capitalismo contemporâneo, fica cada vez mais difícil esquecer o papel fundamental da sociedade civil na política moderna.

Conclusão

Certamente, Gramsci não é um autor central nos livros didáticos de sociologia. Vimos que, com exceção do conceito de ideologia, Gramsci aparece marginalmente nestes livros¹⁰. Os conceitos de Gramsci estão confinados aos capítulos referentes à política e, mesmo nesses, como vimos, contribuições fundamentais para o conhecimento da política destas últimas décadas estão subutilizadas, como na má (ou insuficiente) utilização do conceito de Estado e de sociedade civil.

É importante lembrar a importância da discussão gramsciana no campo da educação e dos estudos sobre a escola. Contudo, nenhuma reflexão deste autor aparece nas poucas linhas dedicadas à educação nos livros didáticos de sociologia.

Em realidade, a conclusão é que os livros didáticos de sociologia têm pouco interesse em tocar em campos delicados do conhecimento. Assim, as críticas de Gramsci à própria sociologia e às ciências humanas não aparecem aqui. Como não aparecem as críticas à escola e à religião. Gramsci é um autor que se acomoda mal a um projeto educacional que tem como princípio formar cidadãos. A proposta de reforma intelectual-moral, da formação de intelectuais orgânicos, da ruptura radical com o mundo burguês não cabe no uniforme da cidadania.

Referências bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando, introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1995.
- ARAÚJO, Silvia Maria de; MOTIM, Benilde Lenzi & BRIDI, Maria Aparecida. *Sociologia*, São Paulo: Scipione, 2015.
- BARROS, Celso Rocha de; AMORIM, Henrique & MACHADO, Igor José de Renó. *Sociologia Hoje*. São Paulo: Ática, 2015.

¹⁰ No livro didático *Tempos Modernos, Tempos de sociologia*, Gramsci sequer é citado.

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOMENY, Helena; MEDEIROS, Bianca Freire; EMERIQUE, Raquel Balmant & O'DONNELL, Julia. *Tempos Modernos, Tempos de sociologia*. São Paulo: Ed. do Brasil, 2015.
- COAN, Marival. *A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88263>>.
- FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. *A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937- 1945)*. Dissertação de mestrado. Assis: UNESP, 2008. Disponível em: <repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93413/ferreira_rcc_me_assis.pdf?...1>.
- FREITAG, Bárbara. *Política educacional e indústria cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
- LIGUORI, G. “Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade.” In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MOHR, Adriana. “A saúde na escola: análise de livros didáticos de 1ª a 4ª séries.”, *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n. 94, pp. 50-57, ago 1995.
- MUNAKATA, Kazumi. “Livro didático e formação do professor são incompatíveis?”. In: MARFAN, M. A. (Org.). *Congresso brasileiro de qualidade na educação. Formação de professores*. Volume 1. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. *Sociologia para Jovens do Século XXI*, Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. “Historiografia didática e prescrições estatais sobre conteúdos históricos em nível nacional (1938 – 2012).”, *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 3, 2013 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>.
- ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- PANSARDI, Marcos Vinícius. *Reinterpretando o Brasil: da revolução burguesa à modernização conservadora*. Curitiba: Juruá, 2009.
- PANSARDI, Marcos Vinícius (2011). “A formação de professores e o Banco Mundial.”, *EccoS*. São Paulo, n. 25, pp. 127-142, jan./jun 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/715/71521708008.pdf>>.
- PORTELLI, Hugues, *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- SANTOS, Mario Bispo. “A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal”. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, 2002.
- SARANDY, Flávio Marcos Silva. *A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em: <[387](http://www.educadores.diaadia.</p>
</div>
<div data-bbox=)

pr.gov.br/arquivos/File/maio2012/sociologia_artigos/flaviosarandy_manuais.pdf>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TOMAZI, Nelson. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Saraiva, 2015.

TOURINHO JÚNIOR, Washington. Imposições negociadas: poder, saber e inculcação de valores do livro didático de história: uma análise dos livros adotados pelo PNLD para o Ensino Médio no biênio 2010/2012. Tese de doutorado. Assis: UNESP, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/132202>>.

VVAA. *Sociologia em Movimento*, São Paulo: Moderna, 2015.

Portais

PCENEM (2000), <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em 15/06/2017.

FNDE (2012), <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em 12/06/2017.

Recebido em 26 de novembro de 2017

Aprovado em 28 de maio de 2018

Resenha

“- *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*”

Felipe Demier

Rio de Janeiro: Mauad X, 2017

Filipe Prado Mencari*

Atualmente vivemos em uma situação de “turbilhão”, na qual vários acontecimentos se encadeiam em uma sucessão de eventos que, aparentemente, são imprevisíveis e que “nunca antes na história desse país” tiveram esse rumo.

O livro de Felipe Demier “-*Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*” (2017) vem se somar aos esforços para que todas as pessoas interessadas em conhecer os meandros, caminhos e vias da história do Brasil recente possam encontrar orientações e chaves de interpretações para a compreensão destes tempos difíceis.

Demier usa, como indica o subtítulo, o conceito de democracia blindada como base teórica para refletir sobre o Brasil e parte do mundo nas últimas décadas. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o conceito utilizado pelo autor neste e em outros livros de sua obra não significa que as democracias liberais atuais no Brasil, Europa, Estados Unidos etc. estejam livres de golpes de Estado, intervenções, rupturas e demais situações que poderiam atrapalhar o seu funcionamento.

O que o escritor entende como “*democracias blindadas*” são governos que se apresentam como democráticos mas que se fecham cada vez mais ao povo, às demandas e aos anseios populares, blindando-se, fechando-se e não abrindo espaço para que essas reivindicações sejam atendidas, ou sequer ouvidas pelos governantes. Quando o são, logo caem nos “ouvidos de mercadores” dos políticos que deveriam representar os interesses de seus respectivos povos.

O entendimento da lógica do Estado burguês é peça-chave para o entendimento do Brasil e da dinâmica da luta de classes nos trópicos e possíveis estratégias de resistência.

As democracias blindadas ao redor do mundo são parte do projeto neoliberal de gestão burguesa dos Estados, em suas formas ótimas, de modo a garantir o contrarreformismo, as mudanças e alterações no funcionamento dos governos, assegurando que medidas extremamente impopulares sejam aprovadas

* Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História pela mesma universidade.

e “vendidas” à população como única maneira de solucionar problemas que o próprio capital gera continuamente, como as políticas que beneficiam o capital financeiro e especulativo internacional. O fim do “Socialismo real” acelerou ainda mais o avanço neoliberal.

Caso fossem efetuadas em um regime que realmente se importasse com as opiniões e anseios populares, tais medidas não encontrariam respaldo. Um caso paradigmático recente foi o da Grécia, citado pelo autor, que foi forçada a seguir o receituário neoliberal de endividamento externo combinado a retiradas de direitos sociais, repressão estatal, perda de autonomia governamental etc. Quase uma colônia da União Europeia (leia-se: Alemanha e França). Sempre é bom lembrar que a Grécia é o país que justamente inspirou a democracia e mesmo com sua população promovendo amplas manifestações, essas foram ignoradas por parte dos políticos. A tentativa de plebiscito para decidir tais questões foi rapidamente engavetada, pouco se falando no país, que sofre as consequências dessas imposições do FMI e Alemanha.¹

Após um breve histórico do desmonte dos *Welfare State* no mundo desenvolvido a partir do final dos anos 1970, o autor dedica-se a esmiuçar a situação do Brasil. No caso brasileiro, este Estado de Bem estar nunca chegou a existir.

As Esquerdas ao redor do mundo não vêm conseguindo criar grandes alternativas à ofensiva neoliberal, conformando-se muitas vezes em aplicá-la, em alguns casos de modo “mais realista que os reis”, usando de força repressiva para barrar protestos dos trabalhadores quando estes não aceitam a passividade, usando o conceito de “Estatismo autoritário” de Nico Poulantzas. Se o PT antes era um elemento dificultador para o grande Capital, passa a ser um de seus maiores aliados e consolida para o estudioso a democracia blindada no Brasil.

Assim como em outras partes do mundo, no Brasil passa a existir um “revezamento” entre dois grandes partidos: um ligado ao grande capital e outro às classes trabalhadoras, o qual passou por um transformismo, adotando, de modo tácito e/ou aberto, os principais pontos do neoliberalismo. Felipe Demier apoia-se em Virgínia Fontes, autora que vê um poder apassivador dos partidos transformistas sobre amplos setores da classe trabalhadora para entender o papel do Partido dos Trabalhadores no poder.

As “jornadas de junho de 2013” são analisadas pelo autor e vistas como momento importante para a tragédia que viria a envolver o PT. Durante os governos Lula 1 e 2 e Dilma 1, o PT consegue gerenciar os negócios da burguesia de modo a gerar lucros grandiosos (setor bancário e agronegócio, por exemplo). Em Dilma 2, os efeitos da crise internacional de 2008 começam a se fazer presentes e se mostrarem muito mais profundos que uma “marolinha”.

¹ Cf.: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1651943-nao-vence-plebiscito-na-grecia-e-pais-rejeita-proposta-de-credores.shtml>>; acesso em 16/12/2017.

Os protestos de 2013 são vistos como um grande amálgama ideológico que se considerava “antipolítico”. Contudo, o reacionarismo foi instilado pelo próprio regime de democracia blindada, que não foi identificado como o causador das mazelas sociais vividas pelo povo brasileiro. As repentinas e surpreendentes manifestações e tomada das ruas seriam uma forma de eliminação das mediações de representações políticas reformistas do próprio PT. As oposições de Direita teriam se aproveitado das manifestações para desgastar o governo Dilma, mas sem a intenção inicial de derrubá-lo.

Com o tempo, as mobilizações de Esquerda se diluem e perdem espaço para temas vagos, policlassistas e heterogêneos, perdendo força e qualidade. O velho recurso udenista de combate à corrupção afasta a população da política e ajuda a ver o sistema como imutável. Desqualifica-se a política, ao mesmo tempo que restringe os horizontes às instituições delimitadas pela democracia blindada.

O papel da grande mídia é outro ponto analisado. Este quarto poder utiliza uma propagação midiática da ideologia antipartido, no bombardeio de notícias parciais e apoio ao grande Capital do qual faz parte, contribuindo para um brutal recuo na consciência política de amplos setores das classes trabalhadoras e abrindo espaço para a manutenção da desorganização política das mobilizações, abrindo espaço para a ultradireita e mercenários *black blocs* espancarem a oposição de Esquerda, inclusive com a legitimação da violência e de medidas de exceção. Por outro lado, as redes sociais e a internet conseguiram burlar parcialmente o bloqueio de outras fontes de informação monopolizadas até então pela mídia.

Fazendo uso de Luckács, a massa teria uma consciência de classe por demais rebaixada e o *precarizado* (usando o conceito de Ruy Braga para trabalhadores cada vez mais sem direitos e precarizados em suas condições de trabalho) ignora ou recusa-se a utilizar antigas formas de mobilização e estratégias de combate que fazem parte da própria história da classe trabalhadora, partindo sempre do zero e tornando-se ainda mais frágil diante do avanço contrarreformista.

O governo Dilma favoreceu ainda mais a onda conservadora e se afastou ainda mais dos movimentos sociais, cavando sua própria cova. A fórmula da cidadania pelo consumo, políticas sociais compensatórias e juros altos, não se sustentou, abrindo espaço para que o PSDB (que nunca aceitou os resultados da eleição de 2014) e outros partidos de todo o espectro da Direita se mobilizassem contra o governo federal e que camadas extraparlamentares da burguesia brasileira reatassem com os tucanos.

Mesmo com amplas concessões ao Capital, o ódio de classe contra o que o PT foi um dia falou mais alto e uma onda conservadora veio como resposta às jornadas de junho de 2013. A democracia blindada se fortaleceu tanto no Brasil que pôde dispensar as tradicionais quarteladas latino-americanas e usar o

próprio sistema e um discurso de legalidade para aprovar o golpe parlamentar que aprovou o impeachment de Dilma Rousseff, sob as bênçãos da mídia, com transmissão ao vivo.

O que se segue é o governo Temer, que acelera exponencialmente a criminalização dos movimentos sociais, o congelamento e a derrubada de direitos sociais em sequência e amplas concessões ao capital, aliadas à reforma política que visa o prejuízo aos partidos de Esquerda.

Ao final de sua análise, Felipe Demier ressalta a urgência da reinvenção da classe trabalhadora e de seus métodos de ação, sugerindo que a classe trabalhadora recupere seu passado, trajetória e estratégias de luta, ao mesmo tempo que analise a situação em que se encontra atualmente. Por questão de própria sobrevivência neste século XXI cada vez mais parecido com o XIX. Como autor marxista, sente-se a presença dos pensamentos de Marx durante todo o livro, seja com o uso do *18 de Brumário* para apoio na investigação, seja na conclusão de que dentro do jogo da democracia blindada perde-se de antemão, armadilha esta que o próprio PT caiu e errou ao achar que bastava a presidência e que podia afastar-se de suas bases e de sua ideologia, sem se preocupar em construir alternativas². A crítica não deve ser vista como sinal de fraqueza, mas como arma para uma futura transformação, que deve vir dos próprios trabalhadores, sem salvadores da pátria, mas na luta.

Recebido em 5 de julho de 2018

Aprovado em 18 de julho de 2018

² Cf.: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/11/19/frei-betto-pt-tem-que-descer-do-salto-e-calcar-sandalias-da-humildade.htm>>; acesso em 16/12/2017.



LUTA e MEMÓRIA

Apresentação à carta de Karl Marx a Ludwig Feuerbach em 11 de agosto de 1844

André Guimarães Augusto*

No ano em que se completam duzentos anos do nascimento de Marx, publicamos a tradução de uma carta por ele enviada ao filósofo Ludwig Feuerbach em 11 de agosto de 1844. A carta revela um momento fundamental na trajetória intelectual de Marx e sua adesão ao comunismo. Marx já se encontrava em Paris desde outubro de 1843 e estava em contato com a Liga dos Justos, sociedade comunista secreta de Paris, que seria mais tarde reorganizada como a Liga dos Comunistas e que encarregaria Marx e Engels de escreverem o famoso Manifesto. As observações de Marx sobre os trabalhadores ingleses, os artesãos alemães e os trabalhadores franceses revelam seu encontro com a classe trabalhadora e como descobre nesta “o elemento prático da emancipação humana”.

Impressionado com o lado prático das paixões que moviam os franceses, Marx expressa na carta sua ruptura definitiva com a unilateralidade dos alemães que “pensam para pensar”. Aqui transparece a influência de Feuerbach na busca da união do “coração” dos franceses e da “cabeça” dos ale-

mães. A carta revela também o afastamento crescente de seu antigo amigo e orientador Bruno Bauer. Esse afastamento já tinha sido marcado pela publicação da “Questão Judaica” no mesmo ano. Os últimos parágrafos apresentam o esboço do argumento fundamental de Marx em sua crítica à construção especulativa de Bauer e seus seguidores que seria publicada em colaboração com Engels no ano seguinte em *A sagrada família*.

Mas o elemento fundamental da carta é a observação de Marx de que Feuerbach teria formulado “a base filosófica para o socialismo”. O entusiasmo de Marx com a obra de Feuerbach revela o seu afastamento definitivo do idealismo dos jovens hegelianos e da democracia radical em direção ao materialismo e ao comunismo. Marx via em Feuerbach nesse momento a crítica definitiva à filosofia hegeliana. A influência de Feuerbach na formação do pensamento de Marx nesse período é notável: as *Teses provisórias para uma reforma da filosofia* de 1942 e *Os princípios da filosofia do futuro*, em particular, forneceram a

* Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF e pesquisador do NIEP-Marx.

base para a crítica de Marx a Hegel nos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Nesses textos transparece também o gênero humano como o ser humano real, sensível, que desce do céu da abstração para a terra real. Essa é mais uma concepção que Marx apreende em Feuerbach e emprega como fundamento de suas primeiras formulações sobre o comunismo como “humanismo real”.

A influência de Feuerbach é crucial na formação intelectual de Marx, mas nunca foi exclusiva. As diferenças entre o pensamento de Marx e Feuer-

bach já se faziam sentir na época da carta. O caráter contemplativo da filosofia de Feuerbach, que oferecia uma nova interpretação do mundo sem modificá-lo, já o distanciava de Marx. Isso se revela numa carta a Arnold Ruge de março de 1843, na qual o Marx afirma que “os aforismos de Feuerbach me parecem incorretos apenas em um aspecto, ele se refere muito à natureza e muito pouco à política”. Sem responder aos apelos de Marx, Feuerbach permaneceu em Bruckberg até sua morte em 1852, em isolamento e distanciado da vida política.

Recebido em 14 de novembro de 2018

Aprovado em 4 de dezembro de 2018

Para Ludwig Feuerbach*

Em Bruckberg

Paris, 11 de Agosto de 1844

Rue Vanneau 38

396

Prezado Senhor,

Uma vez que tive a oportunidade, tomei a liberdade de enviar-lhe um artigo meu no qual alguns elementos da minha filosofia crítica do direito¹ são esboçados. Eu já o tinha terminado, mas o revi desde então para torná-lo mais amplamente compreensível. Eu não atribuo nenhum valor excepcional a esse ensaio, mas estou feliz de ter uma oportunidade de declarar o imenso respeito e – se eu posso usar essa palavra – amor que sinto por você. Sua Filosofia do futuro [Philosophie der Zukunft] e sua Essência da religião [Wesen des Glaubens], a despeito de seu pequeno tamanho, são certamente de maior peso do que toda a literatura Alemã contemporânea reunida.

Nessas obras você forneceu – eu não sei até que ponto intencionalmente – uma base filosófica para o socialismo e os comunistas imediatamente as entenderam dessa maneira. A unidade do homem com o homem, que se baseia nas diferenças reais entre os homens, o conceito de espécie humana trazido dos céus da abstração para a terra real, o que é isso senão o conceito de sociedade!

Dois traduções de sua Essência do cristianismo [Wesen des Christentums], uma em inglês e outra em francês, estão em preparação e quase prontos para a impressão. O primeiro será publicado em Manchester (Engels está supervisionando) e o segundo em Paris (o francês Dr. Guerrier e o comunista alemão Ewerbeck o traduziram com a ajuda de de um especialista em literatura francesa).²

No momento atual, os franceses irão imediatamente atacar o livro, pois os dois partidos – padres, e volterianos e materialistas – estão procurando por “ajuda externa”. É um fenômeno notável que, em contraste com o século dezoito, a religiosidade passou para a classe média e alta, enquanto que a irreligiosidade –

* Texto traduzido a partir da edição em inglês: Karl Marx. “Marx to Ludwig Feuerbach”, Paris, 11 August, 1844”. In: *Karl Marx & Frederick Engels. Collected Works*, V. 3 (1843-1844). New York: International Publishers, 1975, pp. 354-357. A tradução em inglês foi cotejada com o original em alemão, disponível em: <<https://sites.google.com/site/sozialistischeklassiker2punkt0/karl-marx/1844/karl-marx-brief-an-ludwig-feuerbach>>. Algumas das notas da edição em inglês foram reproduzidas nesta tradução e indicadas por N. Ed. Ing. Quando as notas traziam referências a obras de Marx (e Marx & Engels), as edições em inglês foram substituídas pelas respectivas edições em português.

¹ Marx, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

² N. Ed. Ing. O parágrafo aparece em parênteses no original.

mas uma irreligiosidade de homens com respeito a si mesmos como homens – desceu ao proletariado francês. Você teria de comparecer a um dos encontros dos trabalhadores franceses para apreciar seu puro frescor, a nobreza que é irradiada por esses homens exauridos pelo trabalho. O proletariado inglês também está avançando com passos gigantesco, mas lhe falta a formação cultural do proletariado francês.

Mas eu não devo esquecer de enfatizar os méritos teóricos dos artesãos alemães na Suíça, em Londres e Paris. O artesão alemão, no entanto, ainda é demasiado artesão. Mas em qualquer caso é entre os “bárbaros” da nossa sociedade civilizada que a história está preparando o elemento prático para a emancipação da humanidade.

Para mim a diferença entre o caráter francês e o nosso caráter alemão nunca foi demonstrado de forma tão clara e convincente como no trabalho fourierista que começa com a seguinte sentença:

“É nas suas paixões que o homem se revela completamente.” “Você já encontrou uma pessoa que pensou para pensar, que lembrou para lembrar, que imaginou para imaginar, que desejou para desejar. Isso já aconteceu com você?... Não, obviamente não!”³

A principal força motora da natureza e da sociedade é, portanto, a atração mágica, apaixonada e não-refletida e “tudo o que existe, homem, planta, animal, planeta, recebeu um montante de força correspondente a sua missão no sistema do universo”.⁴

Disso se segue: “os poderes atrativos são proporcionais aos destinos.”⁵

Essas sentenças todas não dão a impressão de que os franceses deliberadamente colocam suas paixões contra a pura atividade do pensamento alemão? Não se pensa para pensar etc.

Em sua Gazeta Literária de Berlim [Berliner Literatur-Zeitung] crítica,⁶ Bruno Bauer, meu amigo de vários anos – mas mais afastado agora –, forneceu a prova original de como é difícil para os alemães se livrar da unilateralidade contrária⁷. Eu não sei se você leu a gazeta. Ela contém muitas polêmicas encobertas contra você.

³ N. Ed. Ing: “*L’homme est tout entier dans ses passions.*” “Avez-vous jamais rencontré un homme qui *pensât pour penser*, qui se *ressouvint pour se ressouvenir*, qui *imaginât pour imaginer?* qui *voulait pour vouloir?* cela vous est-il jamais arrivé à vous même?... non, évidemment non!” Todas as passagens em francês que aparecem nesta carta são traduzidas no texto, sendo o original em francês reproduzido em notas. As citações são retiradas da obra *Exposition de la science sociale*, constituée par C. Fourier, by E. de Pompery, Paris, 1840, pp. 13-29.

⁴ “Tout être, homme, plante, animal ou globe a reçu une somme des forces en rapport avec sa mission dans l’ordre universel”.

⁵ “Les attractions sont proportionnelles aux destinées.”

⁶ *Gazeta Literária Geral* [Allgemeine Literatur-Zeitung].

⁷ N. Ed.: oposta (à dos franceses).

O caráter da Gazeta Literária [Literatur-Zeitung] pode ser reduzido ao seguinte: “Crítico” é transformado em um ser transcendental. Esses berlinenses não se vêem como homens que criticam, mas como críticos que, incidentalmente, tiveram a infelicidade de serem homens. Eles, portanto, reconhecem somente uma necessidade real, a necessidade da crítica teórica. Pessoas como Proudhon são então acusadas de terem assumido alguma “necessidade” “prática” como seu ponto de partida. Esse crítico, portanto, converte-se em um espiritualismo triste e aristocrático. A consciência ou a autoconsciência é tomada com a única qualidade humana. O amor, por exemplo, é rejeitado, porque o amado é apenas um “objeto”. Abaixo o objeto. O crítico então se percebe como o único elemento ativo na história. Ele é confrontado por toda a humanidade como uma massa, uma massa inerte, que só tem valor como a antítese do intelecto. Dessa forma, é tido como o maior dos crimes a demonstração de sensações ou paixões, ele deve ser um σοφός [sábio] frio e irônico.

Bauer afirma então literalmente:

“O crítico não deveria participar nem dos sofrimentos nem das alegrias da sociedade, ele não deve conhecer nem a amizade, nem o amor, nem a raiva e a inveja; ele deve ser entronado na solidão, onde somente o riso dos deuses do Olimpo sobre a confusão do mundo ressoa ocasionalmente de seus lábios.”⁸

O tom da Gazeta Literária [Literatur-Zeitung] de Bauer é, por conseguinte, de desprezo imparcial e ele torna as coisas mais fáceis para ele atirando os resultados do seu trabalho e de nosso tempo como um todo na cabeça de outras pessoas. Ele somente expõe as contradições e, satisfeito com essa ocupação, ele se retira com um desdenhoso “hã”. Ele declara que o crítico não oferece nada, ele é muito espiritual para isso. De fato, ele expressa claramente a esperança:

“não está distante o tempo e que toda a humanidade degenerada irá se voltar contra o crítico” – e o crítico significa Bauer e companhia – “eles irão então dividir essa massa em diferentes grupos e distribuir o testimonium paupertatis [atestado de pobreza] a todos eles”.

Parece que Bauer lutou contra Cristo por rivalidade. Publicarei uma pequena brochura atacando essa aberração do crítico.⁹ Seria de grande valor para mim se você me deixasse saber antecipadamente sua opinião e, de uma forma geral, algum sinal rápido de vida de sua parte me faria feliz. Os artesãos alemães em Paris, i.e., os comunistas entre eles, algumas centenas, têm recebido aulas duas vezes por semana sobre o seu Essência do cristianismo [Wesen des

⁸ N. Ed. Ing.: As sentenças citadas aqui e algumas linhas abaixo foram retiradas por Marx de artigos publicados na Gazeta Literária Geral [Allgemeine Literatur-Zeitung], volumes V e VI, 1844. Marx criticou esses artigos nos capítulos sete e nove de *A sagrada família*. Marx, K. & Engels, F. *A sagrada família ou a crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

⁹ N. Ed. Ing.: Marx, K. & Engels, F. *A sagrada família... Op. cit.*

Christenthums] de seus líderes secretos¹⁰, e têm sido notavelmente participativos. O pequeno extrato da carta de uma senhora alemã que apareceu no folheto do Vorwärts! (No. 64)¹¹ sem o conhecimento de sua autora é tirado de uma carta de minha esposa, que está visitando sua mãe¹² em Trier.

Com meus melhores votos para o seu bem-estar.

Atenciosamente,

Karl Marx

Publicado pela primeira vez no periódico *Probleme des Friedens und des Sozialismus*, No. 2, 1958.

¹⁰ N. Ed. Ing.: Da Liga dos Justos.

¹¹ N. Ed. Ing.: Ver mesmo volume [das obras completas de Marx & Engels em inglês, isto é, vol. 3], p. 580.

¹² N. Ed. Ing.: Karoline von Westphalen.